

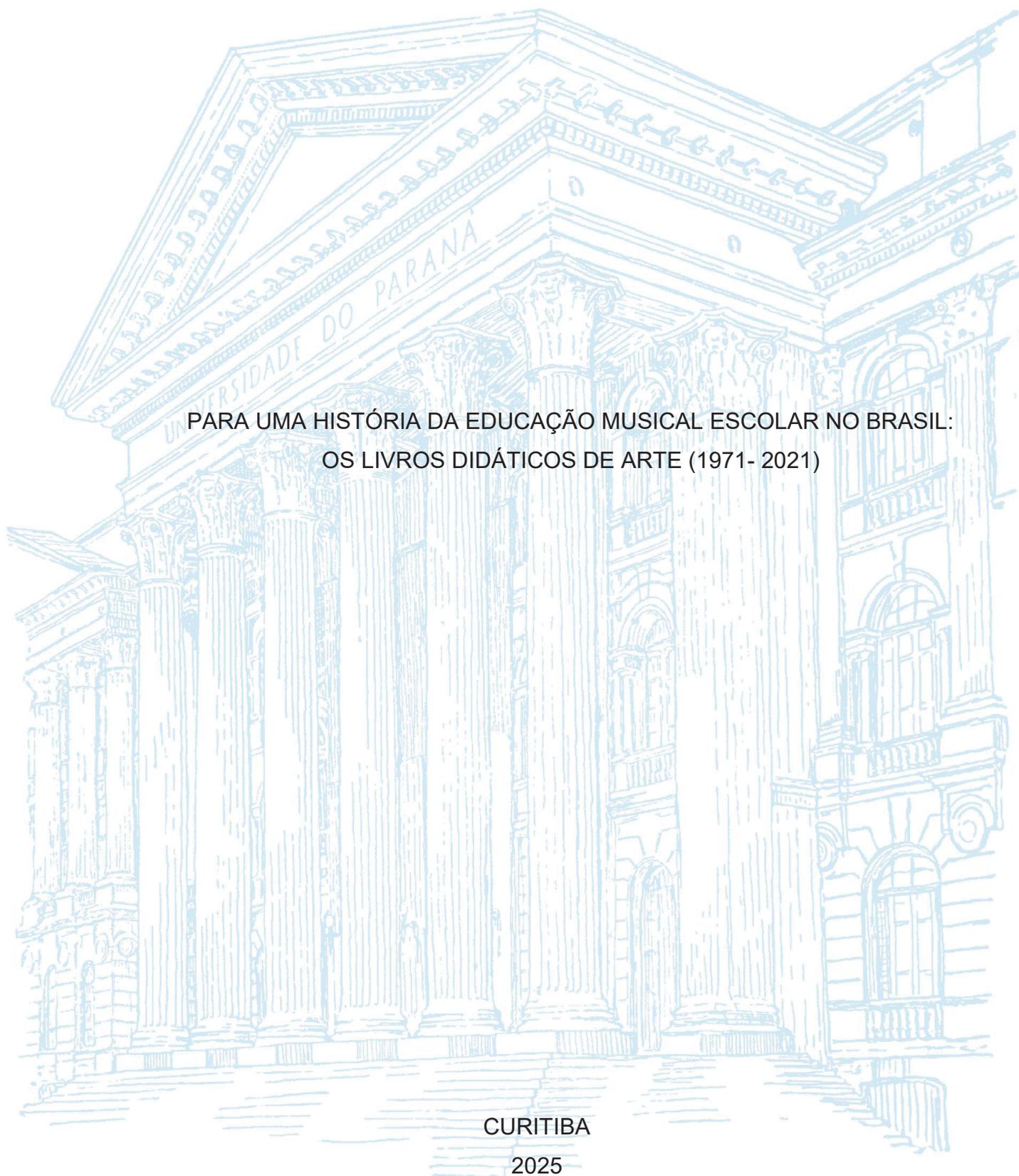
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROSSANA MEIRELLES CAVALLINI

PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL ESCOLAR NO BRASIL:
OS LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE (1971- 2021)

CURITIBA

2025



ROSSANA MEIRELLES CAVALLINI

PARA UMA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MUSICAL ESCOLAR NO BRASIL:
OS LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE (1971-2021)

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em História.

Orientador: Prof. Dr. André Acastro Egg

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Rossana, Meirelles Cavallini

Para uma história da Educação Musical escolar no Brasil: os livros didáticos de Arte (1971-2021). / Rossana Meirelles Cavallini. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História.

Orientador: Prof. Dr. André Acastro Egg.

1. Educação musical na educação básica – Instrução e estudo.
2. Música – Instrução e estudo. 3. Livros didáticos. I. Egg, André Acastro, 1973-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ROSSANA MEIRELLES CAVALLINI**, intitulada: **Para uma História da Educação Musical Escolar no Brasil: os livros didáticos de Arte (1971-2021)**, sob orientação do Prof. Dr. ANDRÉ ACASTRO EGG, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 15 de Agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica
15/08/2025 23:17:16.0
ANDRÉ ACASTRO EGG
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
18/08/2025 11:08:40.0
ANDRÉIA VEBER
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
15/08/2025 23:20:23.0
CLAUDIO DE SA MACHADO JUNIOR
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
17/08/2025 13:33:44.0
GUILHERME GABRIEL BALLANDE ROMANELLI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ -UFPR)

Assinatura Eletrônica
17/08/2025 09:03:39.0
EDILSON APARECIDO CHAVES
Avaliador Externo (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ)

*Dedico este trabalho aos meus pais,
Regina e Marivaldo (in memoriam).
Aos meus queridos filhos, Guilherme e Nicole.
E a todos os estudantes da educação básica brasileira
que anseiam por aulas de Música, na escola.*

AGRADECIMENTOS

A Ishvara, por me abençoar e fortalecer diariamente para o enfrentamento dos desafios que Ele coloca no meu caminho, possibilitando o meu crescimento pessoal.

Muitas são as mãos, mentes e corações envolvidos em todo empreendimento humano. Nada se faz sozinho. Quero agradecer imensamente:

Aos meus pais, meus primeiros e maiores professores. Em especial, à minha mãe, maior incentivadora deste trabalho, patrocinadora nos momentos em que desistir parecia a única opção, apoiadora incansável de todos os meus projetos e corresponsável por todas as minhas conquistas.

Aos meus queridos filhos Nicole e Guilherme, pela paciência, resiliência e aceitação dos projetos que coloco, sem passar por votação, nos caminhos da família.

Ao meu querido orientador, professor Dr André Egg, pela aposta no meu trabalho e por me orientar de forma diligente e dedicada.

À grande amiga-irmã e educadora musical, Maris de Souza Egg, pelas constantes trocas e auxílio, em todos os âmbitos e momentos desta pesquisa.

À amiga Regiane Dionísio Porrua, presente deste doutorado, por toda escuta, carinho e apoio na fase final desta pesquisa.

A Andrea Schach Fey, educadora musical, professora de Arte da Rede Estadual de Ensino do Paraná e pesquisadora em Manualística, pelas trocas e ajudas preciosas.

A Maria José Fagundes, da Biblioteca do Livro Didático da USP, por todo auxílio prestado em minhas visitas ao acervo e em muitas outras, à distância.

Às pesquisadoras do Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas da UFPR, Jennifer e Fernanda e, em especial à Prof.^a Dra. Tania Braga Garcia, por me receber no NPPD e fornecer valiosas informações sobre a história do Núcleo e seu acervo.

Aos membros da Banca de Defesa, pelo aceite de participação, pela elegância, delicadeza e competência das arguições e pelas contribuições feitas a este trabalho.

Aos/Às professores/as e colegas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, em especial ao colega Luiz Gabriel da Silva, pelas partilhas e aprendizado.

Aos/às colegas do AA – Acadêmicos Anônimos. Ao AA – Acadêmicos Anônimos, pois sem o profissionalismo e apoio de vocês, tudo teria sido muito mais difícil.

À Capes, pela concessão de bolsa por um ano.

RESUMO

Esta tese apresenta o estudo da história da educação musical escolar brasileira, entre os anos de 1971 e 2021, numa abordagem interdisciplinar que se abarca autores da História (Chartier, 1990; Bittencourt, 1993; Munakata, 2006, 2012; Hallewell, 2017; Napolitano, 2014, 2022; Chaves, 2024 e outros), da Educação (Chervel, 1990; Forquin, 1992; Cassiano, 2007; Vinão, 2008, Filgueiras, 2011; Saviani, 2013; Santos, 2014 e outros), da Educação Musical (Mateiro, 2006; Jardim, 2008; Souza, 2014; Queiroz, 2012; Penna, 2004, 2007, 2013, 2015, Subtil, 2011, 2012 e outros) e da Manualística (Choppin, 2002, 2004, 2008, 2009; Teive, 2015; Escolano Benito, 2017; Romanelli, 2019a, 2019b, 2020, 2021 e outros). Suas fontes são compostas por dois conjuntos documentais: o primeiro é formado por documentos oficiais referentes às políticas públicas acerca dos livros didáticos, da legislação educacional brasileira e referentes ao ensino de Música e artes. O segundo conjunto documental consiste em coleções de livros didáticos de Educação Artística e Arte, publicadas entre os anos 1970 e 2020. O primeiro capítulo apresenta um panorama das políticas públicas brasileiras relacionadas ao livro didático, ao longo do século XX. O capítulo 2 aborda a legislação educacional sobre ensino de Música, em articulação com as políticas educacionais mais amplas, a partir da LDB, Lei nº 4.024/1961 até os anos 2000. O capítulo 3 consiste na análise do acervo de livros didáticos de artes da Biblioteca do Livro Didático da Universidade de São Paulo (BLDFE), com um mapeamento geral dos livros e análise nas coleções de livros didáticos de Educação Artística e Arte, publicados desde a década de 1970 até o início dos anos 2000. O capítulo 4 aborda o Programa Nacional Do Livro Didático (PNLD) nos anos 2000, os rumos do programa nesse período e seu funcionamento, hoje. O capítulo 5 focaliza a análise de uma coleção de livros didáticos de Arte do PNLD: a coleção *Por toda parte* (Ferreira *et al.*, 2018). O capítulo 6, último da tese, é dedicado aos acervos de livros escolares, no Brasil. Aborda e conecta acervos europeus e acervos e bancos de dados brasileiros, discutindo sobre importância e emergência da constituição de novos acervos de livros escolares, no Brasil. O exame de documentos referentes à legislação educacional em articulação com os livros didáticos mostrou-se fundamental para um maior entendimento a respeito das concepções de educação musical e do ensino de Arte nos diferentes contextos históricos, bem como dos modos como o sistema educacional procurou e procura encaminhar, na prática, as mudanças da legislação. Este estudo mostra que as mudanças de legislação são imediatas, enquanto a adaptação dos agentes da sociedade e as mudanças nas concepções sobre ensino de Arte são mais complexas e morosas. A investigação aponta também a vinculação dos livros didáticos às políticas educacionais e sua centralidade na implantação de mudanças curriculares, em todo o período estudado, reforçando a importância de sua análise e a emergência de sua salvaguarda e valorização como patrimônio educacional e fonte para as pesquisas de história da educação musical brasileira.

Palavras-chave: História da educação musical no Brasil, ensino de música na educação básica, livro didático de Arte, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), legislação educacional brasileira.

ABSTRACT

This thesis presents the study of the history of Brazilian school music education between 1971 and 2021, using an interdisciplinary approach that draws on authors from the fields of history (Chartier, 1990; Bittencourt, 1993; Munakata, 2006, 2012; Hallewell, 2017; Napolitano, 2014, 2022; Chaves, 2024, and others), education (Chervel, 1990; Forquin, 1992; Cassiano, 2007; Vinão, 2008, Filgueiras, 2011; Saviani, 2013; Santos, 2014, and others), music education (Mateiro, 2006; Jardim, 2008; Souza, 2014; Queiroz, 2012; Penna, 2004, 2007, 2013, 2015, Subtil, 2011, 2012, and others) and Manualistic (Choppin, 2002, 2004, 2008, 2009; Teive, 2015; Escolano Benito, 2017; Romanelli, 2019a, 2019b, 2020, 2021, and others). Its sources consist of two sets of documents: the first consists of official documents relating to public policies on textbooks, Brazilian educational legislation, and the teaching of music and the arts. The second set of documents consists of collections of textbooks on arts education and art, published between 1970 and 2020. The first chapter presents an overview of Brazilian public policies related to textbooks throughout the 20th century. Chapter 2 addresses educational legislation on music education, in conjunction with broader educational policies, from the LDB (Law No. 4,024/1961) to the 2000s. Chapter 3 consists of an analysis of the collection of art textbooks at the University of São Paulo Textbook Library (BLDFE), with a general mapping of the books and analysis of the collections of textbooks on Art Education and Art published from the 1970s to the early 2000s. Chapter 4 addresses the National Textbook Program (PNLD) in the 2000s, the direction of the program during this period, and its current functioning. Chapter 5 focuses on the analysis of a collection of PNLD art textbooks: the collection *Por toda parte* (Ferreira et al., 2018). Chapter 6, the last chapter of the thesis, is dedicated to school book collections in Brazil. It addresses and connects European collections with Brazilian collections and databases, discussing the importance and urgency of creating new school book collections in Brazil. The examination of documents relating to educational legislation in conjunction with textbooks proved to be fundamental for a greater understanding of the concepts of music education and art teaching in different historical contexts, as well as the ways in which the educational system sought and seeks to implement changes in legislation in practice. This study shows that changes in legislation are immediate, while the adaptation of social agents and changes in conceptions of art education are more complex and time-consuming. Research also points to the link between textbooks and educational policies and their central role in the implementation of curricular changes throughout the period studied, reinforcing the importance of their analysis and the urgent need to safeguard and value them as educational heritage and a source for research into the history of Brazilian music education.

Keywords: History of music education in Brazil, music teaching in basic education, art textbooks, National Textbook Program (PNLD in portuguese abbreviation), Brazilian educational legislation.

LISTA DE FIGURAS

- FIGURA 1** – Capa vol. 2 coleção DECKERS, Jan; VIEIRA, Ivone Lusía; MOURA, José Adolfo. **Educação Artística** (área de Comunicação e expressão). Vol. 2 (4 ed.). Belo Horizonte: Ed. Lê, 197-?..... 125
- FIGURA 2** – Capas Coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, M. Célia Bombana. **Educação Artística** - estudo dirigido: expressão corporal, expressão musical, expressão plástica. 4 volumes. São Paulo: IBEP, 197-?..... 125
- FIGURA 3** – Capas volumes 1 e 2 coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau**. Vols. 1 e 2 (Livro do Professor). São Paulo: Saraiva, 1977 e 1978..... 126
- FIGURA 4** – Páginas 14 e 15 do volume 2 - coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau**. São Paulo: Saraiva, 1977. 131
- FIGURA 5** – Páginas 16 e 17 do volume 2 – coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau**. São Paulo: Saraiva, 1977. 131
- FIGURA 6** – Páginas 134-135 – coleção: FLEITAS, Orinaldo. **Comunicação pela arte**. 6ª série. São Paulo: FTD, 1978 132
- FIGURA 7** – Páginas 144-145 - coleção FLEITAS, Orinaldo. **Comunicação pela arte**. 6ª série. São Paulo: FTD, 1978 132
- FIGURA 8** – Páginas 62 e 63 do volume 1 da coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, Célia B. **Educação Artística- estudo dirigido** (expressão musical, expressão corporal, expressão plástica). São Paulo, IBEP: 197-? 133
- FIGURA 9** – Página 31 do volume 1 (5ª série) da coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, Célia B. **Educação Artística- estudo dirigido** (expressão musical, expressão corporal, expressão plástica). São Paulo, IBEP: 197-? 134
- FIGURA 10** - Capa, vol. 6 da coleção OLIVEIRA, Malaí Guedes. **Hoje é dia de arte**. 5ª a 8ª série. São Paulo: IBEP, 198-? 136
- FIGURA 11** - Capa, vol. 3 da coleção XAVIER, Natália; AGNER, Albano. **Viver com Arte (Educação artística)**. São Paulo: Ática, 1984. 136
- FIGURA 12** - Capa, vol. 4 (8ª série) da coleção CANTELE, Bruna R. **Arte, etc e tal...** São Paulo: IBEP, 199-? 137

FIGURA 13 - Índice, vol. 3 da coleção XAVIER, Natália; AGNER, Albano. Viver com Arte (Educação Artística) . São Paulo: ed. Ática, 1984.	138
FIGURA 14 - Páginas 60-61 do vol. Nº 6 da coleção: OLIVEIRA, Malai Guedes. Hoje é dia de arte . 5ª a 8ª série. São Paulo: IBEP, 198-?.	140
FIGURA 15 - Página 34 do vol. 1 da coleção: XAVIER, Natália; AGNER, Albano. Viver com Arte (Educação Artística) . São Paulo: ed. Ática, 1984.	141
FIGURA 16 - Segunda página do Sumário, da coleção: MEIRA, Beá. Projeto Rádix: Arte (6º, 7º, 8º, 9º ano). 2.ed., São Paulo: Ed. Scipione, 2009; 2010.	144
FIGURA 17 - Capas das sete coleções aprovadas no Edital 2020 do PNLD.....	166
FIGURA 18 - Capas coleção “Por toda parte”, V. 1 a 4, Manual do Professor.....	177
FIGURA 19 - Coleção Por toda parte - 9º ano. Manual do Professor, p.144 e 145.....	178
FIGURA 20 - Sumário do Manual do Professor - primeira parte (p. VI).	182
FIGURA 21 - Sumário do Livro do Aluno, volume do 6º ano: unidades 1 e 2.	187
FIGURA 22 - Sumário do Livro do Aluno, volume do 6º ano: unidades 3 e 4.	188

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos exemplares por década de publicação	108
TABELA 2 – Títulos por assunto – acervo de artes da BLD 2024	109
TABELA 3 – Livros de Artes/ Educação Artística - BLD 2024	111
TABELA 4 – Distribuição dos livros didáticos e coleções de Educação Artística./ Arte por década de publicação – BLD	113
TABELA 5 - Distribuição quantitativa de “Arte em projetos” por linguagem artística.....	189

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Etapas de execução do PNLD no EF e EM	159
QUADRO 2 - Coleções de Arte aprovadas no PNLD: 2015 a 2020	163
QUADRO 3 - Coleções de Arte aprovadas no PNLD: 2021 a 2025	164

LISTA DE SIGLAS

ABE – Associação Brasileira de Educação
ABEM - Associação Brasileira de Educação Musical
AIEF - Anos Iniciais do Ensino Fundamental
AFEF - Anos Finais do Ensino Fundamental
ANPED – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
BLD – Biblioteca do Livro Didático
BLDFE USP - Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CALDEME – Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino
CFE - Conselho Federal de Educação
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNLN - Comissão Nacional do Livro Didático
CNME – Campanha Nacional de Material de Ensino
COGEAM - Coordenação Geral de Avaliação de Materiais Didáticos
COLTED - Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
DEF - Departamento de Ensino Fundamental
DNE - Departamento Nacional de Educação
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EF - Ensino Fundamental
EI - Educação Infantil
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EM – Ensino Médio
FAE – Fundação de Assistência ao Estudante
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FENAME – Fundação Nacional do Material Escolar
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GEI - Georg Eckert Institut (Alemanha)
GLOTREC - Global Textbook Resource Center (Alemanha)

HISALES – Centro de Memória e Pesquisa Histórica da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

INL – Instituto Nacional do Livro

INRP - *Institut National de Recherche Pédagogique* (França)

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIVRES - Banco de dados de Livros Escolares Brasileiros

MANES – Manuais escolares (Espanha)

MEC - Ministério da Educação e Cultura

NPPD – Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PLIDEF – Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático (1985 a 2017); Programa Nacional do Livro e do Material Didático (2017 em diante)

PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático do Ensino Médio

RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SEF - Secretaria de Educação Fundamental

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

UFPEl - Universidade Federal de Pelotas

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UNED - *Universidad Nacional de Educación a Distancia* (Madri - Espanha)

UNESCO – Organização das nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL, NO SÉCULO XX	31
1.1 O ESTADO NOVO E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL).....	32
1.2 OS ANOS 1950 E A CALDEME	38
1.3 OS ANOS 1960: A LDB - LEI Nº 4.024/1961, A DITADURA MILITAR E OS ACORDOS MEC–USAID	45
1.3.1 A LDB - Lei nº 4.024/1961 e os debates acerca do livro didático	45
1.3.2 A Ditadura Militar, os acordos MEC-USAID e a COLTED	46
1.4 OS ANOS 1970: A REFORMA EDUCACIONAL E O SISTEMA DE CO- EDIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	53
1.5 REDEMOCRATIZAÇÃO, NOVAS PROPOSTAS E O SURGIMENTO DO PNLD.....	59
1.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	65
CAPÍTULO 2 - A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL, A PARTIR DA LDB - LEI Nº 4.024/1961	67
2.1 A LDB – LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961	68
2.2 A REFORMA DO ENSINO E A LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971.....	78
2.3 A LDB – LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	91
2.4 ANOS 2.000 E A LUTA PELO ESTABELECIMENTO DO ENSINO DE MÚSICA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	97
2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	104

CAPÍTULO 3 - OS LIVROS DE ARTES NO ACERVO DA BIBLIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO E COLEÇÕES ESPECIAIS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BLDFE - USP).....	106
3.1 MAPEAMENTO GERAL DO ACERVO	107
3.2 OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E ARTE	112
3.3 ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E ARTE POR DÉCADA.....	115
3.3.1 AS 26 COLEÇÕES	116
3.3.2 ANOS 1970: AS TRÊS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS	120
3.3.2.1 Formato e materialidade	121
3.3.2.2 Organização interna e visualidade	124
3.3.2.3 Conteúdos propostos e a presença da educação musical	127
3.3.3 ANOS 1980 E 1990: MONÓLOGO DAS ARTES PLÁSTICAS?	134
3.3.3.1 Formato e materialidade	135
3.3.3.2 Conteúdos propostos e a presença da educação musical	137
3.3.4 ANOS 2.000: O COMEÇO DE UMA TRANSIÇÃO	141
3.3.4.1 Formato e materialidade	143
3.3.4.2 Conteúdos propostos e a presença da educação musical	143
3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	145
CAPÍTULO 4 - O PNLD NO SÉCULO XXI	148
4.1 PNLD NOS ANOS 2000: CONSOLIDAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MUDANÇAS RECENTES	148
4.2 PNLD HOJE: O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA, DO EDITAL À APROVAÇÃO	155
4.3 A ENTRADA DA DISCIPLINA DE ARTE E AS COLEÇÕES APROVADAS: 2015 – 2025	160
4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	167

CAPÍTULO 5 - ESTUDO DE CASO: A COLEÇÃO POR TODA PARTE.....	169
5.1 SOBRE A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE NA ATUALIDADE.....	170
5.1.1 A Escrita da linguagem musical	170
5.1.2 Autoralidade	172
5.2 O ACESSO À FONTE	174
5.3 COLEÇÃO <i>POR TODA PARTE</i> : FORMATO, MATERIALIDADE E ESTRUTURA.....	175
5.3.1 Formato e materialidade	175
5.3.2 Estrutura e organização da coleção	177
5.4 O MANUAL DO PROFESSOR E AS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL	179
5.5 AS QUATRO LINGUAGENS ARTÍSTICAS E A PRESENÇA DA MÚSICA NA COLEÇÃO	184
5.5.1 Sobre os conteúdos de música na coleção	192
5.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	195
CAPÍTULO 6 - EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: ACERVOS DE LIVROS ESCOLARES NO BRASIL	197
6.1 O COMEÇO DE TUDO: TRÊS CENTROS PIONEIROS EUROPEUS	197
6.2 BIBLIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO E COLEÇÕES ESPECIAIS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	199
6.3 BANCO DE DADOS DE LIVROS ESCOLARES BRASILEIROS (LIVRES)	202
6.4 MEMORIAL DO PNLD	205
6.5 CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO, LEITURA, ESCRITA E DOS LIVROS ESCOLARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (HISALES – UFPel)	207
6.6 NÚCLEO DE PESQUISA EM PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (NPPD – UFPR)	209
6.7 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	211
6.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
FONTES	219
REFERÊNCIAS	226
ANEXO I: ACERVO DE ARTES- BILIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO	234

INTRODUÇÃO

O livro didático como fonte da pesquisa histórica

Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se (Choppin, 2002, p. 40).

Allan Choppin, historiador pioneiro no estudo dos manuais escolares na França, constatou que, ao longo da história, uma infinidade de livros foi utilizada para o ensino de habilidades, transmissão de conhecimentos específicos, instrução em diferentes ambientes (em casa, em escolas, igrejas), mas que o conceito de livro escolar é historicamente recente.

A língua francesa não conhece, antes da Revolução, o termo genérico que designa essa categoria de obras. A situação é comparável em outros países ocidentais: os livros escolares são, há muito tempo, apresentados aos seus contemporâneos sob uma multiplicidade de denominações. (Choppin, 2009, p. 15)

Segundo o historiador, por muito tempo, nas diversas línguas, múltiplos termos foram utilizados para designar o conceito de livro escolar: manual escolar, livro didático, texto didático, livro escolar, material didático, livros texto, manual de ensino, entre outros.

No século XIX, os manuais escolares se configuraram como instrumentos poderosos da constituição identitária dos Estados Modernos, no período em que a produção da literatura escolar se disseminou em escala mundial. (Bittencourt, 2014). Ganharam notoriedade por sua ampla difusão, a partir da segunda metade do século XIX, quando houve um aumento do consumo de livros escolares em consequência da consolidação dos sistemas públicos de educação, na Europa e América. Segundo Choppin (2004), a história da educação e a dos manuais escolares estão entrelaçadas. Sob distintos olhares, fica clara a historicidade que os manuais carregam consigo.

Apesar de seu sucesso e notoriedade, os manuais foram, por muito tempo, desprezados pelos pesquisadores e bibliógrafos e alvo de duras críticas por parte dos educadores. Foram também negligenciados pelos historiadores, por serem vistos como simples espelhos da sociedade do qual procedem, “uma concepção de resto bem ingênua”, ou como vetores ideológicos e culturais. (Choppin, 2002, p.10).

Somente na segunda metade do século XX, os manuais escolares começaram a conquistar *status* de fonte histórica. Nos primeiros anos em que o livro didático se tornou objeto de estudo entre historiadores (em sua maioria, europeus), o essencial da produção científica se concentrou na análise dos conteúdos da disciplina de História e das imagens que os manuais de História, Geografia, leitura e Instrução cívica traziam da sociedade. O autor aponta que, além de redundantes, esses trabalhos apresentavam falhas metodológicas e análises superficiais. (Choppin, 2002)

É no decorrer dos anos 1970, que os historiadores começam a manifestar um real interesse pelo livro e pela edição escolares. O fim da década testemunha essa tomada de consciência com a publicação, quase concomitante, de contribuições que sublinham a importância que revestiu o manual como fonte para os historiadores da educação, em diferentes países. (Choppin, 2002, p. 11).

Nesse período, surgem trabalhos que mostram que a análise dos manuais antigos (de fim do século XIX) pode contribuir para o conhecimento da história da educação e discutem questões de método, trazendo avanços ao desenvolvimento do campo.

Os anos 1970 se caracterizaram também como um “período em que os livros didáticos eram analisados, quase que exclusivamente, como veículos de inculcação ideológica da classe social dominante e, sob essa vertente, eram considerados os vilões, por excelência, da vida dos professores e alunos”. (Bittencourt, 2014, p. 43).

Segundo Almeida Filho, a produção dos trabalhos e discursos sobre os livros escolares, até os anos de 1980, vai ao encontro, sobretudo, da segunda premissa: objeto ideologicamente cultural que possui um objetivo específico (Almeida Filho, 2008, p. 7).

A partir dos anos 1980, esse campo de pesquisa é marcado por um dinamismo, que resulta da convergência de fatores como avanços na área de história do livro, interesse e curiosidade dos historiadores pela história da educação

com o desenvolvimento de periódicos específicos e a criação de associações nacionais e internacionais.

Além disso, o campo de estudos do livro escolar foi beneficiado pelo progresso das técnicas de armazenamento e tratamento das informações e pelo desenvolvimento dos sistemas de gerenciamento de base de dados, que foram cruciais para o desenvolvimento dos bancos de dados pioneiros que iremos conhecer no capítulo 6 desta tese.

As ferramentas de informática do final do século XX também favoreceram as trocas e colaborações, bem como o desenvolvimento de redes científicas. Em relação a esse campo de estudos na atualidade, Teive afirma:

Hoje, cientes de sua importância, os pesquisadores da área são unânimes em admitir que o estudo do livro escolar oferece um amplo leque de possibilidades de pesquisa, o que tem impulsionado a criação de inúmeros centros dedicados à sua investigação, dando origem a um novo campo intelectual no mundo da pesquisa histórico-educativa, batizado pelo historiador espanhol Agustín Escolano Benito de “manualística”. (Teive, 2015, p. 829).

Sobre a historicidade que carregam, Choppin (2002) destaca que os manuais escolares representam uma fonte privilegiada para os historiadores, seja qual for o interesse: por questões relativas à educação, à cultura ou às mentalidades. Para ele, o livro didático é um objeto complexo dotado de múltiplas funções, muitas das quais passam despercebidas aos olhos da maioria dos contemporâneos.

Essas funções extrapolam o universo da escola, abarcando um grande conjunto de elementos extraescolares: legislação educacional, orientações curriculares nacionais, editais de aquisição e distribuição, mercado editorial, entre outros. O livro didático constitui um testemunho escrito muito mais elaborado, mais detalhado e mais rico que as instruções que supõe preparar (Choppin, 2002).

Silva (2011) afirma que os livros didáticos estão inseridos em contextos historicamente localizados, são produtos de relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade e não objetos surgidos ao acaso. A seleção de seus conteúdos curriculares e pedagógicos, forma de condução destes conteúdos, formato de apresentação (materialidade), seu projeto visual, nada é escolhido ao acaso. Pesquisá-los implica em pesquisar um objeto cultural complexo, especialmente quando ele é entendido como um documento histórico. O autor elenca algumas

formas de 'olhar' para os manuais escolares que emergem de um vasto universo de possibilidades.

Analisar criticamente os conteúdos, pensar o seu suporte material, sua faceta de produto comercial, seus usos e desusos por professores e alunos são algumas das formas de análise resultantes dessa constatação. Nas pesquisas históricas, principalmente aquelas situadas no campo da história cultural, essa complexidade tornou-se elemento central. (SILVA, 2011, p. 179).

Este 'objeto cultural complexo está também engendrado nas engrenagens da seleção cultural. Sobre essa questão, Forquin (1992) afirma que

de acordo com as épocas, as sociedades, os níveis de estudo, as clientelas escolares, as ideologias pedagógicas, o sistema de relações de forças entre os grupos que buscam controlar as transmissões educacionais, não são os mesmos aspectos, os mesmos componentes da herança que dão lugar à referência, à interpretação ou à transmissão no contexto dos programas escolares. (Forquin, 1992, p. 30)

Para Jean-Claude Forquin (1992, p.28), a escola é “o local – por excelência nas sociedades modernas – de gestão e de transmissão de saberes e símbolos.” O autor define currículo como forma institucionalizada de estruturação e de programação de conteúdos de ensino e os conteúdos de ensino, como produtos selecionados no interior de uma cultura (Forquin, 1992). Frisamos que os livros didáticos são também resultado da seleção cultural, por estarem submetidos ao currículo oficial.

Ao discorrer sobre a seleção cultural escolar, Forquin destaca que a conservação e a transmissão da herança cultural do passado são uma função essencial da educação em todas as sociedades e aponta que a maneira como uma sociedade representa o passado e gere sua relação com ele opera-se numa dinâmica conflituosa. “A seleção que está no fundo de toda tradição comporta sempre uma parte de arbitrário e supõe na verdade um questionamento contínuo da escolha feita por seus ancestrais” (Forquin, 1992, p.30).

O autor salienta que a seleção cultural não é exercida apenas em relação a uma herança do passado: determinados conhecimentos, atitudes, valores atuais são também selecionados para serem transmitidos às gerações atuais e futuras (*Ibid.*, p. 31).

Forquin destaca também que, além de selecionar os saberes e os materiais culturais disponíveis num momento dado, numa sociedade, a educação escolar também reorganiza, reestrutura todos esses saberes, no árduo trabalho de transformar o pensamento teórico, o conhecimento científico em algo transmissível e assimilável. É a chamada mediação didática ou transposição didática.

E evidencia que a cultura escolar é “uma cultura derivada e transposta, subordinada inteiramente a uma função de mediação didática” (*Ibid.*, p. 33). Ela é marcada e determinada pelos produtos e instrumentos característicos que materializam essa cultura, tais como os programas oficiais, os manuais e materiais didáticos, notas, classificações, provas e outros.

O livro didático é um elemento característico da cultura escolar, está submetido aos processos de seleção cultural, conforme já apontamos, evidenciando a prevalência de certos conhecimentos em detrimento de outros. Para Escolano-Benito (2017), o manual escolar é como ícone de um tempo, de uma cultura: a cultura escolar.

O estudo do manual escolar apresenta um foco privilegiado de análise, pelos motivos apresentados acima, no pensamento dos autores que fundaram esse campo de estudos. Estudar o livro didático no Brasil é inserir-se em um conjunto de pesquisadores que já vieram trabalhando com o tema, como veremos ao longo deste trabalho. E é, sobretudo, uma forma de mergulhar no estudo da História – envolvendo múltiplos aspectos da vida escolar e do sistema educacional brasileiro.

O ensino de Música na educação básica brasileira tem sido marcado por lutas e embates, saídas e retornos do currículo, desde o século XIX (Jardim, 2008). Nosso desejo, ao iniciar este estudo, era o de ampliar o olhar sobre sua história recente, a partir do exame de manuais escolares de Arte, a fim de contribuir com a escrita da história da educação musical escolar, a partir do ano 2000.

A partir daí, a pergunta inicial de pesquisa era: o que os livros didáticos de Arte, em articulação com documentos oficiais (legislação educacional, documentos curriculares e outros) podem nos dizer a respeito das concepções de educação musical e de sua trajetória no ensino de Arte, a partir do ano 2000 até o momento atual? A pesquisa histórica depende de fontes e o acesso aos livros didáticos do período delimitado ainda não estava garantido. Adiante, veremos que grandes surpresas surgiram, na segunda metade deste estudo, mudando seu escopo e recorte temporal, alterando também os objetivos inicialmente estabelecidos.

O objetivo geral desta pesquisa passou, então, a ser: investigar a história da educação musical escolar brasileira, entre 1971 e 2021, tendo como uma de suas principais fontes, os livros didáticos. A partir deste objetivo geral foram elencados objetivos específicos, que se desenvolveram nas ações de pesquisa abaixo arroladas.

Foi feito um levantamento da legislação acerca das políticas públicas de regulação sobre a produção e distribuição de livros didáticos no Brasil, desde o estabelecimento do Instituto Nacional do Livro. Procurou-se pesquisar e apresentar a legislação educacional ampla (e sua regulamentação), bem como a relativa ao ensino de Música, no período delimitado.

Foi realizada uma pesquisa no acervo de livros de artes da Biblioteca do Livro Didático (BLD) da Universidade de São Paulo. Deste acervo foram selecionadas as coleções alvo de análise para a pesquisa, que se somaram a uma coleção obtida por meio de doação. As coleções selecionadas foram analisadas segundo seu formato, materialidade, e conteúdos propostos, verificando-se a presença da educação musical, as concepções de ensino de Música, entre outros temas.

Foi feito um estudo comparativo entre os conteúdos de Música dos livros didáticos do século XXI selecionados pelo PNL D e os da década de 1970. Procurou-se articular a análise das coleções de livros didáticos com a legislação, os documentos curriculares e o contexto histórico do período estudado.

Com essa abordagem, o trabalho visou contribuir com a escrita da história da educação musical escolar brasileira dos últimos 50 anos. Os caminhos empreendidos nesta pesquisa pretenderam contribuir para as discussões atuais sobre a inserção da Música na escola e contribuir com a produção de conhecimento e o fortalecimento do campo de estudos da Educação Musical.

Apresentação da autora: o longo caminho até o tema

A semente desta pesquisa data do ano 1976, quando uma menina de sete anos assistiu, pela primeira vez, uma aula de dança (*ballet*). Foi amor à primeira vista. Por anos, não pensava em outra coisa senão que queria dançar. Ela pedia diariamente à mãe para estudar ballet, mas, naquele momento não pôde ser atendida. Um tempo depois, foi a vez de descobrir o piano, na casa de amigos dos

pais. Outro grande impacto para a menina, que apesar de pequena, já percebia a centralidade da arte para existência humana.

No ambiente da escola, um primeiro contato com as artes aconteceu no jardim de infância e seguiu pelo ensino primário (1ª a 4ª série), mas quase sem a presença da música. À medida que ela crescia, notou que a arte diminuía no currículo da escola. E a música continuava ausente. Teve que esperar até os 11 anos para iniciar numa academia de *ballet* e até os 16 anos, pela primeira aula de piano. Dois momentos de grande emoção.

Durante toda a vida escolar, antes e depois de ingressar no elitizado mundo dos estudantes de *ballet* e piano, a menina tentara encontrar uma escola com mais arte, questionando continuamente o currículo vigente, junto aos diretores. Foram muitas escolas, oito no total. Grande parte delas, escolas ditas experimentais, que saíam do universo pedagógico convencional.

Com o término do ensino médio e sem formação musical suficiente, não podia pleitear uma vaga, nos concorridos cursos de Bacharel em piano, das universidades públicas de São Paulo (nesse tempo, o curso de Licenciatura em música ainda não existia).

Teria mais chance de entrar no Ensino Superior, optando por outro curso e assim foi. Já desistente da música, passou por duas graduações, uma na área de saúde e outra, em Ciências Sociais.

Após 12 anos da primeira graduação, num ensaio da ópera *Treemonisha* (Scott Joplin), veio um convite para ampliar a atuação do palco para salas de aula, numa escola de Educação Infantil. E dois anos depois, a oportunidade de cursar Licenciatura em Música, em Curitiba, Paraná. De lá para cá, nunca mais largou a música.

Após mais de 10 anos de atuação profissional como educadora musical na educação básica e na formação docente em Música para professores pedagogos e de Arte, uma oportunidade bateu à porta: fui selecionada por uma editora para escrever livros didáticos de Arte, em coautoria com uma professora formada em Artes Visuais. Na época, a editora contratante se queixara da dificuldade em encontrar autores da área de Música com habilidades específicas da escrita de livros didáticos.

Naquele momento, a tarefa parecia grande, mas sem maiores dificuldades. O desenrolar do trabalho mostrou a enorme complexidade da escrita de livros

didáticos: os conhecimentos da área estão longe de suprir as demandas diárias da escrita. Tudo é complexo e os prazos são muito curtos, mesmo num tempo em que não havia editais do PNLD de Arte. Aos saberes envolvidos na escrita dos conteúdos da Música, muitos outros se somam, equação complexa que precisa ser resolvida para que o resultado saia a contento da editora e, de nós, autores. Foram muitos embates e discussões proveitosos nesse trabalho de coautoria. E a vontade de tornar a música parte da escola deu a energia para enfrentar os muitos desafios da empreitada.

Desde então, as inúmeras facetas dos livros escolares de Arte e a possibilidade de inserção da educação musical na escola por meio deles passaram a habitar minha área de interesses como pesquisadora. Por ser a manualística um campo de estudos multidisciplinar, iniciei os estudos pré-projeto sondando as possibilidades de enfoque, em Programas de Pós-Graduação de diferentes áreas. Na área da Educação, o objeto livro didático vem saindo do foco das análises. As pesquisas têm investido mais energia em assuntos relacionadas aos usos e desusos dos livros didáticos por professores e estudantes, em sala de aula ou fora da sala de sala.

Surgiu, então, a possibilidade de submeter um projeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, onde havia um orientador trabalhando na interlocução das áreas de Música e História. Os esforços para uma aproximação da área de História e ingresso no PPGHIS foram aos poucos revelando uma vocação interdisciplinar. A linha de pesquisa Arte, Memória e Narrativa foi o espaço onde nos encontramos, colegas pesquisando temas ligados às artes visuais, literatura, teatro, cinema, quadrinhos, com abordagens e autores de várias matizes. Parecia um lugar favorável para o tipo de pesquisa que o livro didático demandava.

Esses caminhos levaram a pesquisa para a intersecção de três áreas do conhecimento, interligadas a partir do objeto de estudo: História, Educação, Música. As dificuldades que se apresentaram a esta pesquisa foram muitas, e o estabelecimento em um campo teórico metodológico foi, desde sempre, um desafio. Os conteúdos de música em livros didáticos de Arte, objeto de nossa análise, demandaram uma abordagem sob aspectos multifacetados: o livro, sua feitura, o mercado de circulação, do ponto de vista do objeto estudado; as políticas públicas e a legislação educacional, determinantes para a maneira como os livros foram pensados em diferentes épocas; os modos de pensar o papel da Música no sistema

educacional brasileiro, campo de disputas entre governantes e legisladores, educadores e pensadores da educação, e músicos e profissionais da música.

Além das dificuldades naturais do processo de busca pelas ferramentas conceituais e pelo PPG capaz de abrir as portas para a pesquisa, outras dificuldades foram se interpondo à pesquisa: o acesso às fontes documentais foi um problema nada trivial, e grande parte do que esta tese se tornou é resultado dos acasos que determinaram o que foi possível pesquisar, em termos de disponibilidade das fontes históricas.

Afora estas questões, a pesquisa foi se desenvolvendo em meio aos problemas da vida real, afinal o mundo não parou de girar. O desafio do doutorado foi exercido em meio ao desafio da maternidade, às dificuldades financeiras, à necessidade de desempenhar trabalhos variados durante o período. O ingresso no PPG no auge da pandemia de COVID, o cancelamento de 22 cotas de bolsas CAPES do Programa no ano de 2022, quando parecia que estava chegando o momento de receber esse inestimável apoio financeiro – foram eventos que contribuíram para dar, digamos, mais emoção a essa empreitada. Afinal, a bolsa chegou no último ano da pesquisa, em 2024, antes tarde do que nunca, possibilitando alguns meses de respiro, fundamentais para parte do que foi feito para esta tese.

As trilhas até as fontes

Esta pesquisa nasceu do interesse em aprofundar o olhar sobre os livros didáticos produzidos após a LDB 9.394/1996, com a expectativa de, a partir deles (e de documentos oficiais), traçar os caminhos recentes da educação musical escolar brasileira pré e pós-entrada da disciplina para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

No projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da UFPR, o objetivo principal da pesquisa e seu recorte temporal eram claros: iria investigar os livros didáticos de Arte publicados entre os anos 2000 e 2020, buscando compreender o que eles teriam a dizer, em diálogo com as políticas públicas e a legislação educacional. A maior incerteza residia no acesso às fontes principais: os livros didáticos.

Ao iniciar a pesquisa, já sabia que o caminho para as fontes seria tortuoso. A falta de experiência em pesquisa histórica aumentava a ansiedade e preocupação com essa questão. Pesquisa histórica sem fonte é como escola sem estudantes. Nas reuniões de orientação a pergunta que não queria calar era: como e onde vou encontrar os livros didáticos de diferentes períodos, principalmente os do início dos anos 2000, quando a disciplina não fazia parte do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)? O orientador, calmo, respondia que as fontes encontradas é que iriam nortear a pesquisa e não o contrário. E que não necessitaria de livros didáticos em quantidade para realizar uma pesquisa de qualidade.

No primeiro ano de Doutorado, 2021, em meio à Pandemia de Covid-19, iniciei a busca por uma editora cuja sucursal, em Curitiba, eu já conhecia e sabia que participava dos editais do PNLD. Para minha surpresa, após uma conversa telefônica de 5 minutos com o funcionário responsável pela divulgação das coleções, nas escolas, já havia uma caixa cheia de livros didáticos à minha espera na editora. Ao acessá-la, descobri coleções destinadas aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Depois descobri que uma das coleções da “caixa” era campeã de vendas (ou escolhas), no último Edital do PNLD de Arte para os anos finais do ensino fundamental. Era a coleção *Por toda parte*, e a editora a FTD. Com o avanço da pesquisa, veio a decisão de recortar uma fase da educação e os anos finais foram escolhidos, devido à legislação educacional, que focaliza a necessidade de um professor de Arte a partir do 6º ano. Com a decisão, a coleção *Por toda parte* foi oficializada como a principal fonte da pesquisa. Trabalhos e artigos para disciplinas foram feitos, tendo-a como base.

As buscas feitas em 2021, no Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES), não resultavam em fontes de interesse para a pesquisa. O acervo de livros didáticos de Música indicava escassez de livros e quase nada era destinado à educação básica. Vários deles estavam em acervos distantes e apenas um ou dois exemplares interessantes constavam, na Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLDFE-USP), a partir das buscas feitas, pela Internet. Como veremos no capítulo 6 desta tese, o LIVRES é uma ferramenta que busca reunir dados de diferentes acervos de livros didáticos no Brasil.

Durante o ano de 2022 veio o período mais desafiador, com o cancelamento de bolsas pelo Governo Federal, o fim do ciclo de disciplinas com aulas no formato

online, e a necessidade de assumir um trabalho como professora, em outro estado. Restavam disciplinas ainda a cursar, em 2023, além de processos seletivos para possíveis trabalhos, dada a ausência da Bolsa de estudos. O último ano do Doutorado iniciava, já em 2024, quando da chegada da Bolsa CAPES Proex. A pesquisadora ganhou ânimo e a pesquisa, novo fôlego. Dois livros didáticos dos anos 1970 são encontrados na BLD-USP, em nova pesquisa ao LIVRES e a visita à Biblioteca do Livro Didático da USP foi agendada, numa tarde de maio.

Quando cheguei à Biblioteca, a bibliotecária responsável estava à minha espera e os dois livros, já sobre uma mesa. Ao folhear os livros didáticos senti, pela primeira vez, como era interessante e emocionante conhecer um manual escolar de 50 anos atrás! Ali nasceu a historiadora. Mil perguntas vinham à mente: quem será que o doou? Onde essa pessoa lecionava Educação Artística, qual era sua formação? E os autores? Como foi escrever um livro didático, nesse período?

Resolvi perguntar onde ficava a seção dos livros didáticos de Educação Artística e de “Artes” e se eu podia pegar e olhar outros livros do acervo. Nesse momento, descobri livros escolares de Educação Artística no acervo da Biblioteca do Livro Didático da Universidade de São Paulo, em número bem maior que o imaginado. Foram três tardes inteiras, na Biblioteca e mais uma semana inteira, durante o mês de julho, para continuar as pesquisas.

Investigando essa amostra, lá encontramos a música e, a partir de então, decidimos retroceder meio século no recorte da pesquisa, abraçando a possibilidade de incluir esse período na escrita da história da disciplina de Arte/Música no Ensino Básico brasileiro.

Mediante a concordância do orientador, a pesquisa mudou de rumo, ampliando bastante o recorte temporal e incluindo uma variedade de manuais que jamais imaginara ser possível acessar. O trabalho triplicou e com ele, a certeza de os novos achados poderiam trazer novas contribuições para a escrita da história da educação musical escolar brasileira.

A organização dos capítulos

Esta tese divide-se em seis capítulos, numa sequência que se organiza a partir dos temas mais gerais, para os enfoques mais específicos. Partimos das políticas nacionais, navegamos por acervos, examinamos livros de diferentes

períodos e, finalmente examinamos algumas coleções de perto. Com essa estrutura, buscamos aproximar para entender os detalhes e distanciar para apreender o contexto. Essa é a dinâmica deste trabalho, numa busca por diferentes ângulos para encarar uma mesma questão: o ensino de música na escola.

Iniciamos no **capítulo 1**, fazendo um panorama das políticas públicas brasileiras relacionadas ao livro didático, ao longo do século XX. Segundo Munakata, “O mercado do livro didático, desde que se constituíram os sistemas nacionais de ensino, conta com a participação de um ator peculiar – o Estado.” (Munakata, 2012, p. 59). Nesse sentido, é fundamental compreender como se dão as políticas estatais acerca de sua regulação, bem como o contexto em que cada política é efetivada.

Uma vez que o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é, de um modo ou de outro, descendente do Instituto Nacional do Livro (INL) e há uma linha temporal das políticas sobre os livros didáticos, que se inicia nos anos 1930, esse é o ponto de partida do capítulo. Iniciaremos pela criação do Instituto Nacional do Livro (INL), durante o Estado Novo (1937-1945), momento marcado pela estruturação do ensino público e por reformas na educação brasileira.

Segue-se para os anos 1950, período caracterizado pela industrialização do Brasil e pelos movimentos da sociedade em torno da ampliação dos direitos civis, entre eles, o direito à educação. Abordaremos a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME), criada por Anísio Teixeira, diretor no INEP, com o objetivo de avaliar os manuais escolares em circulação e elaborar guias e manuais de ensino para os professores com metodologias inovadoras.

Após mais de uma década de discussões e trâmites, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional é finalmente promulgada. O Presidente João Goulart aprovou a Lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961 (Brasil, 1961). Em 1964 os militares dão o golpe de estado e inicia-se um longo período de ditadura, no país. Durante os anos 1960, o crescimento da população estudantil brasileira se intensificou e a necessidade de professores qualificados ficou ainda mais evidente. Nesse contexto, o livro didático assumiria o protagonismo como meio e instrumento de mediação da aprendizagem.

Com relação às políticas de produção e distribuição de livros didáticos, a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), em 1966, representou o início dos conhecidos acordos MEC-USAID, feitos entre o governo

brasileiro e o estadunidense. Trataremos da implicação destes acordos para o mercado editorial e para a produção de livros didáticos.

O início dos anos 1970 é marcado pela reforma educacional efetivada pela Lei nº 5.692 (Brasil, 1971). No mesmo ano, a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED) é extinta e o Instituto nacional do Livro (INL) volta a protagonizar as políticas acerca dos livros didáticos, por meio do sistema de coedição de livros didáticos, em que o governo cofinanciava a sua produção. O INL desenvolveu o Programa do Livro Didático (PLD), que envolvia três subprogramas, entre eles o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF).

Politicamente, o fim dos anos 1970 e o início dos 1980 foram marcados, pela crise da ditadura militar. A última seção deste capítulo é dedicada ao período da redemocratização do Brasil, quando novas políticas educacionais e de compra e avaliação de livros didáticos são implantadas.

Na terceira e última parte do capítulo 1, trataremos da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), durante o período de redemocratização, nos anos 1980, e seus principais marcos até os dias atuais.

No **capítulo 2**, mudamos o foco dos livros didáticos para o ensino de Música na escola, tratando legislação educacional sobre ensino de Música, em articulação com as mudanças legislativas mais amplas.

Uma vez que a articulação de políticas específicas, como a relacionada aos livros didáticos e à educação musical, com a legislação educacional ampla se faz necessária, alguns eventos relatados e analisados, no capítulo 1 serão novamente abordados aqui, porém, olhando-os em conexão com o ensino de Música na escola. As seções deste capítulo foram delimitadas, tendo como base momentos importantes e pontos de “virada”, quando avanços ou retrocessos aconteceram.

O capítulo inicia com um marco temporal importante na história da educação: a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB 4.024, de 1961 (Brasil, 1961b) é também bastante relevante para a área da educação musical, pois nesse momento, o ensino de música é reconhecido como disciplina sob o nome de “Educação Musical”.

Em seguida, será abordada a Lei nº 5.692, de 1971 (Brasil, 1971b), importante reforma educacional empreendida durante o Regime Militar, que gerou mudanças generalizadas nos diferentes níveis da educação e disciplinas do currículo. A partir dessa lei, a disciplina de Educação Musical foi extinta (fato

determinante para seu percurso no ensino brasileiro) e a música foi anexada a outras artes, na atividade intitulada Educação Artística.

A terceira seção é dedicada aos rumos da educação musical, a partir da Lei nº 9.394 de 1996, a segunda Lei de Diretrizes e Bases brasileira (Brasil, 1996). No início dos anos 1990, os educadores musicais começam a se organizar de forma mais estruturada, com a fundação da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM). Com mais força, nos anos 2000 a área começou a reivindicar mudanças legislativas para a inserção da música no ensino e democratização do acesso à educação musical.

Na quarta e última parte do capítulo 2 trataremos de avanços e retrocessos, bem como dos desafios à implantação da educação musical, nos últimos anos e como a área se configura hoje, dentro do currículo educacional, especialmente no ensino fundamental.

O **capítulo 3** deste trabalho é resultado das visitas a um importante acervo de livros escolares: a Biblioteca do Livro Didático da Universidade de São Paulo. No capítulo, procuramos lançar diferentes olhares sobre o acervo. Inicialmente, foi feito um mapeamento geral dos livros de artes pertencentes ao acervo, caracterizando-o quantitativamente por época e assunto.

Na segunda seção, separamos a amostra dos livros didáticos, excluindo os paradidáticos e novamente caracterizamos a amostra, temporalmente, numa seleção intencional que nos levou às coleções que interessava examinar.

Partindo dessa seleção a segunda parte do capítulo consistiu na análise de três conjuntos de coleções: uma da década de 1970, outra que incluiu os livros dos anos 1980 e 1990 e a última, que percorreu pelos livros didáticos de arte do início dos anos 2000. Em todos os conjuntos de livros didáticos analisados, a atenção recaiu sobre aspectos como formato e materialidade, conteúdos propostos e a presença da educação musical. Durante a análise, buscou-se dialogar com a legislação e as políticas públicas do período.

O **capítulo 4** aborda o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do início dos anos 2000 até a atualidade. Na primeira seção do capítulo, são apresentados os rumos do programa no período entre os anos 2000 e 2020, período marcado pela sua expansão e pelo seu estabelecimento como política de Estado.

Na seção seguinte, mostramos como é o funcionamento do PNLD hoje, desde o lançamento do edital até a distribuição de milhões de livros às escolas públicas,

anualmente. Discorreremos também sobre os diferentes materiais que o programa engloba, analisando sua complexa logística, que vai da seleção dos livros pelo Programa, à escolha por parte das escolas e sua distribuição.

Na terceira e última seção, focalizou-se um importante marco do programa para a área: a entrada da disciplina de Arte no ano de 2015.

O **capítulo 5** consiste na análise de uma coleção de livros didáticos de Arte aprovada no Edital 2020, do PNLD: a coleção *Por toda parte* (Ferreira *et al.*, 2018). Antes da análise da coleção, partindo de nossa experiência pessoal, discutimos alguns aspectos próprios da disciplina de Arte e da linguagem musical, na escrita de livros didáticos. Como o acesso aos livros didáticos fora de uso é usualmente difícil, fazemos no capítulo um relato do percurso feito até chegar à coleção *Por toda parte*.

As seções seguintes do capítulo se concentram na análise da coleção, desde a parte dedicada ao professor, até os conteúdos de ensino, propriamente ditos, sempre focalizando a educação musical, em diálogo com os conteúdos gerais da coleção, na qual a linguagem está inserida. Durante análise, buscou-se também traçar comparações com as coleções examinadas no capítulo 3, a fim de se reconhecer mudanças e permanências nos livros dos diferentes períodos estudados.

O **capítulo 6**, último da tese, é dedicado a um assunto de grande relevância para a manualística no Brasil: a constituição de acervos de livros escolares. Começamos fazendo um breve histórico de três centros de estudo e acervos de manuais escolares europeus, que foram pioneiros e que serviram de referência, na criação de outros, em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil.

As seções seguintes tratam da história e do funcionamento de três locais que abrigam acervos de manuais escolares no Brasil: a Biblioteca do Livro Didático e Coleções Especiais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLDFE- USP), o Memorial do PNLD (UFRN), o Centro de Memória e Pesquisa Histórica da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares da Universidade Federal de Pelotas (HISALES – UFPel) e Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas da Universidade Federal do Paraná (NPPD – UFPR). Além dos três acervos, damos visibilidade para o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES). Por fim, apontamos alguns desafios atuais pertinentes a essa questão e possíveis ações de enfrentamento para a carência de acervos de livros didáticos.

CAPÍTULO 1 – PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DO LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL

O livro didático, objeto da cultura escolar cuja função primordial é transmitir conteúdos e métodos das disciplinas escolares, constitui-se em poderosa ferramenta capaz de promover a unificação nacional, linguística, cultural e ideológica, segundo Alain Choppin (2004). O historiador francês enfatiza a importância das análises que tratam das políticas educacionais para esse objeto cultural, que exerce função central no processo de escolarização. “O estudo sistemático do contexto legislativo e regulador, que condiciona não somente a existência e a estrutura, mas também a produção do livro didático é condição preliminar indispensável a qualquer estudo sobre a edição escolar” (Choppin, 2004, p. 561).

Neste primeiro capítulo, traçaremos um panorama das políticas públicas brasileiras relacionadas ao livro didático durante o século XX, começando pelas políticas regulatórias sobre a produção e distribuição dos manuais escolares, durante o Estado Novo (1937-1945). Abordaremos a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), num momento marcado pela estruturação do ensino público e por reformas na educação brasileira.

Em seguida abordaremos os anos 1950, período caracterizado pela industrialização do Brasil e pelos movimentos da sociedade em torno da ampliação dos direitos civis, entre eles, o direito à educação.

Na seção seguinte, focalizaremos os anos 1960 e 1970, período do governo ditatorial militar, conhecido no âmbito da educação por uma série de acordos feitos entre o governo brasileiro e o dos Estados Unidos: os acordos MEC-USAID.

Na terceira e última parte do capítulo, trataremos da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), durante o período de redemocratização, nos anos 1980, e seus principais marcos até os dias atuais.

1.1 O ESTADO NOVO E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO (INL)

O livro didático esteve ligado à criação da escola pública desde o início da formação dos Estados Modernos. O crescimento de seu consumo se associou à formação dos sistemas nacionais de educação e aos princípios de universalização da educação: obrigatoriedade, gratuidade e neutralidade religiosa. A formação dos sistemas nacionais de educação concretizou-se por meio de leis, das políticas de profissionalização da docência e da criação de condições de infraestrutura física e cultural, à qual os livros didáticos se vinculam.

Segundo Munakata, “O mercado do livro didático, desde que se constituíram os sistemas nacionais de ensino, conta com a participação de um ator peculiar – o Estado.” (Munakata, 2012, p. 59). No Brasil, não foi diferente. A criação de leis e medidas acerca do livro didático, numa perspectiva histórica recente, concretizou-se na década de 1930, período marcado por forte centralização política, grandes mudanças nos campos econômico, político e social, transformando definitivamente o Estado e as instituições nacionais. A proposta de uma educação nacional começava a ser estruturada e essa estruturação passava pela centralização do ensino, uniformização dos programas curriculares e padronização da ortografia oficial (Filgueiras, 2011).

A Constituição de 1934 estabeleceu a União como responsável por fixar o Plano Nacional de Educação (a ser elaborado pelo Conselho Nacional de Educação - CNE), coordenando e fiscalizando sua execução (Brasil, 1934, Art. 150). Estabeleceu também que o ensino primário seria gratuito, com frequência obrigatória e que deveria ser ministrado em língua portuguesa¹, em todos os estabelecimentos de ensino (públicos e privados) e baseado no acordo ortográfico de 1931².

¹ A consolidação de uma unidade nacional era uma das maiores preocupações do governo Vargas. “O Estado Novo estava particularmente desejoso de tornar obrigatória a língua portuguesa no ensino primário, em todo o país, como meio de abortar o separatismo linguístico em algumas comunidades de imigrantes no Sul do Brasil” (Hallewell, 2017, p. 405).

² O acordo ortográfico foi firmado entre a Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Academia de Ciências de Lisboa (ACL) e aprovado em 15 de junho de 1931. Consistiu na oficialização (tardia), pelo Brasil, da ortografia simplificada já em uso informal aqui desde o século XIX e oficialmente reconhecida em Portugal, desde a primeira década do século XX (Hallewell, 2017, p. 405). A nacionalização da educação, a obrigatoriedade do português em todas as escolas do país e firmar a ortografia simplificada era premente, inclusive para as editoras de livros didáticos.

Segundo Filgueiras, a questão do controle dos livros didáticos e seu mercado tornaram-se estratégicas, a partir das transformações que ocorriam no período: a ampliação e obrigatoriedade do ensino primário, a reforma do ensino secundário³ (sua seriação e os novos conteúdos, programas e métodos das disciplinas)⁴, a obrigatoriedade da ortografia oficial e o aumento do número de crianças e jovens nas escolas. Além disso, “as reformas educacionais beneficiaram o mercado editorial de didáticos, que se expandiu” (Filgueiras, 2011, p.18).

Em 21 de dezembro de 1937, o Decreto-Lei nº 93 (Brasil, 1937) criou o Instituto Nacional do Livro (INL), sediado no edifício da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, então capital federal.

O texto do Decreto-Lei nº 93 é sucinto: cria o INL, enumera suas competências, o Conselho e as seções técnicas que comporão o Instituto, quantos serão os cargos a ele vinculados e qual função cada técnico desempenhará. O artigo 2º enumera as quatro competências do INL:

- a) organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, revendo-lhes as sucessivas edições;
- b) editar toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional;
- c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país bem como para facilitar a importação de livros estrangeiros;
- d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional (Brasil, 1937, Art. 2º).

Essas atribuições seriam desempenhadas por três seções técnicas: Seção de Enciclopédia e do Dicionário (a), Seção das Publicações (b e c) e Seção das Bibliotecas (d).

Além das três seções técnicas, o Instituto Nacional do Livro teria também um Conselho de Orientação.

Ao Conselho de Orientação caberá elaborar o plano de organização da Enciclopédia Brasileira e do Dicionário da Língua Nacional,

³ Segundo Hallewell (2017), em 1930, apenas cerca de 83.000 crianças frequentavam o ensino secundário, dentre as quais, apenas dez mil frequentavam escolas públicas, demonstrando o nível de elitização desse segmento da educação, nesse momento.

⁴ O crescimento inicial da Companhia Editora Nacional se deu paralelamente a um desenvolvimento significativo do ensino secundário, tendo a mesma orientado para esse nível de ensino o trabalho editorial didático da empresa. Hallewell enfatiza que, apesar de um número muito pequeno de crianças frequentarem o ensino secundário nesse período, vimos que a grande maioria estudava em escolas privadas e “cada criança precisava de um número maior de livros e mais caros” (Hallewell, 2017, p. 408).

bem como dar parecer sôbre as medidas que devam ser tomadas para que os objetivos do Instituto Nacional do Livro sejam conseguidos (Brasil, 1938, Art. 4º).

Destacamos, por fim, o artigo 6º, que versa sobre financiamento e distribuição dos livros, pontos críticos. O Decreto-Lei nº 93 estabelece que

As publicações do Instituto Nacional do Livro não serão distribuídas gratuitamente senão às bibliotecas públicas a êle filiadas, mas se colocarão à venda em todo o país por preços que apenas bastem para compensar total ou parcialmente o seu custo (Brasil, 1937, Art. 6º).

Um ano após a instituição do INL, o Presidente Getúlio Vargas institui a **Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)**, estabelecendo sua primeira política de legislação e controle sobre a produção e circulação do livro didático no país. A comissão é instituída por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 (Brasil, 1938), cujo artigo 3º estabelece que

A partir de 1º de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido **autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação**, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República (Brasil, 1938, Art. 3º, grifo nosso).

O Decreto-Lei estabelece as condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos. São considerados livros didáticos os ‘compêndios’ e os ‘livros de leitura de classe’⁵. Sobre a composição da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o primeiro parágrafo do artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.006/1938 estipula que

A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas (Brasil, 1938, Art. 9º).⁶

Dentre as “pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecimento moral”, encontravam-se professores do ensino secundário (do Colégio Pedro II e da Escola Normal/ Instituto de Educação), professores da Universidade do Brasil e do Recife, arquitetos, engenheiros, literatos, bacharéis em Direito, médicos, autores de livros

⁵ O Decreto-Lei nº 1.006/1938 define como compêndios os livros que expunham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares e por livros de leitura, os livros usados para leitura dos alunos, em aula (Brasil, 1938, Art. 2º).

⁶ Em 1939, “devido ao grande volume de livros inscritos pelas editoras a comissão aumentou para dezesseis, por meio do Decreto-Lei nº 1.177” (Filgueiras, 2011, p. 21).

didáticos, professores do Colégio Militar, da Escola Naval e educadores da igreja (Filgueiras, 2011).

Enfim, a CNLD foi constituída por pessoas de três principais grupos da sociedade: membros das Forças Armadas, da igreja e um grupo de intelectuais e educadores que participaram das reformas do ensino dos anos 1920⁷. Os membros foram escolhidos pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema⁸. Segundo Soares e Rocha (2005), ocorria, nesse período, um embate ideológico entre diversos setores da sociedade que pretendiam assumir o controle da política educacional brasileira. Nesse contexto, a CNLD recebeu notável atenção de Gustavo Capanema. “Tal fato pode ser constatado no cuidado com que Capanema escolheu os membros que integraram a referida comissão” (Soares; Rocha, 2005, p. 83).

A Comissão Nacional do Livro Didático, vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, encarregava-se de autorizar os livros didáticos que poderiam ser adotados no sistema escolar⁹, em todo o território nacional. É válido lembrar que, nesse momento, a política do livro didático ainda não se referia à aquisição e distribuição dos livros por parte do Governo Federal, como se concebe hoje (Soares; Rocha, 2005). A escolha dos livros ficaria a cargo dos professores e diretores das escolas, mediante consulta da relação oficial das obras autorizadas.

Inicialmente, os membros da Comissão não poderiam ter qualquer relação comercial com nenhuma editora do país ou estrangeira. E também não poderiam requerer autorização para uso de livros de sua própria autoria. Porém, seis meses depois, esse último artigo foi revogado, permitindo que livros didáticos de autoria de um dos membros da comissão fossem avaliados.

A CNLD faria o julgamento da obra, mencionando os motivos precisos da decisão e escolhendo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso. Poderia também indicar modificações a serem feitas nos livros examinados para que fossem

⁷ Nos anos 1920, diversos estados brasileiros promulgaram reformas educacionais, com ênfase no ensino primário. Essas reformas foram influenciadas pelo movimento da Escola Nova e da pedagogia moderna, que vinham sendo debatidas pelos educadores da ABE (Associação Brasileira de Educação).

⁸ Gustavo Capanema foi ministro da Educação e Saúde durante o governo Getúlio Vargas, de 1934 a 1945. Em sua gestão, realizou reformas administrativas no Ministério, a regulamentação do ensino nacional, criou o Inep (Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais), o INL (Instituto Nacional do Livro), a Universidade do Brasil e o IPHSN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), entre outros.

⁹ O sistema escolar, no período abarcava: ensino pré-primário, primário, secundário, profissional e normal, em escolas públicas e privadas.

autorizados. Nesse caso, a obra deveria retornar à Comissão, após serem feitas as modificações indicadas, a fim de ser novamente submetida à sua avaliação, chegando-se a uma decisão final. Os livros didáticos aprovados receberiam um número de registro, que apareceria na capa, juntamente com a frase: “livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação”.

O artigo 15 determinava que “Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame” (Brasil, 1938, Art. 15). O artigo prevê situações que, mais tarde, iriam se confirmar: apesar da Comissão ser composta por membros de variadas áreas do conhecimento, os livros didáticos que abordavam temas específicos dentro de algumas disciplinas, necessitariam de um parecer técnico especializado no assunto.

Vale lembrar que os livros didáticos não são como os demais livros. São instrumentos de poder, pois se orientam a crianças e jovens, que são ainda pouco críticos e, portanto, manipuláveis (Choppin, 2008). Além disso, são reproduzidos em grande escala e distribuídos em todo o território nacional, atingindo um grande número de estudantes e envolvendo grande volume de dinheiro. Choppin ressalta ainda que

Sua eficácia procede também da lenta impregnação que permite sua utilização frequente, prolongada, repetida. Constituem assim poderosas ferramentas de unificação – até de uniformização – nacional, linguística, cultural e ideológica. O poder político se vê forçado a controlar de forma estreita e até a orientar em seu proveito, a concepção e o uso dos livros de texto (Choppin, 2008, p. 13).

A esse respeito, o Capítulo IV do Decreto-Lei nº 1.006 (Brasil, 1938) trata “Das causas que impedem a autorização do livro didático”, apresentando uma lista com 16 itens ao todo, que resultariam na negação de autorização de uso do livro. Examinando o capítulo, pode-se perceber que os critérios de eliminação dos livros didáticos se concentram em dois grupos: o primeiro e mais extenso (com 11 itens) diz respeito às questões político-ideológicas.

O artigo 20 é taxativo sobre isso, trazendo uma lista dos 11 “pecados capitais” que os livros didáticos não poderiam “cometer”:

Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:
a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;

- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana (Brasil, 1938, Art. 20).

O segundo grupo envolve questões pedagógicas, didáticas (metodológicas) e conceituais relacionadas às distintas áreas do conhecimento, bem como questões gráficas e mercadológicas. Segundo o Artigo 21

Será ainda negada a autorização de uso ao livro didático:

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termo ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;
- c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;
- d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;
- e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

Art. 24. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa (Brasil, 1938, Art. 21-24).

Em 26 de dezembro de 1945, o Decreto-Lei nº 8.460 (Brasil, 1945) consolidou a legislação acerca das condições de produção, importação e utilização dos livros didáticos. Em exame do Decreto-Lei, notamos que ele replica o de 1938, quase *ipsis literis*, com pequenas alterações. Nas competências da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), o item d, acima citado (Brasil, 1938, Art. 21-24) foi retirado. Um artigo foi acrescentado, instituindo que “A publicação oficial de livros didáticos, para

uso nos estabelecimentos de ensino do país, será atribuição do Instituto Nacional do Livro” (Brasil, 1945, Art. 9º).

Com o fim do Estado Novo e o início do processo de democratização, em 1945, a CNLD continuou a existir. Contudo, ao longo dos anos 1950 as avaliações da Comissão, bem como a uniformização e padronização dos livros didáticos, começaram a ser contestados por grupos vinculados às Faculdades de Filosofia das Universidades e articulados em outros órgãos do Estado, como o Inep¹⁰.

1.2 OS ANOS 1950 E A CALDEME

O fim do Estado Novo intensificou os debates em torno da criação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estabelecida pela Constituição de 1946. As questões educacionais alvo de discussão tinham como principais pontos: erradicação do analfabetismo, ampliação da rede de ensino, regionalização do currículo, democratização (expansão) da escola pública, em especial o ensino secundário. Havia, enfim, demanda por uma nova legislação educacional. De um modo geral, a redemocratização trazia também questionamentos em relação à centralização da educação, característica do período autoritário.

Quanto ao ensino secundário, seu currículo e a organização acadêmica eram voltados para a preparação para o vestibular e suas instituições de ensino, naquele período, majoritariamente privadas. Ou seja, o modelo de ensino da escola secundária era pensado para a elite.

Katya Mitsuko Braghini (2005), em seu estudo sobre o ensino secundário nos anos 1950, aponta que os colaboradores da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)¹¹ e outros autores do período alegavam que o ensino

¹⁰ O Inep foi criado em 1937, com o nome Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, quando iniciou os trabalhos, passou a se chamar Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Anísio Teixeira foi diretor do Inep de 1952 a 1964, tendo sido o principal responsável por transformar o órgão num centro de referência para o magistério nacional, ocupando papel central no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Hoje o Inep leva seu nome: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

¹¹ A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) era um órgão de estudos e pesquisas do Ministério da Educação e Saúde e publicada sob responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). Começou a ser publicada em 1944, tendo sido criada com o objetivo de “expor e discutir questões gerais de pedagogia e, de modo especial, os problemas da vida educacional brasileira” (Braghini, 2005, p.18).

secundário da “Era Capanema¹²” era “velho”, obsoleto. Para esse grupo de intelectuais, o ensino secundário, na forma como estava apresentado na *Lei Orgânica do Ensino Secundário*, de 1942¹³, já não era mais condizente com as necessidades do período.

Além das razões acima arroladas, acontecimentos sociais como: crescimento da população, aumento do número de jovens, advento da industrialização e crescimento urbano são apontados como fatores de alteração, não somente da vida econômica brasileira, mas também de sua fisionomia sócio cultural. Segundo a Braghini

Este é o sentido da “inadequação educacional” dos anos 1950. Os currículos eram inadequados, os métodos eram obsoletos, os professores usavam didáticas arcaicas e tudo isso precisava se modernizar, ficar novo, mais próximo da contemporaneidade (Braghini, 2005, p. 50).

Pelas razões expostas, seus objetivos e métodos didáticos começaram a ser contestados no fim dos anos 1940 e mais intensamente, nos anos 1950. Com o crescimento dos debates em torno da urgência da reformulação do ensino secundário cresceram também os questionamentos sobre o papel dos livros didáticos na educação.

Nesse período, a existência da Comissão Nacional do Livro Didático dividiu opiniões. Em alguns momentos, a CNLD foi questionada, em outros, defendida. Nos meios parlamentares e no próprio Ministério da Educação a eficácia e legitimidade da CNLD eram questionadas. Já a Câmara Brasileira do Livro (CBL)¹⁴, recém-criada

¹² Durante o Estado Novo, a partir de 1942, o ministro da Educação Gustavo Capanema realizou a regulamentação do ensino conhecida como Reforma Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Entre elas está a Lei Orgânica do Ensino Secundário, Lei Orgânica do Ensino Industrial, Lei Orgânica do Ensino Primário, entre outras. A reforma Capanema também reformou o ensino comercial (criando o SENAC), estruturou o ensino industrial (criando o SENAI). Informações obtidas no site do HISTEDBR: Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, da Faculdade de Educação da UNICAMP.

<https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/leis-organicas-do-ensino-de-1942-e-1946>

Acesso em 20 jan. 25.

¹³ O Decreto-Lei nº 4.244, de 1942 (ou Lei Orgânica do Ensino Secundário), organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial e o colegial. O ginasial correspondia ao primeiro ciclo, com quatro anos de duração. E o colegial, ao segundo ciclo, com três anos. No mesmo, havia dois modelos de curso: o clássico e o científico. O estudante optava por qual modelo iria cursar: o clássico, com foco na formação humanística, ou o científico, com ênfase nas ciências.

¹⁴ A Câmara Brasileira do Livro (CBL) foi fundada em São Paulo, 20 de setembro de 1946, com o objetivo de defender e difundir o livro, bem como discutir os problemas do setor editorial e livreiro de forma organizada. Associação sem fins lucrativos, a CBL representa editores, livreiros, distribuidores e demais profissionais do setor, que se associam de forma livre e espontânea. Seu primeiro presidente foi Jorge Saraiva. Criou, em 1959, o Prêmio Jabuti e, em 1970, a Bienal Internacional do Livro de São Paulo. Informações obtidas em <https://cbl.org.br/> Acesso em 29 jan. 2025.

e vinculada às editoras, defendeu continuamente a existência da CNLD, argumentando que ela não interferia na produção dos livros, tampouco nas escolhas dos professores.

Durante os anos 1950 e 1960 a CNLD, apesar de ter suas funções questionadas e reduzidas, atuou, autorizando ou reprovando livros didáticos para o ensino primário e secundário, até 1969 (Filgueiras, 2011, p. 88). Diante da sua inoperância e das intensas discussões acerca da renovação dos métodos de ensino e do papel dos livros didáticos, outros espaços dentro do aparato do Estado começaram a produzir reflexões sobre a problemática dos manuais escolares, como aconteceu, por exemplo, no Inep.

Nesse contexto, em 1952, Anísio Teixeira, diretor no Inep, criou a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (CALDEME) com o objetivo de avaliar os programas e os compêndios (livros didáticos) do ensino (em especial o secundário) em circulação e elaborar guias e manuais de ensino para os professores com metodologias inovadoras. Enfim, sua proposta era realizar um balanço do ensino brasileiro e propor novas propostas pedagógicas e conteúdos, visando à melhoria da educação nacional. Percebe-se aqui a importância e papel dos livros didáticos como divulgadores de propostas didático-pedagógicas.

Segundo Filgueiras, “Esse foi um dos principais espaços em que se realizou a política de estudo e produção de materiais didáticos, nos anos 50, e que influenciou os debates relacionados às novas propostas didático-pedagógicas” (Filgueiras, 2011, p. 83).

Para melhorar a educação escolar, Anísio Teixeira propunha a eliminação dos programas oficiais, do currículo rígido e uniforme e dos livros didáticos aprovados, pois os programas oficiais homogeneizavam os livros didáticos e os próprios estudantes. Para ele, uma das soluções para a situação educacional brasileira era a elaboração de guias e manuais de ensino para os professores e diretores de escolas e também de novos livros didáticos.

A produção de manuais diferentes (melhores) e que teriam novas formas de utilização, seria realizada pela CALDEME. A CALDEME iria contribuir para a renovação da literatura pedagógica, analisando os livros escolares em uso e produzindo e distribuindo guias de ensino, livros-texto (manuais de ensino) de boa qualidade para professores da rede pública. Um dos principais objetivos da

CALDEME era a elaboração de guias de ensino destinados especificamente aos professores do ensino secundário.

A Campanha foi efetivamente iniciada em 14 de julho de 1952, pela Exposição de Motivos nº 795 do Ministro da Educação Simões Filho, sob responsabilidade do Inep, feita ao Presidente Getúlio Vargas. Nela, o ministro argumentava que a assistência técnica ao professorado era uma das funções mais importantes do serviço educacional. E que seriam dois os métodos de lhes prestar assistência: por meio de cursos de aperfeiçoamento e na produção de guias escritos de orientações aos professores. Segundo o Ministro, ambos os métodos deveriam ser usados simultaneamente, pois as deficiências qualitativas do ensino brasileiro exigiam providências urgentes (Filgueiras, 2011).

A expansão do ensino secundário não fora acompanhada pela formação de professores habilitados. A Lei Orgânica do Ensino Secundário¹⁵ (Brasil, 1942) não exigia o curso de licenciatura para a atuação dos professores nesse nível de ensino, uma vez que “as faculdades de Filosofia não davam conta de formar o número suficiente de professores para as novas vagas que surgiam com a ampliação do ensino secundário no Brasil” (Filgueiras, 2011, p. 108).

A Lei exigia apenas o registro dos professores no Ministério da Educação¹⁶, de modo que havia um grande número de médicos, advogados e outros profissionais atuando no ensino secundário desde os anos 1940 e os mesmos eram imprescindíveis ao funcionamento desse ciclo de ensino (Fonseca, 2004).

Dentro desse contexto escolar, as principais preocupações recaíam sobre o que deveria ser ensinado e como deveria ser ensinado. A primeira solução seria elaborar guias para orientação dos professores do ensino primário e secundário. “Os guias deveriam, ainda, influenciar a elaboração dos livros didáticos, pois, para Simões Filho, os manuais existentes somente objetivavam ensinar a decorar classificações” (Filgueiras, 2011, p. 94).

Ao longo dos anos 1950, a CALDEME realizou estudos em diversas áreas do conhecimento, solicitando programas de ensino a diversos países, como Estados

¹⁵ O Art. 5º da Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelece que “Haverá dois tipos de estabelecimentos de ensino secundário, o ginásio e o colégio”. O Ginásio corresponderia ao estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo e o Colégio, ao estabelecimento de ensino secundário destinado a dar, além do Ginásio, os dois cursos de segundo ciclo, que aconteciam paralelamente: o curso clássico e o curso científico (Brasil, 1942, Art. 5º).

¹⁶ O registro dos professores no Ministério da Educação poderia ser feito por meio de exames de suficiência, de acordo com a Portaria nº 501/1952 (FILGUEIRAS, 2011, p. 108).

Unidos, França, Inglaterra, com a intensão de analisar e reestruturar os programas de ensino daqui. A título de exemplo, a série *Currículo, Programas e métodos*, do CBPE (Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais) lançou, em 1957, o livro “Introdução metodológica aos Estudos Sociais”.

Com a CALDEME, a compra de livros se intensificou. A Campanha avaliou manuais em uso e produziu guias e manuais para professores e para os estudantes do ensino primário e, em especial, para o magistério secundário. Os convites para a escrita de guias para os professores do magistério secundário foram iniciados em 1952, por Anísio Teixeira e Gustavo Lessa. Especialistas de cada área do conhecimento eram convidados para escrever os planos dos manuais e também para analisar manuais em uso. Os autores dos manuais de ensino (ou livros-texto) eram, em sua maioria, professores e pesquisadores vinculados a universidades (principalmente a USP e a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil). Muitos também tinham experiência no ensino secundário e alguns eram docentes do Colégio Pedro II (Filgueiras, 2011).

No projeto da CALDEME¹⁷, os manuais deveriam ser inovadores, pois não precisavam seguir nenhum programa oficial. Para a elaboração dos guias foi estabelecido, inicialmente, um critério geral para todos os manuais, quanto à extensão do conteúdo e a ênfase nos conteúdos necessários aos alunos. Havia acordos para a produção, que descreviam o objetivo da elaboração dos manuais de cada matéria, indicavam as diretrizes gerais para sua produção e os detalhes de como os mesmos deveriam ser feitos. Os planos dos guias eram debatidos, antes de serem aprovados. Professores reconhecidos nacionalmente em suas áreas de atuação eram convidados a avaliar os planos elaborados pelos autores. Após aprovação dos planos, os autores tinham 12 meses para escrever o manual (Filgueiras, 2011).

Os livros não eram editados pelo Ministério da Educação, o governo auxiliava as empresas particulares que aceitassem editar os livros. “Os guias eram publicados em edições mistas, em que o governo encomendava certo número de exemplares do livro, subsidiando a edição” (Filgueiras, 2011, p. 118). Os livros comprados pelo governo tinham desconto sobre o preço de venda ao público, que era fixado nos acordos firmados com o objetivo de facilitar a aquisição por parte do professorado. A

¹⁷ Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino.

distribuição dos livros era responsabilidade da Divisão de Documentação e Informação Pedagógica (DDIP) do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE).

É válido destacar que, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a indústria gráfica nacional recebeu inúmeros incentivos, como a liberação de licenças para o setor gráfico, diminuindo o custo do papel e da impressão e estimulando a compra de novos equipamentos, modernizando o parque gráfico. O governo também isentou a indústria de papel e o setor livreiro de boa parte dos impostos. Segundo Hallewell (2017), a indústria gráfica brasileira cresceu 143%, entre 1950 e 1960.

Para Filgueiras (2011),

Entender essa Campanha e a atuação vinculada ao CBPE/Inep¹⁸ é esclarecedor para compreender a importância que o livro didático teve nos debates dos anos 1950 e 1960 e suas discussões sobre o ensino nos diversos níveis: primário, secundário, profissional e ensino superior. Compreender os debates travados nesse momento ajudam, ainda, a esclarecer questões do período seguinte, durante a Ditadura Militar, com a criação da Comissão do Livro Técnico e Didático - COLTED (Filgueiras, 2011, p. 84).

Filgueiras (2011) fornece informações precisas sobre os autores encarregados de elaborar os manuais (livros-texto) e guias de ensino, bem como as disciplinas envolvidas na CALDEME. Nos anos entre 1956 e 1966 foram publicados guias de ensino de História Geral, Biologia, Botânica, Latim, Francês. Porém, muitos guias não chegaram a ser finalizados, como o de Português e Literatura, Zoologia e Química, por exemplo. Não encontramos menção a autores, avaliações de livros didáticos em uso, nem a publicações de livros didáticos de Canto Orfeônico para professores do ensino secundário, entre as ações concretizadas pela CALDEME.

Sobre a disciplina de Canto Orfeônico, vale aqui uma retrospectiva de sua inserção no currículo escolar brasileiro. O Canto orfeônico foi instituído como 'matéria obrigatória' do currículo do ensino secundário pelo Decreto n.º 19.941, de 30 de abril de 1931, conhecido como Reforma Francisco Campos (Jardim, 2008). O próprio Anísio Teixeira, quando era Secretário de Educação do Estado do Rio de Janeiro, criou a Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), em 1932. Desde então, havia vários livros didáticos de Canto Orfeônico em circulação,

¹⁸ Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Inep.

assim como professores da disciplina que eram autores de manuais desde então e até os anos 1950.

A título de exemplo, citamos o livro de Canto Orfeônico “Alegria das Escolas”, de autoria de Fabiano Lozano. Entre 1930 e 1958, o livro teve várias reedições (pela Ed. Ricordi), totalizando 136 edições, sem alterações de seus conteúdos, apenas da capa (Jardim, 2008). Lozano atuou por décadas direta ou indiretamente, no ensino de Canto Orfeônico, tendo sido responsável pela disciplina, no curso Normal da Escola Caetano de Campos, na capital paulista. Em 1939, foi nomeado Chefe do Serviço de Música e Canto Coral no Departamento de Educação de São Paulo. Além de “Alegria nas escolas”, publicou outros livros didáticos de Canto orfeônico, nos anos 1950¹⁹.

Com relação à área de artes, há menção, no trabalho de Filgueiras (2011), a um autor de Matemática como sendo também autor da disciplina de Desenho. Veremos no próximo capítulo que, tanto a disciplina de Desenho, quanto a de Canto Orfeônico sofreram mudanças, passando a ser parte da disciplina de Educação Artística, precursora da atual disciplina de Arte.

Levantamos algumas hipóteses para essa questão. A primeira é que o Canto Orfeônico não figurava entre as disciplinas “sérias” do currículo escolar e, portanto, seus livros didáticos não necessitavam ser avaliados, nem revistos, mesmo que suas edições, repertórios, metodologias seguissem inalterados desde os anos 1930. A segunda é a possibilidade de a produção de livros didáticos da disciplina estar mais concentrada nos cursos de formação de professores do que no ensino escolar. Ou seja, o Canto Orfeônico tinha maior reconhecimento nos cursos Normais, onde ocupava um lugar no currículo desde o século XIX (Jardim, 2008).

¹⁹ Fabiano Lozano publicou pela Irmãos Vitale Editores, em 1954, “Meu livro de Solfejo”, editado até 1969. Em 1956, lançou “Meu livro de cantos orfeônicos”, também pela Irmãos Vitale Editores, que o publicou até 1968 (JARDIM, 2008).

1.3 OS ANOS 1960: A LDB - LEI Nº 4.024/1961, A DITADURA MILITAR E OS ACORDOS MEC–USAID

1.3.1 A LDB - Lei nº 4.024/1961 e os debates acerca do livro didático

No fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, intensificaram-se os debates em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois a mesma tramitava no Congresso Nacional desde 1948. As questões abordadas na seção anterior eram parte das discussões. Após 13 anos de tramitação, a aprovação da LDB era iminente.

O Presidente João Goulart aprovou a Lei nº 4.024, em 20 de dezembro de 1961. A LDB atendeu à reivindicação de descentralização da educação, dando aos estados autonomia para organização de seus sistemas de ensino. Também diminuiu a rigidez e padronização do ensino, deixando aos estabelecimentos algumas decisões quanto ao seu currículo, segundo determina o artigo 20:

Na organização do ensino primário e médio, a lei federal ou estadual atenderá:

- a) à variedade de métodos de ensino e formas de atividade escolar, tendo-se em vista as peculiaridades da região e de grupos sociais;
- b) ao estímulo de experiências pedagógicas com o fim de aperfeiçoar os processos educativos (Brasil, 1961b, Art. 20).

Uma das resoluções da LDB diz respeito à criação do Conselho Federal de Educação (CFE). A Lei também estabeleceu a obrigatoriedade do ensino primário a partir dos sete anos de idade e apresentou as características e objetivos dos ensinos primário e médio, assunto que será detalhado, no próximo capítulo.

O período de 1961 a 1964 foi marcado por intensa ebulição política, social e cultural e pelo movimento nacionalista, que visava o desenvolvimento dos diversos setores da sociedade brasileira, a partir de um paradigma nacional. Para os setores da esquerda nacionalista, as reformas eram condição indispensável ao fortalecimento da democracia política brasileira. Uma das primeiras ações do governo João Goulart foi o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-social. E, posteriormente, as reformas de base, que englobavam a reforma da educação, da saúde, fiscal, administrativa e a reforma agrária.

No que diz respeito aos livros didáticos, nesse período houve novamente o questionamento da compatibilidade da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)

- protagonista de uma legislação centralizadora do livro didático - com a Constituição de 1946 e a LDB de 1961, que restabeleciam e ampliavam a autonomia das unidades federativas (Filgueiras, 2011).

Entre 1963 e 1965, alguns Decretos-Lei foram promulgados e projetos de lei foram apresentados e debatidos pelo Congresso Nacional e pelo Conselho Federal de Educação (CFE). Em 1965, o senador Vasconcellos Torres apresentou o Projeto Lei nº 6, que regulava a escolha e a mudança dos livros didáticos em escolas da União e em estabelecimentos particulares de ensino secundário e técnico, estabelecendo que o livro escolhido pelo professor devesse ser usado por quatro anos. Previa também a criação de uma Comissão Especial do Livro Didático.

O parecer do CFE foi contrário ao projeto, alegando que “congelar o livro didático por quatro anos seria frear o avanço pedagógico que buscava aprimorar os manuais, continuamente. Os alunos seriam condenados a aprender conhecimentos e interpretações ultrapassadas” (Filgueiras, 2011, p. 153). Essas afirmações parecem mostrar que era, de fato, um momento de intensas mudanças educacionais, uma vez que consta no parecer do CFE que o período de vida de quatro anos era demasiado longo para os livros didáticos.

No ano de 1965, outros projetos foram debatidos pelo Congresso Nacional e no CFE, porém nenhum foi aprovado. A CNLD continuou a existir de modo pouco significativo até ser extinta, em 1969, pela Portaria Ministerial nº 594 (Filgueiras, 2011). Porém, era urgente uma política regulatória para os livros didáticos. Uma tentativa de solução para o problema do livro didático seria a criação da Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), instituída em 1966 pelo governo do General Castelo Branco, durante a Ditadura Militar.

1.3.2 A Ditadura Militar, os acordos MEC-USAID e a COLTED

Durante os anos 1960, o crescimento da população estudantil brasileira se intensificou e a emergência por professores qualificados ficou ainda mais evidente. Nesse contexto, o livro didático assumiria o protagonismo como meio e instrumento de mediação da aprendizagem. Além da questão da qualificação docente, as mudanças no sistema educativo (em especial na educação secundária), traziam propostas de inovação que vinham, em grande parte, por meio de medidas técnico-pedagógicas, figurando o livro didático como parte dessas medidas.

Com o Golpe de Estado, em 31 de março de 1964, a interrupção da democracia alterou o cenário político e social e as discussões que vinham ocorrendo nos diversos setores da sociedade e no Congresso seriam interrompidas. O Regime Militar implantou sistemática repressão política, os partidos políticos foram extintos, a liberdade de expressão foi cerceada e a discussão democrática de reformas sociais e políticas foi suspensa (Napolitano, 2014).

No aspecto econômico, ao longo dos anos 1960 houve incentivos à área editorial, estimulando o crescimento da indústria dos livros escolares. O Estado interviu no mercado editorial didático, incentivando financeiramente seu crescimento, de diversas maneiras. Segundo Batista, a política econômica posterior ao golpe militar de 1964 estimulou a produção editorial brasileira e incentivou mudanças na produção de livros didáticos. Houve forte estímulo à produção de celulose e fabricação de papel e, a partir de 1967, todos os estágios de produção dos livros foram isentados de impostos, inclusive a venda (Batista, 2002b).

Houve também importantes mudanças no objeto físico livro didático, que passou a ter, simultaneamente, função de compêndio e de caderno de exercícios e atividades. Ou seja, o livro didático passou a ser consumível²⁰, acarretando mudanças nas formas de leitura e utilização do mesmo. Além da presença de exercícios no interior dos livros, nesse período foram inseridas novas técnicas de ensino, como as instruções programadas e os estudos dirigidos²¹ (Filgueiras, 2015).

Tais mudanças colocaram o livro didático como protagonista na mediação entre estudantes e professor, além de atribuir ao segundo um papel de maior subordinação com relação aos exercícios e atividades propostos pelos mesmos. “O modo de elaboração e produção editorial do livro foi modificado, ocorreram alterações na sua comercialização e o tempo de vida do manual didático diminuiu, pois ele passou a ser consumível” (Batista, 2002b, p. 555).

Foi nesse contexto (de expansão da escolarização e do mercado editorial de didáticos) que o Estado passou a estabelecer medidas mais acentuadas de intervenção, por meio de políticas para a regulação dos livros escolares. Após o golpe militar o tema do livro didático tomou parte nos debates sobre a necessidade

²⁰ Livros consumíveis são aqueles que possuem exercícios e/ou atividades a serem respondidos pelo aluno, no próprio livro, de forma que não podem ser reutilizados, no ano seguinte, por outra (o) estudante.

²¹ No capítulo 3, analisaremos várias coleções de livros escolares de Educação Artística dos anos 1970. O termo “estudo dirigido” aparece no título de uma delas.

de fornecer materiais escolares para a população carente (nova frequentadora da escola pós-expansão do ensino primário) e a necessidade de incentivo e regulamentação do mercado editorial de didáticos.

Nesse período, havia quatro órgãos responsáveis por políticas públicas acerca dos livros didáticos: o Instituto Nacional do Livro (INL), que já existia anteriormente e passava por um período de baixa atividade desde 1946, após o fim da era Vargas. Os outros três foram criados durante o Regime Militar: a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED), a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE).

Em 1966, o Conselho do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) foi criado por meio do Decreto Federal nº 58.653 (Brasil, 1966a). O mesmo determinou como sua função “gerir e aplicar recursos destinados ao financiamento e à realização de programas e projetos de expansão do livro escolar e do livro técnico, em colaboração com a Aliança para o Progresso²²” (Brasil, 1966a).

Pouco menos de um ano depois da COLTED, foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), vinculada ao MEC e em substituição à Campanha Nacional de Materiais de Ensino (CNME), por meio da Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967.

O artigo 3º da Lei nº 5.327/1967 determina que a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) “terá por finalidade a produção e distribuição de material didático de modo a contribuir para a melhoria de sua qualidade, preço e utilização”. E que a Fundação “não visará fins lucrativos e o material por ela produzido será distribuído pelo preço de custo” (Brasil, 1967, Art. 3º).

A implantação das duas instituições era, portanto, uma tentativa do MEC de resolver problemas que estavam na pauta desde os anos 1950: atender ao novo público escolar com menores condições financeiras e regular o mercado editorial (Filgueiras, 2015, p. 90).

Durante o Regime Militar (1964-1985), ao longo de vários governos, foram implementadas políticas educacionais concebidas como parte de uma série de iniciativas de cooperação conhecidas como acordos MEC-USAID. A USAID, *United States Agency for International Development*, foi criada pelos Estados Unidos no

²² A Aliança para o Progresso foi criada oficialmente no Encontro Extraordinário do Conselho Econômico e Social Interamericano, realizado em Punta Del Este, em 1961. Tinha por objetivo acelerar o desenvolvimento econômico mediante a colaboração financeira e técnica, na América Latina (Filgueiras, 2011).

quadro da Aliança para o Progresso, no contexto da Guerra Fria, com o objetivo de prestar assistência ao desenvolvimento dos países do terceiro mundo. O diretor da USAID no Brasil era o Ministro Van Dyke.

O primeiro dos acordos entre o MEC e a USAID foi firmado no ano 1964, após o golpe militar e instauração do regime ditatorial. Os quatro anos seguintes (1964-1968) foram o período mais intenso, quando foram firmados 12 acordos, que abarcam desde a educação primária até o ensino superior. O último desses acordos foi firmado no ano de 1976.

Com relação às políticas de produção e distribuição de livros didáticos, a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), em 1966, representou o início dos acordos internacionais entre o MEC, a USAID e o SNEL (Sindicato dos Editores de Livros) para o financiamento da produção didática.

Em outubro do mesmo ano o MEC, pelo Decreto n. 59.355/1966 (Brasil, 1966b), modificou a denominação da COLTED, que se tornou a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático. Em seu artigo 1º, ficou estabelecido que a COLTED teria “a finalidade de incentivar, orientar, coordenar e executar as atividades do Ministério da Educação e Cultura relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e de livros didáticos” (Brasil, 1966b, Art. 1º).

A COLTED era financiada por meio de recursos da União, da Aliança para o Progresso e de instituições nacionais (Vahl; Peres, 2017). A ligação entre os setores público e privado na edição de livros didáticos foi estreitada a partir da criação da COLTED. A Comissão estimularia e também regularia a produção dos livros didáticos publicados pelo mercado privado. Quanto ao sistema adotado para a produção didática, a COLTED comprava os títulos que já estavam impressos pelas editoras. “Durante a vigência da COLTED, os livros eram comprados pela base de 35% do preço de capa. Com o fechamento de grandes tiragens, a perspectiva era diminuir ainda mais o valor pago pelo MEC” (Vahl; Peres, 2017, p. 568).

A estrutura da COLTED estava dividida do seguinte modo: Colegiado, Direção Executiva, Assessoria Técnica; Assessoria de Avaliação Serviço Administrativo e Serviço de Coordenação Executiva. Esse último era dividido em três Seções, segundo as principais ações que a COLTED iria executar: Organização de Bibliotecas Escolares, Coordenação de Cursos e Seminários e Seção de Distribuição.

O Colegiado da COLTED era o espaço de deliberação máxima do órgão. Ele era constituído por nove membros. Entre os nove membros, encontravam-se educadores que participaram dos debates educacionais dos anos 1940 e 1950, que haviam sido professores em Escolas Normais, do Colégio Pedro II e/ou que atuavam em universidades como a USP e a Faculdade Nacional de Filosofia (Filgueiras, 2011). Ou seja, o Colegiado da COLTED foi composto por educadores que atuaram na formulação de políticas educacionais, no período anterior à Ditadura Militar.

Além dos seus nove membros, participavam também das reuniões do Colegiado da COLTED: Miss Alice Palmer e seu assessor Sr. Campbell, da United States Agency for International Development (USAID) e dois assessores do Presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL): o professor Décio Guimarães de Abreu e o General Propício Alves²³.

Segundo Filgueiras, entre suas principais finalidades,

o acordo MEC/SNEL/USAID de cooperação para publicações técnicas, científicas e educacionais, visava disponibilizar cerca de 51 milhões de livros em três anos, que seriam distribuídos gratuitamente às escolas, para uso dos alunos. Novas bibliotecas escolares seriam criadas e as já existentes seriam supridas. Com o aumento da produção, pretendia-se baratear o preço dos manuais. O acordo pretendia promover contratos com as editoras buscando aumentar o número de livros disponíveis nos níveis de ensinos primário, médio e superior e sua distribuição pela rede comercial (Filgueiras, 2011, p. 161).

A USAID, além do investimento de cerca de 9 milhões de dólares na produção didática, prestaria assessoria e assistência técnica com a presença de especialistas que trabalhariam com os editores e com o MEC, na execução do programa (Filgueiras, 2011, p. 161). Esses especialistas atuariam em diferentes setores: “distribuição, impressão, encadernação, fabricação de papel, diagramação, elaboração e ilustração de livros, editoração, biblioteconomia, etc., de livros técnicos, didáticos e de referência” (Filgueiras, 2011, p. 162).

A escolha dos livros era feita pela Comissão de Seleção, vinculada ao Inep/DNE (Departamento Nacional de Educação). A coordenadora da Comissão de seleção era Elza Nascimento Alvez²⁴. Ressaltamos que a Comissão, com dez

²³ Propício Machado Alves era diretor da Editora Ao Livro Técnico. Décio Guimarães de Abreu era diretor da Editora Record.

²⁴ A professora Elza Nascimento Alves, coordenadora da Comissão de Seleção, era professora primária e de ensino normal na “Escola Normal Santos Anjos”, em Minas Gerais. Era técnica do MEC, chefe da Seção de Orientação Educacional e Profissional, do Inep, e chefe da Seção de Organização

membros, era composta exclusivamente por mulheres. Até a década de 1950 existia uma predominância de homens, na política educacional, principalmente em cargos administrativos. Citamos, a título de exemplo, os membros da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), abordada na primeira seção deste capítulo. A partir dos anos 1960, a “feminização do magistério se acentua” (Batista, 2002b, p. 560) e as mulheres começam a ocupar espaço no cenário governamental.

O passo seguinte da Comissão foi selecionar livros para a composição de mil bibliotecas para escolas normais, pois havia grande preocupação com o uso adequado dos livros didáticos e com a formação continuada dos professores do ensino primário. Além dos membros da Comissão de Seleção, foram chamados para participar novos especialistas, docentes das escolas normais e de faculdades de formação de professores, técnicos do Inep e MEC.

Gostaríamos de destacar que, para compor as bibliotecas das escolas normais foram selecionados livros das seguintes áreas: obras de referência; História e Filosofia da Educação; Psicologia; Sociologia; Didática Geral; Prática de Ensino; Didática da Linguagem; Ciências Naturais (Didática, Conteúdo, Biologia Educacional); Estudos Sociais (Didática, Conteúdo); Matemática (Didática, Conteúdo); Português (Didática, Conteúdo); Literatura Infantil e Folclore; **Música**; Recreação e pré-primário (Filgueiras, 2011, grifo nosso).

Em outubro de 1967, Elza Nascimento Alves (coordenadora da Comissão de Seleção) encaminhou ao Diretor da COLTED os nomes dos especialistas que participariam da avaliação e seleção das obras indicadas. A avaliação dos livros de Música foi feita por Maria Augusta Joppert, Professora de Educação Musical e Artística, chefe do Serviço de Educação Musical da Secretaria e Cultura da Guanabara de 1955 a 1967 (Filgueiras, 2011, p. 170).

Em fins de 1968 foi realizada a seleção e avaliação dos livros didáticos para os alunos do ensino primário, sob responsabilidade do Grupo de Trabalho de Avaliação, com técnicos de educação diretamente ligados à COLTED. O Grupo de Trabalho da COLTED²⁵ foi dividido por área de ensino, fazendo parte as áreas de: Linguagem, Estudos Sociais, Matemática e Ciências. Os critérios de avaliação incluíam tanto a parte pedagógica das obras (linguagem e conteúdo), quanto

Escolar, também do Inep.

²⁵ O grupo estava sob a coordenação da professora Elza Nascimento Alves, do Inep, do professor Marcílio Augusto Dias Velloso, técnico do Departamento Nacional de Educação (DNE).

questões relacionadas à sua materialidade e qualidade gráfica.

Destacamos a inclusão do manual do professor no processo de avaliação, novidade no período. Até então, a inserção do manual do professor nos livros didáticos não era obrigatória.

Em 1971, a COLTED passou por um processo de “escândalos” relacionados à distribuição dos livros, ligados às transportadoras, editoras e fabricantes das caixas que montariam as bibliotecas. No mesmo ano, o Ministro da Educação Jarbas Passarinho criou um grupo encarregado de apresentar um projeto de reestruturação dos órgãos responsáveis pela formulação de políticas do livro, que deveria indicar entre INL, COLTED e FENAME, a necessidade de permanência desses órgãos ou a absorção integral ou parcial de atribuições de um por outro, com o objetivo de alcançar melhor produtividade e diminuir os gastos públicos. Então, em 9 de junho de 1971, a COLTED é extinta, por meio do Decreto nº 68.728 (Brasil, 1971a), e suas funções, incorporadas pelo Instituto Nacional do Livro (INL).

Segundo Filgueiras (2011), a COLTED correspondeu em parte ao que era esperado pelo mercado de didáticos, pois os avaliadores dos livros para as bibliotecas e dos livros para os alunos, analisaram as obras à luz dos debates pedagógicos da época e barraram grande quantidade de livros.

Ela foi também a grande impulsionadora do mercado de livros escolares, porém exigia qualidade dos livros didáticos, em contrapartida, o que não agradou as editoras, que precisariam reformular seus manuais. Essa foi uma das questões problemáticas observadas na análise feita pela autora: a constatação, por parte do Grupo de Trabalho que avaliou os livros didáticos, em especial os do ensino primário, da baixa qualidade e desatualização pedagógica de boa parte dos livros em circulação (Filgueiras, 2011).

Soma-se a esse fato o de que as editoras receberam verba pública em estímulo à atividade editorial, mas não reduziram os preços dos livros, como era esperado pelo Programa. Segundo o Relatório 8/1968, do Diretor Executivo da COLTED para o Ministro da Educação, o objetivo do “livro bom e barato” não foi alcançado (Filgueiras, 2011, p. 199).

Por outro lado, a desorganização e a falta de pessoal qualificado na Comissão fizeram com que os processos demorassem a ser realizados. Tudo era muito grande e demorado. Filgueiras afirma que a COLTED foi extinta porque não correspondeu à expectativa. “Tornou-se muito criteriosa na seleção dos livros escolares e, ao mesmo

tempo, lenta e desorganizada no encaminhamento das atividades. Não era um órgão “racionalizado e eficiente”” (Ibidem, p. 200).

1.4 OS ANOS 1970: A REFORMA EDUCACIONAL E O SISTEMA DE COEDIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

Conforme apresentamos na primeira seção deste capítulo, o Instituto Nacional do Livro (INL) foi criado em 21 de dezembro de 1937 pelo governo Vargas, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema, por meio do Decreto-Lei nº 93 (Brasil, 1937). Inicialmente, tinha como objetivos editar obras literárias raras, que contribuíssem para o desenvolvimento cultural da população; elaborar uma enciclopédia e um dicionário nacionais; baratear e melhorar a edição de livros no país e incentivar a organização e manutenção de bibliotecas públicas, em todo o território nacional (Brasil, 1937, Art. 2º).

Vimos há pouco que, em 9 de junho de 1971, a COLTED foi extinta por meio do Decreto nº 68.728 (Brasil, 1971a) e suas funções foram incorporadas ao Instituto Nacional do Livro (INL). A partir dessa data, o INL ficou responsável pela “produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e livros didáticos, encarregando-se de definir as diretrizes do programa editorial e os planos de ação do MEC” (Brasil, 1971a, Art. 1º).

Desde 1970, o Ministério da Educação já era responsável pelo sistema de coedição de livros²⁶ com as editoras nacionais, em que o Instituto Nacional do Livro editava, em conjunto com o setor privado, livros literários (Vahl; Peres, 2017). O Decreto nº 68.728 (Brasil, 1971a) transferiu para o INL a responsabilidade do programa editorial nacional acerca do livro técnico e do livro didático, de modo que sua produção foi integrada ao sistema de coedição já existente com as editoras.

Sobre esse assunto, salientamos a mudança de orientação entre o sistema desenvolvido durante a COLTED e o sistema adotado pelo INL para a produção didática. Enquanto o sistema da COLTED caracterizava-se pela compra de títulos que já estavam impressos pelas editoras, o INL, ao assumir o programa, passou a

²⁶ A decisão se concretizou por meio da Portaria nº 307-BSB do Ministério da Educação. As instruções da Portaria estabeleciam que o INL adquiriria pelo menos um quinto da edição de um livro, que não poderia ser inferior a cinco mil exemplares (Filgueiras, 2011, p. 201).

atuar como coeditor, dividindo os custos de produção dos livros didáticos, no início do processo de edição, com as empresas privadas.

Ainda sobre o INL (Instituto Nacional do Livro) observamos que, nesse momento, deixa de ter uma política editorial própria (predominante durante o governo Vargas) e assume uma política de subsídios para as editoras, principal característica do governo da ditadura militar, no que tange à produção de livros (Vahl; Peres, 2017).

O INL desenvolveu o Programa do Livro Didático (PLD), inicialmente com três subprogramas: o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) e o Programa do Livro Didático para Ensino Médio (PLIDEM) e o Programa do Livro Didático para o Ensino Superior (PLIDES). Posteriormente, a política do livro didático nacional foi estendida.

Entre os objetivos do PLIDEF estavam: coeditar livros didáticos para as matérias do núcleo comum do ensino de 1º grau; distribuir os livros coeditados para as escolas públicas (por meio do convênio com as Secretarias de Educação dos estados); proporcionar o barateamento dos livros; colaborar no aperfeiçoamento do padrão técnico-pedagógico do professor brasileiro (com a distribuição do manual do professor); implantar o Banco do Livro (a fim de prolongar a vida útil dos manuais); avaliar e selecionar os livros didáticos, visando estimular a melhoria de sua qualidade.

Sobre o financiamento do programa, com o fim do convênio MEC/SNEL/USAID, uma contrapartida monetária dos estados se fez necessária, a fim de manter o fornecimento de livros para os alunos carentes²⁷. Para isso foi implantado o sistema de contribuição financeira das unidades federadas para o Fundo Nacional do Livro Didático.

As obras inscritas pelas editoras no INL para coedição com o PLIDEF eram encaminhadas ao Departamento de Ensino Fundamental (DEF) do MEC para avaliação técnico-pedagógica. No ato de inscrição, as editoras pagavam uma taxa de avaliação para cada exemplar enviado ao INL.

Porém, com a reforma educacional efetivada a partir da promulgação da Lei nº 5.692, em 11 de agosto de 1971 (Brasil, 1971b), as normas para análise e

²⁷ Não encontramos maiores detalhes ou critérios para o estabelecimento de quem seriam os “alunos carentes”, nos documentos onde esse termo é utilizado. Entendemos que o termo refere-se aos estudantes das classes sociais menos favorecidas que foram adentrando o sistema educacional e, por suas condições socioeconômicas, necessitavam dessas políticas para permanecer na escola.

seleção dos livros didáticos²⁸ tiveram que ser alteradas, em virtude das inúmeras mudanças advindas da reestruturação do sistema educacional.

A reforma estabelecida pela Lei 5.692/71 imprimiu mudanças importantes na concepção de ensino, acarretando mudanças curriculares. O ensino passou a ter um currículo mínimo nacional centrado em um núcleo comum de matérias. Essas mudanças serão detalhadas no próximo capítulo.

Um documento foi elaborado, intitulado *Normas para a análise dos livros didáticos de 1º grau*, procurando adequar os livros didáticos à reforma do ensino e às novas matérias do núcleo comum. Seu principal objetivo era orientar a avaliação dos livros-texto naquele momento de implantação da Lei nº 5.692/71 e do Parecer 853/71²⁹, do CFE. A implantação seria gradual, com a coexistência de dois sistemas de ensino, por algum tempo. Desse modo, precisavam ser avaliados, simultaneamente, os livros destinados ao 'primário' e ao '1º grau'³⁰. "Seu conteúdo apresentava: normas gerais; normas específicas segundo a LDB nº 4.024/61; normas segundo a lei nº 5.692/71 e normas para o manual do professor" (Filgueiras, 2011, p. 206).

Naquele momento, os currículos escolares passavam por revisões, de acordo com os novos objetivos da escolarização. Naturalmente, essas mudanças envolveram os livros didáticos, que precisavam sofrer alterações a fim de se ajustarem à nova orientação educacional. O núcleo comum obrigatório modificou nomes e conceitos, que deveriam ser incorporados aos livros. Dentro desse espírito, as normas de avaliação eram "específicas e bem definidas para os livros do regime anterior" e "gerais e flexíveis para os livros do novo regime" (Filgueiras, 2011, p. 206)³¹.

A análise e avaliação dos livros-texto seriam feitas por uma comissão denominada "Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto", que era composta por dois especialistas de cada disciplina nomeados pelo Ministro da Educação³². Estava

²⁸ Os livros didáticos eram comumente nominados de livros-texto nesse período, termo que também iremos utilizar, eventualmente, neste trabalho.

²⁹ O próximo capítulo abordará o Parecer 853/71, detalhando do que se trata e adentrando seus conteúdos.

³⁰ Veremos, no próximo capítulo que a Lei 5.692/71 unificou o ensino primário e o ginásial, instituindo o ensino de primeiro grau, com duração de oito anos. Iremos nos concentrar no ensino de 1º grau, em virtude dos livros didáticos que serão alvo de análise, posteriormente.

³¹ Trecho retirado pela autora do documento físico de título: Normas para análise e seleção de livro-texto para o ensino de 1º grau. DEF/MEC, dez. 1971.

³² Segundo consta no documento das Normas para análise e seleção de livro-texto para o ensino de

sob responsabilidade do Instituto Nacional do Livro: estabelecer os prazos de entrega dos exemplares dos livros sujeitos à análise e apresentar o relatório final da avaliação.

A comissão avaliaria todos os livros encaminhados para apreciação do Departamento de Educação Fundamental. As disciplinas que teriam livros avaliados e selecionados eram: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Naturais e Educação Moral e Cívica. O manual do professor também seria avaliado.

A análise considerava os aspectos de conteúdo, método de ensino e os aspectos físicos, tipologia das letras de acordo com as séries, existência de título, índice, prefácio, auxílios visuais, glossário, bibliografia atualizada e indicações identificadoras do manual (editora, local e data da edição).

De acordo com a LDB nº 4.024 (Brasil, 1961), havia normas específicas divididas por cada matéria do núcleo comum (Linguagem, Matemática, Estudos Sociais e Ciências), com os principais objetivos de cada uma. Depois de esclarecidos os objetivos de cada matéria, eram especificadas as normas para cada série, dentro de cada matéria, seguindo a seguinte divisão: organização do conteúdo, ilustração, exercícios, verificação, fixação e avaliação.

As normas específicas para avaliação dos novos livros de 1ª a 4ª séries, segundo a Lei nº 5.692/71, utilizariam as indicações já estabelecidas pelas normas da LDB nº 4.024/61. Porém, os novos livros abrangeriam todo o 1º grau, da 1ª à 8ª série, em cada área do currículo. A nova nomenclatura adotada para o núcleo comum do 1º grau passou a ser: da 1ª à 4ª série (ou 5ª série): Comunicação e Expressão; Integração Social; Iniciação às Ciências; Matemática. E da 5ª ou 6ª à 8ª séries: Comunicação em Língua Portuguesa; Estudos Sociais; Ciências e Matemática. Para cada disciplina, foram acrescentados alguns objetivos, seguindo as recomendações da nova legislação escolar, de acordo com o Parecer n. 853/71³³.

As avaliações de todos os livros-texto eram registradas em uma 'ficha de análise'. A ficha de análise dos livros didáticos para coedição do PLIDEF era objetiva

1º grau. DEF/MEC, os membros da Comissão seriam indicados "dentre professores de reconhecida capacidade profissional nas matérias de que tratam os livros, bem como reconhecida idoneidade moral no trato de questões dessa importância" (Filgueiras, 2011, p. 207). Não foram encontrados outros documentos com maiores detalhes sobre a Comissão de Análise e Seleção de Livros-texto.

³³ O núcleo comum obrigatório foi definido pelo Conselho Federal de Educação, que era o órgão responsável pela reforma. O documento que fixou as matérias do núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º grau foi o Parecer nº 853/71, do CFE (Brasil, 1971). Este assunto será melhor detalhado no próximo capítulo deste trabalho.

e única para todas as matérias, constituída de quatro partes distintas. Os critérios estavam descritos e os pareceristas deveriam atribuir pontos para os livros de acordo com o cumprimento ou não de cada item. A ficha de análise para livros da 2ª à 8ª série era dividida em quatro grupos: Produção Editorial, Produção Gráfica, Produção Didática, Manual do Professor. “Cada livro poderia obter até 100 pontos. Para serem aprovados, os livros precisavam obter ao menos 70 pontos no total geral, 53 pontos no livro do aluno e 10 pontos no manual do professor” (Filgueiras, 2011, p. 214).

Em relação à avaliação dos livros didáticos, gostaríamos de salientar a importância que o *manual do professor* ganhou, nesse período, mostrando que haviam sido atendidas as sugestões advindas dos debates do período da COLTED e das próprias avaliações de livros didáticos da referida Comissão, que apontou a necessidade desse guia. Nas *Normas para a análise dos livros didáticos* havia a presença de um item exclusivo para a orientação do manual do professor e a avaliação do DEF/MEC³⁴ reprovava os livros que não apresentassem o manual do professor com as características descritas.

Em análise das fichas da Companhia Editora Nacional, Filgueiras (2011) verificou que um dos principais fatores de reprovação dos manuais era a má qualidade ou mesmo a falta do manual do professor. A obrigatoriedade do manual do professor foi uma forma de tentar minimizar as dificuldades relacionadas à formação docente frente às mudanças concretizadas pela reforma educacional, colaborando com o sua prática cotidiana, na preparação das aulas, provas e atividades.

Ainda sobre essa questão, a autora afirma que

É possível entender, de tal modo, que a avaliação do DEF/MEC colaborava para estabelecer um padrão mínimo para os novos manuais que surgiam, com definições do formato dos livros, das ilustrações, atividades, exercícios e, com a presença obrigatória do manual do professor, que deveria conter alguns itens específicos, como os objetivos do ensino, o método utilizado, sugestões de atividades e respostas dos exercícios (Filgueiras, 2011, p. 216).

O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF) esteve atrelado ao Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL), em sua fase inicial de vigência, entre os anos de 1971 e 1976.

³⁴ Departamento de Ensino Fundamental do Ministério da Educação e Cultura.

Em 1976, as atribuições do INL quanto ao Programa do Livro Didático (PLD) foram transferidas para a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME), por meio do Decreto nº. 77.107, de 4 de fevereiro de 1976 (Brasil, 1976). Desse modo, a coordenação do PLIDEF passa para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) e lá permanece até 1983.

Com a coordenação do PLD, a FENAME firma um convênio com as Secretarias Estaduais de Educação, de modo que os recursos para o programa passaram a provir dos estados da federação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O processo de seleção e avaliação dos manuais manteve uma estrutura padrão, tanto quando esteve sob responsabilidade do INL, quanto da FENAME. A partir da lista de livros aprovados divulgada pelo MEC, os estados selecionavam os livros que seriam adquiridos, numa combinação de ação federal e estadual.

Porém, no processo de coedição dos livros didáticos, as etapas se atropelavam, por serem muitas etapas, muitas comissões, muitas pessoas. “Na tentativa de estabelecer a descentralização da política do livro didático, o processo de avaliação da qualidade dos manuais escolares acabou deixando de ser o aspecto principal” (Filgueiras, 2011, p. 229).

No que tange as políticas de avaliação, seleção e distribuição de livros didáticos, gostaríamos de destacar aqui que, apesar de a Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971b) ter estabelecido a obrigatoriedade do ensino de **Educação Artística**, esta não fazia parte da lista de disciplinas cujos livros didáticos seriam alvo de avaliação, pela Comissão de Análise e Seleção de Livro-Texto. Consequentemente, não eram passíveis de seleção e nem de distribuição às escolas públicas. A nosso ver, isso faria grande diferença para a quantidade (e talvez também para a qualidade) dos livros didáticos editados. Posto isso, inquiremos: existiam livros didáticos de Educação Artística na década de 1970? Havia neles conteúdos de Música? Quais? A resposta a essa pergunta será encontrada no capítulo 3.

Esta seção nos permitiu conhecer a atuação do Estado, durante a ditadura militar, no desenvolvimento de políticas do livro didático, em um momento de reformas na educação nacional. O governo militar agiu em duas frentes: na expansão do ensino, buscou atender o novo público escolar e, paralelamente, incentivou e regulou o mercado editorial brasileiro, especialmente o setor de livros

escolares, em nova tentativa de barateá-los. Porém, segundo Filgueiras (2011, p. 228), novamente “esse barateamento não se efetuou”.

1.5 REDEMOCRATIZAÇÃO, NOVAS PROPOSTAS E O SURGIMENTO DO PNLD

Até o momento, vimos que a criação de leis e programas envolvendo os livros escolares no Brasil remonta à década de 1930 e que desde então, de um modo ou de outro, essas políticas seguiram um fluxo contínuo, passando por inúmeras transformações, porém sem deixar de existir. Vimos há pouco que, em 1976, o Programa do Livro Didático (PLIDEF e PLIDEM) saiu do Instituto Nacional do Livro (INL) e passou a ser responsabilidade da Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME).

Politicamente, o fim dos anos 1970 e o início dos 1980 foram marcados, pela crise da ditadura militar. Nesse período, o Programa do Livro Didático mantém-se atrelado à Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME). Em junho de 1980, por meio da Portaria n° 409 do Ministro da Educação Eduardo Portella, a avaliação federal dos livros didáticos é extinta e passa para a responsabilidade dos estados, com a justificativa de que seriam elaborados critérios que melhor atendessem às peculiaridades locais e regionais (Filgueiras, 2011).

Nesse mesmo momento, o III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto, para o período de 1980-1985, traça as “linhas prioritárias nacionais” para a área educacional propondo, entre outras medidas de apoio ao estudante, a necessidade de ampliar a distribuição de material escolar. Dessa forma, em 18 de abril de 1983, por meio da Lei n° 7.091 (Brasil, 1983), a FENAME passa a denominar-se Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), tendo suas funções ampliadas. Além de incorporar o Programa do Livro Didático (PLD) a FAE assume também a Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE).

A FAE deveria executar a *Política Nacional de Assistência ao Estudante*, tendo por finalidade “assegurar os instrumentos e condições de assistência educacional nos níveis de formação pré-escolar e de 1° e 2° graus” (Brasil, 1983, Art. 3°, *caput*³⁵). Constituíam seus objetivos básicos:

³⁵ O termo “*caput*” (do latim, “cabeça”) refere-se ao topo de um artigo de lei, sua parte introdutória, onde se estabelece a regra geral ou o princípio fundamental, que será posteriormente detalhado, complementado pelos parágrafos, incisos e alíneas que o seguem.

- I - a melhoria de qualidade, a diminuição dos custos e a criação de melhores condições de acesso dos usuários ao material escolar e didático, à alimentação escolar e às bolsas de estudo e manutenção;
- II - a coordenação da política de assistência educacional, bem como o desenvolvimento de estudos visando a subsidiar a sua formulação;
- III - o apoio à administração dos serviços de assistência educacional dos sistemas de ensino (Brasil, 1983, Art. 3º).

No Programa do Livro Didático, estava encarregada de doar os manuais para as escolas de 1º grau e fornecer livros para as bibliotecas escolares por meio do sistema de coedição com as editoras. Porém, em 1984, o MEC encerra o sistema de coedição e passa a comprar os livros produzidos pelas editoras que participavam do Programa do Livro Didático.

Com o fim da Ditadura Militar, a necessidade de organizar o sistema escolar que tinha definitivamente se expandido, mas que apresentava intensas desigualdades de acordo com as regiões era iminente. Em 1985, após eleições indiretas, há a retomada do regime democrático e o novo Presidente, José Sarney, toma posse. Como parte das políticas de educação instituídas na redemocratização, nasce o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), em substituição ao PLIDEF.

O Programa foi instituído pelo Decreto n.º 91.542, de 19 de agosto de 1985 (Brasil, 1985). No Decreto, constam como propósitos do Programa a “universalização e melhoria do ensino de 1º grau”, com o desafio de também “reduzir os gastos da família com Educação” (Brasil, 1985). O Programa entraria em vigor no ano letivo de 1986 (Brasil, 1985, Art. 6º).

Assim como o PLIDEF, o PNLD nasceu como um programa voltado para a distribuição de livros didáticos. Num contexto de superação do período ditatorial, era natural o desejo de eliminar qualquer nome, sigla ou programa que remetesse ao governo militar.

Porém, segundo Cassiano (2007), a criação do PNLD foi movida por algo mais que um novo nome para um programa já existente. Foi uma iniciativa vinculada ao *Programa Educação para Todos*, proposta de política social do novo governo, que incluía a meta de universalização e melhoria do ensino de 1º grau.

Em 31 de maio de 1985, na Exposição de Motivos nº 125, o ministro da Educação Marco Maciel apresentou a proposta “Educação para todos - Caminho para Mudança” que, segundo o ministro,

consiste, em sua fase inicial, numa série de medidas relacionadas com a implantação de programas de aperfeiçoamento e valorização do corpo docente, distribuição de livro didático e material escolar, fornecimento de merenda e, ainda, expansão e recuperação das unidades escolares” (Maciel, 1985, p. 1).

Apesar do enorme crescimento das matrículas ocorrido após extensão da obrigatoriedade do ensino até a 8ª série (há mais de uma década), havia ainda muitos desafios de acesso e qualidade a serem enfrentados.

Nesse sentido, o PNLD nasce com a meta principal de fornecer livros didáticos para todas as séries do ensino de 1º grau (1ª a 8ª série), assegurando padrões de qualidade satisfatórios. Desde a criação da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), o intuito era não deixar nenhum estudante sem livro didático. Em seu nascimento, o PNLD oficializou algumas mudanças importantes. Além da distribuição gratuita de livros aos alunos matriculados nas escolas públicas de 1º grau, outras duas medidas foram tomadas: a primeira foi transferência da escolha do livro didático diretamente para o professor. O assunto é tratado no artigo 2º do Decreto n.º 91.542/85, que institui o Programa:

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados.

§ 1º A seleção far-se-á escola, série e componente curricular, devendo atender às peculiaridades regionais do País.

§ 2º Os professores procederão a permanentes avaliações dos livros adotados, de modo a aprimorar o processo de seleção (Brasil, 1985, Art. 2º).

A segunda medida foi o término da compra do livro didático descartável (ou consumível), que continha exercícios na própria publicação, passando para os livros reutilizáveis. O artigo 3º do Decreto trata do assunto:

Art. 3º. Constitui requisito para o desenvolvimento do Programa, de que trata este Decreto, a adoção de livros reutilizáveis.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, deverá ser considerada a possibilidade da utilização dos livros nos anos subseqüentes à sua distribuição, bem como a qualidade técnica do material empregado e o seu acabamento.

§ 2º A reutilização deverá permitir progressiva constituição de bancos de livros didáticos, estimulando-se seu uso e conservação (Brasil, 1985, Art. 3º).

Porém, um dos principais gargalos à universalização do atendimento aos estudantes dizia respeito ao financiamento do Programa. Cassiano (2007) alerta para o fato de que, nem o Decreto que instituiu o PNLD, nem a portaria que dispõe sobre sua execução pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), estabeleceram a fonte financiadora do PNLD. Desse modo, na sua implementação, o Programa foi descontínuo e, como veremos a seguir, a universalização da distribuição não aconteceria no governo de José Sarney, mas somente 11 anos depois da criação do PNLD.

No ano 1993, sucede-se um importante marco para o PNLD. Dentro do entendimento sobre a necessidade de um direcionamento de recursos financeiros que assegurassem efetivamente o programa, a Resolução FNDE nº 006, em 13 de julho de 1993, destina para o PNLD, “anualmente e em caráter prioritário”, um fluxo anual de recursos calculado por aluno matriculado da rede pública de ensino fundamental, com “prioridade de atendimento para os alunos das quatro primeiras séries iniciais, podendo ser ampliado para as demais séries, quando houvesse disponibilidade de recursos” (Cassiano, 2007, p. 42). A partir desse momento, o PNLD teria como financiador o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-1997), três marcos importantes para o PNLD aconteceram (Cassiano, 2013). As três medidas que abordaremos a seguir foram possibilitadas pela destinação de um fluxo regular de recursos para o programa, feita na gestão do Presidente Itamar Franco (1992-1994), por meio da Resolução acima apresentada. Para Cassiano “A destinação de um fluxo regular de recursos para o PNLD, feita na gestão de Itamar Franco (1992-1994), possibilitou tais medidas, que consolidaram definitivamente o Programa” (Cassiano, 2007, p. 42).

Com o fluxo regular de recursos assegurada pela Resolução nº 6, em 1993, em 10 de maio de 1995, a Portaria nº 542 (Brasil, 1995) estabelece a **universalização da aquisição e distribuição gratuita programada** de livros didáticos para todos os alunos matriculados no ensino público de 1º grau (1ª a 8ª série).

O Ministério da Educação e Cultura (MEC) passa a adquirir, **de forma continuada**, livros didáticos de alfabetização e para as disciplinas do núcleo comum: Português, Matemática, Ciências, História e Geografia. A disciplina de Educação

Artística continuou fora do Programa por não ser considerada disciplina do núcleo comum, conforme vimos no capítulo anterior.

Conseqüentemente, as cifras resultantes do PNLD passam a ser significativamente maiores a partir de 1996, e redimensionam o mercado editorial nacional dos livros didáticos, o que resultaria no aumento da concentração, nos anos vindouros, dos grandes grupos editoriais nacionais e multinacionais (Cassiano, 2013, p. 83).

É válido pontuar que, na primeira fase do Programa, nenhum mecanismo de avaliação foi implantado pelo MEC. O Estado tinha o papel de comprador e distribuidor de livros didáticos por meio do PNLD. Em 1993, é constituída uma comissão para analisar a qualidade dos conteúdos programáticos e dos aspectos pedagógico-metodológicos dos livros que vinham sendo comprados pelo MEC para as séries iniciais do primeiro grau (1ª a 4ª série), assim como para poder estabelecer critérios para novas compras governamentais.

“Essa avaliação pioneira baseou-se na análise dos dez livros didáticos mais adotados em cada disciplina escolar no ano de 1991³⁶” (Chaves, 2024, p. 34). Segundo Cassiano (2007, p. 41), o estudo demonstrou que o MEC vinha comprando e distribuindo “livros didáticos preconceituosos, desatualizados e com erros conceituais” para a rede pública de ensino.

As avaliações realizadas nos grupos de trabalho de cada disciplina resultaram na publicação “Definição de critérios para avaliação dos livros didáticos”, que forneceu procedimentos essenciais para a criação e constituição de novas formas de avaliação dos livros didáticos do PNLD (Chaves, 2024). “A partir de 1995, o MEC empreendeu uma série de ações visando aprimorar a execução do PNLD e, por consequência, a qualidade dos livros oferecidos. Uma dessas iniciativas consistiu em envolver equipes de intelectuais e pesquisadores na avaliação dos livros didáticos” (Chaves, 2024, p. 37).

Com o diagnóstico feito em 1993 sobre a qualidade dos livros didáticos do núcleo comum e as mudanças curriculares advindas da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), no ano de 1996, o MEC institui oficialmente a **avaliação pedagógica prévia** dos livros didáticos, terceiro marco do programa, implantado no governo de Fernando Henrique Cardoso.

³⁶ As disciplinas que tiveram seus 10 livros mais solicitados pelos professores avaliados foram: Português, Matemática, Estudos Sociais e Ciências (Chaves, 2024, p. 34).

Os livros didáticos inscritos no programa passaram a ser examinados por especialistas (avaliadores) e somente os que obtivessem parecer favorável poderiam ser escolhidos pelos professores. Os livros que apresentassem erros conceituais, indução a erros, desatualização e veiculação de preconceitos passaram a ser reprovados na avaliação prévia.

A avaliação prévia ficou a cargo da Secretaria de Educação Fundamental (SEF), executada por equipes de avaliadores por área de conhecimento. Comissões divididas por área do conhecimento foram formadas pelo MEC: Alfabetização e Língua Portuguesa; Matemática; Ciências; Estudos Sociais (posteriormente, Geografia e História). Essas comissões estabeleceriam os critérios de análise e classificação da avaliação. O resultado desse processo passou a ser condensado e divulgado por meio de exemplares, que eram distribuídos nacionalmente para as escolas, com o objetivo de orientar os professores na escolha do livro didático.

Nasciam os Guias de Livros Didáticos, que passaram a fazer parte da operacionalização do PNLD. A partir de 1997, o primeiro Guia de Livro Didático veio a público como resultado do processo de avaliação do material que seria utilizado em sala de aula por alunos e professores. A avaliação prévia provocou uma melhoria na qualidade dos livros inscritos no PNLD (Cassiano, 2007).

Para Cassiano (2013, p. 83) o estabelecimento de um fluxo regular de recursos, o cumprimento da universalização da aquisição e distribuição dos livros didáticos para os alunos das oito séries do ensino fundamental e a introdução da avaliação prévia foram medidas que deram uma nova organização ao programa e construíram as condições para a sua solidificação e permanência. Adiante, abordaremos o desenrolar do programa, nos anos 2000 e a entrada da disciplina de Arte para seus editais.

1.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O início das políticas de controle sobre a produção e utilização dos livros didáticos, no Brasil, esteve ligado à agenda de formação do Estado-Nação. Esse processo marcou, como característica geral, a colocação do sistema educacional a serviço de uma política autoritária, em um período caracterizado por embates em torno da modernização da Educação nacional.

Após o fim da era Vargas, as questões acerca do livro didático passaram pela responsabilidade de diversos órgãos no curso dos diferentes governos, sem que deixassem de existir problemas envolvendo o preço do livro didático, sua qualidade, propostas de avaliação, denúncias de corrupção, entre outros.

As propostas da CALDEME nos mostraram que, por vezes, o estabelecimento de normas editoriais e de conteúdo com vistas a elevar o nível dos livros didáticos pode engessar inovações necessárias aos avanços pedagógicos e educacionais, provocando o efeito contrário, ou seja, impedindo a elevação do nível dos manuais de ensino oferecidos à população escolar.

Ao observar os vários programas e comissões criados ao longo do período abarcado por este capítulo, pudemos observar que, de um modo geral, havia objetivos comuns entre eles, tais como: baratear o livro didático, seja para o governo, como para o cidadão; melhorar a qualidade dos livros ofertados; universalizar o atendimento; melhorar do padrão técnico-pedagógico do professor, por meio de cursos de formação continuada e, mais adiante, pela distribuição do manual do professor; prolongar a vida útil dos manuais, entre outros.

Neste capítulo, por meio de um panorama das políticas públicas em torno do livro didático, apresentadas cronologicamente a partir do Estado Novo, pudemos conhecer os momentos de surgimento de novas ideias e sua posterior materialização. Algumas ideias, que hoje são compreendidas como alicerces do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), foram fruto de intensos debates, de embates e da atuação de educadores comprometidos com a melhoria da educação nacional.

Algumas questões ainda se mantêm presentes, mostrando a perenidade dos debates, ao longo de mais de 50 anos. A homogeneização (centralização) versus a descentralização das decisões sobre currículo é uma delas. A oposição de Anísio Teixeira à existência de uma Comissão Nacional do Livro Didático, em favor da

descentralização na gestão da educação ilustrou essa questão. Mais adiante veremos o que a LDB 9.394, de 1996 e, posteriormente a Base Nacional Comum Curricular representaram para essas discussões.

O estudo das questões abordadas neste capítulo mostra também a vinculação dos livros didáticos às políticas educacionais e sua centralidade na implantação de mudanças educacionais e curriculares. Essa importância estrutural do livro didático nas políticas educacionais se mantém até os dias de hoje, reforçando a importância de sua análise.

Em termos das políticas públicas acerca da avaliação, produção e distribuição de livros didáticos, foi possível perceber que a área de artes e, especificamente, a Música estiveram, por muito tempo, invisíveis. Apesar de serem mencionadas na legislação educacional e de terem sido alvo de suas mudanças, essas disciplinas não foram contempladas na produção de livros didáticos por várias décadas.

O assunto das políticas públicas relacionadas ao livro didático será retomado no capítulo IV, que tratará do PNLD no século XXI. As mudanças ocorridas no PNLD nos anos 2000 estão diretamente relacionadas à promulgação da LDB – Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) e às novas conjunturas sobre ensino de Arte e, conseqüentemente, da Música, assunto que será abordado no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL E O ENSINO DE MÚSICA NO BRASIL, A PARTIR DA LDB - LEI Nº 4.024/ 1961

No capítulo anterior, apresentamos um panorama das políticas públicas de regulação e controle sobre a produção e distribuição de livros didáticos no Brasil, a partir da criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937. Neste capítulo, discorreremos sobre a legislação educacional federal relacionada ao ensino de Música, em seus principais marcos históricos recentes.

Segundo Jardim (2012)

A primeira referência oficial de inclusão da música no currículo está presente no primeiro Regulamento do Colégio Pedro II, de 1838, que incluía Música Vocal como matéria distribuída nas oito séries do curso. O Colégio Pedro II foi fundado na Corte no Rio de Janeiro, como a primeira instituição que assumiu a condição modelar para as congêneres no país (Jardim, 2012, p. 168).

Conforme aponta a autora, o ensino de Música esteve presente na fundação da primeira instituição educacional modelar no Brasil. Embora a Música esteja prevista como disciplina no sistema educacional brasileiro desde os seus primórdios, uma série de obstáculos vem sendo contrapostos ao efetivo desenvolvimento da educação musical escolar no Brasil.

No período monárquico, o ensino de música funcionava como parte de uma ideologia civilizadora, na medida em que contribuía para o Brasil se reconhecer frente às nações europeias. Em alguns períodos a presença da educação musical no sistema escolar ganhou maior evidência, por exemplo, durante a implantação do Canto Orfeônico, no Estado Novo varguista (1937-1945). Mas, segundo Jardim (2012), mesmo nestes períodos a sua importância não estava dada, exigindo embates para sua justificativa. Os obstáculos passados e presentes são de inúmeras naturezas: mudanças legais, ora em favor, ora contra a inserção da Música como disciplina; número deficiente de educadores musicais, distribuídos de forma desigual, no território nacional; ausência (ou deficiência) dessa área do conhecimento nos cursos de formação de professores unidocentes³⁷, entre outras.

³⁷ O termo unidocente refere-se ao professor dos anos iniciais de escolarização (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental), atuando como professor de todas as áreas do conhecimento. Também conhecido como professor regente, professor generalista, professor de classe, esses profissionais é, atualmente, egresso dos cursos de Pedagogia.

Nesse cenário, os anos 1960 e 1970 representam uma fase importante e peculiar para a história da educação musical brasileira, pois no breve período de 10 anos, duas mudanças legais aconteceram no seu percurso. Isso se deve ao fato de ter havido reformas e mudanças importantes na legislação educacional, nesse período, como veremos a seguir.

Neste capítulo, iniciaremos por um marco temporal importante, na história da educação: a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A LDB 4.024, de 1961 (Brasil, 1961b) é também bastante relevante para a área da educação musical, pois nesse momento, a disciplina é reconhecida sob o nome de “Educação Musical”.

Em seguida, será abordada a Lei nº 5.692, de 1971 (Brasil, 1971b), importante reforma educacional empreendida durante o governo ditatorial militar, que gerou mudanças generalizadas, nos diferentes níveis da educação e disciplinas do currículo. A área de artes foi reconfigurada, ou “criada” e, em consequência, a disciplina de Educação Musical, extinta, fato determinante para seu percurso, no ensino brasileiro.

Adiante, trataremos da LDB 9.394, de 1996 (Brasil, 1996), vigente até os dias atuais, que reconfigurou a área de artes, estabelecendo a disciplina de Arte. Por fim, passaremos aos anos 2000, quando a área de educação musical, em processo de fortalecimento, reconhecimento como área do conhecimento e há muito tempo insatisfeita com sua situação no currículo educacional, articula um movimento, em nível nacional, pelo retorno do ensino da Música, na escola. Por fim, abordaremos as alterações na legislação referentes ao ensino da disciplina de Arte, resultado dessa mobilização e como a área se configura, legalmente, na atualidade.

2.1 A LDB - LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Os anos 1950 e, especialmente, 1960 caracterizam-se por intensa ebulição política, social e cultural, no mundo ocidental. No Brasil, esse período é marcado pelo movimento nacionalista, que visava o desenvolvimento dos diversos setores da sociedade brasileira, como a economia, a indústria, a educação e a cultura. “No campo das artes, intelectuais e artistas almejavam nacionalizar as linguagens como o teatro, o cinema, a música, a literatura e as artes plásticas, que até então julgavam dialogar com tendências estéticas e tradições culturais exteriores à realidade

brasileira.” (Garcia, 2007, p. 7). Havia, por parte desses atores sociais, um forte desejo por desenvolver uma produção artístico-cultural com características próprias, que não imitasse as vanguardas artísticas europeia e norte-americana.

A ‘busca de uma política cultural que afirmasse a consciência nacional’, ‘a redefinição do lugar do artista e do intelectual como construtores da nação’ e ‘a formulação de soluções estéticas e epistemológicas que figurassem e orientassem a afirmação da nação-povo para si mesma e para o mundo’; ‘a necessidade de uma pedagogia identitária nacionalista’ são apontadas como princípios norteadores dessa agenda, que permeou as políticas culturais brasileiras até os anos 1980³⁸ (Napolitano, 2022, p. 15). Instaurada pelo movimento modernista e na Semana de Arte Moderna de 1922³⁹, segundo Napolitano (2022), essa agenda perdurou muito além das primeiras décadas do século XX, adentrando os anos 1980. Esse período é denominado pelo autor como ‘longo modernismo’.

No âmbito educacional, havia um ambiente de debates centrado nos rumos da educação nacional. Segundo Filgueiras

Dentre as discussões que se intensificaram no fim dos anos 1950 destacavam-se a necessidade de organizar a expansão do ensino secundário, as críticas aos exames de admissão, a necessidade de reformulação dos currículos e programas de ensino, o problema da formação dos professores, a pressão por acesso ao ensino superior e por reforma desse nível de ensino e, após treze anos, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitava no Congresso Nacional desde 1948 (Filgueiras, 2011, p. 145).

Após intensos debates e treze anos de tramitação no Congresso nacional, em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 4.024 (Brasil, 1961b).

³⁸ O historiador salienta que, durante esse período, não operava um bloco ideológico único. Ao contrário, foi um período de conflitos e pluralidade ideológica. Esta se traduziu em uma pluralidade estética, com formas ora mais convencionais, ora mais experimentais. “A tensão neste cabo de guerra entre experimentalismo de vanguarda e expressão nacional-popular caracterizou os dois polos do modernismo” (Napolitano, 2022, p. 15).

³⁹ Realizada em fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo, a Semana de Arte Moderna reuniu artistas e intelectuais, promoveu concertos, exposições, leituras e palestras e buscou agitar o meio artístico da capital paulista. Seus organizadores, principalmente Mário de Andrade e Oswald de Andrade, assumiram lugar central no desenvolvimento da cultura brasileira nas décadas seguintes, tornando-se referência estética para gerações de artistas e atuando como agitadores culturais e formuladores de políticas. A “Semana de 22” assumiu o aspecto de um evento mitológico e marco de originalidade cultural, passando a ser vista como um momento de ruptura com o predomínio de uma cultura de imitação europeia.

Uma das resoluções da LDB foi a criação do Conselho Federal de Educação (CFE). Segundo seu Art. 8º, “O Conselho Federal de Educação será constituído por vinte e quatro membros nomeados pelo Presidente da República, por seis anos, dentre pessoas de notável saber e experiência, em matéria de educação”. (BRASIL, 1961b, Art. 8º, caput⁴⁰). A LDB estabeleceu a estrutura e as funções do CFE, que atuaria como órgão normativo e de assessoramento do Ministério da Educação.

Juntamente com os Conselhos Estaduais de Educação, o Conselho Federal ficaria à frente da gestão da educação, com inúmeras atribuições como: decidir sobre o reconhecimento e funcionamento, autorização e fiscalização dos estabelecimentos de ensino superior. As universidades federais ficaram a cargo do CFE e as estaduais, a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação.

Os conselhos teriam também responsabilidades quanto ao currículo escolar. Para todos os sistemas de ensino médio, caberia ao Conselho Federal de Educação indicar as disciplinas obrigatórias. As disciplinas de caráter optativo a serem adotadas pelos estabelecimentos de ensino, bem como a amplitude e o desenvolvimento dos seus programas em cada ciclo, caberiam aos Conselhos Estaduais de Educação (Brasil, 1961b, Art. 35, § 1). Essa divisão de gestão e tomada de decisão ilustra um aspecto da LDB nº 4.024, que fora parte das reivindicações: a descentralização da educação, tanto no que concerne à gestão e fiscalização, quanto às decisões curriculares.

O conhecimento do funcionamento global do sistema de ensino configura-se como uma importante ferramenta para a compreensão do contexto de inserção (ou retirada) do ensino de Música, nos diferentes períodos da história educacional brasileira. A LDB nº 4.024 dividiu o ensino brasileiro em: ‘**educação de grau primário**’ e ‘educação de grau médio’. A ‘educação de grau primário’ foi dividida em ‘**educação pré-primária**’ e ‘**ensino primário**’. Conforme explica o Art. 23 da LDB, “A educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância” (Brasil, 1961b, Art. 23).

O ensino primário teria duração mínima de quatro anos (da 1ª à 4ª série) e máxima de seis, devendo ser ministrado apenas na língua nacional. A LDB estabeleceu a obrigatoriedade de ingresso na escola a partir dos sete anos de idade e o controle e fiscalização de matrícula das crianças, a partir dos sete anos, ficaria a

⁴⁰ O termo “caput” refere-se ao topo de um artigo de lei, seu parágrafo inicial, onde está expressa sua ideia principal. Além do caput, o artigo pode ter parágrafos, incisos e alíneas.

cargo dos municípios. O Art. 29 é claro, quanto a essa questão: “Cada município fará, anualmente, a chamada da população escolar de sete anos de idade, para matrícula na escola primária” (Brasil, 1961b, Art. 29). Apesar dos movimentos em torno da extensão do ensino obrigatório, a LDB manteve como obrigatório apenas o ensino primário.

Após o ensino primário, viria o ensino médio. Apesar das críticas feitas, a LDB nº 4.024/61 manteve também o exame admissional. Ao fim do ensino primário, os estudantes tinham que fazer uma prova intitulada “exame admissional” para ingressarem no ciclo seguinte, o ensino ginásial. Os que não passavam no exame, ficavam retidos no ensino primário por mais um ano, antes de ingresso no ginásial (sem a necessidade de refazer o exame admissional). O exame admissional dificultava o acesso dos estudantes ao ginásial, o que contradizia o movimento de ampliação do acesso à escolaridade, que marcou o período.

“A educação de grau médio, em prosseguimento à ministrada na escola primária, destina-se à formação do adolescente” (Brasil, 1961b, Art. 33). A ‘**educação de grau médio**’ ou ‘**ensino médio**’ dividia-se em dois ciclos: **ciclo ginásial** e **ciclo colegial**; o primeiro, com quatro anos de duração e o segundo, com três anos (no mínimo). O Art. 34 detalha o assunto: “O ensino médio será ministrado em dois ciclos, o ginásial e o colegial, e abrangerá, entre outros, os cursos secundários, técnicos e de formação de professores para o ensino primário e pré-primário” (Brasil, 1961b, Art. 34).

Ainda sobre o ensino médio, o artigo 35 diferencia disciplinas e práticas educativas: “Em cada ciclo haverá disciplinas e práticas educativas, obrigatórias e optativas”, independente da modalidade cursada pelo estudante (Brasil, 1961b, Art. 35).

O ensino médio dividia-se em três modalidades. Uma modalidade era o ‘ensino técnico’, que se dividia em industrial, agrícola e comercial e, tanto no ginásial, quanto no colegial, era composto por uma parte do currículo comum a todas as modalidades e uma parte distinta das demais, específica da modalidade cursada. Frisamos que, nessa época, os cursos técnicos (industrial, agrícola e comercial) eram ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos (Brasil, 1961b, Art. 49).

A segunda modalidade do ensino médio era o 'ensino normal', destinado à formação do magistério, que seguia com as mesmas características que o técnico. Quanto à formação de professores o Art. 59 da LDB nº 4.024/61 determina que

A formação de professôres para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professôres de disciplinas específicas de ensino médio técnico, em cursos especiais de educação técnica. Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professôres para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras (Brasil, 1961, Art. 59).

Por fim, a terceira e última modalidade era o ensino secundário que, sem as especificidades curriculares dos dois anteriores, conduzia o estudante ao ensino superior.

Nas três modalidades de ensino médio (técnico, normal e secundário), havia disciplinas obrigatórias e optativas. Conforme destacado acima, no técnico e no normal, havia ainda as disciplinas específicas.

Quanto às disciplinas do currículo, a LDB não aborda quais serão as obrigatórias, em nenhum ciclo, apenas menciona quantas. A única 'disciplina' citada é a 'prática' de educação física, tornada obrigatória nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos (Brasil, 1961b, Art. 22).

Apesar de termos a informação de que a LDB 4.024/61 instituiu a disciplina de Educação Musical, a leitura detalhada do texto da Lei revelou que nele não há qualquer referência ao termo educação musical, evidenciando ser essa uma afirmação equivocada. O mais próximo do assunto que pudemos encontrar foi, no Art. 38, que trata do estabelecimento das normas que regem a organização do ensino médio, a presença, entre outras determinações, de 'atividades complementares de 'iniciação artística', sem maiores detalhamentos sobre o que estaria envolvido nessa 'iniciação artística' (Brasil, 1961, Art. 38, par. IV).

Sobre essa questão, Queiroz (2012) faz os mesmos apontamentos, afirmando que "a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tem sido alvo de grandes equívocos na literatura da área de educação musical" por estar "sendo mencionada como a lei que instituiu a "educação musical" nas escolas" (Queiroz, 2012, p. 30).

Após busca na legislação educacional do período relacionada à regulamentação da Educação Musical nas escolas, encontramos o Decreto nº

51.215, de 21 de agosto de 1961, que “Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País” (Brasil, 1961a). Conforme informa sua data, ele foi promulgado alguns meses antes da LDB nº 4.024.

No início do Decreto, são apresentadas as justificativas para sua promulgação: “o ensino da música nos Jardins de Infância e nas Escolas Pré-Primárias, Secundárias e Normais não obedece a um plano ordenado, nem a normas uniformes em todo o País”; “êsse tipo de educação constitui uma valiosa contribuição para o desenvolvimento integral da pessoa humana, para a educação do caráter e para o sentido de solidariedade”; “ao mesmo tempo em que desenvolve a sensibilidade, a música fortalece, nos educandos, hábitos de convivência social elevada, a disciplina, e, especialmente, a concentração mental”, “a educação musical deve ocupar lugar de relêvo nos currículos das escolas dos três graus” (Brasil, 1961a).

Entre as justificativas acima apontadas, pode-se observar uma mudança de paradigma a respeito do ensino de Música na escola, em relação ao modelo anterior, o Canto Orfeônico, disciplina que vigorava desde 1930, em nível nacional e começou a declinar após o fim da era Vargas (Jardim, 2008). Segundo Jardim, (2008, p. 132), “As novas concepções de ensino de música, vinculadas à Educação Musical, aproximavam-se das propostas de mudanças e renovação da educação brasileira e foi a idéia vitoriosa, contemplada na Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, nº 4.024”⁴¹. E acrescenta:

Inspirados, principalmente, pela metodologia Dalcroze, fundamentaram os conceitos de Educação Musical, que se dirigia à formação do indivíduo artístico, para desenvolver seus potenciais criativos. Opunham-se, assim, aos fundamentos do Canto Orfeônico, que tinham como meta o indivíduo disciplinado, cívico, social (Jardim, 2008, p. 131).

No texto do Decreto nº 51.215/61, há um detalhamento de como a Educação Musical deve ser aplicada, nos diferentes níveis educacionais. Nos jardins de infância e nas escolas Pré-primárias, estabelece que a educação musical “deve ser praticada sob a forma de recreação”. Sob essas justificativas, decreta que “A educação musical nos Jardins de Infância, Escolas Pré-Primárias, Primárias,

⁴¹ Conforme mencionamos há pouco, é praxe entre os educadores musicais associar a instituição da Educação Musical na educação escolar à LDB 4.024/1961.

Secundárias, e Normais, em todo o território nacional, obedecerá às normas estabelecidas no presente Decreto” (Brasil, 1961a, Art. 1º).

Apesar de colocar a educação musical como prática, não lhe atribuindo *status* de disciplina e seu formato de ensino se dar em forma de recreação, o Decreto estabelece planos de conteúdos específicos da música para ambos (jardins de infância e escolas pré-primárias). Vejamos propõe a esse respeito.

O Art. 2º estabelece que

A Educação musical, nos Jardins de Infância, deve ser praticada sob a forma de recreação obedecendo ao seguinte plano:

- a) por meio de assimilação dos fenômenos básicos da música - Ritmo e Som;
- b) por meio de bandinhas rítmicas ou qualquer tipo de conduta sonora;
- c) por meio de cantigas de roda (Brasil, 1961a, Art. 2º).

O Art. 3º determina que

A Educação música⁴² nas escolas Pré-Primárias deve ser também praticada sob a forma de recreação, obedecendo ao seguinte plano:

- a) por meio do treino auditivo do ritmo;
- b) por meio do treino auditiva⁴³ do som;
- c) por meio de bandinhas rítmicas ou qualquer tipo de conjunto sonoro;
- d) por meio de **côro orfeônico**;
- e) por meio de danças folclóricas nacionais e estrangeiras;
- f) por meio de cirandas dramatizadas (Brasil, 1961a, Art. 3º, grifo nosso).

Para as escolas primárias, secundárias e normais, o Decreto estabelece ‘finalidades’ (não mais práticas recreativas), que aparecem divididas em I - atividades curriculares e II - atividades extracurriculares. E detalha que as atividades curriculares deverão ser praticadas uma vez por semana, no mínimo (Brasil, 1961a, Art. 4º, § 1).

Quanto às escolas primárias, o Artigo 4º estabelece que a educação musical terá as seguintes finalidades:

- I - Atividades curriculares:
 - a) fornecer aos alunos os conhecimentos necessários para que, ao fim do curso, estejam aptos a **ler e escrever um mínimo apreciável de matéria musical**;
 - b) fornecer aos alunos os conhecimentos e os materiais necessários para sua participação nas atividades coletivas relativas à matéria tais como: **côros orfeônicos** e outros conjuntos vocais; bandas de música e outros conjuntos instrumentais; danças folclóricas nacionais e estrangeiras.

⁴² O termo correto aqui seria musical, porém há um erro, no corpo do Decreto que decidimos reproduzir na citação.

⁴³ Idem, o termo correto seria auditivo. Outros erros de grafia aparecem, na sequência.

c) fornecer, para a compreensão da música como arte, noções da sua história e desenvolvimento através da **História da Música**, propriamente dita; através conhecimentos generalizados dos instrumentos musicais pela audição de discos e apresentação ao vivo, dos próprios instrumentos;

d) possibilitar a realização de dramatização infantis musicadas.

II - Atividades extracurriculares:

a) proporcionar aos escolares audições de conjuntos orquestrais, vocais e coreográficos; recitais vocais e instrumentais; concertos de música popular e folclórica. Tais atividades poderão ser através de espetáculos ao vivo ou de gravações e filmes;

b) realização de festivais e prêmios inter-escolares em que tomem parte conjuntos orfeônicos e instrumentais de diferentes escolas, apresentando-se os conjuntos vencedores em audições públicas, radiofônica ou em programação de televisão (Brasil, 1961a, Art. 4º, grifos nossos).

E o Art. 5º determina como finalidades da Educação musical nas escolas secundárias e normais:

I - Atividades curriculares:

a) ampliação dos **conhecimentos teóricos** tratados nos cursos anteriores;

b) ampliação das atividades coletivas;

c) ampliação dos conhecimentos da **História da Música, geral, e nacional** relacionando-a intensamente à História Universal e, sempre que possível, às outras artes, através ilustrações, projeções comparativas especialmente elaborados para tal finalidade;

d) fornecer conhecimentos de e elementos de apreciação musical.

II - Atividades Extracurriculares:

a) as meninas indicadas nas alíneas "a" e "b" do item II do artigo 4º deste Decreto;

b) possibilitar aos estudantes a realização de autos populares ou eruditos dramatizados montagem de histórias e peças teatrais musicadas;

c) fornecer aos estudantes ingressos e prepará-los para concertos de todos os tipos, espetáculos coreográficos e de ópera e, sempre que possível, proporcionar contato direto com as manifestações folclóricas (Brasil, 1961a, Art. 5º, grifos nossos).

Por fim, o Decreto determina que iriam se sujeitar aos seus dispositivos:

a) as escolas públicas e secundárias mantidas pela União, Estados, Territórios e Municípios;

b) as escolas particulares, os colégios e os ginásios, subvencionados ou não;

c) as escolas mantidas por empresas industriais, comerciais e agrícolas, e que o mesmo "entrará em vigor no ano escolar de 1962" (Brasil, 1961ª, Art. 7º e 11).

É interessante notar que, sendo esse um momento apresentado como de mudanças, no ensino musical escolar, o 'côro orfeônico' não deixou de estar presente nas finalidades do ensino pré-primário e primário. Porém, conforme mostra

o Artigo 5º, acima destacado, na escola normal (que preparava os professores para a docência nas escolas pré-primárias e primárias), o ‘côro orfeônico’ não figura entre as finalidades. Como, então, um normalista iria ensinar tal conteúdo para as crianças?

Conforme grifos nossos, nos artigos do Decreto nº 51.215/1961, figuram também nas finalidades da educação musical conteúdos tradicionais do ensino de Música, centrados no estudo teórico, tais como: teoria musical, leitura de partitura, escrita musical e História da música. Apesar disso, o Decreto nº 51.215/61 (Brasil, 1961a) propõe também planos e finalidades consonantes com as novas propostas da Educação Musical, numa espécie de mistura do “velho” (conteúdos tradicionais do ensino de Música) com o “novo” (as novas concepções da Educação Musical).

Nas finalidades acima expostas, há atividades voltadas à prática musical: ‘participação nas atividades coletivas, tais como: côros orfeônicos e outros conjuntos vocais, bandas de música e outros conjuntos instrumentais’; ‘danças folclóricas nacionais e estrangeiras’, ‘realização de dramatizações infantis musicadas’. Tais finalidades mostram uma mudança na concepção de ensino de música, na escola, em grande medida como fruto da influência de renomados pedagogos musicais europeus, tais como Karl Orff, Jacques E. Dalcroze, Edgar Willems e outros. Esses pedagogos musicais foram pioneiros nas metodologias ativas de educação musical, em que o envolvimento ativo com a música, o uso de movimento no ensino de música, o desenvolvimento do potencial criativo da criança eram alguns dos pressupostos.

Nos anos 1960, a educadora musical Maria Aparecida Mahle escreveu o livro “Iniciação Musical- Orientação didática⁴⁴”, no qual afirma que o ensino de música deveria ficar a cargo de um especialista. O livro trazia orientações para que professores de música pudessem se adequar à forma escolar, examinado por Jardim, em sua tese. Sobre os conteúdos do Livro, Jardim (2008) afirma que Mahle

Fazia propostas para a organização do ensino de música nas escolas, no curso primário e ginásial, a partir dos novos pressupostos da Educação Musical, em que as atividades de leitura e escrita eram dirigidas para o fazer musical. para o canto, para a formação de bandas rítmicas, para conjuntos de flauta block (flauta doce), como um processo de iniciação musical, que poderia ter continuidade em escolas de formação especializada (Jardim, 2008, p. 260).

⁴⁴ Maria Aparecida Mahle escreveu o livro “Iniciação Musical- Orientação didática”, publicado pela Irmãos Vitale, em 1969.

Quando tratamos de mudanças curriculares relacionadas às disciplinas escolares, um aspecto primordial relacionado à sua implantação é a formação profissional dos docentes. Para introduzir o novo modelo de educação musical, seria necessário também, repensar a formação dos professores de Música. Sobre essa questão, Jardim afirma que

A permanência das práticas orfeônicas pode ser confirmada, tanto pelos quadros do magistério especializado que não sofreram alterações imediatas, quanto pela legislação do período, que dava garantias provisórias do exercício profissional até validar, finalmente, o certificado de registro definitivo de professor de Educação Musical para os professores diplomados em Canto Orfeônico, pela portaria nº 288, de 26 de junho de 1969, expedido pelo Instituto Villa-Lobos, nova designação do antigo Conservatório Nacional de Canto Orfeônico (Jardim, 2008, p. 132).

Para a autora, os movimentos que legitimaram a retirada do Canto Orfeônico do currículo, instituindo a Educação Musical “não produziram mudanças significativas no cenário do ensino da Música, quer seja no âmbito da educação pública, ou na reconfiguração da disciplina e na determinação de novos conteúdos” (Jardim, 2008, p. 257).

Entre as fontes de pesquisa da autora que embasam essa afirmação, encontram-se livros didáticos para o ensino de música. A pesquisadora constatou que, apesar de novos livros didáticos, como o escrito por M. Aparecida Mahle⁴⁵, vários livros de Canto Orfeônico continuaram a ser publicados por anos, após a exclusão da disciplina do currículo com sucesso nos índices de venda, o que corroborou para sua conclusão de que, no caso da LDB 4.024/61, as decisões oficiais pouco alteraram o modos como se realizava o ensino de música (Jardim, 2008).

Outros livros didáticos como o de Mahle⁴⁶, que ratificavam os fundamentos da Educação Musical, vinculando atividades artísticas ligadas à flauta doce e banda rítmica, na escolarização, foram editados⁴⁷. Segundo Jardim, “embora destinados

⁴⁵ A autora “pertencia à tendência oposta ao movimento orfeônico” (Jardim, 2008, p. 260).

⁴⁶ Vários livros da autora são conhecidos pelos educadores musicais, até hoje. Seu livro “*Primeiro caderno de flauta block*”, publicado pela Irmãos Vitale Editores, em 1960, ainda consta no catálogo da editora (consulta feita em jul. 2025). Disponível em <https://publicacoes.vitale.com.br/sistema/produtos/produto.asp?codigo=10710>

⁴⁷ Outro livro publicado nesse período foi “*Música e percussão- peças instrumentadas para banda rítmica infantil*”, de Adelina Santos Barreto, publicado pela Irmãos Vitale Editores, de 1965 a 1990 (Jardim, 2008).

às escolas em geral, ficaram circunscritos à esfera da educação privada e do ensino especializado” (Jardim, 2008, p. 261).

Além da dimensão formativa dos professores de música, a autora aponta que o tempo transcorrido entre a instituição da Educação Musical, em 1961, e sua retirada do currículo, em 1971, não foi suficiente para operar as transformações desejadas. Em sua pesquisa sobre a educação musical nesse período, Jardim assinala também que

Antes que se desmontasse toda a estrutura institucional relacionada ao Canto Orfeônico, cargos e carreira, material pedagógico e didático, outras idéias invadiam o interior da disciplina que perdia, novamente, seu transitório espaço artístico, para retomar as suas finalidades cívicas, com a instituição do Curso de Educação Cívica através da Música, fundamentado apenas nos hinos pátrios, cívicos e militares, pela portaria nº 16, de 12 de outubro de 1967. Essas características, que foram impostas pelo governo militar, permaneceram até a extinção da disciplina, pela lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 (Jardim, 2008, p. 132).

2.2 A REFORMA DO ENSINO E A LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971

No ano de 1967, sob o regime da Ditadura Militar, foi promulgada uma nova Constituição, que apresentou mudanças, no âmbito educacional. Essas mudanças, em certa medida, responderam a questões que já vinham sendo colocadas desde o fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, tais como a necessidade de expansão do ensino obrigatório, a popularização do ensino secundário, ainda bastante elitizado, e a descentralização do ensino.

A Constituição expandiu o ensino obrigatório, reivindicação antiga que não havia sido contemplada pela LDB nº 4.024/1968 (Brasil, 1961b), conforme vimos acima. O Artigo 168 estabeleceu que “o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais” (Brasil, 1967, Art. 168, § 3º, item II). A Constituição estabeleceu também a descentralização do ensino, determinando, no Artigo 169, que “os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino” (Brasil, 1967, Art. 169, caput).

Após a promulgação da Constituição, iniciou-se uma reestruturação, no sistema educativo brasileiro. Essa reestruturação concretizou-se por meio de duas reformas planejadas simultaneamente, que “faziam parte de um mesmo processo de reorganização da educação que, em conjunto com a implantação da Educação

Moral e Cívica como disciplina escolar, buscava conformar o novo público que estaria nas salas de aula” (Filgueiras, 2011, p. 202). Tratam-se da Lei nº 5.692/71, que abordaremos a seguir, e da Lei nº 5.540/68, que estabeleceu a reforma do ensino superior.

Além dos pontos contemplados na Constituição de 1967, havia uma série de demandas do setor educacional, em pauta há mais de uma década, como: fim do exame admissional, aumento do acesso e reformulação do ensino superior e reformulação da educação básica.

A reforma da educação básica concretizou-se por meio da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixou “Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus” (Brasil, 1971b). O Artigo 1º da Lei estabelece que

O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania (Brasil, 1971b, Art. 1º, caput).

É oportuno apontar que, apesar de termos ouvido com certa frequência, em nossa trajetória, a menção à “LDB 5.692 de 1971”, a Lei nº 5.692 (Brasil, 1971) não é uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Diferentemente da Lei de Diretrizes e Bases, a Lei nº 5.692/71 não é uma lei abrangente da educação do país, pois como se vê pela citação acima, abarca apenas os 1º e 2º graus (atual ensino fundamental e médio). Além disso, não passou pelo processo de discussão no congresso, que caracteriza a elaboração de leis com caráter democrático, como a LDB.

A Lei nº 5.692/71 oficializou a extensão da obrigatoriedade do ensino determinada pela Constituição de 1967, alterando o sistema de ensino brasileiro. Unificou o ensino primário e o ensino ginásial, unindo-os num único ciclo contínuo e obrigatório, denominado “**ensino de 1º grau**”, com duração de oito anos e dividido em séries (1ª à 8ª séries).

Ao configurar um único ciclo de ensino obrigatório, acabou com o exame de admissão, demanda da área desde antes da formulação da LDB 4.024/61. A criação do 1º grau e sua obrigatoriedade instituiu definitivamente a reivindicada expansão do ensino. Segundo Filgueiras (2011), o novo público escolar, que já vinha aumentando desde o fim dos anos 1950, cresceu enormemente, a partir da Lei nº 5.692/71.

O ciclo seguinte foi nominado de “**ensino de 2º grau**”, com duração de três ou quatro anos e características profissionalizantes. Com a profissionalização e a

habilitação técnica, pretendia-se dar um caráter de terminalidade a esse nível de ensino. Com relação à formação de professores, nesse período, as Escolas Normais deram lugar à Habilitação Magistério (em nível de 2º grau profissionalizante), que passou a ser o locus de formação de professores unidocentes até a LDB nº 9.394/1996. Para ingresso no ensino superior, após o término do 2º grau, os jovens deveriam prestar o exame vestibular⁴⁸.

Para Filgueiras, “A reforma nº 5.692/71 foi crucial para a mudança da cultura escolar dos anos 1970, com a ascensão definitiva da cultura científica sobre a cultura das humanidades, que já vinha perdendo espaço desde a LDB 4.024/61” (Filgueiras, 2011, p. 206). Vale aqui ressaltar que a reforma marca a mudança definitiva do modelo educacional vigente desde o Brasil Império, com clara influência europeia, passando a um modelo técnico/científico norteamericano.

Salientamos também que, mais que meras mudanças de nomenclatura, tais alterações refletem as mudanças na concepção sobre educação e na organização do sistema de ensino, concretizadas nesse período. Em termos curriculares, a reforma também propôs mudanças substanciais. Com a nova legislação, o ensino passou a ter um currículo mínimo nacional para o ensino de 1º e 2º graus, intitulado ‘**núcleo comum obrigatório**’, conforme determina o Artigo 4º:

Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (Brasil, 1971b, Art. 4º, caput).

O 1º parágrafo do Art. 4º estabelece que “O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a amplitude”. E “Os Conselhos de Educação⁴⁹ relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devam constituir a parte diversificada” (Brasil, 1971b, Art. 4º, § 1º).

Ou seja, a **parte diversificada** dos currículos seria relacionada pelos Conselhos Estaduais de Educação e caberia às escolas escolherem, dentre as

⁴⁸ O exame vestibular também sofreu mudanças, com as reformas educacionais do período.

⁴⁹ Por conselhos de Educação, referem-se aos Conselhos Estaduais de Educação.

relacionadas pelo Conselho Estadual, as matérias⁵⁰ que integrariam sua parte diversificada. Esse formato, como o próprio Artigo 4º explicita, iria atender às peculiaridades locais, às necessidades concretas e às diferenças individuais dos alunos.

O Art. 5º determina que “As **disciplinas, áreas de estudo e atividades** que resultem das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grau o **currículo pleno** do estabelecimento” (Brasil, 1971b, Art. 5º, caput, grifos nossos). Portanto, o currículo pleno consistia no conjunto composto pelas matérias do núcleo e da parte diversificada.

Novos termos, como “comunicação e expressão”, “disciplinas, áreas de estudo e atividades” e outros que iriam fazer parte da educação brasileira, durante os anos 1970 e 1980, refletem a presença das novas propostas implementadas no ensino de 1º e 2º graus.

Beatriz Marques dos Santos (2014) realizou, em sua tese de doutorado, uma pesquisa histórica com base na documentação referente à Lei nº 5.692. Ao analisar os dispositivos da Lei nº 5.692/71, Santos afirma haver a presença de um indicativo de que a aprendizagem não se restringia apenas à aquisição de conhecimentos, “mas promovia um processo que englobava habilidades, atitudes e criatividade” (Santos, 2014, p.156).

No capítulo 1 deste trabalho, apontamos que uma das críticas feitas ao formato de ensino vigente, na década de 1950, era o fato de que ele era, em grande medida, baseado em aquisição de conhecimentos e memorização de conteúdos. Temos aqui, portanto, mais um ponto em que a reforma educacional empreendida pela Lei nº 5.692/71 refletiu as reivindicações do setor educacional. Sobre esse assunto, a autora acrescenta:

O que consideramos mais significativo nas propostas da Lei 5.692 não são as mudanças no tempo da escolaridade, nem as alterações quanto às designações dos diferentes segmentos do ensino, mas a mudança de concepção de escola e do ensino nela presentes. Pode-se mesmo perceber que há um discurso da pedagogia perpassando a elaboração do currículo de primeiro e segundo graus e interferindo no que seria ensinado pelas disciplinas (Santos, 2014, p. 155).

⁵⁰ O termo “matéria” não tem, aqui, o sentido de ‘disciplina’. O termo matéria, de amplitude maior, será tratado a seguir.

A pesquisadora analisou as ideias pedagógicas desenvolvidas ao longo da década de 1960, sob a influência dos educadores da Escola Nova, com vistas e compreender sua contribuição para os fundamentos da reforma educacional. Aponta a necessidade de se revisitar a

visão que se perpetuou no meio acadêmico, especialmente no campo da História de que a Reforma Educacional da década de 1970 e as ideias envolvidas na concepção pedagógica de ensino da época, reportavam-se exclusivamente a uma diretiva do governo militar, para a educação, priorizando questões de cunho ideológico e político (Santos, 2014, p. 150).

As conclusões da pesquisa ressaltam uma ruptura dessa visão. Ao examinar as fontes primárias e os bastidores da Reforma Educacional da década de 1970⁵¹, a pesquisa revelou “o comprometimento dos legisladores, em primeira instância, com as questões pedagógicas” (*Ibid.*, p.150).

Em se tratando especificamente do ensino de música nas escolas, sabe-se que a reforma educacional da Lei 5.692/71 retirou a disciplina de Educação Musical do currículo brasileiro, inserindo a Educação Artística. No corpo da Lei, o assunto é tratado no Artigo 7º, que determina: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (Brasil, 1971b, Art. 7º).

Como aponta Santos, a reforma foi marcada pelo comprometimento dos legisladores com questões pedagógicas. É relevante, portanto, tentarmos compreender as concepções de educação da reforma que os levou a retirar a disciplina de Educação Musical e inseriu no currículo brasileiro a disciplina de Educação Artística, evitando o anacronismo.

Outro aspecto que merece nossa atenção é o entendimento sobre qual o lugar da Educação Artística, no currículo pleno. Apesar ser apontada como obrigatória no Artigo 7º, a mesma não é incluída, como veremos a seguir, nas matérias do núcleo-comum obrigatório. Outro aspecto relacionado à nova disciplina é que, na literatura da área de educação musical, há a menção de que Educação Artística não teria *status* de ‘disciplina’, mas sim de ‘atividade’. Visando a esclarecer essas questões, empreendemos uma busca por fontes primárias que tratassem da regulamentação da Lei e de sua fundamentação pedagógica.

⁵¹ A pesquisadora realizou entrevistas com pessoas diretamente envolvidas na reforma educacional empreendida pela Lei nº 5.692/71, como a professora Terezinha Saraiva, que assinou o Parecer nº 853/71 junto com outros membros do CFE.

O Conselho Federal de Educação (CFE), órgão executivo do MEC e responsável por normatizar as definições da Lei nº 5.692, emitiu, em 12 de novembro de 1971, o Parecer⁵² nº 853/71, intitulado “Núcleo comum para os ensinos de 1º e 2º graus. A Doutrina do Currículo na Lei 5.692” (Brasil, 1971c). No Parecer nº 853/71, primeiro e mais importante desdobramento da Lei nº 5.692/71, o CFE detalha tudo o que se refere ao novo currículo, nominando o Parecer de a “Doutrina e a técnica do currículo, adotadas na Lei 5.692” (Brasil, 1971c, p. 166). Em outras palavras, o Parecer explica a fundamentação pedagógica e filosófica da legislação educacional que entraria em vigor.

O Parecer tem 30 páginas. A primeira parte, intitulada “A doutrina do currículo na Lei”, focaliza o próprio texto legal, extraíndo dele a concepção de currículo dentro da qual se situa o núcleo-comum, discorrendo sobre: “Núcleo-comum, parte diversificada”, “Das matérias às atividades, áreas de estudo e disciplinas”, “Relacionamento, ordenação e sequência”, “Educação geral, formação especial”.

Na segunda parte do documento, o CFE trata exclusivamente do núcleo-comum, justificando e comentando nos três pontos em que incide sua competência: (a) a escolha das matérias (e sua integração), (b) os seus objetivos e (c) a sua amplitude.

Segundo Santos (2014, p. 164), “pode-se constatar que a integração dos conteúdos no currículo é um princípio fundamental na Lei 5.692”. De fato, a integração das diferentes áreas do saber é uma das tônicas do Parecer nº 853/71 (Brasil, 1971c). Na página 176, consta que

O núcleo-comum não há de ser encarado isoladamente (art. 2.º), se em termos de currículo, como já proclamavam os educadores do século XVIII, “tudo está em tudo”. A Língua Portuguesa não pode estar separada, enquanto forma de Comunicação e Expressão, de Educação Artística ou de um Desenho que se lhe acrescentem, sob pena de inevitável empobrecimento (Brasil, 1971c, p. 176).

O uso do termo “**matéria**” traz à tona essa preocupação. É essencial esclarecer que, na Lei nº 5.692, matéria não corresponde ao sentido tradicionalmente dado ao termo, ou seja, não tem o mesmo sentido do termo “disciplina”. É mais amplo. Segundo o Parecer nº 853/71 (Brasil, 1971c), “‘matéria’ é todo campo de conhecimentos fixado ou relacionado pelos Conselhos de Educação

⁵² O Parecer consiste num estudo técnico (uma análise) sobre determinado assunto, feito por um ou mais profissionais da área, com embasamento científico. O Parecer nº 853/71 foi escrito e assinado pelos membros do Conselho Federal de Educação.

e, em alguns casos, acrescentado pela escola, antes de sua reapresentação nos currículos plenos, sob a forma “didaticamente assimilável de atividades, área de estudo ou disciplinas” (Brasil, 1971c, p. 169).

Segundo Santos (2014), ‘matéria’ consiste num conjunto de conteúdos de diferentes disciplinas de uma área, trabalhados na escola de forma integrada para dar conta do projeto de ensino específico daquele estabelecimento de ensino. Dessa forma, as matérias possuíam seus componentes ou disciplinas específicas. Uma matéria representa um recorte do conhecimento que constitui o núcleo comum. “As matérias possuíam seus componentes ou disciplinas específicas. Nesse sentido, os Estudos Sociais constituíam uma matéria, e a História e a Geografia eram as disciplinas que a compunham” (Santos, 2014, p. 158). Para a autora, na concepção expressa pela Lei nº 5.692/71, “destacava-se a preocupação didática de tornar o conhecimento assimilável pelo aluno” (*Ibid.*, p. 159).

A Resolução⁵³ nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971 (Brasil, 1971d), anexa ao Parecer nº 853/71, lista as matérias que formam o núcleo comum e as disciplinas obrigatórias que comporiam as matérias fixadas. Ela “fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude”. Seu Artigo 1º estabelece que

O núcleo-comum a ser incluído obrigatoriamente nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão;
- b) Estudos Sociais;
- c) Ciências.

§ 1º - Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) em Comunicação e Expressão - A Língua Portuguesa;
- b) nos Estudos Sociais - a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil;
- c) nas Ciências - a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.

§ 2º - Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e facultativo para os alunos (Brasil, 1971d, Art. 1º).

Segundo o Artigo. 4º da Resolução nº 8 (Brasil, 1971d), que trata do escalonamento proposto para as matérias, as ‘matérias’ abrangem as atividades, as áreas de estudo e as disciplinas, de acordo com o nível de aprendizagem. Ele

⁵³ A Resolução tem como objetivo homologar (fazer valer) o que está posto no Parecer, tendo eficácia de lei.

estabelece que

As matérias fixadas nesta Resolução serão escalonadas, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus, da maior para a menor amplitude do campo abrangido, constituindo atividades, áreas de estudo e disciplinas.

§ 1º - Nas **atividades**, a aprendizagem far-se-á principalmente mediante experiências vividas pelo próprio educando no sentido de que atinja, gradativamente, a sistematização de conhecimentos.

§ 2º - Nas **áreas de estudo**, formadas pela integração de conteúdos afins, as situações de experiência tenderão a equilibrar-se com os conhecimentos sistemáticos para configuração da aprendizagem.

§ 3º - Nas **disciplinas**, a aprendizagem se desenvolverá predominantemente sobre conhecimentos sistemáticos (Brasil, 1971d, Art. 1º, grifos nossos).

O Parecer nº 853/71 esclarece que “na sequência de atividades, áreas de estudo e disciplinas, parte-se do mais para o menos amplo e do menos para o mais específico” (Brasil, 1971C, p. 170).

É, portanto, sobretudo de grau a distinção que se estabelece entre atividade, área de estudo e disciplina, em relação ao jogo situação-conhecimento. Assim como o conhecimento há de estar presente desde a atividade, sob pena de que o ensino a nada conduza, também não se dispensa alguma conexão com o real no estudo das disciplinas, sem o que se descambará para um intelectualismo vazio e inconsistente (Brasil, 1971C, p. 170).

Salientamos que o Parecer nº 853/71 é de difícil compreensão, devido também ao linguajar jurídico. Além disso, há inserção de variados novos termos e alguns termos correntes da área de educação, como: currículo, matéria, atividade, são transmutados, desvinculados de seu sentido original e corrente e a eles é atribuído um novo sentido, no Parecer.

Sobre a questão da relação da Educação Artística com o núcleo comum obrigatório, a seção do Parecer nº 853/71, intitulada “Núcleo-comum, parte diversificada” explica que

a **determinação dos conteúdos** é feita em **camadas** que sucessivamente se acrescentam. A primeira é o núcleo comum previsto no art. 4.º [...] a ser fixado por este Conselho. A **segunda** consta de Educação Moral e Cívica, Educação Física, **Educação Artística**, Programas de Saúde e Ensino Religioso. [...] Associado a elas, o núcleo configura o conteúdo mínimo abaixo do qual se terá por incompleta qualquer formação de 1º e 2º graus, assim quanto aos conhecimentos em si mesmos como, sobretudo, do ponto de vista de uma unidade nacional de que a escola há de ser causa e efeito a um tempo. Daí a sua obrigatoriedade (Brasil, 1971c, p. 168, grifos nossos).

Portanto, a Educação Artística situa-se na segunda camada e sua obrigatoriedade é reiterada, no trecho acima citado.

A terceira camada, segundo o Parecer nº 853/71 corresponderia à parte diversificada, que poderia ser determinada pelos Conselhos de Educação de cada sistema de ensino e também pelos próprios estabelecimentos de ensino, relacionando matérias além das do núcleo-comum. Os estabelecimentos de ensino teriam autonomia para retirar e adotar as matérias que “melhor se ajustem aos seus planos. Tal relação será tanto mais operativa quanto mais rica, flexível e aberta se presente” (Brasil, 1971c, p. 168).

Ainda na terceira camada, ‘parte diversificada’ do ensino, o Parecer cita novamente o Art. 7º, enfatizando que os estabelecimentos de ensino, “ao planejarem os seus currículos, incluirão sempre os componentes do art. 7.º da lei e os do núcleo, segundo já foi comentado” (*Ibidem*).

Com relação ao status da Educação Artística, ao ler os trechos acima citados, entende-se que, no Parecer nº 853/71, a denominação de “atividade” foi dada à Educação Artística porque, nela, “a aprendizagem far-se-á principalmente mediante experiências vividas pelo próprio educando no sentido de que atinja, gradativamente, a sistematização de conhecimentos” (*Ibidem*). Pelo texto do Parecer, pode-se entender que foi considerada uma área em que a aprendizagem se daria, principalmente, pela prática.

Atuamos na área de educação musical há mais de 25 anos e, na área, vigora a ideia de que foi considerada como atividade porque tinha um status inferior à disciplina. Fica a questão de o porquê de ter sido essa a interpretação da Lei feita pelos educadores. Acrescido a isso, o que se viu, com o tempo, foi o estabelecimento dessa visão, quando o Parecer em si não parece hierarquizar as três categorias (atividade, área de estudo e disciplina). Inclusive, em vários pontos do Parecer reitera-se a obrigatoriedade do ensino de Educação Artística. Ainda assim, resta uma questão: como ela será inserida no ensino, na prática? O Parecer nº 853/71 a coloca como obrigatória e o ensino como interdisciplinar, em integração com outras matérias do núcleo comum.

A extensão e conteúdo do Parecer nº 853/71 (Brasil, 1971c) demonstram a magnitude das mudanças propostas pela reforma da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971b). Nota-se que deve ter havido muitas barreiras à sua implantação. Pode-se afirmar

que os anos subsequentes à Lei nº 5.692/71 configuram-se como um momento de transição, no ensino.

Havia vários pontos desafiadores na reforma, que implicavam mudanças no sistema e na pedagogia. Destacamos dois: a implantação de um sistema descentralizado de ensino, a nível estadual, articulado por um conjunto de diretrizes nacionais, com vistas a atender as diversidades regionais e locais. E a visão interdisciplinar do ensino, com integração de conteúdos por área em diferentes formatos de apresentação a partir de atividades, áreas de estudo e disciplinas. Havia, de fato, dúvidas no entendimento de como colocar em prática a nova concepção de currículo, sua organização e a relação entre as várias áreas do saber, ou “matérias”, a nova pedagogia.

A reforma apresentava uma mudança de paradigma, em distintas dimensões e o professorado teria dificuldades de adesão. Fato que se comprova pelos vários pareceres emitidos, além do nº 853/71. Em 1972, o CFE emitiu o Parecer nº 871 (Brasil, 1972), intitulado “Matérias da parte diversificada do ensino de 1º e 2º graus do sistema federal”; Parecer nº 4.833 (Brasil, 1975), intitulado “Núcleo Comum e organização curricular a nível de ensino primário”; Parecer nº 540 (Brasil, 1977), intitulado “Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no Art. 7º da Lei 5.692/71”, do qual falaremos a seguir.

Quanto às dificuldades apresentadas na implantação da Lei nº 5.692/71 uma referia-se às atividades do artigo 7º da Lei, dentre as quais, encontra-se a Educação Artística. De fato, o Parecer nº 853 (Brasil, 1971) não apresenta como a atividade seria lecionada, como seria sua inserção no currículo do núcleo comum e menos ainda qual seria o currículo da área. Muitas dúvidas pairavam e seis anos depois o Conselho Federal de Educação se manifestou.

Em 10 de fevereiro de 1977, o Conselho Federal de Educação (CFE) emitiu o Parecer nº 540, que “Dispõe sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no artigo art. 7º da Lei 5.692/71” (Brasil, 1977). O parecer tem 23 páginas. A relatora⁵⁴ inicia o Parecer, pontuando que “a partir do que vem ocorrendo na maioria das escolas, nesses cinco anos de vigência da Lei” nº 5.692, sugere-se ao Conselho

⁵⁴ A relatora do parecer foi a Conselheira Edília Coelho Garcia e Amaury Pereira Muniz.

uma manifestação sobre o posicionamento desses componentes curriculares na dinâmica escolar, visando a contribuir para que venham a assumir, efetivamente, no contexto educacional, a importância que se lhes reconhece (Brasil, 1977, p. 131).

Em seguida, afirma que a Lei (5.692/71) e o Parecer (853/71) difundiram entre os nossos educadores diversos termos e expressões por eles ainda não dominados e, em razão disso, as tarefas que realizam, e exigiriam aquela compreensão, se esvaziavam de um alcance maior, o que distancia das escolas a desejada reforma do ensino” (Brasil, 1977, p. 133). E que

muitos desses conceitos e expressões são ideias essenciais que se perdem na medida em que os educadores rotulam com eles antigas noções e procedimentos aos quais se habituaram. "Currículo", "currículo pleno", "matéria", "atividades", "área de estudos", "disciplina" etc., são desses termos e expressões cujo entendimento correto é fundamental às equipes escolares, e muitas ainda não os manipulam satisfatoriamente (*Ibid.*).

A relatora frisa que a “importância dos elementos previstos pelo art. 7º para a formação do homem é tal, que a lei, ela própria, os enumera e obriga” (Brasil, 1977, p. 134). Mais adiante, reconhece que nem a lei nem o Parecer nº 853/71 determinam, porém, a forma didática pela qual seriam atingidos os objetivos educacionais implícitos no Art. 7º. E defende que tal omissão não seria uma falha, mas a decorrência do que se procura demonstrar ao dizer que “os elementos do Art. 7º não constituem matéria, e sim preocupações básicas e que devem transcender ao pré-núcleo e ao próprio núcleo comum, que delas deveriam impregnar-se também”.

Finaliza, indicando que tais conteúdos não são “encarados” nem como “matérias”, na nova acepção do termo, nem como “disciplinas”, na linguagem tradicional, mas como uma “preocupação geral do processo formativo, intrínseca à própria finalidade da escola, porque partes constitutivas e intransferíveis da educação do homem comum” (Brasil, 1977, p. 1).

Segundo o Parecer, um dos sérios problemas à implantação da “nova ordem educacional” reside no fato de “a importância dos objetivos educacionais não ser compreendida, ainda, por muitos educadores. Fosse-o, norteariam por eles suas ações profissionais” (Brasil, 1977, p. 135).

E que as experiências da área (de Educação Artística) “não devem ficar restritas à rígida pequenez de um determinado horário em determinada série” pois, dessa forma, as escolas estão apenas se preocupando com o cumprimento formal

dos dispositivos legais da reforma. Na prática, os objetivos da Educação Artística (e das outras áreas abarcadas pelo Art. 7º) “têm sido assiduamente distorcidos” (Brasil, 1977, p. 134-136).

O Parecer nº 540 deixa clara que essa nova visão de educação e currículo está ancorada num ensino onde a tônica é a integração de áreas e interdisciplinaridade e que os professores e gestores não estavam preparados para essa nova concepção de currículo, independente de sua eficácia.

Sobre a área de Música, vimos na seção anterior a LDB Lei nº 4.024/61 (Brasil, 1961) retirara a disciplina de Canto Orfeônico do currículo, substituindo-a pela Educação Musical, em face da influência de novas pedagogias musicais, no ensino de Música brasileiro. Transcorridos dez anos dessa alteração curricular, não haviam sido produzidas mudanças significativas no cenário do ensino da Música, quer seja no âmbito da educação pública, ou na reconfiguração da disciplina. Ou seja, ainda permaneciam a estrutura de formação profissional, cargos e carreira, livros didáticos, profissionais formados e atuantes, em Canto Orfeônico⁵⁵ (Jardim, 2008, 2009).

E que, segundo Jardim, antes que a área implantasse a Educação Musical no currículo, foi retirada dele, “para retomar as suas finalidades cívicas, com a instituição do Curso de Educação Cívica através da Música, fundamentado apenas nos hinos pátrios, cívicos e militares, pela portaria nº 16, de 12 de outubro de 1967” (Jardim, 2008, p. 132).

Nesse contexto, para contemplar a nova área precisava-se criar cursos de formação de professores de Educação Artística. Os cursos vigentes (Curso de Desenho e Curso de Canto Orfeônico, por exemplo) formavam profissionais de uma área artística e a disciplina requeria um professor que abordasse as quatro áreas artísticas: Artes Plásticas, Artes Cênicas, Desenho e Música, num ensino nominado “polivalente” (Adelmás, 2012).

O Parecer nº 1284 de 9 de agosto de 1973, do Conselho Federal de Educação, fixou o currículo mínimo do Curso de Educação Artística e as possíveis as habilitações em: Artes Plásticas, Música, Artes Cênicas e Desenho. Segundo o

⁵⁵ O lócus de formação do professor de Canto Orfeônico eram os Conservatórios Estaduais de Canto Orfeônico. Sobre essa questão, vale relatar que, no estado do Paraná, chegou-se a implantar, no lugar do curso de Canto Orfeônico, o curso de Educação Musical. Em 1967, por meio de uma Lei estadual, o Conservatório de Canto Orfeônico tornou-se Faculdade de Educação Musical do Paraná (FEMP), em Curitiba. Mas essa é uma exceção no histórico dos cursos de formação profissional do educador musical, no Brasil.

Parecer, havia duas opções de formação para o professor de Educação Artística: a Licenciatura curta, com duração de dois anos e a Licenciatura Plena, que incluía Habilitação em uma das quatro áreas: Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música ou Desenho. Adelmás (2012) esclarece que

para a opção de licenciatura com duração curta, a estrutura do curso resume-se à habilitação geral constituída da parte comum e destina-se ao ensino de 1º grau. Somente no caso em que a opção se faça pela licenciatura plena é possível existir habilitações específicas que serão desenvolvidas a nível de 2º grau (Adelmás, 2012, p. 114).

Como se vê pelo trecho acima, os cursos de Licenciatura Plena em Educação Artística ofereciam Habilitação após o estudante ter cursado a “parte comum”, caso ele desejasse habilitar-se em uma das quatro áreas artísticas para lecionar Educação Artística da 5ª à 8ª séries. O Parecer detalha essa questão:

Proporcionará sempre a “habilitação geral” em Educação Artística – o próprio título – e “habilitações específicas” relacionadas com as grandes divisões da Arte (Ind. 22, conc. 10): não mais de uma de cada vez, ante a natureza e amplitude dos estudos a realizar. O currículo terá, assim, uma parte comum que as instituições sempre oferecerão, qualquer que seja a modalidade escolhida de duração, e outra diversificada em consonância com as habilitações específicas programadas (Parecer nº1284/73, p. 186).

Dessa configuração, resultava uma aprendizagem superficial (Penna, 2004, 2007, 2015; Mateiro, 2006). Além disso, segundo Mateiro, “a maioria dos alunos que ingressava nesses cursos não possuía nenhuma formação prévia em qualquer das áreas” (Mateiro, 2006, p. 117). A autora afirma que a introdução da Educação Artística nos currículos escolares de I e II Graus trouxe problemas para o ensino da Música, (bem como para as outras artes: artes plásticas e artes cênicas), pois esta passou a fazer parte de um ensino polivalente.

Conseqüentemente, aqueles profissionais que tinham formação na área da música davam aulas de música e, esporadicamente, pincelavam tentativas com atividades de artes plásticas e artes cênicas. Entretanto, aqueles professores que não tinham formação em música acabavam ministrando aulas apenas nas outras áreas (Mateiro, 2006, p. 117).

Para Chervel (1990) as mudanças de nomes, dos termos sinalizam mudanças das finalidades. Segundo Queiroz (2012)

Um diagnóstico claro é que a partir da Lei 5.692/1971 a educação artística ganhou espaço na escola, o que levou, por consequência, a uma difusão da polivalência⁵⁶ no ensino das artes, enfraquecendo, demasiadamente, a presença da música como componente curricular escolar (Queiroz, 2012, p. 31).

Compreendemos a importância e o valor da ruptura, que procurou se desvincular de um modelo ensino descontextualizado, teórico, baseado em memorização de conteúdos, que vinha sendo praticado na escola pública brasileira, nos anos 50 e 60, conforme discutido, no capítulo anterior. A reforma de 1971 faz uma quebra clara com esse modelo, colocando no horizonte educacional um novo paradigma educacional.

Entendemos também que a Lei nº 5.692/71 trouxe a obrigatoriedade da Educação Artística para o ensino de 1º e 2º graus, fundando o que viria a ser, futuramente, a disciplina de Arte.

Por outro lado, após décadas de estudos e discussões sobre interdisciplinaridade (e transdisciplinaridade, posteriormente), ainda parece-nos difícil imaginar como a proposta acima apresentada poderia ser contemplada satisfatoriamente, no ensino de Educação Artística e, principalmente, como seria possível a manutenção do ensino de Música, nesse novo currículo. A consequência da implantação da Educação Artística com a Lei nº 5.692/1971 foi a gradativa perda de relevância dos conteúdos de Música que deixaram de ser trabalhados em sala de aula.

2.3 A LDB – LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

O final dos anos 1970 e o início dos anos 1980 foram um momento de crescimento do movimento de contestação ao regime militar, com a ampla participação popular, conhecido como o movimento das “Diretas já”, que reivindicava o fim do governo ditatorial e a realização de eleições diretas para presidente da República. Segundo Cury, a mobilização foi geral, inclusive do professorado, tendo sido capaz de “derrubar a ordem autoritária e de suscitar um novo ordenamento jurídico em novas bases” (Cury, 2013, p. 196).

⁵⁶ De forma geral, a polivalência na educação artística consistiu em apenas um professor ser responsável por lecionar todas as áreas artísticas.

No setor educacional, esse período de forte mobilização foi também uma época da criação de entidades, de “constituição de associações, depois transformadas em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas”⁵⁷ (Saviani, 2013, p. 208).

O autor recorda que “a década de 1980 assinala, com certeza, o momento de maior mobilização dos educadores só comparável, provavelmente, à década de 1920” (Saviani, 2013, p.209). Essa mobilização do campo educacional desaguou na Constituinte, com a atuação do “Fórum de Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito”, formado por 15 entidades do setor. Esse contexto seria fundamental para a presença da Educação na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e, conseqüentemente, para a formulação da 2ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional brasileira, a Lei nº 9.394/1996 (Brasil, 1996).

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Foi apelidada de “Constituição Cidadã” pelo então presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no discurso de promulgação da nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, por garantir, de forma inédita no país, direitos civis, políticos, sociais, culturais e econômicos de maneira abrangente e democrática, além de ter sido a primeira Constituição brasileira a ter sido elaborada com ampla participação da sociedade civil.

Sendo a lei máxima do país, a Carta Magna estabelece os **princípios gerais, as diretrizes fundamentais da educação** nacional. Na Constituição de 1988, a educação é tratada como um direito fundamental. O Artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, Art. 205).

Desse modo, a educação passa a ser tratada como política pública essencial à promoção da cidadania, ao desenvolvimento humano e à redução das desigualdades sociais. O assunto é tratado no capítulo III - “Da Educação, da

⁵⁷ São criadas nesse período: o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Associação Nacional de Educação (ANDE), Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED), Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Federação Nacional dos Orientadores Educacionais (FENOE), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (FASUBRA) e várias outras (Saviani, 2013).

Cultura e do Desporto”. A Seção I – “Da Educação” compreende os Artigos 205 a 214 e estabelece as bases legais e filosóficas da política educacional brasileira.

O texto da Seção I trata de princípios fundamentais, como igualdade de acesso, liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias, valorização dos profissionais da educação, gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade, entre outros. Trata também da autonomia universitária, define competências entre os entes federativos (união, estados e municípios), estabelece como será o financiamento da educação, fixa os percentuais mínimos de investimento público na manutenção e desenvolvimento do ensino e institui os Planos Nacionais de Educação (PNEs) como instrumentos de planejamento de longo prazo para a universalização e qualificação da educação brasileira.

O Artigo 208, que explicita os deveres do Estado com a educação, amplia a faixa etária de obrigatoriedade, em relação à Constituição de 1967, estabelecendo a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria” (Brasil, 1988, Art. 208).

Tendo a Constituição estabelecido os princípios gerais e as diretrizes fundamentais da educação nacional, havia a necessidade de uma legislação infraconstitucional que regulamentasse tais preceitos, no âmbito do sistema educacional brasileiro. Não há, na Constituição Federal, menção direta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), mas ela implica sua existência e necessidade ao prever que a educação será organizada conforme diretrizes fixadas em lei. O Artigo 22 estabelece: “Compete privativamente à União legislar sobre: XXIV - diretrizes e bases da educação nacional” (Brasil, 1988, Art. 22, Inc. XXIV). Deste modo, a regulamentação dos preceitos legais estabelecidos pela Constituição seria feita por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

A atual LDB, Lei nº 9.394 é a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, após mobilização do setor educacional e anos de intensos debates, no Congresso Nacional⁵⁸. Ela substituiu a primeira LDB brasileira, Lei nº 4.024 de 1961, passando a reger o sistema educacional.

⁵⁸ Esse assunto, embora de grande relevância histórica, foge ao escopo deste trabalho.

A nova LDB apresentou avanços em diversos pontos, em relação à anterior. Ratificando a Constituição, ampliou a faixa etária da educação básica para 4 a 17 anos, estabelecendo-a como obrigatória e gratuita, em toda sua extensão (Brasil, 1996, Art. 4º), o que não vinha assim especificado na LDB de 1961. Estabeleceu também a estrutura da educação escolar como sendo composta por educação básica e ensino superior. E a divisão da educação básica em: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio (Brasil, 1996, Cap. I, Art. 21).

Fixou de forma mais clara e precisa, as atribuições de cada esfera União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na organização (em regime de colaboração), dos respectivos sistemas de ensino (Brasil, 1996, Título IV, Art. 8º).

Em consonância com a Constituição, introduz o princípio da gestão democrática, ausente na legislação de 1961, instaurando uma forma de gestão que busca uma maior participação da comunidade escolar e da sociedade em geral, nas tomadas de decisões.

Quanto à situação da área de Arte, a LDB a reconheceu como disciplina obrigatória, em todos os níveis da educação básica. A obrigatoriedade do seu ensino está expressa no Artigo 26, § 2º, da LDB, que afirma: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Brasil, 1996, Art. 26, § 2º).

O texto original da LDB não especifica o currículo, nem forma de divisão da disciplina. Para orientar as práticas educacionais brasileiras, respeitando as variedades curriculares já existentes nos estados e municípios, a Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaborando um documento para cada fase da educação básica, a partir de 1998. Segundo Cavallini (2012),

elas são um conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica, expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientam as creches e escolas brasileiras dos sistemas de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas (BRASIL, 1999). As Diretrizes Curriculares Nacionais definem um paradigma curricular nacional, uma base nacional comum para a EB, que deve ser complementada pelas propostas pedagógicas de cada unidade escolar do país (Cavallini, 2012, p.19-20).

A Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE) formulou o Parecer CNE/CEB nº 2/1998, aprovado em 7 de abril de 1998

(Brasil, 1998a), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Esse primeiro documento estabelece a importância de uma Base Nacional Comum (conjunto de conteúdos mínimos das Áreas de Conhecimento) e menciona os Parâmetros Curriculares Nacionais, como um “elemento catalisador de ações, na busca de uma melhoria da qualidade da educação” (Brasil, 1998a, p.3).

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), foram elaborados documentos com o objetivo de estabelecer um referencial curricular em âmbito nacional para orientar a prática pedagógica nas escolas brasileiras, os Parâmetros Curriculares Nacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foram elaborados por equipes de especialistas ligadas ao Ministério da Educação (MEC) e publicados entre os anos de 1997 e 2000⁵⁹.

Eles são documentos de orientações curriculares e não documentos prescritivos, não tendo sido obrigatória a sua adoção. Apesar disso, eles foram utilizados e referenciados, na formulação das diretrizes curriculares estaduais e municipais em vários estados e municípios e pelo Ministério da Educação (MEC), como referência para a avaliação das escolas e alocação de recursos (Penna, 2007).

Quanto ao seu aspecto material, os Parâmetros Curriculares Nacionais são um conjunto de livros compostos por um volume para cada disciplina. Nos PCNs para o ensino fundamental, o volume 6 é dedicado à disciplina de Arte. Nele, a disciplina é caracterizada por quatro linguagens – dança, música, artes visuais e teatro. O volume da disciplina de Arte estabelece os objetivos e componentes da disciplina como um todo, além de desenvolver orientações curriculares para cada linguagem artística, separadamente.

Ao contrário das Resoluções que normatizaram a reforma educacional da Lei nº 5.692/1971, vistos há pouco, os PCNs são mais claros quanto às concepções de ensino de Arte, os seus objetivos e conhecimentos que devem ser abordados, a avaliação na disciplina, etc. Na primeira parte dos PCNs para o ensino fundamental (1ª a 4ª séries) são abordadas questões gerais do ensino de Arte, tendo como seções: ‘Caracterização da área de Arte’, ‘Aprender e ensinar Arte no ensino

⁵⁹ Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série foram publicados em 1997 (Brasil, 1997); para o Ensino Fundamental- 5ª a 8ª séries, em 1998 (Brasil, 1998b), para o Ensino Médio, em 2000 (Brasil, 2000). O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) foi publicado em 1998 (Brasil, 1998c).

fundamental', 'Objetivos gerais de Arte para o ensino fundamental', 'Os conteúdos de Arte no ensino fundamental'. A segunda parte do livro é dedicada às orientações por área artística: 'Artes Visuais', 'Dança', 'Música', 'Teatro', 'Critérios de avaliação' (Brasil, 1997, 1998).

Perguntamos: como o ensino iria se efetivar numa disciplina composta por quatro áreas artísticas com corpos de conhecimentos e práticas próprios? As escolas alternariam a linguagem a ser abordada, ano a ano? Isso não configuraria um ensino fragmentado e descontínuo de cada linguagem? As áreas de dança, teatro e música tinham profissionais formados em número suficiente, visto que a área foi ocupada pelas Artes Plásticas, ao longo de décadas? Esse seria o grande nó a ser desatado, na implantação do ensino de Arte. A esse respeito os Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental dizem:

Não estão definidas aqui as modalidades artísticas a serem trabalhadas a cada ciclo, mas são oferecidas condições para que as diversas equipes possam definir em suas escolas os projetos curriculares... Sabe-se que, nas escolas e nas comunidades onde elas estão inseridas, há uma diversidade de recursos humanos e materiais disponíveis; portanto, considerando a realidade concreta das escolas, ressaltam-se alguns aspectos fundamentais para os projetos a serem desenvolvidos. É desejável que o aluno, ao longo da escolaridade, tenha oportunidade de vivenciar o maior número de formas de arte; entretanto, isso precisa ocorrer de modo que cada modalidade artística possa ser desenvolvida e aprofundada (Brasil, 1997, p. 41).

A afirmação de que "É desejável que o aluno... tenha oportunidade de vivenciar o maior número de formas de arte; entretanto, isso precisa ocorrer de modo que cada modalidade artística possa ser desenvolvida e aprofundada", mostra que o ensino polivalente não é um formato a ser mantido, visto que o tempo transcorrido desde a Lei nº 5.692/1971 mostrou que ele resulta numa formação em arte extremamente superficial e deficiente. Porém, não apresenta uma 'solução' para essa questão.

Após o estabelecimento de Arte como disciplina obrigatória na nova LDB e a publicação dos PCNs, o locus de formação de professores para a disciplina continuou sendo o curso de Educação Artística, por vários anos, com algumas exceções. Segundo Penna (2007, p. 50) "Nem a LDB, nem os vários documentos curriculares mencionados indicam com clareza qual deve ser a formação de quem ensina arte ou música nos diversos níveis da educação básica". A formação profissional do professor de Arte e a falta de profissionais com habilitação em

Música no mercado eram os maiores gargalos para a inserção da Música nas escolas brasileiras, principalmente na rede pública.

A maioria das Licenciaturas Plenas em Educação Artística ofereciam Habilitação em Artes Plásticas e Desenho e se transformaram em Habilitação em Artes Visuais (Alvarenga e Silva, 2018). A disciplina de Educação Artística havia se transformado em ensino de Artes Plásticas/Desenho. Depois da promulgação da LDB, essa realidade não mudou. Ensino de Arte manteve-se como sinônimo de ensino de Artes Visuais.

Segundo Cavallini (2012)

Apesar de reconhecer as quatro linguagens artísticas, dentre elas a música, a LDB não estabeleceu a obrigatoriedade de nenhuma delas individualmente, deixando as instituições de ensino livres para decidir quais componentes iriam abordar na disciplina de Arte, em cada nível do ensino básico. Ou seja, o fato de a música ser conteúdo da disciplina de Arte não significava que ela seria incluída nos currículos das escolas públicas e privadas (Cavallini, 2012, p. 21).

Na prática, ensino de Música na escola se fazia presente em escolas da rede privada dos grandes centros urbanos, focalizado no público infantil (educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental⁶⁰), em disciplina separada de Arte. Quanto à rede pública, nos anos iniciais, a legislação não obriga a contratação de professores especialistas, podendo ser ensinada pelo professor regente. Nos anos finais, a Música ficou praticamente ausente, uma vez que a disciplina de Arte, historicamente, vinha sendo lecionada por professores especialistas em Artes Visuais.

2.4 ANOS 2.000 E A LUTA PELO ESTABELECIMENTO DO ENSINO DE MÚSICA EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

No início dos anos 2000, a conjuntura da Música na escola de educação básica (em especial, a pública), encontrava-se conforme descrito, na seção anterior. Com relação à formação profissional do educador musical, foi um período de intensas lutas dos pesquisadores e professores da área para que o Curso de

⁶⁰ Atuamos no ensino de música na rede privada, na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nesse período e ao longo de 12 anos (1998-2010), nas cidades de São Paulo e Curitiba.

Licenciatura em Música fosse reconhecido como o lócus de formação de educadores musicais e, portanto, de professores de Arte (Penna, 2007).

A transformação das Licenciaturas Plenas em Educação Artística (com Habilitação em Música) em Licenciaturas em Música, bem como a criação de novos cursos de Licenciatura em Música (uma vez que havia grande deficiência de educadores musicais nas escolas) foi acontecendo ano a ano.

Os educadores musicais defendiam que “a licenciatura em música é a formação profissional por excelência para o educador musical: não apenas é ela que lhe dá formal e legalmente o direito de ensinar, como é a formação ideal, aquela que nossa área tem defendido e construído, em um árduo processo” (Penna, 2007, p. 50). Para a autora,

comparando estes dois momentos históricos – a década de 1970, com a implantação da Educação Artística, e a década de 1990, com a atual LDB – consideramos que, no campo da música, a maior diferença encontra-se nas indicações para a formação do professor, expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música (Penna, 2007, p. 50).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Música foram aprovadas pela Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação, em 2004 (Brasil, 2004) e, ao longo da primeira década dos anos 2000, as universidades públicas de todo o país alteraram seus currículos.

Atualmente, não existem mais cursos de Licenciatura em Educação Artística com Habilitação em Música. Todas as áreas artísticas contam com cursos de Licenciatura próprios: curso de Licenciatura em Música ou Educação Musical⁶¹, em Dança, em Teatro, em Artes Visuais e a quantidade de cursos de formação de professores de Arte cresceu expressivamente, nos últimos 20 anos (Alvarenga e Silva, 2018)⁶².

Apesar dos avanços na dimensão da formação profissional, os profissionais da área de educação musical percebiam que a ambiguidade do Artigo 26 da LDB 9.394 (Brasil, 1996) era uma das principais barreiras à efetivação do ensino de

⁶¹ Há algumas variações de nomenclatura, além das duas apontadas.

⁶² Existem, atualmente, alguns cursos superiores de Licenciatura em Artes que são polivalentes. A título de exemplo, há dois cursos no estado do Paraná (UNICENTRO e UFPR-Litoral) um em São Paulo (Centro Universitário Belas Artes), uma na Bahia (UFRB).

Música escolar, visto que, na prática, a única linguagem ensinada na disciplina era Artes Visuais. Era necessária uma intervenção legislativa.

É válido lembrar que, no ano de 1991, foi fundada a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), tendo como principal objetivo “promover a educação musical no Brasil, contribuindo para que o ensino da música esteja presente de forma sistemática e com qualidade nos diversos sistemas educacionais brasileiros contemplando, de maneira especial, a educação básica”⁶³. Além disso, a ABEM foi criada também com o “intuito de congregar profissionais e de organizar, sistematizar e sedimentar o pensamento crítico, a pesquisa e a atuação na área da educação musical”⁶⁴.

No ano de 2006, em reunião na residência do músico Francis Hime, no Rio de Janeiro, foi criado o GAP - Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música - que congregava várias associações ligadas aos músicos do país⁶⁵. O grupo foi constituído para estabelecer a interlocução política com o legislativo a fim de tratar das questões relacionadas às políticas públicas para a música, no país (Pereira, 2010). O autor relata que

Um dos primeiros itens da pauta política do GAP estabelecida em parceria com a Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Comunicação e Esportes do Senado e Sub-Comissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social foi o debate sobre a volta da educação musical às escolas brasileiras (Pereira, 2010, p. 15).

A coordenação do GAP iniciou, então, a gestão do processo de construção de uma audiência pública no Senado com o objetivo de elaborar um Projeto de Lei relacionado à volta da educação musical às escolas. Desse modo o GAP e a ABEM juntaram-se e desenvolveram a estratégia para encaminhar a questão, que deu origem a um manifesto que foi distribuído para adesão de signatários individuais e o apoio de entidades: o “Manifesto pela Implantação do Ensino de Música nas Escolas”, em setembro de 2006.

⁶³ Texto extraído do site da Associação. Disponível em <https://abemeducacaomusical.com.br/>
Acesso em 20 jul. 2025.

⁶⁴ Desde sua fundação, a ABEM está vinculada à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e é também membro da ISME (*International Society for Music Education*).

⁶⁵ O Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música – GAP era formado pelo Núcleo Independente de Músicos – NIM, Fórum Permanente Paulista de Músicos – FPPM, Associação Brasileira de Música Independente – ABMI, o Sindicato dos Músicos Profissionais do Rio de Janeiro - SindMusi e a Rede Social da Música.

Era o início da campanha “Quero Educação Musical na Escola”, que sensibilizou e mobilizou a sociedade civil e a mídia, em um movimento de articulação estratégica entre educadores musicais, artistas, associações, universidades, parlamentares e a sociedade civil (Pereira, 2010).

A audiência no Senado resultou no Projeto de Lei nº 2732/2008. Nos anos seguintes foi realizada intensa campanha, com reuniões e busca de parcerias e apoios. A principal parceria foi com a Comissão de Educação, Cultura e Esportes do Senado, e o apoio mais significativo foi o do então Ministro da Educação, Fernando Haddad.

Segundo Pereira (2010, p. 136), a “campanha ‘Quero Educação Musical na Escola’ agiu a partir de uma entidade não-formal (o Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música - GAP) que congregou um grupo – o setor musical – em interlocução com Poder Legislativo”.

a Lei foi sancionada após a tramitação no Congresso Nacional em conjunto com a campanha “Quero Educação Musical na Escola” e concluiu que se este constituiu em um movimento setorial da sociedade civil com características sem precedentes na história da educação musical no Brasil (Pereira, 2010, p. 136.).

Segundo Santos, “pode se constatar que as questões relacionadas à realização de políticas curriculares envolvem poder, controle, coalisões, negociações e compromissos entre grupos e indivíduos, operando dentro e fora do sistema escolar” (Santos, 2008, p. 62).

Em 18 de agosto de 2008 o presidente Lula sancionou a Lei nº 11.769 (Brasil, 2008), alterando o Art. 26 da Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), que ficou assim configurado:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte § 6º:

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo (incluído pela Lei nº 11.769, de 2008).

Art. 3º Os sistemas de ensino terão 3 (três) anos letivos para se adaptarem às exigências estabelecidas no Art. 1º desta Lei (Brasil, 2008).

O mencionado parágrafo 2º do artigo 26 da LDB (Brasil, 1996) é o que trata do ensino de Arte: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Brasil, 1996, Art. 26, § 2º).

Conforme seu texto explicita, a Lei nº 11.769/2008 estabeleceu que a música deveria ser conteúdo obrigatório da disciplina de Arte. As escolas que até então haviam excluído a música dos conteúdos dessa disciplina, privilegiando outras linguagens artísticas, teriam como prazo máximo até o ano de 2012 para incluí-la.

Recordamos que o período posterior à sanção da Lei foi de ebulição intelectual, de mobilização em torno da efetivação do que a Lei determinou e de inúmeras interpretações acerca do que ela determinou. Logicamente, a mesma não eliminou as outras barreiras: insuficiência de licenciados em Música atuantes no mercado, falta de recursos físicos e materiais para aulas de música nas escolas, falta de profissionais da área atuantes nas Secretarias de educação, falta de formação pedagógico musical, nos cursos que preparam os professores regentes (Cursos de Pedagogia e Normal) da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental⁶⁶, entre outros.

Mas havia no horizonte a possibilidade concreta de a educação musical adentrar o ensino regular (o público, especialmente) devido a uma “definição mais precisa na legislação educacional brasileira” propiciada pela Lei 11.769/2008 (Queiroz, 2012, p.33).

Nesse cenário, é válido destacar que as editoras do setor de didáticos também reagiram à nova Lei, por meio da busca por autores da área de Educação Musical para a escrita dessa linguagem, nos livros didáticos de Arte. Já se percebia o início de uma ação nessa direção acontecendo de forma lenta e tímida, mas a Lei nº 11.769/08 atuou como catalisadora, acelerando esse movimento⁶⁷. A partir desse momento, os livros didáticos de Arte não mais voltariam a contemplar uma única linguagem artística, nem seriam escritos por um único autor, como ocorria há décadas.

No processo de implantação da Lei nº 11.769/2008, as outras áreas artísticas se mobilizaram em torno da definição, em lei, de que devem ser abordadas, no ensino de Arte. Lembramos que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) não nominava as áreas envolvidas, no

⁶⁶ A legislação brasileira não obriga os sistemas de ensino a contratarem professores especialistas (Licenciados em Música) para o ensino de música na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Isso significa que as escolas podem delegar o ensino de Arte e Música aos professores unidocentes ou regentes. Para mais informações sobre o assunto, ver: Cavallini, 2012; Queiroz, 2012.

⁶⁷ Essa afirmação advém da experiência de escrita de livros didáticos de Arte para uma editora atuante no ramo de didáticos e dona de um sistema de ensino, entre os anos de 2010 e 2017.

ensino de Arte. Essa divisão apareceu apenas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que são documentos de orientação.

Um novo Projeto de Lei de alteração do Parágrafo 2º do Artigo 26 da LDB foi apresentado e aprovado. Deste modo, em 2 de maio de 2016, a presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 13.278 (Brasil, 2016), alterando o Art. 26 da Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), que ficou assim configurado:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo⁶⁸.

Art. 2º O prazo para que os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos (Brasil, 2016).

Como se vê pelo texto da Lei, ela substituiu a Lei 11.769/08, definindo que as “artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular” arte (BRASIL, 2016b). Alvarenga e Silva (2018) consideram a Lei 13.278/16 um importante avanço dos últimos 45 anos no que diz respeito à Arte na educação básica. As autoras afirmam que ela foi:

[...] resultante do esforço conjunto dos professores de Arte que, ao longo das últimas décadas, através das associações da área, publicações de livros e artigos, organização de eventos em todo o Brasil e mobilizações constantes junto ao governo, e ainda diante de reorganizações de políticas públicas educacionais, lutaram pela manutenção e melhoria do ensino de Arte (Alvarenga; Silva, 2018, p: 12).

Entretanto, para a área de educação musical, que vinha construindo ações, tendo como referência a Lei nº 11.769/2008, essa nova lei foi percebida por parte dos pesquisadores e professores como um retrocesso. Para Alvarenga e Penna (2019, p.13), continuaram persistindo (tanto na atual LDB quanto nos outros documentos curriculares), “as indagações quanto ao modo como as áreas das artes vão ser efetivadas nos currículos e por profissionais com qual formação”.

Conforme comentamos, na seção anterior, a Lei de Diretrizes e Bases previa a existência de uma base curricular nacional, conforme determina seu artigo 26, que versa sobre a educação básica:

⁶⁸ “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (Brasil, 1996, Art. 26, § 2º).

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Brasil, 1996, Art. 26, *caput*).

Apesar de os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) terem sido o primeiro documento oficial de orientação curricular a nível nacional na vigência da LDB e de terem servido para nortear as ações do MEC (e os investimentos da educação básica), eram documentos de orientações sem um caráter de obrigatoriedade formal. Após quase 20 anos da promulgação da LDB, foi iniciado em 2015, durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff, o processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – documento estratégico previsto pela LDB e mencionado em diversos artigos da mesma.

Segundo Oliveira e Penna, ambos os documentos, embora de caráter distintos, “tantos os PCN quanto a BNCC passaram por processos de tensões e conflitos, confrontando concepções educacionais diversas” (Oliveira; Penna, 2019, p. 15). Os PCNs foram criticados, na época, por terem sido propostos por especialistas e sem a participação da sociedade de forma mais ampla.

Além das discussões e tensões habituais do processo de elaboração de documentos dessa natureza, a BNCC passou por uma turbulenta troca de governo, já que a presidente foi destituída em 2016 e, conseqüentemente, houve trocas de conselheiros no Conselho Nacional de Educação (CNE). Além disso, em 2016, por conta da polêmica reforma do ensino médio, sua parte foi retirada documento.

A BNCC para a educação infantil e para o ensino fundamental passou, ao longo de três anos, por várias consultas públicas, nas quais eram debatidas suas versões. Foram três as suas versões: a primeira versão da BNCC foi divulgada em setembro de 2015; a segunda versão, em maio de 2016; e a terceira versão foi entregue para análise no Conselho Nacional de Educação em abril de 2017, sendo homologada em 20 de dezembro de 2017 (Oliveira; Penna, 2019).

Oliveira e Penna (2019) apontam que o processo da homologação foi cercado por tensões, pois após o CNE ter debatido a terceira versão, o MEC realizou modificações no documento, o que alguns chamam de “quarta revisão” e este precisou ser reavaliado pelo CNE.

A BNCC define um conjunto de “aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica,

de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento” (Brasil, 2017, p. 7).

Com relação ao componente curricular Arte, Oliveira e Penna acreditam que houve “um certo retrocesso”, especialmente entre a segunda versão e a final, com relação às especificidades das artes. Enquanto as duas primeiras versões “tentaram fixar com certa clareza a questão das particularidades das áreas artísticas, indicando inclusive a necessidade da formação específica nos cursos de licenciatura de acordo com a área [...] a versão final trouxe um texto mais evasivo”. Segundo as autoras na segunda versão, as áreas artísticas eram tratadas por “linguagens”. No texto homologado, transformaram-se em “unidades temáticas”.

Desta forma, todas as áreas das artes, cada qual com seu campo epistemológico, com metodologias, avaliações e concepções próprias, foram reduzidas a algo próximo a uma ideia de “temas” pela BNCC, o que consideramos um retrocesso, até mesmo em relação aos PCN (Oliveira; Penna, 2019, p. 18).

De caráter obrigatório, a Base pretendia e de fato orientou a elaboração (ou adaptação) dos currículos dos sistemas de ensino (estaduais, municipais) que integram a educação brasileira. Independente do grau de aprovação por parte dos diferentes atores da área educativa, hoje ela é seguida e referenciada em todos os âmbitos do sistema educativo.

2.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, vimos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024 de 1961 (Brasil, 1961b), foi fruto de debates sobre os rumos da educação brasileira, tendo sido promulgada após treze anos de tramitação no Congresso nacional. E que, apesar de ser mencionada como a lei que instituiu a “educação musical” nas escolas”, a regulamentação da Educação Musical nas escolas se deu por meio do Decreto nº 51.215, de 21 de agosto de 1961 (Brasil, 1961a), promulgado antes da LDB nº 4.024 (Queiroz, 2012).

O capítulo mostrou que a possibilidade de examinar mais de perto documentos referentes à legislação educacional pode promover um maior entendimento a respeito das concepções de educação musical e do contexto histórico educacional em que estão inseridas. Possibilita também a compreensão de

raízes históricas de práticas educativo musicais que podem ser observadas até os dias de hoje. Como exemplo dessas concepções e práticas, podemos mencionar a visão de música como recreação e promotora da formação de hábitos, especialmente nos níveis iniciais de ensino, como a Educação Infantil.

Observando-se a reforma educacional da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) globalmente, compreende-se a coerência da fusão das áreas artísticas na atividade de “Educação Artística”. A reforma teve um forte viés de integração das áreas do conhecimento, tendo fundido também outras áreas no ensino de 1º grau, como História e Geografia. O tempo iria diagnosticar as consequências e resultados dessa fusão. Para a área de artes, esse foi o marco de fundação do que viria a ser a disciplina de Arte. Para a área de Música, ela não mais voltaria à sua condição de disciplina autônoma.

A LDB Lei nº 9394/96 (Brasil, 1996) atribui às artes status de disciplina, mantendo seu caráter polivalente, sob a denominação de “Arte”. Se compreendemos os caminhos dados pela legislação, podemos entender a importância do estudo dos livros didáticos. Ao pesquisar os materiais das décadas de 1970, 80 e 90 podemos fazer observações sobre como o sistema educacional procurou encaminhar, na prática, as determinações da legislação. Mudanças de legislação são imediatas, enquanto a adaptação dos agentes da sociedade, como músicos, professores de escolas especializadas e da educação básica, autores de livros didáticos é mais complexa e demorada.

Vimos também que a Lei nº 11.769 (Brasil, 2008) provocou mudanças no mercado editorial de didáticos, mesmo num período anterior à entrada da disciplina para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). No próximo capítulo, vamos abordar como eram os livros didáticos para o ensino de Educação Artística e Arte do período anterior a essa Lei.

CAPÍTULO 3 - OS LIVROS DE ARTES NO ACERVO DA BIBLIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO E COLEÇÕES ESPECIAIS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BLDFE - USP)

A importância dos acervos documentais para a pesquisa histórica fica evidenciada por meio de consulta pessoal, o que nos levou à Biblioteca do Livro Didático e Acervos Especiais (BLD), que se situa em espaço próprio, anexo à Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE-USP), na capital paulista.

Uma busca inicial já havia sido feita na Internet, porém ainda havia muito para se conhecer de seu acervo, que, devido às suas características peculiares⁶⁹, não é de livre acesso, nem circulante⁷⁰. Tampouco, é digitalizado⁷¹. Uma primeira visita foi feita com o objetivo de tomar contato com o acervo geral da biblioteca, conhecer sua história e adentrar a seção de Artes⁷² e de Música. Além de explorar a seção de Artes, almejava-se quantificar e qualificar os livros didáticos lá encontrados, bem como averiguar sua abrangência temporal.

Havia também a expectativa de encontrar coleções e/ou exemplares que não conseguiríamos acessar por outros canais, em especial, as coleções do período anterior à atual LDB (Brasil, 1996) ou mesmo as editadas após a LDB, porém anteriores à entrada da disciplina de Arte para o PNLD, em 2015⁷³. Nesse período, todas as coleções eram produzidas para o mercado livreiro e, portanto, desatreladas da obrigatoriedade de atender aos critérios do programa.

Um dos principais desafios desta pesquisa fora, desde seu início, o acesso às fontes, uma vez conhecida a dificuldade de encontrar livros didáticos, especialmente os em desuso. Batista (2002) reforça essa questão, lembrando que, “considerados efêmeros e pouco dignos de catalogação e guarda, os livros didáticos raramente ocupam as prateleiras dos acervos públicos.” (Batista, 2002, p. 30). A afirmação

⁶⁹ Maiores detalhes sobre o histórico da BLD, bem como seus acervos, serão tratados no último capítulo desta tese.

⁷⁰ Acervos não circulantes são os compostos por livros que não podem ser emprestados, apenas consultados no local. Além de não circulante, o acervo da BLD também não é de livre acesso. Ou seja, as consultas ao acervo são feitas apenas mediante agendamento prévio, via e-mail.

⁷¹ O acervo da Biblioteca do Livro Didático está em via de digitalização, segundo a bibliotecária responsável.

⁷² O termo “Artes” (no plural) será utilizado neste texto para designar a grande área do conhecimento humano em suas diferentes linguagens, sem necessariamente atrelá-lo à disciplina da educação básica, cuja denominação se alterou no decorrer da história da educação, no Brasil.

⁷³ Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

reforça a urgência de se criar mais acervos de livros (e materiais) escolares, no Brasil⁷⁴.

É válido lembrar que o acervo da BLD⁷⁵, como outros acervos de livros escolares (Batista, 2002), foi e continua sendo formado por meio de doações. Afora suas coleções especiais, os demais títulos foram obtidos, em sua maioria, através de doações de professores e pesquisadores que já utilizaram o acervo. Dessa forma, a coleção de livros didáticos de Artes arquivada pela BLD representa uma amostra parcial, não sendo possível saber quão representativa ela é do total da produção de livros didáticos do período que abarca.

Em comparação com as outras disciplinas e com o acervo geral da biblioteca, pode-se dizer que a seção de Artes é pequena. A maior seção, no momento da visita, era a de História, disciplina que primeiro incorporou os manuais escolares como fonte e objeto de estudo. O crescimento do interesse dos pesquisadores da área de Artes pela manualística, nos últimos anos, é evidente. Anseia-se que o reflexo desse interesse se concretize também nos acervos.

3.1 MAPEAMENTO GERAL DO ACERVO

A BLD possui uma planilha eletrônica⁷⁶, onde são listados todos os títulos dos manuais escolares relacionados ao ensino de Artes. Esses títulos abarcam tanto as áreas artísticas específicas como Música, Desenho, Pintura, Dança, Teatro, quanto à disciplina da educação básica responsável pelo ensino de Artes, em suas distintas denominações. O acervo é composto por 198 exemplares⁷⁷.

A planilha fornece as seguintes informações sobre cada título: 'Autoria', 'Título principal', 'Subtítulo', 'Editora', 'Ano', 'Assunto', 'Localização' (na biblioteca), 'Complemento', 'Edição'. A tabela 1 mostra a distribuição **temporal** dos títulos do acervo, do mais antigo até o mais recente:

⁷⁴ O assunto será discutido a miúdo, no último capítulo.

⁷⁵ Para melhor fluência do texto, daqui em diante usaremos a sigla BLD para nos referir à Biblioteca do Livro Didático e Coleções Especiais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

⁷⁶ A referida planilha é um documento de organização interna da BLD, que foi gentilmente fornecido a esta pesquisadora pela bibliotecária responsável: Maria José Fagundes. A imagem da mesma encontra-se como Anexo I deste trabalho.

⁷⁷ Este quantitativo é referente ao ano de 2024.

TABELA 1 – Distribuição dos exemplares por década de publicação.

Década	Quantitativo	Porcentagem
Década de 1920	01	0,5%
Década de 1940	03	1,51%
Década de 1950	08	4,04%
Década de 1960	13	6,55%
Década de 1970	18	9,09%
Década de 1980	32	16,16%
Década de 1990	24	12,12%
Década de 2000	74	37,37%
Década de 2010	25	12,62%
Total	198	100%

Fonte: A autora (2024)

Conforme indica a tabela, os livros mais antigos datam da primeira metade do século XX até a década de 1960. Adiante veremos que, para esse período, há uma predominância de livros de Música, no acervo. A tabela 1 mostra também uma concentração de livros, nos primeiros quinze anos do século XXI (somando 50% do total), período em que a produção de manuais escolares de Arte se intensificou, em decorrência de mudanças na legislação educacional (conforme discussão do capítulo anterior).

Seguindo essa tendência, esperava-se um crescimento quantitativo no acervo, a partir do ano de 2015, com a entrada da disciplina para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Mas o que se viu foi exatamente o contrário. Desde o primeiro edital em que a disciplina participou, em 2015, até o presente ano (2024) a produção de livros didáticos cresceu consideravelmente, assim como a quantidade de coleções aprovadas nos Editais de Arte do PNLD (Brasil, 2020, 2024). No entanto, há somente três títulos desse período na biblioteca, todos destinados ao Ensino Médio (portanto, em volume único): dois editados em 2016 e apenas um, em 2017, sendo esse o ano do título mais recente da biblioteca.

Esse fato pode suscitar algumas reflexões. Primeiramente, sobre as tradições e regras de funcionamento da arquivística. O tempo até que um livro seja considerado em “estado de arquivo” pode estar mais relacionado com aspectos práticos da gestão dos acervos do que com questões teóricas e metodológicas da

História. As pesquisas de história do tempo presente têm que lidar com objetos recentes, que talvez ainda não tenham se convertido em ‘objetos da história’, o que pode dificultar a vida dos pesquisadores.

Para além das questões da história do tempo presente e das tradições da arquivística, não podemos negligenciar outro aspecto relativo aos livros didáticos, que pode explicar essa questão. Uma coleção submetida ao edital PNLD 2020 (que selecionou coleções destinadas aos anos finais do ensino fundamental) tem edição datada de dois anos antes, ou seja, 2018. As coleções selecionadas pelo PNLD, atualmente, são utilizadas nas escolas de educação básica durante quatro anos⁷⁸. Seguindo o exemplo do PNLD 2020, as coleções aprovadas foram utilizadas pelas escolas públicas nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023. Ou seja, estavam em uso até recentemente. Apenas no presente ano (2024) elas saíram do “estado de uso”. Tendo esse cronograma em mente, compreende-se que, pelo fato da disciplina ter adentrado o programa há menos de dez anos, as coleções que dele participaram até o momento, possivelmente, levarão mais algum tempo para chegar aos acervos de livros escolares.

Com relação ao **assunto** dos títulos, a biblioteca faz uma divisão geral de todo o acervo em três categorias. A distribuição dos livros, conforme esta divisão, está registrada na Tabela 2.

TABELA 2: Títulos por assunto – acervo de artes da BLD

Assunto	Número de títulos	Porcentagem
Música	26	13,13%
Desenho	32	16,16%
Artes / Educação Artística	140	70,70%
Total	198	100%

Fonte: A autora (2024)

Conforme mostra a tabela 2, os 198 títulos estão divididos pela biblioteca, em três grandes categorias: manuais para o ensino de Música, de Desenho e de Artes/Educação Artística. O livro mais antigo data de 1924 e o mais recente, de 2017. Nesse período de quase um século, várias mudanças curriculares ocorreram na legislação educacional brasileira. Conforme apontado no capítulo 2, a Música já foi

⁷⁸ Os detalhes sobre o funcionamento do PNLD hoje serão tratados no próximo capítulo.

disciplina da educação básica, mas a partir da lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971b), deixou de existir como disciplina autônoma. A disciplina responsável pelas áreas artísticas foi denominada 'Educação Artística', entre 1971 e 1996. Depois da LDB 9.394/96 (Brasil, 1996), passou a se chamar 'Arte'. Todas essas alterações transparecem nas diferentes denominações e classificações da biblioteca. Com tantos nomes e mudanças, é comum vermos o termo "Artes" ser usado para designar a disciplina, como pudemos notar nas fichas do acervo. Porém, julgamos importante esclarecer que não há livros de "Artes" no acervo: eles são de Educação Artística ou de Arte.

A categoria "**Música**" é composta por 26 manuais (13,13% do total), aproximando-nos um pouco deles, observamos que há quatro (4) manuais que foram subclassificados como "Música - Canto Orfeônico", tendo sido editados entre as décadas de 1950 e 1960, período em que a disciplina de Música era denominada "Canto Orfeônico", nas escolas primárias brasileiras (Jardim, 2008).

Entre os outros 22 exemplares restantes, encontramos livros didáticos para o ensino de: flauta doce, canto (na escola), Teoria musical, Música na escola primária, História da Música. Há títulos como: 'Alfabetização sonora', 'Ouvinte consciente', 'Trabalho dirigido de educação musical (TDEM)', 'Lira escolar', 'Vozes das crianças brasileiras', 'História universal da música', 'Hinos e cantos escolares'. Esses livros foram editados entre os anos 1940 e 1970 e são responsáveis por mais da metade do acervo de música (somam 15 títulos), período em que a Música figurava como disciplina escolar (nem sempre com esse nome). Há apenas duas exceções a essa linha do tempo: o livro mais antigo do acervo de Artes, intitulado "Ciranda, cirandinha: coleção de cantigas populares e brinquedos"⁷⁹, de 1924, e o livro "Flauta doce: método de ensino para crianças"⁸⁰, editado em 1993 e reeditado em 1997.

O restante dos manuais de Música (11 exemplares) compreende livros didáticos e paradidáticos editados entre 2009 e 2014, período imediatamente posterior à lei nº 11.769/08 (Brasil, 2008), que tornou obrigatório o ensino de música, como parte da disciplina de Arte (conforme evidenciado no capítulo anterior).

A segunda categoria estabelecida pela BLD, mais específica, é a dos livros para o ensino de **Desenho**, cujos títulos incluem: 'Desenho no ginásio', 'Desenho

⁷⁹ JULIÃO, João Baptista; GOMES JUNIOR, João. **Ciranda, cirandinha**: coleção de cantigas populares e brinquedos. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1924.

⁸⁰ ROSA, Nereide Schilaro Santa. **Flauta doce**: método de ensino para crianças. São Paulo: Ed. Scipione, 1997, 2 ed..

pedagógico’, ‘Curso completo de desenho’, ‘Desenho moderno’, ‘Desenho racional na escola’, ‘Caderno de desenho’, entre outros. Essa categoria é composta por mais exemplares que a categoria “Música”, somando 32 títulos (16,16% do total), editados entre as décadas de 1940 e 1980, mostrando a origem histórica do predomínio do Desenho no currículo de Artes Plásticas.

Lembramos que Desenho já foi disciplina do ensino primário, no mesmo momento em que o ensino de Música era nominado Canto Orfeônico. Quando a área passou a ser chamada de Artes Plásticas (pós Lei nº 5.692/71), os conteúdos de Desenho continuaram dominando seus conteúdos (Osinski; Cunha, 2020). Em artigo sobre os quarenta anos da Lei nº 5.692/71, Maria José Subtil aponta que, no ano em que foi promulgada a lei, entre os cânones que vigoravam no ensino de arte de um modo geral, situava-se o cânone tradicional de Desenho (Subtil, 2012).

A categoria mais abrangente e volumosa é a terceira, “**Artes/ Educação Artística**”, composta por 140 volumes (70,70%). Aproximando o olhar sobre essa categoria, descobrimos que nela se encontram livros didáticos e paradidáticos⁸¹. O detalhamento desses 140 livros encontra-se na tabela 3.

TABELA 3: Livros de Artes/ Educação Artística - BLD 2024

Categoria original	Tipo de livro	Detalhamento por assunto	Número de livros	Subtotal
ARTES / EDUCAÇÃO ARTÍSTICA	PARADIDÁTICOS	Dança	01	39
		Música	02	
		Folclore	04	
		Artes visuais	28	
		Outros	04	
	DIDÁTICOS	Educação Artística/Arte⁸²	101	
	Total		140	

Fonte: A autora (2024)

⁸¹ Paradidáticos compreendem os livros que têm como função enriquecer e aprofundar os conhecimentos dos alunos sobre conteúdos que o livro didático não alcança, devido ao vasto campo de conhecimentos que cada disciplina escolar abrange.

⁸² Com letra maiúscula e no singular, por se tratar exclusivamente de livros editados para uso na referida disciplina da educação básica.

A tabela 3 separa e quantifica a categoria “Artes/ Educação Artística” em livros didáticos e paradidáticos, revelando quais assuntos são abordados pelos paradidáticos. Esmiuçando os 39 títulos de paradidáticos, observa-se que a grande maioria deles é composta por livros de Artes visuais (28 títulos ou 71,7% dos paradidáticos). Entre os 28 livros, a maior parte refere-se à vida e obra de pintores/artistas visuais conhecidos, tais como: Giotto, Pablo Picasso, Tarsila do Amaral, Cândido Portinari, Van Gogh, Lygia Clark, Almeida Júnior e outros. Há dois exemplares sobre arquitetura. Os restantes versam sobre ‘Modernismo no Brasil’, ‘Arte brasileira’ e assuntos correlatos.

Há dois livros paradidáticos de Música e apenas um sobre Dança. Nenhum livro paradidático de Teatro foi encontrado no acervo. Entre os dois paradidáticos de Música, um é sobre vida e obra de Chopin⁸³ e o outro, um livro para crianças sobre música brasileira, seus ritmos e história. O exemplar de Dança aborda aspectos gerais dessa linguagem⁸⁴. Na categoria ‘outros’ reunimos os paradidáticos que não versam sobre artes, mas que foram inseridos entre os livros da área, tendo como temas: brincar, brincadeiras, fazer brinquedos e afins⁸⁵.

3.2 OS LIVROS DIDÁTICOS DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E ARTE

Separando os 39 paradidáticos, temos que, dos 140 livros da categoria Artes / Educação Artística, os 101 restantes são livros didáticos de referência da disciplina, sendo essa a amostra que interessa diretamente a esta pesquisa.

Seguindo a linha temporal da educação musical brasileira, temos uma divisão legal e curricular importante entre o período da ‘Educação Artística’ e o de ‘Arte’. Conforme visto no capítulo anterior, a Lei nº 5.692/71 representa o marco legal da disciplina de Educação Artística e a LDB nº 9.394/96, o da disciplina de Arte. Seguindo esses marcos temporais, separamos os 101 manuais.

Os manuais editados nos anos 1970, 1980 e início dos 1990 nominam a disciplina como Educação Artística. Os últimos anos da década de 1990 (pós-promulgação da LDB nº 9.394/96) mostraram-se como uma fase de transição, onde ambas as denominações aparecem. Todos os manuais editados a partir do ano

⁸³ Frédéric Chopin (1810-1849), pianista e compositor polonês.

⁸⁴ RENGEL, Lenira; LANGENDONCK, Rosana Van. **Pequena viagem pelo mundo da dança**. São Paulo, Ed. Moderna: 2006.

⁸⁵ Não foi possível encontrar a razão para os mesmos terem sido incluídos nessa categoria.

2000 trazem a nomenclatura “Arte” como nome da disciplina, mostrando que, possivelmente, o setor de didáticos começara a incorporar o novo currículo. A tabela 4 mostra a quantidade de manuais por década de publicação.

Sobre a datação de manuais escolares, Batista (2002), ao realizar pesquisa sobre livros escolares de leitura na primeira metade do século XX, afirma que “É difícil datar com precisão as obras do acervo, assim como de sua coleção de livros de leitura. Como costuma acontecer com livros didáticos, um número significativo de exemplares não apresenta data ou número de edição.” (Batista, 2002, p. 30).

É válido pontuar que, ainda que o acervo aqui pesquisado seja mais recente, encontramos várias coleções da década de 1970, 1980 e 1990 sem ficha catalográfica e sem informação de ano e edição⁸⁶, nas páginas iniciais do livro. No Brasil, a implantação da primeira “Agência Brasileira de ISBN” aconteceu em 1978. Desde 2020, a Câmara Brasileira do Livro é a única agência autorizada a emitir o ISBN⁸⁷. A obrigatoriedade de inserção da ficha catalográfica em todas as publicações editadas e comercializadas no Brasil aconteceu somente em 2003⁸⁸.

A tabela 4 apresenta a distribuição temporal dos 101 livros didáticos da disciplina de Educação Artística/Arte.

TABELA 4: Distribuição dos livros didáticos de Educação Artística/Arte por década de publicação

Período	Disciplina	Nº de livros	Nº de coleções
Década de 1970	Ed. Artística	08	4
Década de 1980	Ed. Artística	15	4
Década de 1990	Ed. Artística / Arte	14	4
2000 a 2010	Arte	53	7
2011 a 2020	Arte	11	7
Total		101	26

Fonte: A autora (2024)

⁸⁶ Segundo a bibliotecária responsável pelo acervo da BLD, a datação desses livros foi estimada por um conjunto de fatores: formato de edição, diagramação, conteúdos abordados e sua relação com determinado período educacional, histórico das edições do livro em questão, em comparação com outros volumes da mesma coleção que continham data, entre outros.

⁸⁷ O ISBN - *International Standard Book Number* - é um sistema internacional padronizado que identifica numericamente os livros segundo o título, o autor, o país, a editora, individualizando-os inclusive por edição. A Câmara Brasileira do Livro (CBL) é a Agência Brasileira do ISBN. Informações obtidas em: <https://cbl.org.br/> Acesso em 19 jul. 2024.

⁸⁸ De acordo com a Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003.

A tabela 4 mostra um quantitativo significativamente maior de livros, no período de 2000 a 2010. Isso se deve à existência de uma coleção produzida pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo publicada pela Imprensa Oficial do Estado. Dentro do período 2000-2010 é ela que tem o maior número de exemplares, somando 26, do total de 53 exemplares da referida década.

Os livros didáticos destinados à educação básica, via de regra, são editados em coleções. As coleções têm a mesma diagramação, autorialidade (dentro de cada disciplina), formato de apresentação, equipe de edição. Enfim, cada coleção tem uma identidade. O formato das coleções varia de período para período, nível educacional a que se destina e de editora para editora. Hoje, o PNLD de Arte determina regras claras de formatação, mas antes de 2015 os manuais escolares de Educação Artística/Arte eram produzidos segundo os critérios dos editores e do mercado livreiro.

Isso posto, algumas coleções dessa amostra são compostas por quatro volumes, outras por dois, outras por volume único. Além disso, entre os 101 livros da amostra, há coleções completas, coleções com exemplares duplicados de cada volume e coleções incompletas. Essa realidade, como já mencionado, é fruto, em grande medida, da natureza de aquisição de livros da BLD: por doação. Nesse cenário, mostrou-se relevante caracterizar a amostra, em termos de sua diversidade editorial.

Conforme vemos na tabela 4, ao converter o número de exemplares em número de coleções, tem-se uma mudança substancial da compreensão da coleção. Um quantitativo que parecia desigual se transmuta em algo mais homogêneo, com quase o mesmo número de coleções, em cada período.

Com o intuito de melhor compreender as principais características dos livros didáticos, em cada momento da história educacional brasileira, a investigação da diversidade de coleções mostrou-se como algo valioso para esta pesquisa. A próxima seção do presente capítulo será dedicada à análise de algumas dessas coleções, intencionalmente selecionadas.

3.3 ANÁLISE DAS COLEÇÕES DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA E ARTE⁸⁹ POR DÉCADA

Conforme vimos anteriormente, dentre os quase 200 livros do acervo da Biblioteca do Livro Didático da FE-USP, uma amostra de 101 exemplares foi selecionada para fins de análise, neste trabalho. Ela é composta por 26 coleções distintas, que abrangem, grosso modo, o período dos últimos 50 anos.

Nesse período de tempo, várias mudanças importantes ocorreram, na legislação educacional. Em decorrência dessas mudanças de paradigma, houve mudanças na nomenclatura oficial, assunto também abordado no capítulo anterior. Cumpre lembrar algumas delas e seus devidos marcos temporais, a fim de clarear o assunto e facilitar o entendimento do leitor quanto ao que será analisado, a seguir.

Ressaltamos que, como consequência de importantes alterações legislativas, as distintas nomenclaturas vigentes ao longo da história educacional brasileira representam bem mais que simples mudanças de “nome”. São o reflexo de diferentes visões sobre currículo, direito de acesso à escolaridade, organização e sequenciação do ensino, formação humana, formação técnica e para o mercado de trabalho, entre outras dimensões do processo educativo.

A LDB Lei nº 4.044 (Brasil, 1961) dividiu o ensino em dois ciclos: Primário, da 1ª à 4ª série e Ginásio, da 5ª à 8ª série. Nesse momento, somente o ensino primário era obrigatório e havia um importante gargalo para a continuidade dos estudos: o exame de admissão. Caso o estudante não passasse no exame de admissão, tinha que cursar mais um ano do ensino primário, antes de ser aceito no ensino ginásial.

A reforma educativa que resultou na promulgação da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) retirou o exame de admissão e ampliou o ensino obrigatório para 1ª até a 8ª série. Devido a essa importante mudança, o sistema de ensino e a nomenclatura mudaram para: ensino de 1º grau (da 1ª série à 8ª série) e ensino de 2º grau. Após a conclusão do 1º grau, era possível avançar ao 2º grau, com duração de 3 anos, sendo obrigatória sua conclusão para ingresso nas faculdades ou universidades. Existia ainda um ciclo chamado de Pré-Primário, não obrigatório, oferecido pelos chamados “jardins de infância”.

⁸⁹ Este capítulo tratará especificamente dos livros escolares destinados ao ensino da disciplina da educação básica em suas distintas denominações, nos diferentes momentos históricos: Educação Artística e Arte.

Uma nova reestruturação no ensino ocorreu com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 (Brasil, 1996). A nova LDB, até hoje em vigência, ampliou as fases da educação básica, estabelecendo um sistema organizado em: Educação Infantil (para crianças até 6 anos), ensino fundamental e ensino médio. Esses três níveis passaram a compor a educação obrigatória, que precede o ingresso no Ensino Superior ou o ingresso no mercado de trabalho. O ensino fundamental foi dividido em dois ciclos: séries Iniciais, da 1ª à 4ª série, também conhecido como ensino fundamental 1; e Séries Finais, da 5ª à 8ª série, também conhecido como ensino fundamental 2. E o ensino médio⁹⁰ regular, composto por três anos (1º ao 3º ano)⁹¹.

Em 6 de fevereiro de 2006, foi sancionada a Lei nº 11.724 (Brasil, 2006), que ampliou o ensino fundamental de oito para nove anos (1º ao 9º ano), com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade (e não mais com 7 anos). Deste modo, acrescentou-se um ano ao ciclo dos Anos Iniciais (AIEF), anteriormente com quatro e hoje com cinco anos de duração. A nomenclatura foi alterada de séries para anos. Portanto, hoje os anos iniciais do ensino fundamental englobam do 1º ao 5º ano e os Anos Finais, do 6º ao 9º ano.

3.3.1 AS 26 COLEÇÕES

Um primeiro questionamento feito às 26 coleções se deu em relação aos níveis da educação básica a que se destinam, quais são suas principais características e como se apresentam, nos distintos períodos de tempo. Das 26 coleções, 7 são destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental (EF1), 14 destinam-se aos anos finais do ensino fundamental (EF2) e 6, ao ensino médio (EM). Ao olhar para as coleções, percebe-se uma relação entre as fases do ensino a que se destinam e os diferentes momentos da história educacional brasileira.

Todas as coleções das décadas de 1970, 1980 e 1990 são destinadas ao 1º grau (atual EF), especificamente à fase de 5ª a 8ª série (atuais 6º ao 9º ano). Somam 14 coleções, sendo essa fase do ensino a com maior número de livros didáticos, no acervo de Educação Artística/Arte da biblioteca. Vale lembrar que, a

⁹⁰ O Ensino Médio técnico, vigente no Brasil desde a reforma Capanema, não deixou de existir. Recentemente, ganhou novo status com a criação dos Institutos Federais de Educação, no início dos anos 2.000, como política educacional do então ministro Fernando Haddad.

⁹¹ Vale acrescentar que há também a Educação de Jovens e Adultos (EJA), destinada aos adultos que não tiveram acesso à educação ou tiveram que interromper os estudos. A EJA é dividida em Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

partir da 5ª série, os estudantes deixavam de ter um único professor (o regente) e passavam a ter um professor diferente por matéria, o que representava uma maior demanda por professores especialistas e por livros didáticos. Havendo maior demanda, haveria maior interesse do setor editorial em produzir manuais para essa fase do ensino.

Segundo Munakata, “Mercadoria, o livro precisa adaptar-se à demanda” (Munakata, 2001, p. 274). Para Choppin:

A concepção de um livro didático inscreve-se em um ambiente pedagógico específico e em um contexto regulador que, juntamente com o desenvolvimento dos sistemas nacionais ou regionais, é, na maioria das vezes, característico das produções escolares (edições estatais, procedimentos de aprovação prévia, liberdade de produção, etc.). Sua elaboração (documentação, escrita, paginação, etc.), realização material (composição, impressão, encadernação, etc.), comercialização e distribuição supõem formas de financiamento vultuosos, quer sejam públicas ou privadas (Choppin, 2004, p. 554).

Entre as coleções encontradas no acervo da BLD, todas as destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental, foram publicadas nos primeiros anos do século XXI, num total de sete coleções. A partir dos anos 2000 houve um impulso na produção de livros escolares de Arte para essa fase do ensino, o que não acontecia até então. As coleções destinadas a essa fase se concentram entre os anos 2000 e 2015, período anterior à entrada da disciplina para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Isso mostra que houve uma demanda por parte das escolas e, havendo demanda de mercado, há interesse de produção por parte das editoras. Todas as coleções do acervo têm o mesmo formato: um volume para cada ano, podendo ser compostas por quatro ou cinco volumes⁹².

Entendemos também essa tendência como possível fruto da convergência de duas forças presentes nas lutas que permearam o processo de elaboração da LDB 9.394/96: a valorização das fases iniciais de escolarização (Educação Infantil e Anos Iniciais do E. Fundamental) e a valorização do ensino de Arte em todos os níveis do ensino. A elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁹³, no final dos anos

⁹² Conforme apontamos anteriormente. Em 2006, ensino fundamental foi ampliado de oito para nove anos (1º ao 9º ano). Sendo assim, as coleções para essa fase editadas antes de 2006 têm quatro volumes e após, cinco volumes.

⁹³ Estamos nos referindo aos Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte para o Ensino Fundamental (PCN) e ao Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI).

1990 (Brasil, 1997; Brasil, 1998), também impulsionou a consolidação da disciplina no currículo e orientou a escrita de livros didáticos.

Munakata destaca a relação simbiótica que o livro didático e a escola mantêm. Segundo o autor: “A expansão da escolarização amplia o público leitor de livros, e a existência destes – em particular, os destinados especialmente à escola – possibilita a própria escolarização da sociedade” (Munakata, 2012, p. 59).

Por fim, sobre os manuais de Arte destinados ao Ensino Médio (EM) encontrados na BLD, todos (seis no total) datam de um período mais recente, entre os anos 2013 e 2016. Não por acaso, 2013 é o ano do primeiro Edital do PNLD de Arte e o ano de publicação das coleções que concorreram. Esse Edital atendeu o EM e o Guia do PNLD saiu em 2015⁹⁴.

Esse fato mostra que o interesse das editoras pela publicação de livros de Arte para o Ensino Médio está atrelado à entrada da disciplina para o programa e, portanto, a um importante e disputado mercado criado pelo PNLD⁹⁵. De fato, as seis coleções do acervo foram selecionadas nos Editais do PNLD de 2015 e 2018. O PNLD de Arte para o Ensino Médio estabelece que as coleções devam ser publicadas em volume único, a ser utilizado nos três anos do Ensino Médio. Dessa forma, as seis coleções da amostra são compostas pelo formato de volume único.

A soma dos quantitativos acima expostos resulta em 27 coleções porque uma delas publicou manuais para duas fases da educação básica, tendo sido computada duas vezes, nessa somatória.

Após examinar as coleções do ponto de vista dos níveis de ensino, decidimos concentrar nossa análise nos manuais para os Anos Finais, por diversas razões. Primeiramente, por ser essa a fase do ensino em que se amplia o número de disciplinas e em que é obrigatória a atuação de professores especialistas em cada área do conhecimento. Isso a torna propícia para análises específicas de conteúdo, tais como a presença da educação musical nas coleções.

Essa é também, possivelmente, a principal razão para os Anos Finais serem a fase em que tivemos acesso ao maior número de manuais. Em nossa primeira busca por manuais escolares, no início desta pesquisa, tivemos acesso a duas coleções

⁹⁴ O PNLD no século XXI será o assunto do próximo capítulo.

⁹⁵ A existência de um mercado do livro didático é fundamental para a qualidade do ensino. O desenvolvimento desse mercado no Brasil, a partir do PNLD, criou uma cadeia produtiva, que envolve editoras, gráficas, autores, revisores, produtores de conteúdo e de cursos de formação continuada para professores, consultores, avaliadores, pesquisadores e até mesmo departamentos universitários.

aprovadas em editais do PNLD de Arte para os Anos Finais (o capítulo 5 tratará de uma delas). Além disso, o período com maior carência de fontes para esta pesquisa é inteiramente composto por coleções produzidas para esse nível de ensino: o antigo 1º grau. A concentração de livros nessa fase do ensino também nos permitiu uma análise comparativa entre manuais de diferentes períodos.

A seguir, realizaremos uma análise pormenorizada dessas coleções. Algumas questões foram levantadas previamente: em quais coleções a educação musical está presente? Em quais não está? Qual é a visão de educação musical, nas coleções em que ela se faz presente? Quais as características materiais das coleções?

Após uma análise geral, revelou-se uma divisão cronológica das coleções que podemos organizar em três períodos: (1) anos 1970; (2) anos 1980 e 1990; (3) anos 2000.

É importante pontuar que essa divisão decorreu da observação das coleções e não de uma separação feita a priori. Ao abrir os livros didáticos de artes de diferentes épocas o que se buscava, de início, era averiguar a presença da educação musical entre seus conteúdos. Conforme o leque de coleções foi se abrindo, percebeu-se uma identidade clara entre livros de determinados períodos cronológicos, no acervo.

Silva sustenta que os livros didáticos “estão inseridos em contextos historicamente localizados, sendo produtos de relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade e não objetos surgidos ao acaso.” A seleção de seus conteúdos curriculares e pedagógicos, forma de condução destes conteúdos, formato de apresentação (materialidade), seu projeto visual, nada é escolhido ao acaso (Silva, 2011, p. 178).

A seguir, apresentaremos a análise das coleções publicadas em cada um dos três períodos.

3.3.2 ANOS 1970: AS TRÊS EXPRESSÕES ARTÍSTICAS

Essa análise baseia-se em 5 coleções destinadas ao segundo ciclo do ensino de 1º grau, composto pela 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries. Analisamos os manuais, seguindo alguns parâmetros: formato da coleção, materialidade, organização interna, visualidade e conteúdos pedagógicos, com a intenção de apreendê-los a partir de diferentes ângulos. Segundo Chartier (1990, p.189), as relações entre os textos e os suportes que permitem sua leitura são indissociáveis.

A análise de conteúdos será centrada na música: sua presença (ou ausência) nas coleções e, quando estiver presente, suas concepções pedagógicas, (o que a coleção propõe para o trabalho de educação musical). Algumas observações podem ser feitas também com relação às outras linguagens artísticas.

É oportuno afirmar que, sendo a década de 1970 o período imediatamente posterior à reforma educacional que marcou o nascimento do ensino de Artes na educação básica brasileira, assim nominada Educação Artística, os livros didáticos aqui perscrutados são literalmente a primeira geração de manuais escolares para a disciplina. Eles representam as primeiras incursões das editoras do ramo na produção de livros escolares para o ensino da disciplina, o que torna seu exame ainda mais interessante.

Antes de adentrar a análise, é válido pontuar que, segundo Chartier (1990), é necessário distinguir o texto, produzido pelo autor, e o livro, produzido pelo editor. Os autores não escrevem livros, eles produzem textos. E os editores produzem livros. Quem decide como o livro sairá para o mercado é o editor, e não o autor, que muitas vezes, é reprimido e dependente da vontade do editor. É ele quem define como o livro será publicado. Para o editor, o bom livro é o que vende (Chartier, 1990). Almeida Filho reforça que

Os dispositivos de intervenção determinados pelo editor e autor por meio do objeto material denominado “livro” (divisão de capítulos, parágrafos, notas, capa, ilustrações, cores, diagramação, fotos, etc.), por exemplo, representam um tipo de organização que tem como objetivo, entre outros, atingir o leitor imaginado e a compreensão do discurso do texto (Almeida Filho, 2007, p. 12).

A seguir, analisaremos as coleções do ponto de vista dos seus aspectos editoriais.

3.3.2.1 Formato e materialidade

Entre as cinco coleções analisadas, duas foram editadas no formato de quatro volumes (um para cada série). No acervo da BLD, essas duas coleções estão incompletas, com apenas exemplares de um volume de cada. Dessa forma, deduziu-se o formato das duas coleções. As outras três coleções foram editadas no formato de dois volumes. Não encontramos nenhum tipo de indicação de como se deve utilizá-los: provavelmente, um volume para cada dois anos. Talvez a forma de utilização ficasse a cargo do professor de Educação Artística e da escola.

Portanto, o conjunto das cinco coleções é composto por 10 exemplares. Entre eles, 9 foram doações de professores, sendo 'livros do mestre' e apenas um exemplar pertenceu a um aluno. Analisando o exemplar do estudante, observamos que ele tem várias atividades respondidas a lápis e todas são referentes a exercícios e atividades de expressão plástica, não havendo atividades ou exercícios de expressão musical respondidos⁹⁶.

Um dos possíveis modos de investigação de livros escolares que pode fornecer resultados importantes é a observação de livros que pertenceram a estudantes e que trazem os exercícios resolvidos. A partir dessas análises pode-se fazer deduções sobre a relação dos estudantes com os livros e até mesmo sobre o desenvolvimento das aulas, em determinadas escolas, regiões ou períodos⁹⁷.

Em nosso caso específico, a observação de que somente exercícios de expressão plástica foram realizados, pode-se inferir que o professor trabalhou apenas este conteúdo, tendo desprezado os de Música, provavelmente por ter formação na área de Artes Plásticas. Embora a observação desta única fonte não permita generalizações, essa dedução é coerente com o fato de que a área de Educação Artística foi ocupada, majoritariamente por professores habilitados em Artes Plásticas⁹⁸. O modelo de formação do professor de Educação Artística será abordado a seguir.

⁹⁶ Um campo de estudo que pode fornecer resultados muito interessantes para a História do currículo e das disciplinas escolares é a observações de livros que pertenceram a estudantes e que trazem os exercícios resolvidos.

⁹⁷ Citamos o pesquisador o Nicolás Valcárcel, da Universidade de Murcia na Espanha, que investiga os livros didáticos por esse ponto de vista.

⁹⁸ Lembramos que o modelo de formação de professores de Educação Artística era o curso de Educação Artística, com as Habilitações em Artes Plásticas, em Música, em Artes Cênicas. Em alguns cursos havia a opção de Habilitação em Desenho.

Quanto à materialidade, as cinco coleções são editadas no formato livro, com encadernação tipo brochura, em tamanho A4 (ou aproximado), orientação vertical e consumíveis. Ou seja, os exercícios e atividades deveriam ser respondidos no próprio livro e o mesmo não poderia ser reutilizado, no ano seguinte, por outro estudante. Essa característica é marcante nos livros produzidos neste período, pois a política de livro reutilizável foi introduzida apenas após a criação do PNLD, em 1985, para reduzir os custos de aquisição e viabilizar financeiramente a universalização da educação básica na escola pública.

Nas cinco coleções há o “livro do estudante” e o “livro do mestre”. Conforme vimos nos capítulos anteriores, nesse período começou-se a publicar os livros de professores. Porém, os livros do mestre aqui examinados são uma réplica do livro do aluno, com a única diferença de que tinham os exercícios respondidos, impressos em letra cursiva, itálico e com tinta de cor azul.

Uma vez que eram feitas para atender o mercado livreiro, e não um sistema de compras públicas, isso possivelmente facilitava a edição e diminuía os custos de produção das coleções. Porém, não havendo um livro (ou um encarte) produzido especialmente para os professores, esses ficavam sem a possibilidade de acessar orientações para o melhor desenvolvimento do seu trabalho com os estudantes. Essa característica demonstra como a questão da preparação dos professores para o uso do livro didático ainda era insipiente, em especial com relação à Educação Artística.

Sabe-se que a Lei nº 5.692/71 oficializou o ensino da atividade⁹⁹ de Educação Artística, caracterizado por ações polivalentes em três linguagens artísticas: Música, Artes plásticas¹⁰⁰ e Artes cênicas. O modelo de formação do professor de Educação Artística estabelecido pela Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971b, 1971c, 1971d, 1977) foi o Curso de Educação Artística com Habilitação em uma das áreas artísticas. A mesma seria lecionada por um professor de formação polivalente, ou seja, formado em Educação Artística com Habilitação em uma das áreas artísticas: Artes Plásticas,

⁹⁹ Os Pareceres (nº 853/71, nº 540/77), documentos de regulamentação da Lei nº 5.692/71 estabelecem e discutem os pormenores sobre currículo. E estabelecem as diferenças entre disciplina, área de estudo e atividade. Esse assunto será pormenorizado posteriormente.

¹⁰⁰ Após a LDB 9.394, a área passou a ser chamada de Artes Visuais, mais ampla que Artes Plásticas.

Artes Cênicas ou Música¹⁰¹. Em algumas instituições havia também a opção de Habilitação em Desenho.

Sendo as três áreas artísticas bastante vastas e distintas, não havia como o professor dominar minimamente os conhecimentos e técnicas de todas. O modelo formativo proposto mostrou-se falho e superficial, não suprimindo as necessidades para o bom desempenho da função (Penna, 2004, 2007, 2015; Subtil, 2011, 2012; Alvarenga e Silva, 2018). Nesse contexto, seria fundamental que os livros didáticos, além da função pedagógica e curricular, pudessem também desempenhar a função de formação continuada junto aos docentes da área.

As características observadas até o momento mostram que, em concordância com o apresentado no capítulo 1, no que diz respeito aos livros didáticos de Educação Artística, não havia uma regulação exercida pelo Estado. Nesse período, a comissão responsável avaliaria todos os livros encaminhados para apreciação do Departamento de Educação Fundamental (DEF-MEC) das seguintes disciplinas: Linguagem, Matemática, Estudos Sociais, Ciências Físicas e Naturais e Educação Moral e Cívica. Ou seja, a área de Educação Artística (que era 'atividade', não 'disciplina') não foi contemplada pelo Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF).

Desse modo os manuais produzidos nesse período sofriam apenas as regulações do mercado livreiro de didáticos e do currículo oficial (pareceres que regulamentam a Lei nº 5.692/1971).

Segundo Cunha e Osinski (2020, p. 14), citando informações do livro *A política do livro didático* (1984), de João Oliveira, Sônia Guimarães e Helena Bomeny, a área de Educação Artística impulsionou um novo tipo de produto editorial, pois os livros da disciplina tinham características e funções específicas, tanto para as políticas educacionais quanto para o mercado livreiro.

A novíssima área de Educação Artística colocava-se como propulsora de uma produção comercial inédita, pois, se por um lado, os livros didáticos são objetos com funções específicas no âmbito da educação, fazendo parte da história das disciplinas escolares, por outro, são igualmente produtos de um mercado, o que sinaliza para os interesses de produção pelas editoras (Cunha; Osinski, 2020, p. 14),

¹⁰¹ Existiam duas opções de formação: a Licenciatura curta (com apenas dois anos, em uma das áreas artísticas) e a Licenciatura em Educação Artística, com habilitação em uma ou duas áreas artísticas de escolha do futuro professor.

A presença de variadas coleções mostra que a Educação Artística, instituída como atividade obrigatória no ensino de primeiro e segundo graus a partir de 1971, figurou entre as áreas de interesse das editoras. Em levantamento sobre o mercado do livro no Brasil, Hallewell mostra uma ampliação no mercado editorial dos livros didáticos no período que vai de 1966 a 1980 (Hallewell, 2017). Segundo Filgueiras (2011, p. 155), “O mercado editorial de didáticos cresceu durante o regime militar e aumentou a dependência já existente entre a indústria do livro, a escola e o setor didático”.

3.3.2.2 Organização interna e visualidade

Quanto à organização interna, há bastante heterogeneidade entre as coleções. A maioria tem índice ou sumário, ausente em apenas uma das coleções analisadas. Algumas são organizadas em unidades e/ou capítulos. Outras são compostas por uma sequência de atividades. Entre as que se organizam em capítulos, o número de capítulos também varia bastante de uma para outra.

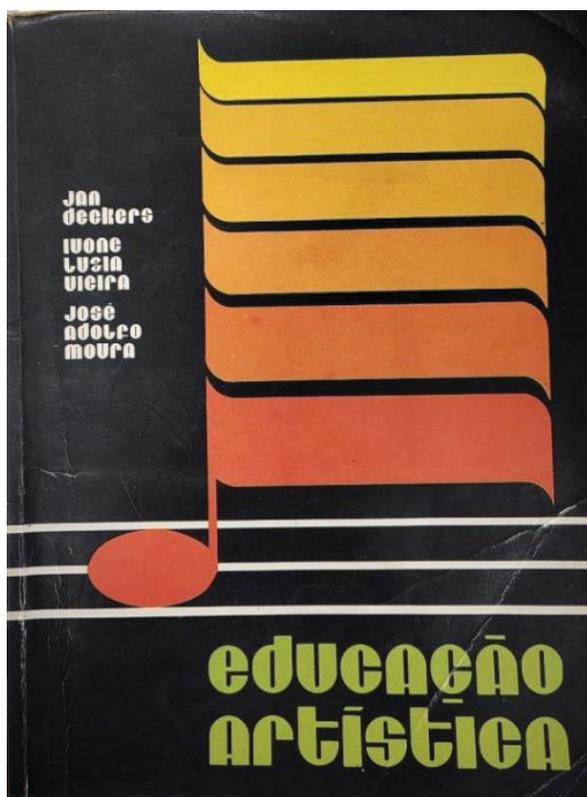
Na apresentação, quase todos os livros se dirigem somente ao aluno. Há somente uma coleção em que, na apresentação dedica um pequeno texto ao professor. Quanto à extensão dos volumes, observamos desde livros com cerca de 100 páginas até livros com quase 200 páginas.

Sobre a visualidade, iniciaremos pelo “cartão de visita” dos livros, a capa. Algumas coleções têm uma capa distinta para cada volume. Em outras, a capa se mantém igual de volume para volume. Há capas somente com texto, com uma ou duas cores e há capas mais atrativas e convidativas aos alunos, com ilustrações coloridas, fotografias coloridas. As figuras 1, 2 e 3 trazem as capas de três coleções.

Quanto à visualidade do miolo dos livros, há variadas decisões editoriais e níveis de investimento financeiro. O miolo da coleção “Comunicação pela arte” (Fleitas, 1977) é inteiramente em preto e branco, com algumas ilustrações, também em preto e branco.

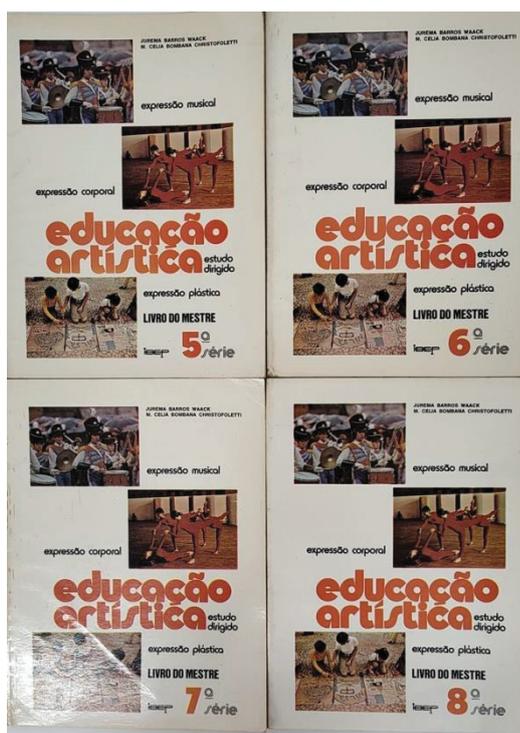
Nas coleções “Educação Artística” (Deckers; Vieira; Moura, 197-) e “Educação Artística: estudo dirigido” (Waack; Christofolletti, 197-) somente os conteúdos de Artes Plásticas são em cores (com ilustrações e fotografias) e as partes de expressão corporal e musical são em preto e branco e, portanto, muito menos atraentes aos estudantes. As figuras 1 e 2 mostram as capas delas.

FIGURA 1 – Capa vol. 2 coleção DECKERS, Jan; VIEIRA, Ivone Lusía; MOURA, José Adolfo. **Educação Artística** (área de Comunicação e expressão). Vol. 2 (4 ed.). Belo Horizonte: Ed. Lê, 197-.



Fonte: A autora (2024).

FIGURA 2 - Capas Coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, M. Célia Bombana. **Educação Artística: estudo dirigido: expressão corporal, expressão musical, expressão plástica**. 4 volumes. São Paulo: IBEP, 197-?.



Fonte: A autora (2024).

Há duas edições com ilustrações e bastante uso de cores: “Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica” (Cotrim, 1977; Cotrim, 1978) e “Encontro com a expressão artística” (Cotrim; Telles, 1980¹⁰²). Na primeira delas, encontramos o uso de cores fortes, abundantes ilustrações típicos de livros escolares da época (Cunha; Osinski, 2020). Há também a presença de fotografias. Seguindo a estética e tecnologia da época, há fotografias em preto e branco (fotos de artistas: cantores, compositores) e coloridas (de paisagens e de arquitetura).

A figura 3 traz as capas de dois volumes da coleção “Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica” (Cotrim, 1977; Cotrim, 1978).

FIGURA 3 - Capas dos volumes 1 e 2 coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau.** Vols. 1 e 2 (Livro do Professor). São Paulo: Saraiva, 1977 e 1978.



Fonte: A autora (2024).

¹⁰² Esta coleção foi editada, originalmente, nos anos 1970. Os dois volumes doados à BLD corresponde à 3ª edição, tendo como ano de impressão, 1980.

3.3.2.3 Conteúdos propostos e a presença da educação musical

O exame dos conteúdos das coleções dos anos 1970, do acervo da BLD, revelou que, salvo alguns volumes isolados, todas as áreas artísticas são contempladas pelas coleções. E em vários volumes há unidades e/ou capítulos inteiros dedicados a conteúdos de Música, o que não esperávamos, a priori.

Em todas as coleções aqui examinadas, as linguagens artísticas são nominadas como: 'expressão corporal', 'expressão musical' e 'expressão plástica'. As atividades de expressão corporal envolvem conteúdos de Teatro e de Dança. As de expressão plástica envolvem conteúdos de Artes Plásticas e Desenho.

Já dissemos acima que algumas coleções são organizadas em unidades de trabalho, outras em capítulos e outras carecem de divisões em partes maiores. Entre as que dividem os conteúdos por capítulos ou unidades, é comum haver o desenvolvimento de uma linguagem, ou "expressão", em cada capítulo, com alternância entre elas (por vezes, quantitativamente desigual). Há, em uma das coleções, uma tentativa de se trabalhar com temas, integrando duas ou mais linguagens, por unidade. Mas esse não é o modelo dominante dessa amostra.

Nas coleções em que não há subdivisões em unidades, nem em capítulos, encontra-se uma organização em forma de seções de trabalho, que se alternam, ao longo do livro. Essas seções correspondem a atividades em diferentes linguagens e seus títulos remetem à expressão trabalhada. Esse formato apresenta os conteúdos de forma mais fragmentada.

Portanto, é oportuno afirmar que, de um modo geral, há uma separação dos conteúdos de cada 'expressão', nas coleções. A forma como os conteúdos são abordados e as atividades propostas deixam em evidência as fronteiras entre as áreas artísticas, ao invés de abrandá-las, de valorizar os pontos de contato existentes entre elas. Apesar do Parecer nº 853/71 (Brasil, 1971c), que regulamenta a Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971b) propor exatamente o contrário, há pouca integração entre as expressões artísticas, em todas as coleções investigadas.

Isso nos leva a inferir que, possivelmente, esse foi o modo de funcionamento e inter-relação das áreas artísticas, nesse primeiro momento após a reforma, entre os atores envolvidos na produção dos livros e, conseqüentemente, nas salas de aula. Vale recordar que, antes da referida lei, nunca houvera uma disciplina que reunia várias áreas artísticas, no currículo escolar brasileiro.

Nos conteúdos de ‘expressão plástica’, observa-se que há predominância da área de Desenho, com alguma presença de Geometria aplicada e Desenho geométrico. Sabe-se que há uma longa tradição de ensino de Desenho, no Brasil, anterior à reforma do ensino proposta pela Lei nº 5.692/71 (Osinski; Cunha, 2020).

Nos conteúdos de ‘expressão corporal’, encontramos propostas de trabalho de Teatro e de Dança. Porém, a presença do teatro é visivelmente maior, apesar de o Brasil ser repleto de tradições da cultura popular em que a dança está fortemente presente¹⁰³. A esse respeito, contraditoriamente, no volume um da coleção “Educação Artística: expressão corporal - musical - plástica” (Cotrim, 1977), as unidades terminam com um capítulo intitulado “a sabedoria popular”, que aborda, entre seus conteúdos: provérbios populares, quadrinhas, personagens do folclore (negrinho do pastoreio, saci-pererê, mãe d’água), contos populares, folguedos (bumba-meu-boi, folia de reis), capoeira, canções do cancioneiro infantil de tradição oral brasileiro¹⁰⁴. A abordagem é apenas teórica, com as informações apresentadas em forma de texto. Somente as canções aparecem com letra e partitura musical. A presença de partituras configura-se como herança dos anos 1950 e 1960,

Quanto à presença das três expressões, há uma relação geralmente desigual entre elas. A expressão plástica é a mais trabalhada, em segundo lugar está a musical e a menos trabalhada é a corporal. Para se ter uma ideia, entre as cinco coleções, três trabalham com as três expressões: “Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica” (Cotrim, 1977; Cotrim, 1978), “Encontro coma expressão artística” (Cotrim; Telles, 1980) e “Educação Artística: estudo dirigido” (Waack; Christofoletti, 197-). A quarta coleção, “Comunicação pela arte” (Fleitas, 1977), divide-se em duas partes: a primeira, intitulada “Artes Plásticas” ocupa os dois terços iniciais do livro e a segunda parte, “Música”, ocupa o último terço dos conteúdos do livro. A quinta coleção, “Educação Artística” (Deckers; Vieira; Moura, 197-), divide-se em três partes: “artes plásticas”, “educação musical” e “história da arte”.

Segundo Choppin, o livro didático configura-se como “suporte privilegiado dos conteúdos educativos, o depositário dos conhecimentos, técnicas ou habilidades que

¹⁰³ A título de exemplo, citamos: o Bumba meu boi (em diversas regiões brasileiras), a Ciranda (nordestina e de Parati), o Carimbó (no Pará), o Coco (em diversos estados da região Nordeste), a Catira ou Cateretê (no interior paulista), o Fandango caiçara (no litoral sul do RJ, paulista, paranaense, catarinense), o Siriri (no Mato Grosso), Cabocolinhos (em Pernambuco), o Jongo (no Sudeste), entre tantas outros folguedos em que a dança é parte integrante, quando não a principal.

¹⁰⁴ Entre as canções incluídas no livro estão: Nesta rua existe um bosque, O cravo e a rosa, ó Maria, A pobre e a rica, Terezinha de Jesus e outras.

um grupo social acredita que seja necessário transmitir às novas gerações” (Choppin, 2004, p. 553).

Sobre a ‘expressão musical’, especificamente, fomos surpreendidos pela sua presença, em todas as coleções. Desde a formação inicial e durante a prática profissional, escutamos declarações do tipo: “a Lei 5.692/1971 retirou a educação musical do currículo escolar”; “por causa dela que não temos aula de música na escola”. Essas afirmações tornaram-se parte do ‘senso comum’ da área e estiveram presentes durante nossa trajetória profissional a ponto de, mesmo após iniciar essa investigação, termos a expectativa de um apagamento imediato da área de música do currículo escolar (e dos livros escolares por consequência).

Esse é um exemplo de como o senso comum pode nos levar a visões parciais da História. A ideia de um progresso contínuo ao longo do tempo tem sido confrontada pelas pesquisas. Podemos perceber que os processos sociais tomam caminhos imbricados, por vezes contraditórios, com avanços seguidos de retrocessos e vice-versa. Na construção das disciplinas escolares, esses processos são levados a cabo por distintos atores sociais, o que torna o processo dinâmico e complexo. Nossa investigação das coleções permite problematizar a noção de que a música foi alijada da escola quando da criação da Educação Artística. Novas pesquisas sobre este período podem nos ajudar a construir uma visão mais clara e fundamentada sobre a inserção da música na escola na era da Educação Artística.

O livro didático é também o resultado da ação direta e indireta de inúmeras forças e agentes, que nele imprimem visões de ensino, de produto consumível, de obediência à legislação, de cânones da cultura e da educação, entre outros. Ele, por fim, será moldado pela cultura escolar e por variadas formas de uso, advindas dos agentes envolvidos no seu uso. Segundo Choppin, “É preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar, desde sua concepção pelo autor até seu descarte pelo professor.” (Choppin, 2004, p. 553). Esta pesquisa se encontra numa das “facetas” desse objeto histórico, a da produção, tentando apreender como são construídos seus enredos e onde estão seus meandros. Sobre esse assunto, a análise dos conteúdos musicais pode nos fornecer inúmeras contribuições.

Aproximando-nos dos conteúdos musicais, percebemos que as coleções têm propostas semelhantes: propõem um ensino de música apoiado no tripé: alfabetização musical (nome das notas musicais, escalas, claves, figuras musicais,

nomes e famílias dos instrumentos musicais), história da música ocidental (baseada nos compositores canônicos da música de concerto) e o canto (com partituras do cancionero folclórico infantil brasileiro). Na coleção “Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica” (Cotrim, 1977; Cotrim, 1978), há um capítulo que traz Informações sobre música popular brasileira (compositores e intérpretes da época). No segundo volume da coleção, há um capítulo intitulado “Música brasileira”, dividido em: a contribuição indígena, a contribuição europeia, a contribuição negra.

A tônica do trabalho proposto é a abordagem teórica da música, com a presença de exercícios escritos. Não há, via de regra, propostas de apreciação musical, tampouco de prática musical, com exceção do canto (sempre apoiado por partituras musicais), que se faz presente em todas as coleções. As partituras apresentam apenas a linha melódica da canção proposta, sem acompanhamento instrumental, em forma de acordes ou cifras. Há presença dos hinos pátrios, no final dos volumes.

Isso se deve à tradição do canto, no ensino de música brasileiro. A educação musical foi, durante mais de um século, fortemente marcada pelo canto. Jardim ressalta que

A partir de 1961, a Lei de Diretrizes e Bases do Ensino, nº 4.024, de 20 de dezembro, retirou do currículo o Canto Orfeônico e instituiu a educação musical. Verifica-se a permanência da disciplina na forma de Música Vocal, Música ou Canto Coral, Canto Orfeônico e Educação Musical até a Lei 5.692, de 71 (Jardim, 2008, p. 17).

Em análise de um manual de Canto Orfeônico¹⁰⁵ de grande sucesso, Jardim destaca que

Cerca de 80% do livro aborda questões teóricas, históricas, biografias de músicos, estilos musicais, influências afro-ameríndia-européia na música brasileira; e a execução musical, propriamente dita, fica restrita ao repertório composto pelos hinos oficiais (Jardim, 2008, p. 253).

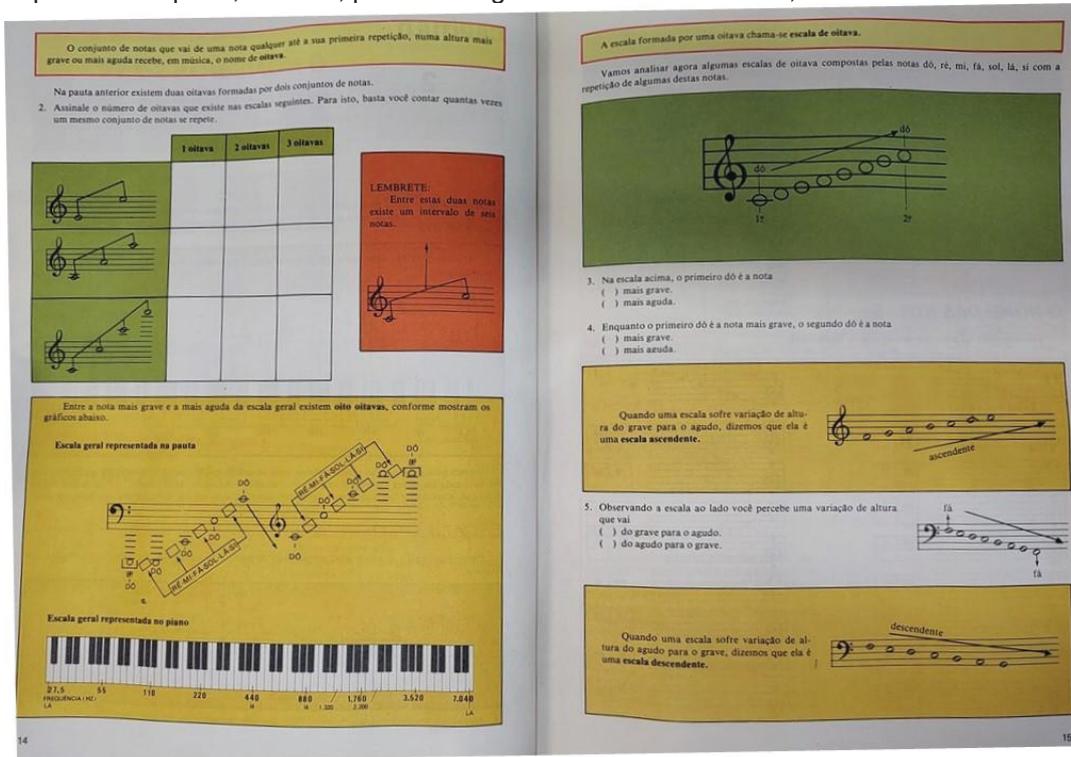
O referido manual foi editado até meados dos anos 1960¹⁰⁶, período em que o Canto Orfeônico já havia sido retirado do currículo pela LDB 4.024/1961, que instituiu a Educação Musical. “Isso demonstra que, mesmo estando oficialmente fora do currículo, o livro continuava a ser adotado e provavelmente as suas práticas realizadas” (Jardim, 2008, p. 254).

¹⁰⁵ Trata-se do manual **Elementos de Canto Orfeônico**, de Yolanda de Quadros Arruda, com 49 edições, na Coleção Livros Didáticos, até 1963, publicadas pela Companhia Editora Nacional (Jardim, 2008, p. 251).

¹⁰⁶ A partir de 1964, a obra passou a ser publicada pela Irmãos Vitale Editores (Jardim, 2008).

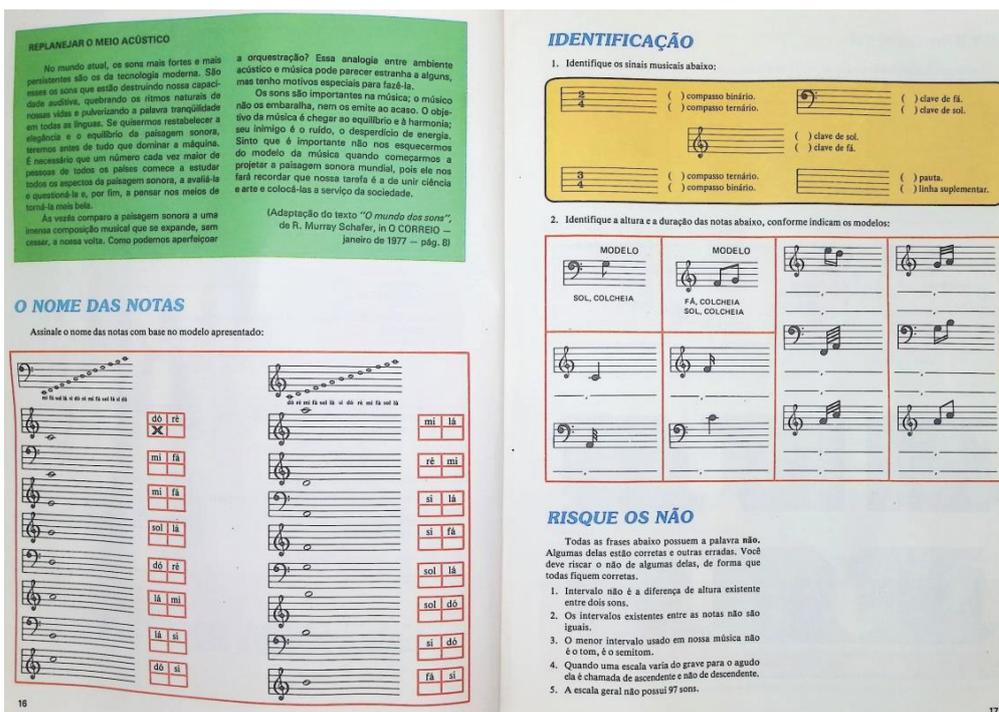
As Figuras 4 a 7 trazem imagens de conteúdos de duas coleções.

FIGURA 4 – Páginas 14 e 15 do volume 2 - coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística:** expressão corporal, musical, plástica: 1º grau. São Paulo: Saraiva, 1977.



Fonte: A autora (2024).

FIGURA 5 – Páginas 16 e 17 do volume 2 – coleção: COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística:** expressão corporal, musical, plástica: 1º grau. São Paulo: Saraiva, 1977.



Fonte: A autora (2024).

FIGURA 6 – Páginas 134-135 – coleção: FLEITAS, Orinaldo. **Comunicação pela arte.** 6ª série. São Paulo: FTD, 1978.

Modos da escala

CHAMAMOS MODO DA ESCALA A MANEIRA COMO ESTÃO DISTRIBUÍDOS OS TONS E SEMITONS NA ESCALA

A distribuição dos tons e semitons na escala diatônica pode ser feita de duas maneiras:

1 MODO MAIOR, como modelo temos a escala de DÓ MAIOR:

Veja que entre o 3.º e 4.º graus e o 7.º e 8.º graus estão os semitons. O modo maior é quase sempre alegre.

2 MODO MENOR, como modelo temos a escala de LÁ MENOR:

Os semitons estão entre o 2.º e 3.º graus e o 5.º e 6.º graus. O modo menor quase sempre é triste.

É SÓ CONSERVAR O RITMO

Os graus mais importantes na escala diatônica são:

- 1.º GRAU ou TÔNICA
- 4.º GRAU ou SUBDOMINANTE
- 5.º GRAU ou DOMINANTE

Estes 3 graus dão a TONALIDADE.

Os violonistas que só acompanham as músicas cantadas conhecem perfeitamente os **acordes tonais** ou **tríades harmônicas**. Os acordes tonais são formados sobre os 3 graus fundamentais (tônica, subdominante e dominante):

ESCALA DE DÓ MAIOR ACORDES DE DÓ MAIOR

Agora

ESCALA DE LÁ MENOR ACORDES DE LÁ MENOR

ATIVIDADES

- No modo maior, onde encontramos os meios-tons?
- No modo menor, entre que graus encontramos os semitons?
- Quais são os nomes dos graus musicais?
- A que chamamos graus conjuntos?
- Quais são os graus mais importantes? Que nomes recebem?
- Que são **tríades harmônicas**? Dê um sinônimo.
- Vamos lembrar alguns conhecimentos da 5.ª série. Para termos música precisamos de:
 - som musical;
 - ritmo: movimento ordenado dos sons;
 - melodia: seqüência dos sons formando sentido;
 - harmonia: sons simultâneos e combinados.
- Vamos cantar. É música folclórica: *Tororô* (conforme é cantado na foz do rio São Francisco, pesquisa de Alceu Maynard Araújo).

Fonte: A autora (2024).

FIGURA 7 – Páginas 144-145 - coleção FLEITAS, Orinaldo. **Comunicação pela arte.** 6ª série. São Paulo: FTD, 1978.

b) **dedilhados:**

O som é produzido pelas cordas acionadas com os dedos.

HARPA VIOLÃO GUITARRA PORTUGUESA BALALAICA

c) **belicados:** as cordas são tangidas pelo **plectro** (lâmina de chifre ou marfim).

BANDOLIM BANJO CAVAQUINHO CITARÁ

d) **percutidos:** pressionando o teclado, uns pequenos martelos de madeira batem nas cordas que produzem o som.

PIANO DE CAUDA PIANO

2 INSTRUMENTOS DE SOPRO

O ar vibra dentro do tubo produzindo o som musical. Quanto mais curto o tubo, maior será a vibração e o som musical será mais agudo. Pode ser de madeira ou metal.

a) **sopro direto:**

0,32 m
FLAUTIM FLAUTA GAITA DE BOCA FLAUTA DOCE

b) **de palheta** (temos instrumentos de madeira e metal):

PALHETA faz vibrar o ar dentro do tubo

A PALHETA é fixada na boquilha do instrumento

CLARINETE SAXOFONE OBÓE FAGOTE CORNE INGLÊS CONTRA-FAGOTE

outros instrumentos têm palhetas duplas

c) **de bocal:**

BOCAL CORNETA PISTÃO TROMPA TROMBONE TUBA

d) **de sopro mecânico:** os instrumentos têm foles que são acionados pelas mãos, pés ou eletricamente.

ACORDEÃO HARMÔNIO ÓRGÃO

3 INSTRUMENTOS DE PERCUSSÃO

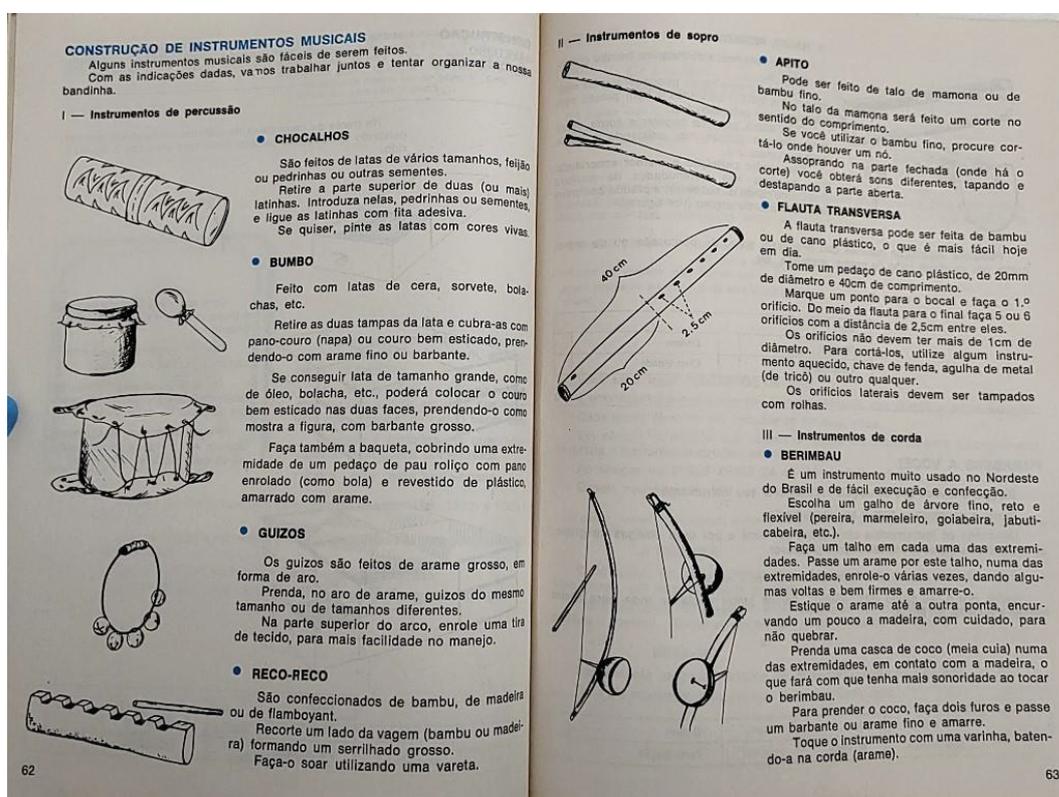
a) **sons indeterminados:**

PANDEIRO BOMBO PRATO CASTANHOLA TAMBOR RASO TRIÂNGULO

Fonte: A autora (2024).

Ainda com relação aos conteúdos de música abordados, a coleção “Educação Artística: estudo dirigido” é exceção. Nela, há uma proposta de construção de instrumentos musicais e atividades envolvendo criação e *performance* musical, conforme mostram as figuras 8 e 9. Essas páginas mostram a presença, mesmo que incipiente, das ideias das metodologias ativas de educação musical, que ganharam espaço, durante os anos 1950 e 1960 (Jardim, 2008).

FIGURA 8 - Páginas 62 e 63 do volume 1 (5ª série) da coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, Célia B. **Educação Artística: estudo dirigido** (expressão musical, expressão corporal, expressão plástica). São Paulo, IBEP: 197-?.



Fonte: A autora (2024).

FIGURA 9 - Página 31 do volume 1 (5ª série) da coleção WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, Célia B. **Educação Artística: estudo dirigido** (expressão musical, expressão corporal, expressão plástica). São Paulo, IBEP: 197-?.

OBA! MÚSICA! RITMO!

O ritmo apareceu de forma desordenada, com o bater dos pés e das mãos. Depois, as observações levaram à ordenação, o mesmo que você fez na atividade anterior de expressão corporal.

O ritmo é também chamado cadência e está em todas as coisas da natureza. Em nosso organismo (bater do coração), nas horas, no tempo, no desabrochar de uma flor, etc.

O ritmo, unido à música, deu origem à dança.

Treino de expressão artística.

I — Atividades

- Procure sentir a pulsação do coração, como um ritmo natural e ainda como um elemento de coordenação do corpo.
- Ouçã o tic-tac do relógio, relacionando este ritmo com o tempo.
- Ouvindo uma marcha, acompanhe o seu ritmo marcando os passos.
- Ouçã e acompanhe música simples — andando, estalando os dedos, batendo palmas, batendo o lápis na carteira, etc.

II — Unindo som e ritmo

Você se lembra dos sons que obteve quando fez aquela pesquisa sobre os sons que nos cercam?

Será capaz de reproduzi-los, na sala de aula, sem instrumentos musicais?

Vejam os:

- Cada grupo procure formar, com os objetos que possa utilizar, um conjunto que execute sons ritmados.
- Agora, ouvindo cada grupo, vamos formar uma seqüência que agrade: unindo os ritmos iguais e colocando em destaque os que se diferenciam.

Assim, os grupos A, B, C, D e E, formaram seus conjuntos. Os grupos A, B, e D têm ritmos parecidos e os grupos C e E se diferenciam.

Ao juntarmos a classe, ouviremos o grupo A, depois A e B, e em seguida A, B e D. A seguir ouviremos o grupo C, voltando aos grupos A, B e D, para finalizar com o grupo E (ou finalizar com A, A e B, e A, B e D).

Data	Ordem	
Participação	Criatividade	

31

Fonte: A autora (2024).

Por fim, gostaríamos de ressaltar dois aspectos observados, na análise das coleções dos anos 1970. O termo “expressão” tem forte presença: além de nominar as três áreas artísticas englobadas pela disciplina, aparece com frequência, no interior dos livros. Está presente em textos introdutórios e no interior de várias coleções, em diálogos de abertura de unidades e no enunciado dos conteúdos.

Porém, especialmente na ‘expressão musical’, o modelo proposto não prioriza a expressão dos estudantes por meio da música, dada a priorização de conteúdos e atividades teóricas, conforme já problematizado. Os conteúdos da área mostram fortes marcas de modelos de ensino musical do passado, com praticamente nenhuma presença das tendências pedagógicas do período.

Nesse contexto, os conteúdos musicais, fortemente marcados pela alfabetização musical, estruturação musical e leitura de partitura entram em contradição com o modelo de ensino polivalente e com o modelo de formação de professores em curso de Licenciatura em Educação Artística proposto pela lei nº 5.692/1971. O foco do conteúdo de música em alfabetização musical, canto e história da música de concerto sugere uma demanda por professores com formação específica na área, o que os cursos de Educação Artística não se mostraram capazes de formar.

3.3.3 ANOS 1980 E 1990: MONÓLOGO DAS ARTES PLÁSTICAS?

Apresentamos, aqui, uma análise geral das coleções publicadas nas décadas de 1980 e 1990. Reunimos duas décadas na mesma seção devido ao fato de as coleções de ambos os períodos terem características bastante semelhantes.

3.3.3.1 Formato e materialidade

Todas as coleções das décadas de 1980 e 1990 existentes na BLD são destinadas aos quatro anos finais do ensino de 1º grau (5ª a 8ª séries), aspecto que coincide com as coleções dos anos 1970 analisadas na seção anterior. Do total de nove coleções existentes na biblioteca, quatro coleções foram publicadas na década de 1980 e cinco, na década de 1990.

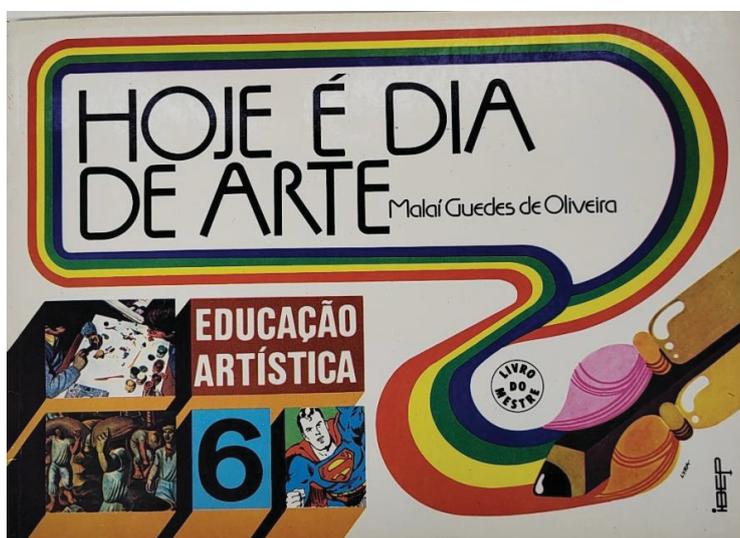
Apesar de se destinarem aos mesmos anos de escolaridade, notamos mudanças substanciais nos livros didáticos de Educação Artística desse período, em relação aos publicados nos anos 1970.

Quanto ao formato, todas as coleções dos anos 1980 e 1990 são compostas por um volume para cada série, somando quatro volumes por coleção. Os livros das coleções de ambas as décadas se apresentam na posição paisagem (horizontal), ao contrário dos anos 1970, em que os livros de todas as coleções apresentam a orientação retrato (vertical). Esta observação pode parecer banal, mas veremos que essa mudança está intimamente ligada às mudanças de conteúdo que encontramos nas coleções desse período.

Observamos outra mudança no formato e materialidade nas coleções da década de 1980: a divisão de cada volume em dois livros físicos, havendo dois cadernos por série: o livro-texto (não consumível) e o caderno de atividades (consumível). Como nos livros da década de 1970, o 'livro do mestre' continua igual ao livro do aluno, não tendo nenhum tipo de orientação ou texto dirigido ao professor.

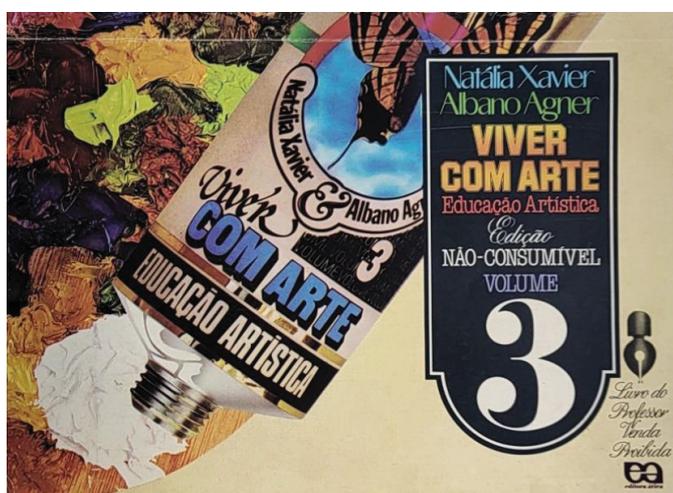
As figuras 10 e 11 mostram as capas dos livros do mestre de duas coleções dos anos 1980.

FIGURA 10 - Capa, vol. 6 da coleção OLIVEIRA, Malaí Guedes. **Hoje é dia de arte**. 5ª a 8ª série. São Paulo: IBEP, 198-?.



Fonte: A autora (2024).

FIGURA 11 - Capa, vol. 3 da coleção XAVIER, Natália; AGNER, Albano. **Viver com Arte (Educação artística)**. São Paulo: Ática, 1984.

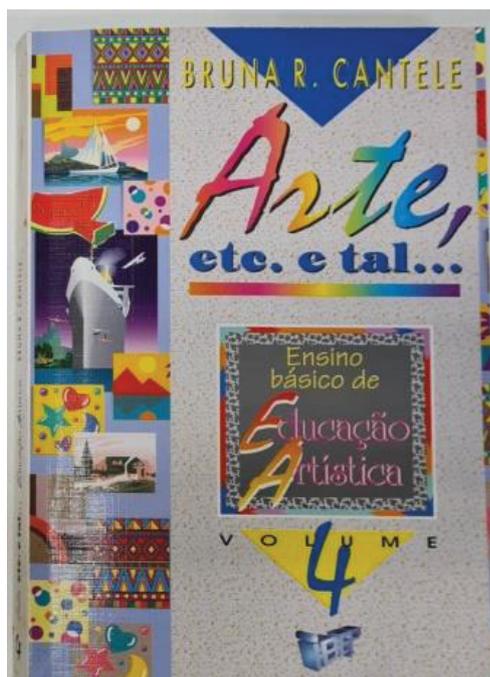


Fonte: A autora (2024).

Nota-se que não há uma padronização quanto à nomeação dos volumes, em relação à série para a qual os volumes se destinam. Na coleção “Hoje é dia de arte” (Oliveira, 198-?), no número 6 há indicação de que o volume destina-se à 6ª série, uma vez que se encontram quatro volumes na biblioteca, numerados de 5 a 8. Já a coleção “Viver com Arte” (Xavier; Agner, 1984) não faz menção entre o número do volume e a série para qual se destina. Concluímos que o livro da figura 11 destina-se à 7ª série, por ser o 3º de quatro volumes.

Nas coleções dos anos 1990, observamos o retorno ao formato dos livros da década de 1970, ou seja: um livro por volume, com apresentação de conteúdos e atividades no mesmo livro físico, sendo o mesmo consumível; além da orientação retrato (posição vertical). A figura 12 mostra a capa do volume 4 de uma das cinco coleções da década de 1990, do acervo da BLD.

FIGURA 12 - Capa, vol. 4 (8ª série) da coleção CANTELE, Bruna R. **Arte, etc e tal...** São Paulo: IBEP, 199-?



Fonte: A autora (2024).

3.3.3.2 Conteúdos propostos e a presença da educação musical

Com relação aos conteúdos das coleções das duas décadas, o que mais nos chamou a atenção é que os conteúdos de “expressão musical” e “expressão corporal” desapareceram das coleções. Nenhuma das nove coleções apresenta

conteúdos de educação musical, dança ou teatro. Abaixo, o índice do volume 3 da coleção “Viver com Arte” (Agner; Xavier, 1984) apresenta os conteúdos propostos.

FIGURA 13 - Índice, vol. 3 da coleção XAVIER, Natália; AGNER, Albano. **Viver com Arte (Educação Artística)**. São Paulo: ed. Ática, 1984.

ÍNDICE	
3 Apresentação	31 Pirâmides
4 Desenhar e pintar	32 Sólidos de revolução
6 Luz e cor – Disco de Newton	33 Esfera – Composição com esferas
7 Cores – Cores complementares	34 Perspectiva
8 Cores e formas – As cores na pintura	35 Perspectiva de prismas
9 Letras	36 Perspectiva de letras – Perspectiva de números
10 Números – Ornamentação	37 Luz e sombra – Sombra dos corpos
11 Letras com efeito de relevo – Letras ilustrativas	38 Caricatura
12 Ampliação – Redução	39 Balões
13 Ampliação e redução de figuras geométricas	40 Recursos gráficos
14 Painel	41 Onomatopéias
15 Circunferência – divisão	42 Tiras de humor – Interferência de quadrinhos
18 Polígonos estrelados	43 Colagem – Mosaico
20 Quadro de linhas	44 Mosaico de foto – Montagem com cartão-postal
21 Sólidos geométricos	45 Desenho a carvão – Desenho a bico-de-pena
22 Poliedros regulares	46 Pontilhismo – Aguada com nanquim
24 Jogo dos hexaedros – Quebra-cabeça	47 Vitral – Escultura com sucata
25 Ornamentação do tetraedro	48 Modelagem – Móbile
26 Ornamentação do hexaedro	49 Carrancas do São Francisco – Presépios paulistas
27 Ornamentação do octaedro	50 Galeria de arte: Os mestres da caricatura brasileira
28 Ornamentação do dodecaedro	52 Glossário ilustrado
29 Ornamentação do icosaedro	
30 Prismas	

Fonte: A autora (2024).

Notamos que, nessas coleções, o termo “expressão plástica” (presente nas coleções dos anos 1970), se dilui, sendo pouco utilizado. O nome da disciplina, Educação Artística, continua aparecendo como subtítulo das coleções, mas o termo “Arte” começa a aparecer nos títulos: “Viver com arte” (Xavier; Agner, 1984), “Hoje é dia de arte” (Oliveira, 198-?), “Arte e comunicação” (Fleitas, 1993), “Arte, etc e tal” (Cantele, 199-?) e “Atividades de Educação Artística” (Marchesi Jr, 1991-1994).

Esse momento parece ser o marco de uma mudança bastante importante na concepção de currículo da disciplina presente nos livros didáticos. Percebemos que, nessas coleções, os termos ‘Educação Artística’, ‘Arte’ e ‘Artes Plásticas’ começam a ser utilizados como sinônimos, pois segundo mostram os manuais aqui examinados, nesse momento a disciplina passa a abordar apenas a linguagem de Artes Plásticas. Algumas hipóteses que podem ser levantadas para esse marco da história da disciplina são fatores inter-relacionados.

Primeiramente, a análise dos conteúdos de música das coleções dos anos 1970 mostrou forte influência das tradições e práticas vigentes até então, na

educação musical brasileira, como o Canto Orfeônico. A forte presença da música mostrou também os ecos da Lei nº 4.043/61, que instituiu a disciplina de Educação Musical no currículo escolar. Porém, passados 10 anos da Reforma de 1971 (Brasil, 1971b) que retirou a disciplina do currículo, a área se enfraqueceu pela diluição dos seus conteúdos operada pelo ensino polivalente.

Outro fator a considerar é que os cursos de formação de professores de Educação Artística, instituídos pela Lei 5.692/71, não ofereciam uma formação satisfatória, na área de Música. E os professores especialistas formados anteriormente a 1971, em vista da retirada da disciplina de Educação Musical do currículo oficial, podem ter mudado seu foco de atuação da educação básica para escolas especializadas, como os conservatórios musicais. Não havendo professores com *expertise* interessados em lecionar Educação Artística, para ensinar música, a disciplina foi ficando carente de professores com essa formação.

Paralelamente, nesse período, a área de Artes Plásticas se fortaleceu. No ano 1987, foi criada a Federação dos Arte Educadores do Brasil (FAEB). “Nesse tempo se fortalece um movimento das Artes Plásticas generalizado, sob a denominação arte-educação – os professores são denominados arte-educadores”. (Subtil, 2011, p. 248). Sendo essa área artística preponderante, ela passa a predominar, no ensino de Educação Artística.

Por outro lado, surge o movimento pelo fim da polivalência, no ensino de Educação Artística, nos anos 1980, mesmo que timidamente. Segundo Subtil (2011), nesse período, “sob a ação do professor polivalente sem formação específica, esse ensino foi questionado por desconsiderar os conteúdos próprios de cada linguagem e a Arte como um campo com saberes historicamente constituídos”. (Subtil, 2011, p. 248).

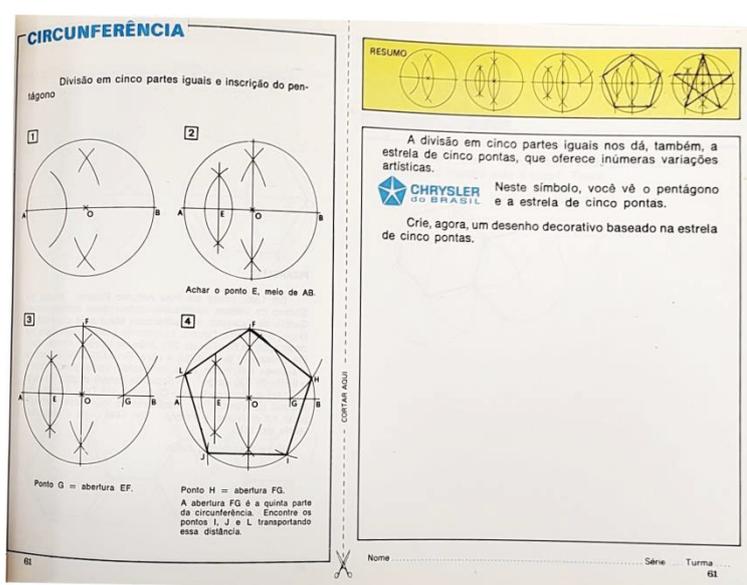
A Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) seria fundada apenas em 1991 e, somente em meados dos anos 2000, ganharia visibilidade com o movimento em prol da volta do ensino de Música, nas escolas. Adentrando os conteúdos das coleções observamos que, além da saída dos conteúdos das áreas de Música e Artes Cênicas, a própria concepção de trabalho visual sofre uma mudança consistente, centralizada nos conteúdos de Geometria aplicada e Desenho geométrico. Osinski e Cunha (2020) afirmam que “na educação brasileira, o século XIX marca o início de uma longa tradição, no contexto educacional, do desenho

vinculado a conteúdos artísticos por meio do ensino do Desenho geométrico” (Osinski; Cunha, 2020, p. 4).

A saída das outras expressões do currículo da disciplina é responsável pela mudança da orientação de retrato (vertical) para a posição ‘paisagem’, a fim de melhor atender às atividades de Artes plásticas, Desenho e Geometria aplicada (Desenho geométrico).

Os conteúdos de Desenho geométrico estavam presentes, nas coleções da década de 1970 mas, nas décadas de 1980 e 1990, esses conteúdos passaram a predominar, chegando, em alguns livros, a suplantarem os conteúdos de Artes Plásticas. A figura 14 ilustra esse ponto.

FIGURA 14 - Páginas 60-61 do vol. Nº 6 da coleção: OLIVEIRA, Malai Guedes. **Hoje é dia de arte.** 5ª a 8ª série. São Paulo: IBEP, 198-?.



Fonte: A autora (2024).

Por fim, gostaríamos de apontar um último aspecto comum às coleções aqui analisadas: a entrada de conteúdos de Comunicação. Uma das coleções leva a palavra no nome; “Arte e comunicação” (Fleitas, 1993). Independente do título, em praticamente todas, há conteúdos da área. Na figura 13, o índice do volume 3 da coleção “Viver com Arte” (Agner; Xavier, 1984) mostra as atividades da área presentes no livro: caricaturas, balões, recursos gráficos, onomatopeias, tiras de humor. A figura 15 traz um exemplo de atividade sobre logotipo de jornais. Sobre essa questão, Cunha e Osinski destacam que

a propulsão dada às imagens nesses impressos, em especial para o ensino de desenho e das demais linguagens da arte, também pode ser interpretada como vantagem. Para além do benefício de materializar para o aluno referências visuais, a valorização dos aspectos gráficos nos manuais potencialmente contribuiria para sua atualização, na medida em que estes se tornavam cada vez mais atraentes, pelo uso das formas e das cores, a uma geração marcada pelos estímulos visuais oriundos da fotografia, da publicidade, do cinema, da televisão ou das revistas em quadrinhos (Cunha; Osinski, 2020, p. 23).

FIGURA 15 - Página 34 do vol. 1 da coleção: XAVIER, Natália; AGNER, Albano. **Viver com Arte (Educação Artística)**. São Paulo: ed. Ática, 1984.



Fonte: A autora (2024).

3.3.4 ANOS 2.000: O COMEÇO DE UMA TRANSIÇÃO

Conforme indicado no início deste capítulo, no acervo da BLD, o conjunto de livros da primeira década dos anos 2.000, é formado por coleções destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental (1^a a 4^a série e, após 2006, 1^o ao 5^o ano) e aos anos finais (5^a a 8^a série e 6^o ao 9^o ano). Já a segunda década (2011 a 2020), caracteriza-se pela presença de coleções destinadas principalmente ao Ensino Médio, já como resultado da entrada da disciplina para os editais do PNLD, a partir de 2015.

Nessa seção, focalizaremos as coleções da primeira década dos anos 2.000. As coleções alvo desta análise foram publicadas entre os anos 2006 e 2010. O que

esse período tem de inédito, no acervo da BLD, é a presença de coleções dedicadas aos anos iniciais do ensino fundamental. Como se viu, até os anos 1990, os livros didáticos examinados se concentram no período da 5ª à 8ª série (Anos Finais).

Entendemos que essa ampliação na faixa etária dos livros didáticos relaciona-se com a implantação da LDB nº 9.494/1996, nos sistemas de ensino. A publicação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: Anos Iniciais e Finais (Brasil, 1997, 1998b) tem um papel bastante relevante, nesse processo.

Lembramos que o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCNs) são documentos de orientações curriculares que foram elaborados, após a LDB, com o objetivo de estabelecer um referencial curricular em âmbito nacional (Cavallini, 2012).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental são compostos por 10 (dez) volumes. “O sexto volume, referente à disciplina de Arte, além de caracterizar a área, seus objetivos e conteúdos, descreve quatro modalidades artísticas - artes visuais, dança, música e teatro – a serem contempladas no universo escolar” e desenvolve orientações curriculares gerais para cada uma delas (Cavallini, 2012, p. 27). Na seção dedicada à música

os conteúdos são apresentados a partir de tópicos, que são agrupados em três blocos principais, condizentes com os eixos norteadores¹⁰⁷: comunicação e expressão em música: interpretação, improvisação e composição (eixo produção); apreciação significativa em música: escuta, envolvimento e compreensão da linguagem musical (eixo fruição) e a música como produto cultural e histórico: música e sons do mundo (eixo reflexão) (Cavallini, 2012, p. 28).

A partir do RCNEI e dos PCNs, os estados e municípios formularam suas Diretrizes estaduais e municipais para a Educação. Além de nortear o currículo das redes de ensino, os mesmos foram utilizados como referencial pelas editoras, na produção de livros didáticos de Arte¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Os eixos norteadores a que a autora se refere são os “três eixos norteadores” do ensino de Arte estabelecidos nos PCNs: produção, fruição e reflexão.

¹⁰⁸ Em nossa experiência de autoria de livros didáticos de Arte para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, ambos os documentos foram utilizados como referencial para a elaboração do projeto político pedagógico da coleção e para a escrita dos conteúdos da disciplina. Eram utilizados pela editora contratante como praxe, nos manuais da disciplina de Arte.

3.3.4.1 Formato e materialidade

Apesar de haver, na amostra das coleções do início dos anos 2000, um maior número de coleções para aos Anos Iniciais, vamos ater nossa análise às destinadas aos Anos Finais, para efeito de comparação com as décadas anteriormente analisadas (70 e 80). O capítulo 5 também examinará uma coleção dos Anos Finais.

Tivemos acesso a duas edições de uma mesma coleção, a primeira foi editada em 2008 e a segunda, em 2009. A visualidade, formato e materialidade da coleção apresenta uma aproximação com o que foi se estabelecendo como a forma atual, de um modo geral: há um volume para cada série (ou ano), cada um é composto pelo livro do professor e do aluno, sendo o do aluno consumível, ou seja, mantem a característica das décadas anteriores.

Em relação ao livro do professor, notamos uma mudança substancial, em comparação com os livros dos anos 1990. Além da reprodução das páginas do livro do aluno, percebe-se uma preocupação crescente com a formação continuada do professor, de modo que o Livro do Professor vai ficando mais rico, contem orientações gerais de uso, proposta pedagógica da disciplina, além de orientações de encaminhamento das atividades e de ampliação de conhecimentos. É o começo de um novo modelo de Livro do Professor, que se tornará cada vez mais rico, complexo e espesso.

3.3.4.2 Conteúdos propostos e a presença da educação musical

Quanto aos conteúdos, de um modo geral, a exclusividade das Artes Visuais continua evidente. A coleção (destinada aos Anos Finais) contempla apenas a área de Artes Visuais, tendo sido escrita por uma única autora (Meira, 2008, 2009-2010). A segunda edição da coleção, publicada nos anos de 2009 e 2010 apresenta uma pequena mudança em relação à primeira: há no fim de cada volume um pequeno apêndice com algumas páginas dedicadas à Música. Cada volume da coleção é composto por oito unidades, intituladas “módulos”. No final do livro, após a oitava unidade, vem o anexo, intitulado “Rádix Musical” (em menção ao título da coleção), ocupando cerca de 10 páginas. Esse anexo foi escrito por um profissional da área de Música que é citado na apresentação do livro, porém não aparece como coautor da coleção.

A figura 16 mostra a segunda página do Sumário do volume 2 da coleção “Rádix” e o apêndice intitulado “Rádix Musical”.

FIGURA 16 - Segunda página do Sumário, da coleção: MEIRA, Beá. **Projeto Rádix: Arte** (6º, 7º, 8º, 9º ano). 2.ed., São Paulo: Ed. Scipione, 2009; 2010.

<p>MÓDULO 5</p> <p>Espaço e composição 78</p> <p>➔ Para começar 78</p> <p>10. Composição 79</p> <p>Atividades 85</p> <p>Atividade prática 13 — Experimentando composições 85</p> <p>11. Representação do espaço 86</p> <p>Atividades 91</p> <p>Atividade prática 14 — Desenho do exterior e do interior de uma caixa 91</p> <p>Lendo uma imagem 92</p>	<p>MÓDULO 6</p> <p>Textura e gravura 94</p> <p>➔ Para começar 94</p> <p>12. Textura e estampa 95</p> <p>Dicas — Aprendendo a fazer — Estampa 99</p> <p>Atividades 100</p> <p>Papel avulso — Fotagem 100</p> <p>Atividade prática 15 — Para criar uma estampa 100</p> <p>13. Gravura 101</p> <p>Atividades 106</p> <p>Dicas — Aprendendo a fazer — Carimbo de batata 106</p> <p>Atividade prática 16 — Carimbo de batata 106</p> <p>Lendo uma imagem 107</p>	<p>MÓDULO 7</p> <p>A escultura 108</p> <p>➔ Para começar 108</p> <p>14. Arte tridimensional 109</p> <p>Atividades 113</p> <p>Atividade prática 17 — Escultura de papel 113</p> <p>15. Montagens 114</p> <p>Atividades 117</p> <p>Papel avulso — Escultura de PET 117</p> <p>Lendo textos 118</p>	<p>MÓDULO 8</p> <p>Os objetos 120</p> <p>➔ Para começar 120</p> <p>16. Esculturas ou objetos? 121</p> <p>Atividades 125</p> <p>Atividade prática 18 — Proposta para o trabalho final 125</p> <p>Avaliação final 125</p> <p>Lendo uma imagem 126</p>
<p>Rádix Musical 127</p> <p>Navegando na internet 139</p> <p>Caderno de pesquisa visual 149</p> <p>Para saber mais 164</p> <p>Bibliografia 168</p>			

Fonte: A autora (2024).

Parece-nos evidente que o apêndice “Rádix Musical” foi adicionado à segunda edição da coleção, devido à promulgação da Lei nº 11.769/08 (Brasil, 2008), que tornou a Música conteúdo obrigatório da disciplina de Arte. Não há conteúdos de Dança, nem de Teatro em nenhuma edição da coleção, o que aponta também a importância da legislação educacional como peça chave no quebra-cabeça das mudanças curriculares.

Pelos aspectos aqui apresentados, observou-se a manutenção das Artes Visuais como componente exclusivo da disciplina de Arte nos livros didáticos da primeira década dos anos 2.000. O exame das coleções desse período mostrou também o começo de um movimento em direção ao retorno da Música aos livros didáticos da disciplina.

Por fim, não podemos negligenciar o fato de que, se nesse período havia, um déficit enorme de educadores musicais preparados para lecionar essa linguagem nas salas de aula, possivelmente maior era o déficit de autores habilitados a escrever a linguagem de Música dos livros didáticos de Arte. Na experiência na

autoria de livros didáticos entre os anos 2010 e 2017, ouvimos com certa frequência editores da cidade de Curitiba se referirem à dificuldade de encontrar autores para escrita da linguagem de Música, dada a complexidade que envolve a escrita de livros didáticos.

3.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Após analisar as coleções de livros didáticos de Educação Artística/Arte da Biblioteca do Livro Didático (BLDFE- USP), constatamos que há uma tradição na produção de manuais de Educação Artística/Arte, para o ensino de 1º grau/anos finais do ensino fundamental. Essa é a única fase do ensino para a qual sempre houve livros didáticos de Educação Artística/Arte, em todo o período de tempo abarcado neste trabalho.

Em segundo lugar, apontamos os anos iniciais do ensino fundamental, com produção bastante inferior aos anos finais, porém com leve presença nos anos 1970 e retorno ao mercado livreiro nos anos 2000, provavelmente em virtude das mudanças legislativas já comentadas, neste capítulo. Em terceiro lugar, vêm a educação infantil e o ensino médio.

Apesar de a educação infantil não estar contemplada no acervo da BLD, ganhou importância após sua inclusão na educação básica pela LDB 9.394/96 (Brasil, 1996) e passou a ser alvo da escrita de livros didáticos para ensino de Arte e Música para o mercado livreiro, que atende as escolas privadas. Tivemos a oportunidade de escrever livros didáticos de Arte para a educação infantil para uma editora de Curitiba que é também um 'sistema de ensino'¹⁰⁹.

Salientamos que o princípio dos 'sistemas de ensino' vai além de coleções coordenadas dentro de um mesmo conceito editorial, envolvendo também um conjunto de ações diretas nas escolas e/ou nas secretarias municipais de educação em que os materiais são adotados, incluindo formação continuada de professores, processos avaliativos, etc. Destaca-se ainda o volumoso recurso financeiro envolvido na contratação dos 'sistemas de ensino'. Os 'sistemas de ensino' ou "sistemas estruturados de ensino" serão abordados no próximo capítulo, quando

¹⁰⁹ Trata-se da Ed. Positivo e do Sistema Positivo de Ensino.

discorreremos sobre os rumos do Programa Nacional do Livro Didático, no século XXI.

O ensino médio, apesar de estar contemplado no acervo da BLD, aparece como a fase do ensino com menos coleções e todas foram produzidos para os Editais do PNLD.

Quanto à presença da educação musical nas coleções do acervo, fica evidente uma forte presença, nos livros editados nos anos 1970 e seu desaparecimento, a partir dos anos 1980 e por mais de 20 anos. As coleções analisadas evidenciam também que, apesar da LDB 9.394/96 determinar a divisão da disciplina de Arte em quatro linguagens, nada mudou com relação à exclusividade das Artes Visuais, na produção de livros didáticos, por cerca de 10 anos, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse sentido, as coleções da biblioteca também revelam o papel da Lei nº 11.769/08 (Brasil, 2008) como impulsionadora do início do retorno da Música aos livros didáticos de Arte, assim como as outras linguagens artísticas. Mais adiante veremos qual o papel do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), nesse movimento.

Até o momento, vimos que há fatores internos e externos, no processo de construção das disciplinas escolares e das mudanças curriculares (Santos, 2008). Os capítulos anteriores trouxeram os fatores externos: sociais, políticos e culturais. Neste capítulo, por meio da análise de livros didáticos, pudemos observar também como alguns fatores internos da área de Música operaram, em seu processo de escolarização, por meio de mudanças e permanências de antigos paradigmas do ensino musical, ao longo do período examinado. Nesse processo, os livros didáticos mostram-se como importante testemunho, na construção dessa área do conhecimento, dentro do currículo escolar.

Após mapear e analisar o conjunto documental dos livros de Artes da BLD, constatamos ser premente a criação de outros acervos de livros didáticos, dada a carência desses acervos, no Brasil. Sendo um país de dimensões continentais e com grande diversidade cultural, isso impacta a produção de materiais educativos em geral e os de Arte, em especial.

Além das coleções destinadas ao PNLD e das produções editoriais circulantes em todo o território nacional, há diversos materiais e livros escolares produzidos regional e localmente. Há materiais produzidos por e para Secretarias

Estaduais e Municipais de Educação e destinados ao uso nessas redes de ensino. Esses materiais foram impulsionados pela lei nº 11.769 (Brasil, 2008). Seria desejável que eles também pudessem ser preservados, catalogados e disponibilizados para consulta e pesquisa.

Com relação à educação musical, percebemos que ela poderia estar mais presente, no acervo da BLD e, quiçá, em outros acervos de livros didáticos. Essa realidade pode ser explicada pela compreensão de que essa área do conhecimento como definitivamente integrante da educação básica, ser um processo ainda em curso.

Outra explicação pode residir na dificuldade de se organizar categorizar e catalogar materiais específicos da área, como as partituras musicais, por exemplo. Acreditamos que o incremento das pesquisas em arte-educação e educação musical com foco nos manuais escolares de Arte e de Música pode impulsionar essas mudanças.

CAPÍTULO 4 - O PNLD NO SÉCULO XXI

Neste capítulo, discorreremos sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), num período mais recente. Desde sua criação, o programa passou por inúmeras transformações, sendo considerado um dos maiores programas estatais de compra e distribuição de material didático do mundo.¹¹⁰

Na primeira seção do capítulo, apresentaremos os rumos do programa no período entre os anos 2000 e 2020. Na seção seguinte, mostraremos como é o funcionamento do PNLD hoje, desde o lançamento do edital até a distribuição dos materiais, a fim de que se compreenda o que é feito para que milhões de livros cheguem às escolas públicas, anualmente. Discorreremos também sobre os diferentes materiais que o programa engloba, analisando sua complexa logística, que vai da seleção dos livros pelo Programa, à escolha por parte das escolas e sua distribuição.

Na terceira e última seção, abordaremos o importante marco: a entrada da disciplina de Arte, no programa. Por fim, exibiremos as coleções de Arte aprovadas desde a sua entrada, onde figura a coleção “Por toda parte” (Ferrari; Utuari, 2018), que será analisada, no próximo capítulo.

4.1 PNLD NOS ANOS 2000: CONSOLIDAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MUDANÇAS RECENTES

Conforme apontado no capítulo 1, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi fundado no ano de 1985, em substituição ao Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), em vigor desde 1971.

Após as alterações efetuadas nos anos 1990, o início dos anos 2000 configurou-se como um período de consolidação, crescimento e de seu estabelecimento como política de Estado. Naquele momento, o PNLD configurava-se como um programa de seleção, compra e distribuição de livros didáticos, que envolvia volumosas cifras, devido ao seu alcance universal.

¹¹⁰ É difícil estimar corretamente essa comparação pela falta de estudos comparativos com dados atualizados. Garcia e Melo (2024) citam estudo de 2005 que colocou o programa brasileiro como 3º maior do mundo, mas o programa brasileiro ampliou muito seu alcance nos anos seguintes.

De modo geral, essa é a conjuntura que consolidou o governo brasileiro como o maior comprador de livros do país [...] e o ramo dos didáticos como o mais rentável no mercado nacional dos livros (Cassiano, 2014, p. 376).

Quanto ao processo avaliativo, o PNLD foi consolidado no ano de 2001 por meio da elaboração do documento intitulado “Recomendações para uma política de livros didáticos”. O documento resultou de um evento organizado pelo Ministério da Educação, que reuniu gestores de políticas públicas, pesquisadores das universidades brasileiras, editores e autores de livros didáticos. As recomendações identificaram novos desafios decorrentes do processo avaliativo, indicando novos caminhos para o aperfeiçoamento da política de materiais didáticos. “Esse processo evolutivo refletiu um esforço contínuo para melhorar a qualidade dos materiais oferecidos a professores e alunos” (Chaves, 2024, p. 37).

No mesmo ano, o PNLD passou a ser organizado por meio de edital público, em todo o processo, desde a avaliação até a aquisição e distribuição. A esse respeito, o pesquisador Edilson Chaves afirma que a “organização do processo de avaliação, aquisição e distribuição por meio de edital público promoveu uma maior transparência e equidade ao permitir a inclusão de novos materiais, além dos já consolidados pelo mercado” (Chaves, 2024, p. 38).

Desde então, os editais ocorrem em anos alternados, de acordo com a fase da educação básica atendida. Lembramos que, desde sua implantação em 1996, a avaliação prévia estivera sob responsabilidade da Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação (SEF-MEC) e vinha sendo feita por equipes de avaliadores organizadas por área de conhecimento. Em 2002 foi implantado um novo sistema de avaliação dos livros submetidos ao edital, passando a ser feita análise por equipes de avaliadores vinculados a universidades de diferentes regiões brasileiras.

Em 2004 foi implantado o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), por meio da Resolução nº 38 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2003). Foi iniciado o projeto piloto de fornecimento de livros escolares aos estudantes do Ensino Médio regular em escolas públicas, coerente com o propósito de extensão e universalização do PNLD. Inicialmente, sua implantação ocorreu em parte das escolas dos estados da região Norte e Nordeste e incluiu as disciplinas de Português e Matemática (Chaves, 2024).

Entre os anos 2004 e 2009 o Programa foi se expandindo para alcançar os estudantes das três séries do Ensino Médio. Foi ampliado gradualmente para todas as regiões brasileiras e passou a incorporar as demais disciplinas, com exceção de Arte.

No ano de 2009 o Ministério da Educação lançou o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), definido pela Resolução nº 51, de 16 de setembro (Brasil, 2009). Em 2011, foi publicado o primeiro Edital PNLD EJA, com a avaliação das obras didáticas para a EJA, da Alfabetização aos Anos Finais do Ensino Fundamental. No Edital de 2014, houve a inclusão de coleções voltadas para o Ensino Médio e a inserção de materiais virtuais como objeto de análise. A criação do PNLEM e do PNLD EJA promoveu um crescimento ainda maior do PNLD.

Em 2010, por meio do Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro (Brasil, 2010), o PNLD consolidou-se como política de Estado. O Decreto abarca os programas de material didático vigentes: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

No artigo 6º, o Decreto estabelece que “os livros didáticos serão escolhidos pelas escolas, enquanto os dicionários e materiais de apoio à prática educativa serão selecionados pelo Ministério da Educação” (Brasil, 2010, Art. 6º, § 1º).

E determina que

O processo de avaliação, escolha e aquisição das obras dar-se-á de forma periódica, de modo a garantir **ciclos regulares trienais** alternados, intercalando o atendimento aos seguintes níveis de ensino: (revogado) O processo de avaliação, escolha e aquisição das obras dar-se-á de forma periódica, de modo a garantir ciclos regulares trienais alternados, intercalando o atendimento aos seguintes níveis de ensino:

I - 1o ao 5o ano do ensino fundamental;

II - 6o ao 9o ano do ensino fundamental; e

III - ensino médio (Brasil, 2010, Art. 6º, § 2º, grifo nosso).

No ano de 2013 foi lançado o primeiro edital do PNLD com participação da disciplina de Arte, um importante marco. A questão será abordada na última seção deste capítulo.

A última mudança significativa do PNLD a ser destacada ocorreu no ano de 2017, com o Decreto nº 9.099, de 18 de julho (Brasil, 2017), que revogou inteiramente o Decreto nº 7.084, de 27 de janeiro de 2010 (Brasil, 2010), introduzindo importantes mudanças.

Uma das principais modificações consistiu na unificação das ações de aquisição e distribuição de livros didáticos e literários, que antes eram atividades separadas gerenciadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Com isso, alterou-se a denominação do Programa, que passou para Programa Nacional do Livro e do Material Didático (mantendo-se a sigla PNLD).

O Decreto nº 9.099/2017 também aumentou a abrangência das instituições educacionais atendidas, incluindo “instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.” (BRASIL, 2017, Art. 1º).

Além das instituições atendidas, o Decreto alterou o escopo dos materiais por ele abarcados. Chaves aponta que “não só o nome foi alterado, mas todo o programa foi significativamente expandido. Esta expansão contempla a inclusão de uma diversidade de materiais que oferecem suporte à prática educativa – muito além dos livros didáticos” (Chaves, 2024, p.39). Sua abrangência é apresentada no Artigo 1º do Decreto:

Art. 1º O Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD, executado no âmbito do Ministério da Educação, será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.
§ 1º O PNLD abrange a avaliação e a disponibilização de obras didáticas e literárias, de uso individual ou coletivo, acervos para bibliotecas, obras pedagógicas, *softwares* e jogos educacionais, materiais de reforço e correção de fluxo, materiais de formação e materiais destinados à gestão escolar, entre outros materiais de apoio à prática educativa, incluídas ações de qualificação de materiais para a aquisição descentralizada pelos entes federativos (Brasil, 2017, Art. 1º).

Como o parágrafo acima destacado revela, o Decreto envolve alterações no conteúdo dos livros que chegarão às escolas, possibilitando a entrada de variados tipos de novos produtos, como materiais didáticos, de formação, de apoio à prática e destinados à gestão, *softwares*, entre outros.

Caimi (2018) alerta que o Decreto, ao incluir no Programa “outros materiais de apoio à prática educativa” (Brasil, 2027, Art. 1º), vislumbra

a abertura da possibilidade de o Estado brasileiro adquirir e distribuir os chamados sistemas estruturados de ensino (ou sistemas apostilados, como usualmente se diz), numa associação estreita com os grandes grupos privados, conhecidos pelas práticas de mercantilização da educação (Caimi, 2018, p. 27).

Cassiano (2020) alega que o Decreto possibilitou a entrada de sistemas estruturados de ensino, que consistem em um “pacote” composto de material didático apostilado (sem autoria), formação de professores e todo o currículo organizado, inserindo uma nova gama de interesses comerciais no âmbito educacional.

Esses materiais que, ao contrário dos livros didáticos, não são submetidos ao processo de seleção do PNLD, concorrem com as coleções inscritas e selecionadas pelos Editais do programa, pois foram legitimados pelo Decreto 9.099/2017.

A abertura dada pelo programa para a compra de materiais didáticos e, especialmente, para a possibilidade de contratação de serviços educacionais causou várias distorções do ponto de vista das políticas públicas e do bom destino dos recursos públicos. As compras incluem materiais pedagógicos que não passam pelo crivo de análises independentes, bem como assessoria pedagógica ao município.

No estado de São Paulo, nos últimos anos, várias prefeituras adquiriram sistemas de ensino com recursos próprios, abrindo mão dos livros didáticos do PNLD, que chegariam sem nenhum custo ao município. A esse respeito, O Decreto 9.099 estabelece, no 3º parágrafo do artigo 22 que “As redes de ensino federal, estaduais, municipais e distrital, que não desejarem receber materiais didáticos no âmbito do PNLD, deverão solicitar exclusão do Programa na forma e no prazo definidos em Resolução do FNDE.” (BRASIL, 2017, art. 22).

Mais recentemente, o Decreto nº 12.021/2024 (Brasil, 2024) complementa, em seu artigo 7º, que “A exclusão do PNLD de que trata o 3º parágrafo do 3º implicará o não recebimento de recursos didáticos pelas instituições de ensino do ente federativo e pelas bibliotecas nele situadas.” (BRASIL, 2024, Art. 7º, §3º).

Cassiano conclui, apontando que, na comercialização dos sistemas de ensino, a negociação é feita diretamente pelos grupos editoriais com as prefeituras e pagas com verba do município. “Por vezes, os municípios se valem de todos os seus

recursos para a educação com a compra de um sistema de ensino, sendo praticamente uma terceirização do setor na escola pública”. (CASSIANO, 2020, s/p.).

O Decreto alterou também os ciclos de atendimento (avaliação, escolha e aquisição) do Programa que, até então, ocorriam a cada três anos e passaram para ciclos quadrienais. Além disso, ampliou o atendimento do Programa, incluindo instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (Brasil, 2017, Art. 1º, *caput*).

Outra mudança trazida pelo “novo” PNLD e alvo de críticas diz respeito ao processo de escolha dos livros por parte do professor e da escola. Vimos acima que o artigo 6º do Decreto nº 7.084/2010 garantia que os livros didáticos fossem escolhidos livremente pela escola, levando em consideração suas especificidades e proposta pedagógica. O Decreto nº 9.099/2017 permitiu a possibilidade de escolha única para toda a rede de ensino. Ou seja, as secretarias municipais e estaduais de Educação podem constituir comissões para a seleção dos livros didáticos e essas podem realizar a escolha para todo o colegiado da cidade ou do estado.

Segundo Chaves, “essa mudança limita a autonomia das escolas e dos professores na seleção do material mais adequado às suas necessidades, podendo levar a uma uniformização do ensino” (Chaves, 2024, p. 40). Nossa experiência recente corrobora com a afirmação do autor. Em conversa com duas professoras de Arte dos anos finais do ensino fundamental, no estado do Paraná sobre a escolha dos livros didáticos do PNLD 2020 e 2024, ambas afirmaram que a escolha do livro não está sendo feita por elas. E sim por instâncias superiores da gestão educacional, como a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação.

Além das questões acima arroladas, o Decreto nº 9.099/2017 (Brasil, 2017) redimensionou a avaliação, retirando das Universidades Públicas a condução do processo de avaliação. Seu artigo 10 determina que “A avaliação pedagógica dos materiais didáticos no âmbito do PNLD será coordenada pelo Ministério da Educação...” (Brasil, 2017, Art. 10).

Caimi argumenta que

Essa alteração confere prejuízo ao processo avaliativo, na medida em que destitui o papel da universidade pública, cuja competência na produção intelectual de caráter teórico-metodológico e na formação de professores é amplamente reconhecida.

Ademais, faz incidir mais fortemente sobre o PNLD as demandas imediatistas e as pressões mercadológicas pela disputa em torno dos recursos públicos, o que pode levar à maior flexibilização de critérios quanto à qualidade do livro e do material didático (Caimi, 2018, p. 29).

Em reflexão sobre as mudanças provocadas pelo Decreto nº 9.099/2017, Chaves pondera que as críticas feitas ao Decreto “ressaltam a importância de um equilíbrio cuidadoso entre a modernização dos programas educacionais e a preservação dos princípios fundamentais que regem a educação brasileira” (Chaves, 2024, p. 40).

Completando nossa análise do desenvolvimento recente do Programa, nas duas primeiras décadas do século XXI, observa-se uma reversão de tendência. No fim do século XX e nos primeiros anos do século XXI, o PNLD se tornou o marco de um processo de implantação de políticas públicas democráticas para ampliação do acesso e melhoria da qualidade de uma educação básica pública e universal. Alçou status de Programa de Estado, atravessando diferentes governos, de variadas tendências político-partidárias.

Após 2017, foi alvo de um desmonte de alguns aspectos do Programa que visavam garantir maior lisura ao processo, com medidas que favoreceram interesses empresariais em conluio com gestores públicos de cargo comissionado, abrindo canais para que interesses privados se sobrepujassem aos interesses públicos e diminuindo o controle e a participação social no processo.

4.2 PNLD HOJE: O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA, DO EDITAL À APROVAÇÃO

Desde a entrada da disciplina de Arte para o PNLD, esta já participou de 10 editais do programa, entre os anos de 2013 e 2024. Em cada ano, uma fase da educação básica é atendida. Como vimos, o ciclo de uso dos livros do programa seguia em períodos de três anos e o Decreto nº 9.099/2017 (BRASIL, 2017) aumentou o período para quadrienal.

Desse modo, as escolas utilizam a coleção escolhida para cada etapa educacional pelo período de quatro anos, depois a descarta. Vale lembrar que hoje, a maioria¹¹¹ dos livros didáticos do PNLD não são consumíveis e os estudantes que os utilizam são orientados a bem conservá-los, pois no ano seguinte serão utilizados por outros, até que se encerre o ciclo de quatro anos. Todos os títulos são entregues pelo FNDE como ‘doação com encargos’. Isso quer dizer que as escolas têm a responsabilidade de zelar pela utilização e preservação, além de garantir que o aluno devolva o livro reutilizável ao fim do ano, desde que ainda dentro do ciclo ¹¹².

O PNLD distribui obras didáticas e paradidáticas (literárias) todos os anos, alternando os níveis da educação focalizados pelos editais. O ciclo do PNLD é competência e responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB) do MEC, em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Periodicamente são publicados editais em que são convocados os detentores de direitos autorais para inscrever as obras que serão avaliadas para participar do Programa. Desde que entrou para o PNLD, a disciplina de Arte foi contemplada pelos dos seguintes editais:

Ensino médio (EM): 2015, 2018, 2021.

Anos iniciais do ensino fundamental (AIEF): 2016, 2019, 2023.

Anos finais do ensino fundamental (AFEF): 2017, 2020, 2024.

O quadro 1 mostra todas as etapas de execução do programa, de forma detalhada. Selecionamos aqui as três principais etapas do programa: 1) Edital, 2) Avaliação pedagógica e 3) Escolha.

¹¹¹ Quanto aos livros didáticos de Arte, há exceções: os livros destinados aos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental e aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA) são descartáveis. Ou seja, os alunos fazem exercícios e atividades no próprio livro e recebem volumes novos, anualmente.

¹¹² Orientações encontradas no site da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. www.pnld.fnde. Acesso em 18 jun. 2025.

- 1) **Edital:** o PNLD lança um edital público, por meio do qual as editoras podem inscrever suas coleções para a avaliação prévia. Coleção corresponde ao conjunto de livros da editora para cada etapa da educação, em cada conteúdo curricular. Os editais do PNLD são separados por etapa da educação básica, acontecendo em anos distintos, para cada etapa (ensino médio, anos finais do ensino fundamental, anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil).
- 2) **Avaliação pedagógica:** o processo de avaliação é coordenado pelo Ministério da Educação. Esse processo de seleção já teve diversos formatos, passando pela coordenação de Universidades Federais e atualmente é centralizado na Coordenação Geral de Materiais Didáticos (CGMD) do MEC. O decreto nº 9.099 de 2017 trouxe mudanças no formato das equipes (BRASIL, 2017). Atualmente, “para realizar a avaliação pedagógica, serão constituídas equipes de avaliação formadas por professores das redes públicas e privadas de ensino superior e da educação básica.” (BRASIL, 2017).
- 3) **Escolha:** após a avaliação pedagógica, as coleções aprovadas (e seus resumos) são publicadas no *Guia do PNLD*. Os professores das escolas públicas (ou a Secretaria de Educação, como vimos), com base no Guia do PNLD, escolhem as coleções para seus componentes curriculares, que serão utilizadas nos próximos quatro anos¹¹³. Por fim, os diretores das escolas registram no site do FNDE - MEC as coleções escolhidas por seu corpo docente (ou já previamente escolhidas pela Secretaria).

Os editais do PNLD deixam claros os “critérios eliminatórios comuns”, ou seja, o que elimina uma coleção, no momento da seleção das obras que entrarão para o programa nos próximos quatro anos. Ao observarmos os editais da disciplina de Arte desde 2015 até os dias atuais, constatamos que, no meio desse percurso, houve a finalização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A formulação da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) foi uma exigência legal prevista pela LDB de 1996 e concretizada somente após mais de 20

¹¹³ Inicialmente os livros escolhidos eram utilizados por três anos. A mudança de três para quatro anos foi determinada pelo Decreto n. 9.099 (BRASIL, 2017). Todos os Guias do PNLD ficam disponíveis para consulta pública e podem ser acessados no site do FNDE (MEC). <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-pnld>. Acesso em 10/08/2021.

anos. Foi alvo de discussões acaloradas por parte das várias áreas de conhecimento, inclusive a de Arte, durante os anos do processo de escrita e passou por várias revisões até sua conclusão. Independente do grau de aprovação dos diferentes atores da área de Educação, hoje ela deve ser seguida e referenciada, em todos os âmbitos do sistema educativo, assim como na produção dos livros didáticos.

Além de representar um marco importante para a educação nacional, pode-se dizer que a BNCC também impactou significativamente a produção de livros didáticos de Arte. Após sua homologação, um dos objetivos do PNLD passou a ser apoiar sua consolidação através do diálogo entre os livros didáticos e a BNCC. Outro ponto a ser destacado é que o avanço das tecnologias da informação também trouxe importantes mudanças ao programa, que passou a solicitar às editoras participantes a produção de outros recursos educacionais, além dos tradicionais livros físicos. A partir do Edital de 2019, o programa passou a adquirir os livros em formato digital, que permitem uma maior interação com os estudantes, possibilidades de recursos multimodais¹¹⁴, além de recursos de acessibilidade (atingindo também estudantes com necessidades especiais). Esses materiais são disponibilizados no Portal do Livro Digital¹¹⁵.

Desta forma, os materiais produzidos, atualmente, vão muito além dos livros físicos. A inclusão dessas novas ferramentas trouxe mais complexidade à produção dos materiais para autores e editoras, pois precisam produzir um grande volume de informações, em distintos formatos e para diferentes públicos: estudantes, professores e gestores.

Além do livro digital, as editoras hoje produzem os Recursos Educacionais Digitais (REDs), para reforço da aprendizagem. Muitas dessas ferramentas são disponibilizadas em portais educacionais de acesso restrito às escolas. Produzem também obras pedagógicas de formação continuada para professores e gestores. Com tanta variedade de materiais a serem produzidos para os diferentes atores educacionais, a partir do PNLD 2021, os diferentes tipos materiais passaram a ter distintas fases de escolha e distribuição, num complexo cronograma. Eles são denominados “objetos”. Por exemplo, os livros paradidáticos têm calendário próprio,

¹¹⁴ Os recursos multimodais são aqueles que contêm, simultaneamente, vários meios (modalidades) de comunicação. Por exemplo: texto escrito e imagem, podendo ser acrescentados sons e gestos. As linguagens devem estar articuladas, de forma a contribuir para a construção de significado do texto.

¹¹⁵ <https://pnld.fnde.gov.br>

o PNLD Literário. Há outros materiais distribuídos pelo PNLD, que seguem também um calendário distinto.

Os objetos do PNLD referem-se às diversas fases de escolhas (de distintos tipos de material didático), em que gestores e educadores precisam decidir quais livros didáticos, obras literárias e materiais complementares, entre outros recursos educacionais, irão utilizar no período referente à edição do PNLD.¹¹⁶ Cada “objeto” tem um cronograma de escolha e as escolas têm que dominar esses prazos para solicitação. O número de objetos varia de um edital para outro.

A título de exemplo, o PNLD 2021 envolveu cinco objetos (ou fases): Objeto 1: Projetos Integradores e Projeto de Vida; Objeto 2: Obras didáticas¹¹⁷ por área do conhecimento do ensino médio; Objeto 3: Obras de formação para professores e gestores do ensino médio; Objeto 4: Recursos digitais; Objeto 5: Obras literárias para o ensino médio.

O PNLD 2023 teve quatro objetos: Objeto 1: Obras didáticas por área do conhecimento para os anos iniciais do ensino fundamental; Objeto 2: Obras didáticas de Práticas e Acompanhamento da aprendizagem; Objeto 3: Obras Literárias; Objeto 4: Obras Pedagógicas para professores e gestores dos anos iniciais do ensino fundamental e Recursos Educacionais Digitais (REDs).

O PNLD 2024 teve três objetos: Objeto 1: Obras didáticas por área do conhecimento para os anos finais do ensino fundamental; Objeto 2: Recursos Educacionais Digitais (REDs); Objeto 3: Obras literárias.

O quadro 1 apresenta cada etapa de execução do Programa de forma detalhada.

¹¹⁶ Extraído do site da Editora FTD, em: <https://pnld.ftd.com.br/noticias/entenda-os-objetos-do-programa-nacional-do-livro-didatico-pnld/>. Acesso em 01 jul. 2024.

¹¹⁷ Esse objeto refere-se aos livros didáticos propriamente ditos (de cada disciplina ou área do conhecimento), nominados como “obras didáticas”, nos Guias Digitais do PNLD.

QUADRO 1: Etapas de execução do PNLD

1. Adesão: as escolas que desejam participar do PNLD devem manifestar o interesse formalmente através do termo de adesão. Sempre observando os prazos, normas, obrigações e procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC).
2. Editais: são publicados no Diário Oficial da União e disponibilizados no portal FNDE na internet.
3. Inscrição das editoras: os editais determinam o prazo e os regulamentos para a inscrição das obras pelas editoras – que só têm permissão de falar sobre as obras inscritas após a aprovação pelo MEC.
4. Triagem e Avaliação: para constatar se as obras inscritas se enquadram nas exigências técnicas e físicas do edital, o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT) realiza uma triagem. Os livros selecionados são encaminhados à Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC), responsável pela avaliação pedagógica, que analisam e elaboram as resenhas dos livros aprovados, compondo o guia de livros didáticos.
5. Guia do livro (atual Guia Digital): material que orienta a escolha do livro e pode ser consultado no portal on-line do FNDE.
6. Escolha: após aprovação, os diretores e professores analisam e escolhem os livros através de um processo democrático.
7. Pedido: a formalização da escolha dos livros é feita via internet. O FNDE envia uma senha às escolas e elas fazem a escolha on-line, por meio de um aplicativo específico, disponibilizado no portal do FNDE.
8. Aquisição: com a compilação dos pedidos realizada, o FNDE inicia o processo de negociação com as editoras.
9. Produção: concluída a negociação, o FNDE firma contrato e define a quantidade de livros que devem ser produzidos e os locais de entrega. Esse processo tem supervisão dos técnicos do FNDE.
10. Análise de qualidade física: o IPT também acompanha o processo de produção, sendo responsável pela coleta de amostras e análise das características físicas dos livros de acordo com as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), normas ISO e manuais de procedimentos de ensaio pré-elaborados.
11. Distribuição: os livros são entregues por meio de um contrato entre o FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que leva os livros diretamente da editora para as escolas.
12. Recebimento: Os livros chegam às escolas entre outubro do ano anterior ao atendimento e o início do ano letivo. Nas zonas rurais, as obras são entregues nas sedes das prefeituras ou das Secretarias municipais de educação, que devem efetivar a entrega dos livros; nas escolas.

Fonte: A autora (2024)¹¹⁸

¹¹⁸ Informações fornecidas por Ed. Moderna <https://pnld.moderna.com.br/modernaexplica-em/pnld-entenda-como-funciona/> Acesso em 01 jul.2024

4.3 A ENTRADA DA DISCIPLINA DE ARTE E AS COLEÇÕES APROVADAS: 2015 - 2025

Conforme visto anteriormente, em 2013 a disciplina de Arte participou do seu primeiro edital do PNLD, que selecionou livros didáticos para uso em 2015, no ensino médio regular. Desta forma, em 2015, foram distribuídos os primeiros livros didáticos de Arte às escolas públicas de ensino médio, em todo o país, marcando sua entrada oficial para o programa. A disciplina de Arte foi a última disciplina a ser incluída no programa, mesmo tendo sido reconhecida como disciplina obrigatória, em todos os níveis da educação básica, na LDB – lei nº 9.394 de 1996 (Brasil, 1996).

Segundo Forquin,

de acordo com as épocas, as sociedades, os níveis de estudo, as clientelas escolares, as ideologias pedagógicas, o sistema de relações de forças entre os grupos que buscam controlar as transmissões educacionais, não são os mesmos aspectos, os mesmos componentes da herança que dão lugar à referência, à interpretação ou à transmissão no contexto dos programas escolares (Forquin, 1992, p. 30).

Em concordância com Forquin, depreendemos que a Música, bem como a disciplina de Arte estiveram, pode-se dizer, à margem do currículo escolar, às vezes fora, às vezes no limbo das áreas consideradas “componentes da herança que dão lugar à referência, à transmissão no contexto dos programas escolares”, nos últimos 50 anos.

Segundo Santos Entendemos que, no contexto do “sistema de relações de forças entre os grupos que buscam controlar as transmissões educacionais”, a entrada da disciplina para o PNLD decorreu, em grande medida, de um longo período de lutas de diversos agentes da área pela sua efetivação e fortalecimento no seio do sistema educacional.

O texto de apresentação do Guia do PNLD 2015 ressalta a dimensão desse momento:

Esta é a primeira vez que os alunos do Ensino Médio recebem livro didático do componente curricular Arte. Isso é muito importante, uma vez que saber Arte é direito do aluno. Também é importante porque o reconhecimento da Arte num programa de Estado gera conhecimento específico que pode ser ensinado, aprendido e avaliado (Brasil, 2014, p. 7).

No trecho acima, o Guia do PNLD 2015 destaca a importância dos manuais escolares para a legitimação das disciplinas escolares. Oliveira (2007) afirma que o livro didático garante a inclusão dos conteúdos no ensino, neste caso, da música na disciplina de Arte. Souza e Gonçalves (2020) apontam que os livros didáticos de Arte produzidos para a escola são “um material amplamente distribuído, de fácil acesso e determinante na construção ideológica da música enquanto disciplina escolar” (Souza; Gonçalves, 2020. p. 127).

Quando refletimos sobre as possíveis consequências da entrada da disciplina para o PNLD, há duas dimensões que podem ser focalizadas. A da disciplina de Arte e a do componente curricular Música, dentro da disciplina. Do ponto de vista da disciplina de Arte, pensamos que sua entrada para os editais do programa fortalece seu estabelecimento e permanência no currículo formal, oficial.

Choppin (2004), ao enumerar as diversas funções que os manuais escolares assumem, destaca a função ‘referencial’ (ou curricular, programática). Ou seja, os livros didáticos (ou manuais escolares) materializam o currículo. Eles são cruciais no processo de constituição de uma disciplina.

Sobre a Música como componente curricular de Arte, a entrada da disciplina para o PNLD pode ser considerada como um importante marco, desde o início do movimento “música na escola”, pois legitima essa área, no currículo formal, participando de sua efetivação, no currículo real.

Além do reconhecimento de Arte como disciplina, gostaríamos de destacar o que sua entrada para o programa representa em termos do acesso a esse conhecimento, que “é direito do aluno” (Brasil, 2014), dado o enorme alcance do programa.

O PNLD compra e distribui livros didáticos para todos os níveis de ensino público, movimentando mais de um bilhão de reais anualmente. Segundo dados do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), em 2020 o PNLD

movimentou recursos da ordem de 1,39 bilhão de reais. Distribuiu cerca de 172 milhões de exemplares e atendeu cerca de 32 milhões de estudantes brasileiros¹¹⁹.

A avaliação, a compra e distribuição de livros didáticos de Arte para o ensino público (responsável por cerca de 90% dos estudantes brasileiros¹²⁰) configuram-se como algo extremamente relevante nesse cenário, pois milhões de estudantes que não tinham acesso a livros escolares de Arte, passaram a tê-lo.

Salientamos, ainda, um terceiro ponto: o impacto sobre a produção de livros didáticos de Arte. As mudanças que ocorrem no sistema educativo geram impactos sobre o processo de produção, distribuição e utilização de materiais didáticos. A inclusão da disciplina nos editais do programa vem produzindo mudanças substanciais na produção dos livros didáticos de Arte. Os grupos editoriais, de olho no segmento de mercado que o PNLD representa, aumentaram seus investimentos na produção de livros didáticos de Arte e hoje temos no mercado uma quantidade expressivamente maior de títulos circulando.

Além do aspecto quantitativo, salientamos os impactos da entrada da disciplina para a qualidade dos livros produzidos. Antes, os livros de Arte sofriam apenas o escrutínio do mercado. Após a inclusão no PNLD, as editoras passaram a ter que seguir inúmeras regras definidas pelo programa. Vários aspectos da produção, tais como formato, tamanho, organização, seleção e condução dos conteúdos podem ser cotejados. Esses aspectos serão discutidos no próximo capítulo, em que uma das coleções aprovadas no PNLD 2020 será analisada.

O quadro 2 traz os títulos das coleções de Arte aprovadas no PNLD desde o primeiro Guia, em 2015, até o ano de 2020, quando foi aprovada a coleção que será alvo de análise, no próximo capítulo.

E o quadro 3 traz os títulos das coleções de Arte aprovadas no PNLD, entre 2021 a 2025.

¹¹⁹ Dados estatísticos disponíveis em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 10/02/2022.

¹²⁰ Entre 2.000 e 2020, há variações no percentual de alunos matriculados no ensino público. Segundo o Senso Escolar do INEP, nos últimos 2 anos o percentual de matrículas na rede pública de educação Básica variou de 82 a 86%. Dados disponíveis em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf
https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2020/apresentacao_coletiva.pdf

QUADRO 2 - Coleções de Arte aprovadas no PNLD: 2015 a 2020 (1ª e 2ª gerações)

ANO	CICLO	TÍTULO DA COLEÇÃO	EDITORA
2015	Ensino Médio	Arte em interação	IBEP
		Por toda parte	FTD
2016	Anos Iniciais do E. Fundamental	Porta aberta	FTD
		Projeto pensando arte	Moderna
2017	Anos Finais do E. Fundamental	Por toda parte	FTD
		Projeto mosaico arte	Scipione
2018	Ensino Médio	Arte por toda parte	FTD
		Arte de perto	LEYA
2019	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Presente Arte	Moderna
		Ligamundo	Saraiva
		Ápis	Ática S/A
		Presente Arte	Moderna
2020	Anos Finais do Ensino Fundamental	Por toda parte	FTD
		Se liga na arte	Moderna
		Janelas da Arte	IBEP
		Apoema Arte	Editora do Brasil
		Rumos da Arte	Edições SM
		Mosaico Arte	Ática Scipione
		Teláris Arte	Ática

Fonte: A autora (2023)

QUADRO 3 - Coleções de Arte aprovadas no PNLD: 2021 a 2025 (3ª geração)

ANO	CICLO	TÍTULO DA COLEÇÃO	EDITORA		
2021	Ensino Médio (Linguagens e suas Tecnologias)	Identidade em ação	Moderna		
		Moderna plus			
		Se liga nas linguagens			
				Interação linguagens	Editora do Brasil
				Ser protagonista	Edições SM
				Práticas de linguagens	Saraiva Educação
				Multiversos - Linguagens	FTD
				Estações Linguagens	Ática
				Palavras de Linguagens e suas tecnologias	Palavras Projetos Editoriais
2023	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Presente Mais Arte	Moderna		
		Buriti mais Arte			
		Mundo de explorações			
				Ápis Mais	Ática
				Diálogos	
				Bons amigos - Arte	FTD
				A conquista - Arte	
				Da escola para o mundo	Scipione
				Bem-me-quer mais arte	Editora do Brasil
				Aprender juntos - Arte	Edições SM
2024	Anos Finais do Ensino Fundamental	Arte por toda parte	FTD		
		Trajetórias			
		Se liga na arte	Moderna		
		Superação!			
		Araribá conecta			
				Teláris Essencial	Ática
				Mosaico	Scipione
				Amplitude	Editora do Brasil
				Rumos da Arte	Edições SM
				Jornadas: novos caminhos	Saraiva Educação
				Janelas da Arte	IBEP
				Segue a trilha	Palavras Projetos Editoriais

Fonte: A autora (2025)

De imediato, percebe-se um significativo aumento no número de coleções aprovadas por edital do PNLD. Olhando para os anos finais do ensino fundamental (AFEF), temos: duas coleções aprovadas em 2017; sete coleções aprovadas em 2020 e 12 coleções de Arte aprovadas no Guia Digital do PNLD 2024. Focalizamos, primeiramente, os anos finais porque é nessa fase da educação básica em que se encontram as coleções analisadas, neste trabalho. Porém, resolvemos investigar as outras duas fases do ensino, a fim de verificar se a tendência se restringia a esse nível educacional.

Encontramos resultados semelhantes, ao pesquisar os anos iniciais do ensino fundamental (AIEF). Conforme mostra a tabela 6, no Guia digital de 2016 há duas coleções aprovadas; no de 2019 esse número passou para quatro e, em 2023, saltou para 10 coleções de Arte aprovadas.

Os números do ensino médio seguem a mesma dinâmica, apesar das mudanças curriculares advindas da chamada 'reforma do ensino médio' e consequente implantação do "Novo Ensino Médio". No primeiro Guia (2015) há duas coleções de Arte aprovadas; no Guia de 2018 esse número se mantém. No Guia de 2021 há 9 coleções aprovadas. É válido pontuar que o Guia digital 2021 é o primeiro em que, devido à reforma do Ensino Médio, os livros não são editados por disciplina (Arte), mas sim por áreas do conhecimento, estando Arte dentro da área denominada "Linguagens e suas tecnologias".

Esses números sinalizam que a disciplina vem se estabelecendo no programa. Em pesquisa recente sobre o uso de livros didáticos por 38 professores de Arte da Rede Estadual de Ensino do Paraná para o ensino de Música, Fey (2025) constatou que, ao contrário de sua hipótese inicial, a maioria dos professores pesquisados, utiliza o livro didático. E praticamente todos (com exceção de um) vêm recebendo os livros didáticos de Arte.

Constatou-se também que, nessa amostragem, não há relação entre a área de formação do professor e o uso do livro. A proporção de uso dos livros didáticos encontrada entre os professores formados em Música e em outras áreas artísticas foi a mesma. O que se mostrou diferente foi a forma de uso dos livros entre os formados e não formados em Música, no ensino da linguagem musical, dentro da disciplina de Arte. Seria desejável a realização de novas pesquisas, investigando essa questão em outros estados e regiões brasileiras, a fim de se investigar se essa forma de utilização se faz presente em outras realidades.

Conforme mostrado pela tabela 5, o PNLD 2020 selecionou 7 coleções para uso nos anos finais do ensino fundamental. No capítulo 5, examinaremos uma das 7 coleções aprovadas: a coleção “*Por toda parte*” (Ferrari; Utuari, 2018). A figura 17 traz a imagem de capa do 1º volume do livro do 6º ano de cada coleção aprovada.

FIGURA 17 - Capas das sete coleções do Guia digital 2020 do PNLD



Fonte: A autora (2025)

4.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo, ao discorrer sobre os desdobramentos do PNLD nos últimos 25 anos, fica claro que o programa se consolidou e cresceu exponencialmente, até abarcar e universalizar a distribuição para todos os níveis da educação básica regular, o ensino de jovens e adultos e, ainda, incluir todas as disciplinas e áreas do conhecimento do currículo. Desse modo, os números que o programa envolve hoje são colossais.

O Programa envolve uma organização e logística bastante complexas e uma gama vasta de atores, em todas as suas etapas: governo federal (MEC, FNDE, ECT, CND), Secretarias de Educação estaduais e municipais, universidades públicas e privadas, pesquisadores da Educação, professores da educação básica, professores das universidades, gestores educacionais, população estudantil de todas as regiões brasileiras, editoras nacionais e grupos internacionais atuantes no programa, para citar os principais envolvidos.

O capítulo mostrou também que, apesar de o PNLD estar consolidado desde 2010 como política de Estado, mudanças de governo (num sistema presidencialista) podem acarretar alterações, num movimento que, além de avanços, pode gerar também retrocessos. Independente de suas vulnerabilidades e desafios remanescentes, pode-se dizer que o PNLD é um programa tecnicamente sério, cumpre com seus objetivos e vem ajudando a mudar a feição da educação brasileira, naquilo que lhe cabe.

A entrada da disciplina de Arte, em 2015, é muito representativa para a área, a nosso ver. O currículo e os livros didáticos são campos de disputas e de lutas pelo controle dos componentes da herança que serão transmitidos. E ambos são interdependentes: os livros didáticos necessitam de um currículo formal bem elaborado para cumprirem seu papel e o currículo formal necessita, em certa medida, dos livros didáticos para transformar-se em currículo real, nas salas de aula.

Para a área de Música, a entrada da disciplina de Arte para o Programa, além do que já mencionamos acima, reforça a demanda por formação de professores em cursos de Licenciatura em Música, não apenas para ingresso nas vagas de professor de Arte da educação básica, como também na autoria e avaliação de

livros didáticos, desenvolvimento de cursos e ações de formação continuada para professores de Arte, engajamento em pesquisas sobre a temática, etc.

Num cenário de décadas de luta para que a educação musical chegue à formação dos estudantes brasileiros, os livros didáticos têm um papel crucial, uma vez que a prática musical é uma marca muito significativa presente em todos os grupamentos humanos, com papel fundamental na constituição de identidades e no senso de comunidade.

Independente de a música ser disciplina ou componente curricular, é *sine qua non* que ela esteja nos manuais escolares, na formação inicial e continuada de professores, nas salas de aula. Ela está presente nos livros didáticos do PNLD? Como ela está proposta? É o que veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 5 – ESTUDO DE CASO: A COLEÇÃO POR TODA PARTE

O manual funciona assim, ao mesmo tempo, como um filtro e como um prisma: revela bem mais a imagem que a sociedade quer dar de si mesma do que sua verdadeira face. O manual impõe uma hierarquia no campo dos conhecimentos, uma língua e um estilo. Se um livro de classe é necessariamente redutor, as escolhas que são operadas por seus idealizadores tanto nos fatos como na sua apresentação (estrutura, paginação, tipografia, etc.) não são neutras, e os silêncios são também bem reveladores: existe nos manuais uma leitura em negativo! (Choppin, 2002, p. 2).

No capítulo 3, examinamos conjuntos de coleções de dois momentos educacionais anteriores e distintos do momento atual. No primeiro conjunto documental, examinamos coleções publicadas nos anos 1970, fase subsequente à reforma educacional determinada pela Lei nº 5.692/1971 (Brasil, 1971b). Um segundo conjunto de livros didáticos examinados era composto por coleções dos anos 1980, fase final do regime ditatorial e 1990, período final de vigência da Educação Artística. Um terceiro conjunto de livros focalizou o início dos anos 2.000, englobando a primeira década após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (Brasil, 1996), quando a área passou a ter status de disciplina e a denominar-se Arte.

Este capítulo será dedicado à análise de uma coleção editada no contexto da virada para a década de 2020, portanto bastante distinto dos anteriores. Trata-se da coleção *Por toda parte* (Ferrari *et al.*, 2018), coleção escrita para o PNLD e aprovada no Edital 2020 do programa. A única característica em comum, a priori, entre esta e as coleções anteriores reside no fato de todas serem destinadas à mesma faixa etária: os anos finais do ensino fundamental. O que mais elas têm em comum, o que mudou de lá para cá? Veremos, a seguir.

Antes de iniciar as análises da coleção propriamente dita, faremos algumas considerações sobre a produção dos livros didáticos de Arte nos anos 2.000 e traremos algumas especificidades do trabalho autoral de livros didáticos, em especial dos conteúdos de Música.

5.1 SOBRE A PRODUÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DE ARTE NA ATUALIDADE

A disciplina de Arte tem peculiaridades e desafios próprios, quando se pensa na produção de manuais escolares. E cada linguagem artística possui um corpo de conhecimentos e formas de mediação dos conhecimentos próprios. Vamos nos ater aqui a algumas particularidades da Música.

Nas disciplinas da educação básica, o núcleo dos conteúdos a serem abordados situa-se no material escrito, incluindo imagens. Nos livros didáticos de Arte/Música além do texto, há conteúdos disponibilizados por meio de imagens, figuras, arquivos de áudio e vídeo em mídias de CDs e DVDs e links para ambientes digitais em que há repositórios de multimídias.

. Quanto aos exercícios, a área trabalha com conteúdos por meio de vivências artísticas (apreciação, fazer artístico, performance, composição, improvisação, experimentação, etc). Sobre os conteúdos de Música, Souza (2018, p. 14) ressalta que o livro “deve propiciar aos alunos uma compreensão conceitual, cultural e estética do amplo universo musical no qual estão inseridos, oferecendo-lhes suporte no processo de formação do ser humano”. Ou seja, não se trata de abordar determinados conteúdos, que serão avaliados ao final, estando certos ou errados.

Outra questão reside no fato de, ainda hoje, haver carência de licenciados em Música nas salas de aula da disciplina de Arte, na rede pública de ensino, apesar do grande aumento no número de cursos de graduação em Licenciatura em Música no país, nos últimos 20 anos (Alvarenga; Silva, 2018). Isso pode interferir na seleção dos conteúdos e na sua forma de apresentação nos manuais.

5.1.1 A Escrita da linguagem musical

Uma vez que boa parte dos professores que utilizam os livros didáticos de Arte, provavelmente não têm formação pedagógico-musical, seria desejável o autor dedicar um tempo a mais nas orientações ao professor. Nesse contexto, o Livro do Professor acaba por ter também uma função formativa, levando informações importantes aos professores formados em outras linguagens artísticas, que busquem propostas interdisciplinares com a Música.

Em nossa experiência com a autoria de livros didáticos para os anos iniciais do ensino fundamental, em que o professor regente pode ser o único responsável pelo ensino de Música, especialmente fora dos grandes centros urbanos, o assunto

ganha importância. A situação ideal seria a presença do educador musical, licenciado em Música, em todos os níveis da educação básica. Mas, num cenário de carência desses profissionais no sistema educacional brasileiro, nos deparamos com a difícil tarefa de tornar essa área do conhecimento acessível às crianças também por meio de livros didáticos passíveis de serem utilizados por professores unidocentes, egressos dos cursos de Pedagogia.

Na área de Música, outro desafio é a inserção de faixas de áudio anexas ao livro didático, um importante recurso de apoio ao trabalho do professor de Arte (especialmente o não formado em Música). Além do custo financeiro de gravação, a necessidade de pagamento de direitos autorais acaba dificultando a inclusão de faixas inteiras de obras com direitos autorais e/ou de gravação. Como consequência, vários autores de livros didáticos acabam compondo e produzindo faixas para a coleção e as obras conhecidas ou clássicas da produção mundial e brasileira são inseridas parcialmente¹²¹.

Além disso, inserir um CD em cada Livro do Professor tem um custo financeiro considerável. Dessa forma, tradicionalmente, era comum os materiais didáticos de Música não virem acompanhados de faixas de áudio em CD, prejudicando sensivelmente as possibilidades de atividades de apreciação musical. Atualmente, um equipamento capaz de executar um CD de música já não é facilmente encontrado, uma vez que o padrão de consumo mudou para as plataformas de *streaming*, em celulares, TVs conectadas ou caixas de som conectadas ou inteligentes. Dessa forma, houve um breve período histórico em que a inclusão de CD, quando possível, foi a solução para um problema que volta a ser de difícil endereçamento.

Há, atualmente, a possibilidade de acesso a faixas de áudio (de domínio público) via plataformas das editoras, indicadas no Manual digital do Professor, o que implica que a escola deverá ter acesso à internet de qualidade e um local com equipamentos de informática disponíveis para as aulas de Arte.

Não é permitida a inclusão de links de áudios e vídeos da Internet (como Youtube, por exemplo) nos livros didáticos porque eles saem facilmente da Web,

¹²¹ Legalmente, existe a possibilidade de reproduzir um pequeno trecho de uma obra musical, a fim de não precisar pagar direito autoral e de gravação. Essa é “solução” é frequentemente utilizada pelas editoras.

ficando indisponíveis. A pesquisa e uso dessa ferramenta acabam por ficar a cargo do próprio professor, o que demanda uma dose de trabalho extra.

5.1.2 Autoralidade

Um aspecto interessante a ser observado, quando se analisa livros escolares de Arte, diz respeito à autoralidade. Por ser composta por quatro linguagens distintas, a disciplina de Arte passou por diferentes conformações quanto a essa questão, nas últimas décadas.

Desde as últimas décadas do século XX até o início dos anos 2.000 era praxe os livros didáticos de Arte conterem propostas apenas de uma linguagem artística: Artes Visuais, conforme confirmamos, no capítulo 3. Quando os livros traziam alguns conteúdos de outras linguagens, eles eram eventuais, as propostas eram superficiais e não raro havia erros conceituais¹²².

Não foi possível realizar um levantamento eficaz com relação à autoralidade de cada coleção examinada no capítulo 3, em especial, nas coleções dos anos 1970, que contemplaram as três expressões artísticas. As coleções que analisamos possuem um ou dois autores e, de todo material desse período analisado, foi possível relacionar apenas um autor com a área de Música¹²³, pois além de duas coleções por nós examinadas, ele escreveu uma somente de música. O autor ficou, posteriormente, conhecido como autor de livros didáticos de História.

Conforme vimos nas coleções dos anos 1980 e 1990 examinadas, elas contemplam apenas a linguagem de Artes Plásticas/Visuais, portanto seus autores eram dessa área e, em geral, tinham um único autor. O mesmo se repetiu nas coleções do início dos anos 2.000. Em nossa experiência e contato com livros didáticos escritos no começo dos anos 2.000, mesmo quando a linguagem de Música começou, ainda timidamente, a aparecer nos livros didáticos de Arte, essas poucas propostas eram escritas pelo próprio autor da coleção, com formação na área de Artes Visuais.

¹²² Essa afirmação embasa-se em nossa experiência com a autoria de livros didáticos de Arte, entre 2010 e 2017.

¹²³ Trata-se do autor Gilberto Vieira Cotrim, autor de vários livros de Educação Artística e de Música, nos anos 1970, inclusive de duas coleções por nós examinadas. O autor é historiador e trabalhou por décadas na Editora Ática.

Ao longo dos primeiros 20 anos deste século, essa realidade foi se alterando. Em relação à inclusão da linguagem musical, nos livros didáticos da disciplina, a Lei nº 11.769/2008 (Brasil, 2008) foi um divisor de águas.

De lá para cá, vários formatos possíveis de autoria dos livros didáticos de Arte podem ser encontrados, mas ano a ano, o formato de um autor da área de Artes Visuais foi se extinguindo e gradualmente, passando para dois, três quatro até cinco autores. Em análise das coleções aprovadas nos PNLDs de 2016 e 2017, Souza (2018) faz a mesma constatação. “Quando se trata da autoria das coleções, constata-se a tendência do envolvimento de um número maior de autores na sua criação” (Souza, 2018, p. 56).

A escolha de quatro autores, um de cada área artística, foi se estabelecendo como formato padrão, sendo o formato mais adequado para a produção de coleções com melhor qualidade técnica, pois cada linguagem será tratada de forma mais adequada e aprofundada. O maior desafio, neste formato autoral reside na articulação e integração das quatro linguagens, evitando o risco de fragmentação dos conteúdos. Vale ressaltar que, nesse formato, os autores das diferentes linguagens também terão que fazer acordos quanto à concepção geral da coleção, temáticas de cada unidade, além de investir tempo em conversas e reuniões, mantendo um fluxo de comunicação constante, paralelamente à escrita do material.

Como vimos no capítulo anterior, no Edital do PNLD 2020, das dez coleções inscritas, sete foram aprovadas. Analisando as sete coleções aprovadas, do ponto de vista da autoria, observamos que apenas uma das coleções foi escrita por dois autores, uma foi escrita por três autores, duas coleções foram escritas por quatro autores e três foram escritas por cinco autores. Nenhuma coleção foi escrita por um único autor. Ao analisar sete coleções aprovadas no PNLD 2016 e 2017, Souza (2018) encontrou uma coleção escrita por uma única autora, duas coleções escritas por três autores e quatro por quatro autores, comprovando a tendência por nós apontada.

Isso mostra que o formato de vários autores está praticamente estabelecido, atualmente, havendo, em geral, um de cada linguagem artística. Esse formato é também resultado das várias mudanças por que vem passando a disciplina, desde a legislação educacional que a regula até sua entrada para o PNLD. Isso, sem dúvida, trouxe maior seriedade e rigor à escrita dos manuais escolares, algo que se obtém,

via de regra, contratando especialistas em cada linguagem artística e envolvendo a equipe de autores na articulação das quatro áreas.

Na coleção *Por toda parte*, a editora FTD optou pelo formato de quatro autores, sendo cada um especialista em uma linguagem artística. Vale lembrar que a lei nº 13.278/2016 (Brasil, 2016) obriga o ensino das quatro linguagens, na disciplina de Arte. A escolha dos quatro autores mostra uma preocupação da editora em adequar-se à legislação atual e, possivelmente, com a qualidade dos conteúdos a serem propostos em cada área artística, para sua aprovação no Edital do PNLD. Por outro lado, quando há vários autores criando conteúdos para uma mesma coleção, a articulação entre os conteúdos das quatro linguagens artísticas torna-se um desafio a ser enfrentado por toda a equipe.

5.2 ACESSO À FONTE

A coleção alvo de análise neste capítulo foi a primeira fonte à qual tivemos acesso, o que ocorreu no início da pesquisa, no ano 2021. Conforme já debatido em várias partes deste trabalho, uma das dificuldades da pesquisa feita a partir de livros didáticos é o aspecto do acesso às fontes, os exemplares que se deseja examinar. No ambiente escolar, são comumente descartados pela escola ou doados para os alunos interessados, após o período de uso de quatro anos. Ao final desse ciclo, caso a escola mude de coleção, pode se ‘desfazer’ de seus exemplares. Há professores que guardam manuais em desuso, mas há que convencer os que o fazem a emprestar ou doar a coleção para fins de pesquisa. A opção final reside no acesso a acervos de livros didáticos, assunto que será tratado no próximo e derradeiro capítulo deste trabalho. Os livros de Música e de Arte costumam ser escassos nesses locais.

As editoras, que podem efetuar mudanças a cada nova edição em função de adequações legais e mudanças curriculares, em geral não guardam as edições anteriores. Acrescentada à ‘descartabilidade’ dos livros, há também a possibilidade de desinteresse ou mesmo resistência por parte das editoras em ter seus materiais examinados e avaliados de forma crítica (Barbosa, 2013). Os manuais aprovados pelo PNLD não podem ser adquiridos através de compra. Todos esses fatores indicavam que o acesso poderia ser problemático.

A partir desse panorama, decidiu-se tentar, primeiramente, o acesso por meio das editoras participantes do PNLD e que mantêm uma sucursal em Curitiba (PR), cidade sede desta pesquisa. As primeiras buscas informaram que a Editora FTD mantinha uma sucursal na cidade e foi feito contato por meio telefônico, contrariando as expectativas, sem maiores questionamentos o responsável pela divulgação das coleções nas escolas públicas afirmou que poderia doar as coleções aprovadas no Edital vigente do PNLD, que eram utilizadas para divulgação nas escolas. Desta forma, tivemos acesso aos livros físicos do Professor de várias coleções da editora. Quando inquirido sobre o pedido de acesso a coleções mais antigas, o responsável informou que as coleções dos editais anteriores não eram guardadas pela editora.

Ao final, foram recebidas quatro coleções, dentre as quais, a coleção *Por toda parte* (Ferrari *et al.*, 2018).

5.3 COLEÇÃO POR TODA PARTE: FORMATO, MATERIALIDADE E ESTRUTURA

Como discutido desde o início deste trabalho, uma das importantes questões para a análise de livros escolares como fontes históricas consiste em dar atenção ao objeto livro, cujas características e materialidade são produto da ação de vários atores, em especial dos editores, das políticas públicas e programas governamentais acerca dos mesmos.

5.3.1 Formato e materialidade

Ao contrário das coleções dos anos 1970 examinadas, em que variados formatos e materialidades foram encontrados, atualmente existe um padrão. Lembramos que a coleção analisada é vinculada a um edital do PNLD. Ao contrário dos anos 1970, hoje os editais do PNLD traz orientações precisas sobre todas as questões editoriais que as editoras devem seguir para terem suas coleções aprovadas.

Para os anos finais do ensino fundamental, o formato é de um volume para cada ano. A coleção *Por toda Parte* é, portanto, composta por quatro volumes, cada um destinando-se a um ano do ensino fundamental II: 6º, 7º, 8º e 9º anos, respectivamente.

Quanto à 'materialidade', cada volume é composto por três livros, dois físicos e um virtual, denominados respectivamente: "Livro do Estudante", "Manual do Professor" e "Manual Digital do Professor". Tivemos acesso aos quatro livros físicos referentes ao Manual do Professor de cada ano, conforme mostra a figura 18. Note-se que, por serem materiais de divulgação, os livros contêm uma faixa azul diagonal sobre a imagem da capa com o número do código da coleção no PNLD.

O 1ª volume (6ª ano) tem 240 páginas, o 2ª volume (7ª ano) tem 240 páginas, o 3ª volume (8ª ano) tem 224 páginas e o 4ª volume (9ª ano) tem 224 páginas. A coleção vem acompanhada de um CD de áudio para cada volume, onde há as faixas de apoio às atividades.

Nas coleções nos anos 1970 e 1980 e mesmo, nos anos 1990, a possibilidade de inclusão discos com faixas de áudio nos volumes da coleção era algo impraticável. Esse é um aspecto relevante, pois nos livros didáticos desses períodos, isso dificultava a realização de atividades de apreciação, em sala de aula. Porém, não inviabilizava, pois os professores do período podiam gravar fitas cassete com seleções por ele compiladas e utilizá-las em sala de aula, desde que houvesse um aparelho de som disponível para isso, na escola.

A figura 18 mostra a capa dos quatro volumes da coleção *Por toda parte*.

FIGURA 18 - Capas da coleção *Por toda parte*, v. 6 a 9, Manual do Professor (divulgação).



Fonte: a autora (2021)

5.3.2 Estrutura e organização da coleção

Quanto à estrutura e organização, cada volume da coleção divide-se em duas partes. Uma primeira parte, com numeração em algarismos romanos (páginas V a XXXII), é composta pelos conteúdos dedicados exclusivamente ao professor, de cunho teórico, pedagógico, formativo. Nessa parte, são apresentados os princípios que embasam a proposta didático-metodológica da coleção, as orientações gerais ao professor, sugestões de conteúdos complementares para sua formação profissional, além de informações sobre a estrutura geral dos livros.

Os autores explicitam suas ideias sobre ensino de Arte (em cada linguagem), assim como as referências utilizadas nas bases filosóficas e pedagógicas da coleção. No final, discorrem sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (Brasil, 2017), referente ao ensino de Arte nos Anos Finais do Ensino Fundamental (AFEF) e sobre o conteúdo das faixas do CD que acompanha a coleção (um CD com as faixas dos quatro volumes).

A segunda parte do Manual do Professor consiste na reprodução integral do Livro do aluno. Visualmente falando, ao abrir o seu livro, o professor verá no miolo central a reprodução de duas páginas do livro do aluno em tamanho menor e com fundo branco. Em volta das páginas e com fundo de cor diferente (em tom bege), vem as orientações específicas sobre o desenvolvimento dos conteúdos propostos, sugestões de áudios, vídeos, em formato de U.

A título de exemplo, a figura 19 mostra as páginas 144 e 145 do Livro do professor, volume do 9º ano.

FIGURA 19: Coleção *Por toda parte* - 9º ano. Manual do Professor, p.144 -145.

CONCEITOS EM FOCO

- Cultura carnavalesca
- Criação de bonecos em papel machê

BNCC

UNIDADES TEMÁTICAS

- Artes visuais
- Artes integradas
- Música

HABILIDADES

- (EF69AR02)
- (EF69AR03)
- (EF69AR05)
- (EF69AR06)
- (EF69AR07)
- (EF69AR08)
- (EF69AR11)
- (EF69AR31)
- (EF69AR32)
- (EF69AR34)

PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS

Na criação dos bonecos, oriente os alunos a colocar a farinha de trigo e a cola aos poucos, sentindo a consistência da massa de modo a não grudar muito na mão e ter uma massa firme. Será preciso uma quantidade de massa de papel machê suficiente para que os alunos possam fazer as modelagens.

PARA AMPLIAR CONCEITOS

Mamulengo é um tipo de boneco movimentado com as mãos. Talvez o nome mamulengo tenha origem nos brinquedos "mão molega" ou "mão mole" em referência aos movimentos que o artista precisa executar para manipular os bonecos e dar expressão aos personagens. Os bonecos de Olinda nasceram da tradição dos bonecos de vara. Na atualidade, as técnicas se modificaram e os mestres bonequeiros criam estruturas em madeira e outros materiais leves para que os foliões assumam por algumas horas a interpretação dos personagens que tomam as ruas em dias de Carnaval.

Oficina 2 – Imagens, temas, cores e ritmos na cultura carnavalesca

A escola de samba Val-de-Homemagou o cantor e compositor Gilberto Gil durante o desfile no Sambódromo do Anhembi, em São Paulo, 2018. Com o enredo "Sambiar com fé eu vou", referência a um dos ritmos mais famosos de Gil, a escola trouxe para a avenida a trajetória do cantor e usou trechos de músicas como *Domingo no parque* e *Aquela abraço*.

As escolas de samba elegem anualmente um tema, que estará na letra do samba-enredo, nos figurinos, nos cenários e nos elementos alegóricos do desfile. O enredo enfatiza personagens e fatos históricos ou temas marcantes da cultura. Assim como nas peças de teatro, nos roteiros dos filmes, séries e novelas e nas letras de música, os temas escolhidos envolvem muito estudo e trabalho para que a escola possa apresentar na avenida fatos, impressões ou sentimentos de forma contagiante e fiel.

O Carnaval integra muitas linguagens, esculturas em carros alegóricos, emblemas em porta-estandartes, figurinos, coloridos e esuberantes, coreografias embaixadas e ritmadas ao som da bateria, som de percussão e o canto do samba-enredo.

Combine com os colegas e professores e escolham um tema, para criar um enredo com base nele. A proposta é dividir a turma em vários trabalhadores para preparar a festa, o Carnaval, e assim como os carnavalescos mais famosos, criar desenhos, projetos de esculturas e carros alegóricos, imaginar figurinos e escrever a letra e compor os ritmos para o samba-enredo.

O Carnaval acontece, geralmente, em fevereiro, mas sua preparação começa muito tempo antes, quem sabe esses projetos possam ganhar formas e cores reais no próximo ano na época do Carnaval, em um evento na escola ou em sua cidade.

Oficina 3 – Criando bonecos com papel machê

Em regiões como o Nordeste brasileiro, o Carnaval acontece também na rua com bonecos gigantes, representando personagens inspirados na história e cultura do país ou nascidos do imaginário popular. É possível criar desenhos (projetos) para um boneco gigante, que pode ser concretizado, depois, com papel machê. Os bonecos ou as figuras que vemos em carros alegóricos podem ser feitos com diferentes técnicas e materialidades, mas há uma tradição no artesanato e na cultura popular do Carnaval, que é a técnica do papel machê. Vamos aprender essa técnica?

Combine com os colegas e organizem-se para conseguir as seguintes materialidades:

- papel para reciclagem, como jornais velhos e outros que sejam fáceis de desmanchar em água;
- balde com água fria;
- um tubo grande de cola branca;
- um quilo de farinha de trigo.

Para a montagem:

- piche o papel em pedaços bem pequenos;
- deixe os papéis que foram picados de molho em baldes com água fria, de um dia para o outro;
- retire os papéis dos baldes e esprema-os até sair toda a água;
- espalhe os papéis sobre uma mesa e depois arrume em montes, abra um espaço no meio e vá colocando aos poucos a farinha de trigo e a cola branca. A dica é colocar a farinha e a cola aos poucos para sentir a consistência da massa. Depois, coloque a sua massa pronta dentro de sacos plásticos para conservar a consistência e não secar antes de você concluir o trabalho;
- modele a forma que desejar, se for fazer partes vazadas você pode usar moldes (potes de plástico, bexigas e outros). Depois de finalizar sua escultura, você pode colorir usando guache em várias cores de acordo com sua intenção artística e poética.

Para fazer os cabelos, eles podem usar fios de lã ou outro tipo de linha. Orientem a fazer mechas de cabelo e colar na base da garrafa PET usando pedaços de fita adesiva. Depois, devem encaixar o cabo de vassoura na boca da garrafa, passando cola branca antes. Na sequência, a proposta é criar as roupas para os bonecos com retalhos de tecidos.

Para fazer o cabelo, além de fios de lã como sugerido, você pode propor aos alunos que usem fitas de plástico, papéis recortados e outros materiais.

Proposta aos alunos: que pesquisem sobre os bonecos do carnaval de Olinda no estado de Pernambuco e que, com base nessas pesquisas, também construam personagens para caracterizar os bonecos que criaram de base.

Fonte: a autora (2021)

De um modo geral, as orientações ao professor seguem, em cada conjunto de duas páginas, a seguinte estrutura:

“Conceitos em foco”: onde são elencados os principais conceitos que estão sendo trabalhados nas atividades propostas.

“BNCC”: unidade temática e habilidades da BNCC trabalhadas em cada proposta.

“Proposições pedagógicas”: orientações didático-metodológicas propriamente ditas que, além de conter explicações sobre o conteúdo que está sendo proposto, informações sobre as obras que aparecem nas referidas páginas do livro do aluno, estende-se em subseções intituladas: *para ampliar conceitos, conexões, ampliando, mais ideias*. Na figura 12, pode-se conferir duas páginas abertas do Manual do Professor.

Pode-se observar, na coleção, variados impactos da BNCC sobre os conteúdos, forma de organização das seções do livro, temáticas abordadas, habilidades desenvolvidas em cada unidade, etc. Uma base curricular comum para um país de dimensões continentais traz inúmeros desafios ao ensino. Ganha-se com o acesso a um conhecimento organizado e selecionado em nível nacional (diminuindo-se as desigualdades de acesso ao conhecimento), mas pode-se perder com possíveis dificuldades em priorizar conteúdos relevantes pertencentes à cultura local. No tocante à escrita de livros didáticos, a BNCC oferece um norte aos autores com conteúdos e habilidades obrigatórios. Por outro lado, esse direcionamento pode “amarrar” a escrita, diminuindo a liberdade dos autores, inclusive em inovar, tanto nos conteúdos, quanto no formato de apresentação.

Além da BNCC, as regras do PNLD também exercem forte direcionamento à escrita dos livros didáticos. O edital do programa deixa claro, enquanto elemento central, que a BNCC deve ser integralmente contemplada. E a avaliação é um questionário que espelha o edital.

5.4 O MANUAL DO PROFESSOR E AS CONCEPÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL

Discorreremos aqui sobre a primeira parte do Manual do Professor, páginas V a XXXII, inteiramente dedicada ao diálogo com os professores. Os autores discorrem sobre diversos assuntos por eles selecionados como relevantes, no ensino de Arte nos anos finais do ensino fundamental. A figura 20 mostra o sumário dessa primeira parte do Manual do Professor, que aparece no início dos quatro volumes da coleção.

Inicialmente, os autores informam que, além das quatro linguagens artísticas, a coleção contemplará também uma “quinta”, intitulada Artes Integradas, preconizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Apontam como objetivos da coleção: “lançar algumas possíveis conexões entre manifestações de diferentes linguagens da arte” e “estimular o professor a criar outras conexões”, colocando-o como autor e protagonista do seu trabalho (Ferrari *et al.*, 2018). A visão do professor como criador, propositor, autor do seu trabalho é trazida em vários momentos, sendo uma tônica da visão dos autores sobre o papel desse profissional, no ensino de Arte. Nesse contexto, posicionam-se em relação a um ponto de tensão no ensino de Arte: a problemática da polivalência, já trazida neste trabalho, em capítulos anteriores. Sobre essa questão afirmam que

Não se trata de almejar um professor ‘polivalente’, que tenha de saber e fazer “tudo”. Ao contrário, pensamos que o professor é um criador que, com base em sua formação e experiência, faz suas escolhas e combinados pedagógicos com os alunos, com seus pares na escola e com a comunidade (Ferrari *et al.*, 2018, p. VI).

O trecho mostra um posicionamento contra a polivalência, ou seja, a visão que atribui ao professor de Arte a função de ensinar as quatro linguagens artísticas, mesmo tendo formação apenas em uma (ou talvez duas). Endossam uma prática a partir da formação do professor¹²⁴, quando afirmam que o mesmo, com base em sua formação e experiência, deve fazer escolhas, entre os conteúdos trazidos pela coleção.

Continuam, apontando possíveis caminhos para os professores lidarem, na prática, com a questão.

Dessa forma, pode fazer adequações com foco em sua prática nas linguagens que melhor conhece e pode buscar conexões com as outras, já que é positivo ampliar saberes e possibilidades pedagógicas, garantindo aos alunos o direito à aprendizagem e à expressão em diferentes linguagens (Ferrari *et al.*, 2018, p. VI).

Sobre essa segunda afirmação, compreendemos a importância de um ensino de Arte não fragmentado que busca conexões entre as quatro áreas. Igualmente, concordamos com a defesa dos autores de o professor se ancorar em sua área

¹²⁴ Ratificando os Cursos de Licenciatura (em Artes Visuais, Dança, Música ou Teatro) como o lócus de formação de professores de Arte.

(linguagem artística) de formação. Porém, pensamos ser também importante frisar o fato de que “buscar conexões com as outras linguagens”, não garante “aos alunos o direito à aprendizagem e à expressão em diferentes linguagens”. A título de exemplo: é improvável que um professor formado em Artes Visuais leve seus alunos a aprenderem e se expressarem musicalmente por meio de ‘conexões’ entre sua área e a música, é preciso mais que isso.

O trecho destacado deixa claro o “nó” que representa a junção de quatro áreas do conhecimento distintas em uma só disciplina, tendo em comum apenas o fato de serem todas formas de expressão artística. A existência de uma disciplina de Arte no currículo escolar entra em choque com a característica de diversidade das linguagens. Os autores buscam uma saída diplomática para esse problema, porém, na prática a questão é complexa e com múltiplas facetas.

Da página XV à XX, cada autor desenvolve um texto específico, trazendo um breve aporte teórico e pedagógico de sua linguagem, bem como algumas ideias e/ou orientações para o trabalho prático com ela, em sala de aula, incluindo uma “5ª linguagem” preconizada pela BNCC: artes integradas. Esse quinto elemento tem justamente como objetivo trazer uma abordagem pedagógica de articulação.

A nosso ver e conforme já exposto acima, essa seção consiste num conteúdo fundamental, pois através dele o professor poderá acessar as especificidades de cada linguagem artística, especialmente as alheias à sua formação. Lamentavelmente, essa é a sessão mais concisa da primeira parte do Manual do Professor, ocupando apenas cinco páginas das vinte e oito.

De um modo geral, os textos de cada linguagem trazem conceitos básicos como: uma definição do que é a linguagem, a proposta da coleção para o trabalho do professor com os elementos dela e as ideias para embasar a proposta. No final de cada texto, sob o título “para pesquisar, ler e aprofundar o conhecimento”, há indicações de leitura relacionadas ao que se apresentou de forma sucinta no texto.

A figura 20 mostra o sumário da primeira parte do Manual do Professor.

FIGURA 20 – Sumário do Manual do Professor - primeira parte.

SUMÁRIO	
Conheça seu Manual do Professor	V
Escolhas e caminhos: autoria e protagonismo	VI
O desafio de ensinar Arte hoje	VI
Experiências na arte e na vida	VI
A experiência estética e estésica	VII
O professor como criador e propositor	VII
Nutrição estética e curadorias educativas	VIII
O professor mediador	VIII
Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o currículo de Arte	IX
Temas e exigências educativas	X
História e culturas afro-brasileiras e indígenas na escola	X
Educação, sexualidade e diversidade	XI
Educação inclusiva de pessoas com deficiência	XI
Quem nos inspira no caminho	XI
Abordagem Triangular do ensino de Arte	XI
Conexões interdisciplinares e transdisciplinares	XII
Os territórios de arte e cultura	XII
Estudos contemporâneos do ensino de Arte	XIII
Cultura visual	XIII
Interculturalidade e multiculturalismo	XIII
Arte participativa, arte socialmente engajada, arte propositora	XIV
Abertura para o novo e o instigante: tempos Cronos e Kairós	XIV
Proposições pedagógicas e as diversas linguagens da arte	XV
Artes visuais	XV
Teatro	XVI
Dança	XVII
Música	XVIII
Artes integradas (linguagens híbridas)	XX
Avaliação	XX
Diário de arte do professor e do aluno	XXI
Portfólio	XXI
Avaliações processuais	XXI
Exposições e apresentações da produção dos alunos	XXI
Material do Professor – Digital e Material digital audiovisual	XXII
Plano de desenvolvimento	XXII
Sequências didáticas	XXII
Proposta de acompanhamento da aprendizagem	XXII
Material digital audiovisual	XXII
Quadros de competências	XXII
Unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades	XXIV
Quadro de conteúdos do 6º ano	XXVI
Quadro de conteúdos do 7º ano	XXVII
Quadro de conteúdos do 8º ano	XXVIII
Quadro de conteúdos do 9º ano	XXIX
Quadro de conteúdos dos CDs de áudio	XXX
Referências	XXXII

Fonte: a autora (2025)

O texto de Música tem o dobro da extensão dos outros três. Ele traz as ideias básicas de pesquisadores historicamente consagrados da educação musical, que desenvolveram as pedagogias musicais ativas¹²⁵. O texto aborda os autores da primeira geração (início do século XX) e da segunda geração (segunda metade do século XX). O autor responsável pela linguagem musical¹²⁶ optou por pedagogos musicais europeus e da América do Norte, não citando, nem trazendo ao conhecimento do professor autores sul-americanos, brasileiros e nem pedagogas mulheres da educação musical.

Consciente da carência de professores licenciados em Música, o autor preocupou-se em prover informações sobre as abordagens ‘clássicas’ das pedagogias musicais ativas e aprofundar um pouco mais em suas próprias ideias sobre o que e como trabalhar, em sala de aula. Frisa a importância de “vivenciar a música e seu ensino por meio de encontros significativos”, onde além de escutar, os alunos possam compor, cantar, tocar, construir instrumentos musicais alternativos, tendo a oportunidade de desenvolver sua própria musicalidade e de “fazer contato com o universo musical existente - patrimônio já constituído, em suas múltiplas formas de manifestação” (Ferrari *et al.*, 2018, p. XIX).

Após abordar distintas possibilidades de avaliação, no ensino de Arte, as dez páginas seguintes das 28, são dedicadas a reproduzir trechos e conteúdos da Base Nacional Comum Curricular: quadros de competências (gerais da BNCC, específicas de ‘Linguagens’ e específicas de Arte), quadros de habilidades preconizados pela BNCC, relacionando-as aos conteúdos e objetos de conhecimento de cada unidade, em cada volume da coleção. Esse longo trecho é parte obrigatória, segundo o Guia Digital do PNLD (BRASIL, 2019) e incorre em eliminação da coleção no processo de escolha, caso seja inexistente ou insuficiente.

A leitura e exame dessa primeira parte, dedicada a uma comunicação direta com o professor, deixa evidente a função e importância do Livro do Professor, dentro das coleções de Arte, na atualidade, e a enorme diferença entre os livros didáticos analisados no capítulo 3 e os atuais. Conforme evidenciado no primeiro capítulo

¹²⁵ As pedagogias musicais ativas são pedagogias surgidas no início do século XX e que propunham um protagonismo das práticas musicais dos estudantes como meio de aprendizado, contrapondo-se ao ensino tradicional, centrado na exposição de conteúdos teórico-musicais pelos professores. Para maiores informações, ver: FONTEERRADA, M. T. de O. **De tramas e fios: um ensaio sobre música e educação**. 2 ed. São Paulo: Ed. UNESP; Rio de Janeiro: Funarte, 2008.

¹²⁶ O autor da linguagem musical é o educador musical e pesquisador Carlos Elias Kater.

desta tese, uma maior preocupação com a função formativa dos manuais escolares começou a aparecer de forma mais evidente nos documentos oficiais e políticas educacionais acerca do livro didático a partir dos anos 1960. Nesse período, os programas relacionados aos livros didáticos começam a exigir a edição de Manuais do professor.

Porém, ao menos na área de artes, essa exigência se concretizou nos livros de Educação Artística apenas de forma burocrática, para cumprir uma exigência oficial, pois não havia, de fato, diferença entre o Livro do estudante e o livro do Mestre. Já nas edições atuais, há um livro com conteúdos dedicados ao docente¹²⁷.

5.5 AS QUATRO LINGUAGENS ARTÍSTICAS E A PRESENÇA DA MÚSICA NA COLEÇÃO

Conforme discutimos no capítulo 2, uma das heranças da "Educação Artística" que permeia o ensino de Arte até os dias atuais é a predominância da linguagem de Artes Visuais, em detrimento das outras, no ensino de Arte. Ainda hoje, é usual, nas escolas de Educação Básica da rede privada e pública, professores e alunos se referirem à disciplina de Arte como sinônimo de Artes Visuais¹²⁸. Ou seja, na prática, os conteúdos da disciplina de Arte são muitas vezes reduzidos a essa linguagem.

Conforme constatado no capítulo 3, o mesmo aconteceu com os conteúdos de livros didáticos da disciplina, após a LDB 9.394/1996. Na primeira década do século XXI, era comum os livros didáticos de Arte terem conteúdos quase exclusivos de Artes Visuais e serem escritos por um ou dois autores da área de Artes Visuais, conforma também constatado pela análise dos manuais dos anos 2.000, no capítulo 3¹²⁹. Com a promulgação da Lei 11.769/08 (Brasil, 2008), iniciou-se um gradual movimento de inclusão da linguagem musical em livros didáticos de Arte e de contratação de professores licenciados em Música para escrevê-los, junto com

¹²⁷ Segundo nossa experiência na autoria de livros didáticos de Arte, a partir dos anos 2.000, algumas editoras já produziam livros didáticos de Arte para o mercado livreiro com volumes dedicados exclusivamente aos professores.

¹²⁸ Esta pesquisadora frequenta os diferentes níveis da Educação Básica há 25 anos, nas regiões Sul e Sudeste e observou que, nesse período, pouco mudou com relação a essa visão, por parte da população em geral e dos professores da educação básica.

¹²⁹ Essa afirmação baseia-se também em nossa experiência com a escrita de livros didáticos de Arte, nesse período.

outros autores¹³⁰. Deste modo, é válido observar como a coleção *Por toda parte* se comporta com relação a essa problemática.

É importante lembrar que mudanças relevantes aconteceram na legislação educacional brasileira, após o ano 2015, quando a disciplina de Arte entrou para o PNLD. Em primeiro lugar, a Lei 13.278/16 (Brasil, 2016), que alterou o texto da LDB 9.394/96 (Brasil, 1996), colocando de forma explícita que a disciplina de Arte é composta por quatro linguagens artísticas (Artes Visuais, Dança, Música e Teatro) e que, portanto, todas devem ser abordadas.

Outro aspecto que se deve relembrar aqui e que impactou a escrita de livros didáticos nos últimos anos foi a finalização da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017 e 2018¹³¹. Desde então, todos os livros didáticos devem ser escritos de acordo com a Base Comum. A BNCC preconiza, em termos da disciplina de Arte, a necessidade de uma integração entre as linguagens artísticas, além de inserir conteúdos em “artes integradas”, conforme já exposto. A coleção “Por toda parte” (Ferrari *et. al.*, 2018) aqui examinada pertence à ‘primeira geração’ de livros didáticos aprovados pelo PNLD pós-homologação da BNCC do ensino fundamental.

Tanto a Lei nº 13.278 (Brasil, 2016), quanto a BNCC (Brasil, 2017) preconizam a integração e a presença de conteúdos das quatro linguagens artísticas. Porém, diante da histórica dominância de uma linguagem artística (Artes Visuais) em detrimento das outras, a primeira pergunta que fizemos foi: as quatro linguagens estão contempladas de forma equilibrada, na coleção? Qual o status da música, nesse contexto? Em nossa experiência com a produção de livros didáticos de Arte, tivemos contato com inúmeras coleções no início dos anos 2000, nas quais se observava o domínio de conteúdos de Artes Visuais (e não raro, a exclusividade dessa linguagem). Quando existiam, os conteúdos das outras linguagens eram comumente esparsos e superficiais.

É válido lembrar que a presença de conteúdos de cada linguagem está relacionada, em grande medida, com o aspecto da ‘autoridade’, já debatido anteriormente. Porém, esse não é o único aspecto determinante para a presença de

¹³⁰ Movimento do qual somos parte ativa e testemunha.

¹³¹ A versão final homologada da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, foi oficializada em 20 de dezembro de 2017, pelo Ministério da Educação. Já a versão final da BNCC para o Ensino Médio foi entregue ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2018, e aprovada em 4 de dezembro do mesmo ano. O histórico da BNCC está disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/historico> Acesso em 01 jul. 2025.

todas as linguagens artísticas numa coleção. Conforme já pontuado, a disciplina tem um modelo de funcionamento, há mais de 30 anos, baseado no ensino das Artes Visuais. Sobre essa questão, Souza (2018) afirma que,

Romper com o paradigma histórico, que vê o ensino de Arte como o ensino de artes visuais, torna-se, então, um desafio não só para os sistemas de ensino, mas, também, para todas as atividades que, em certo nível, estão interligadas com a escola, como é o caso do mercado editorial e da produção de livros didáticos (Souza, 2018, p. 57).

Deste modo, decidimos, ao lançar um primeiro olhar sobre a coleção, focalizar a presença das demais linguagens, com foco na “Música”.

Iniciamos pelas seções da coleção. Sobre a organização das seções, cada volume é composto por quatro unidades, cada unidade se divide em dois capítulos e cada capítulo, em dois ‘temas’. Cada volume é, portanto, composto por oito capítulos e dezesseis ‘temas’. A título de exemplo, a figura 21 mostra o Sumário do Livro do aluno, do volume do 6º ano (Ferrari, *et al.*, 2018, p. 6 e 7).

As figuras 21 e 22 mostram o Sumário do Livro do estudante do volume do 6º ano.

FIGURA 21 - Sumário do Livro do Aluno, volume do 6º ano: unidades 1 e 2.

SUMÁRIO	
UNIDADE 1 • #ARTE 8	
Capítulo 1 • A arte de cada um 10	
Venha olhar!..... 12	
Venha escutar!..... 13	
Tema 1 – Mensagens na arte..... 15	
Mundo conectado – Arte e atitude..... 19	
Mais de perto – Olhar e ver 20	
Arte em Projetos – Artes visuais – Pinturas gigantes em cores e relevo 21	
Tema 2 – Sensações 28	
Mundo conectado – A voz das águas, o som dos rios 30	
Mais de perto – Ouvir e cantar 31	
Arte em Projetos – Música – Sons e lugares..... 32	
Misturando tudo 35	
Capítulo 2 • O lugar da arte 36	
Venha encenar! 38	
Venha dançar! 39	
Tema 1 – Arte e lugar 41	
Mundo Conectado – A rua: lugar de encontros 44	
Mais de perto – Improvisar e jogar..... 47	
Arte em Projetos – Teatro – Improvisação teatral 48	
Tema 2 – Dança, espaço e coisas 50	
Mundo conectado – Corpo e dança .. 52	
Mais de perto – Corpo, lugar e dança... 53	
Arte em Projetos – Dança – Movimentos dançados 54	
Misturando tudo 55	
Arte pelo tempo – A pintura em grandes dimensões 56	
UNIDADE 2 • POVOS ARTEIROS 58	
Capítulo 1 • O circo..... 60	
Venha palhaçar! 62	
Venha apreciar! 63	
Tema 1 – Circo: um lugar muito especial 65	
Mundo conectado – Rir faz bem! 68	
Mais de perto – Um lugar para palhaçar!..... 69	
Arte em Projetos – Artes integradas – A arte da palhaçaria..... 70	
Tema 2 – O circo está de mudança.. 74	
Mundo conectado – Arte e história: o circo no Brasil..... 76	
Mais de perto – Os circos contemporâneos 77	
Arte em Projetos – Artes integradas – Artes circenses e as linguagens da arte 78	
Misturando tudo 79	
Capítulo 2 • Brasil plural 80	
Venha desenhar! 82	
Venha cantar! 83	
Tema 1 – Mistura cultural..... 85	
Mundo conectado – Donos da arte de jogar e da arte de pintar 87	
Mais de perto – Risco, rabisco e crio .. 88	
Arte em Projetos – Artes visuais – O ato de desenhar 90	
Tema 2 – O som da miscigenação .. 93	
Mundo conectado – Arte, cultura e meio ambiente em movimento..... 94	
Mais de perto – Este som é a nossa cara! 95	
Arte em Projetos – Música – Ritmos e movimento..... 96	
Misturando tudo 97	
Arte pelo tempo – O circo..... 98	

As informações das imagens do Sumário estão nas respectivas legendas, nas páginas: 29 (ilustração), 53, 68 e 86.

FIGURA 22 - Sumário do Livro do Aluno, volume do 6º ano: unidades 3 e 4.



UNIDADE 3 • RAÍZES 100

Capítulo 1 • A floresta	102
Venha imaginar!.....	104
Venha tramar!.....	105
Tema 1 – A arte dos povos indígenas	107
Mundo conectado – Arte: línguas e histórias.....	111
Mais de perto – Roda da imaginação... 112	
Arte em Projetos – Artes visuais – Observar, imaginar e criar.....	114
Tema 2 – Balaio de histórias	118
Mundo conectado – Arte e Matemática: simetrias.....	121
Mais de perto – Tramas da arte indígena.....	123
Arte em Projetos – Artes visuais – Desenhos em padronagens.....	126
Misturando tudo.....	127
Capítulo 2 • Caravela	128
Venha navegar!.....	130
Venha encenar!.....	131
Tema 1 – Artes que se encontram ... 134	
Mundo conectado – Arte e diversidade cultural.....	138
Mais de perto – Correntes marítimas.. 140	
Arte em Projetos – Artes visuais – Azulejo invasor?.....	142
Tema 2 – O teatro de além-mar ... 146	
Mundo conectado – Literatura encenada.....	149
Mais de perto – Os autos.....	150
Arte em Projetos – Teatro – Jogos e ações.....	152
Misturando tudo.....	155
Arte pelo tempo – O bem indígena: pelo próprio olhar e pelo olhar do outro.....	156

UNIDADE 4 • BRASILIDADE 158

Capítulo 1 • Sementes	160
Venha olhar!.....	162
Venha dançar e tocar!.....	163
Tema 1 – Arte e ancestralidade	166
Mundo conectado – Natureza ancestral.....	168
Mais de perto – Sementes do pensamento.....	170
Arte em Projetos – Artes visuais – Poéticas pessoais.....	172
Tema 2 – Sincretismo cultural	174
Mundo conectado – Sincretismo religioso.....	176
Mais de perto – Bloco afro Ilú Obá de Min: as mãos femininas que tocam tambor para Xangô.....	177
Arte em Projetos – Dança – África: ancestralidade e movimento.....	178
Misturando tudo.....	179
Capítulo 2 • O reino	180
Venha dançar!.....	182
Venha cantar!.....	183
Tema 1 – Histórias dançadas e cantadas	186
Mundo conectado – A geografia da dança.....	188
Mais de perto – A sambada.....	189
Arte em Projetos – Dança – Dançando no ritmo do maracatu.....	190
Tema 2 – O maracatu contemporâneo	193
Mundo conectado – A ciência e a arte do luthier.....	199
Mais de perto – Temas e histórias... 200	
Arte em Projetos – Música – Criando uma alfaia.....	202
Misturando tudo.....	205
Arte pelo tempo – Arte e história afrodescendentes.....	206
REFERÊNCIAS	208



Com relação às temáticas e conteúdos abordados nas seções, cada ‘tema’ tem um título, que focaliza o assunto que será trabalhado, podendo abarcar uma ou mais linguagens artísticas. Ao final de cada ‘tema’, há uma seção chamada “arte em projetos”, que aborda a principal linguagem artística nele trabalhada e consiste em um projeto de trabalho centrado na prática artística. A tabela 5 mostra a quantidade de projetos (“arte em projetos”) de cada linguagem artística e em ‘artes integradas’, em cada volume da coleção.

TABELA 5: Distribuição quantitativa de “arte em projetos” por linguagem artística.

	A. Visuais	Dança	Música	Teatro	Artes Integradas	Total
6º ano	6	3	3	2	2	16
7º ano	4	1	6	2	3	16
8º ano	4	0	4	0	8	16
9º ano	7	2	1	1	5	16
Total	21	6	14	5	18	64
Porcentagem	32,8%	9,3%	21,8%	7,8%	28,1%	100%

Fonte: A autora (2023)

Segundo a BNCC, nos anos finais,

espera-se que o componente Arte contribua com o aprofundamento das aprendizagens nas diferentes linguagens – e no diálogo entre elas e com as outras áreas do conhecimento –, com vistas a possibilitar aos estudantes maior autonomia nas experiências e vivências artísticas (Brasil, 2017, p. 205).

Desta forma, observa-se que, conforme se avança nos anos, do 6º em direção ao 9º, são priorizados os temas de ‘artes integradas’, na coleção. A tabela 5 mostra que, entre os 18 temas de ‘artes integradas’ da coleção, encontramos os seguintes assuntos: arte de brincar, circo, ópera, cinema, fotografia, linguagens híbridas, rádio, animação, arte multimídia, arte no corpo, arquitetura, vídeo dança, semana de arte moderna, festival artístico de formatura, entre outros. Há temas em que uma linguagem se destaca, como o circo, onde a linguagem do Teatro é focalizada. E outros em que se observa a presença de conteúdos de três ou até das

quatro linguagens, mas em geral, há uma ou duas linguagens que se destacam pela própria natureza de cada assunto.

A tabela 5 mostra também que a linguagem Música está presente na coleção, sendo a segunda linguagem mais trabalhada. No 2º volume (7º ano) Música é a linguagem mais abordada (com 6 projetos), dominando as temáticas e conteúdos do volume. Além disso, é a principal linguagem de um dos temas de 'artes integradas', que aborda a ópera, sendo também contemplada no tema sobre cinema.

No 3º volume (8º ano), a Música é focalizada no mesmo número de temas que as Artes Visuais (4 temas cada). Quando se observa os temas de 'artes integradas', vê-se que as linguagens mais abordadas são Artes Visuais, Dança e Teatro. No caso do 3º volume, tanto Dança quanto Teatro são abordadas apenas nos temas de 'artes integradas'.

Observando-se a coleção como um todo, nota-se ainda o predomínio da linguagem Artes Visuais, sendo abordada em 32,8% dos projetos. Além disso, ao aprofundar o olhar sobre cada tema, levantamos a extensão de cada um, pois eles variam bastante de 'tamanho'. Constatamos que os temas que abordam Artes Visuais são frequentemente mais extensos. A título de exemplo, destacamos o capítulo 2, da unidade 2, do 1º volume (6º ano), intitulado "Brasil plural". Nele, uma das seções 'arte em projeto' aborda a área de Artes Visuais e outra, a de Música. O de Artes Visuais ocupa 13 páginas e o de Música, somente 3. No capítulo 1 do 1º volume (6º ano), o tema de Artes Visuais ocupa 18 páginas e o de Música, 8 páginas.

Esse 'modo' se estende pela grande maioria dos 'arte em projetos' e temas da coleção. Há também temas de 'artes integradas' em que as Artes Visuais são trabalhadas quase que exclusivamente, como: fotografia, animação, arquitetura e Semana de arte moderna, por exemplo.

A linguagem menos presente nas seções 'arte em projetos' é o Teatro (7,8%), seguido pela Dança (9,3%). Em contrapartida, ambas as linguagens são o foco do trabalho em diversos temas de 'artes integradas' (circo, cinema, vídeo dança). Entende-se que os autores e editores priorizaram a abordagem da Dança e do Teatro, em integração com outras linguagens artísticas. É válido pontuar que, mesmo assim, essas linguagens são menos abordadas, na coleção.

Ao se olhar para o conteúdo Música na coleção *Por toda parte*, podemos constatar que o mesmo está bastante presente, quebrando o monopólio das Artes

Visuais. A atual legislação educacional estabelece as quatro linguagens artísticas como constituintes da disciplina de Arte e comprovamos a presença de todas, na coleção examinada. Porém, a legislação não garante equanimidade entre as mesmas e a análise da coleção “Por toda parte” mostrou também uma clara desigualdade quantitativa de conteúdos entre elas. Em concordância com Souza (2018), romper o paradigma histórico da disciplina é um desafio para todos os atores envolvidos. Nesse sentido, ao examinar os quatro volumes da coleção *Por toda parte* aprovada no Edital 2020 do programa, podemos afirmar que os livros didáticos do PNLD estão cumprindo seu papel, nessa tarefa.

Segundo Silva (2011), os livros didáticos estão inseridos em contextos historicamente localizados, são produtos de relações que ocorreram ao longo do tempo na sociedade. Da seleção de seus conteúdos curriculares e pedagógicos, forma de condução desses conteúdos, formato de apresentação (materialidade), ao seu projeto visual, nada é escolhido ao acaso. Pesquisá-los implica em pesquisar um objeto cultural complexo, especialmente quando este é entendido como um documento histórico.

O segundo lugar ocupado pela Música não nos parece fruto do acaso. A mobilização dos profissionais da área de Educação musical em torno da luta pelo retorno da Música às escolas brasileiras soma mais de duas décadas e, apesar de revogada, a Lei 11.769/2008 deixou importantes marcas nos livros didáticos de Arte, que potencializam mudanças no ensino da disciplina.

A inserção da disciplina nos editais do PNLD vem, claramente, produzindo mudanças substanciais nos livros didáticos de Arte. A qualidade dos livros didáticos produzidos para o PNLD vem apresentando melhorias visíveis, em diversos aspectos: na contemplação das quatro linguagens artísticas, na qualidade da escrita, na seleção dos conteúdos e formas de abordagem dos mesmos, sua visualidade, entre outros.

Segundo Forquin, em cada época ou período histórico, configuram-se diferentes aspectos das relações sociais, dos níveis de estudo, das clientela escolares, das ideologias pedagógicas e do sistema de relações de forças entre os grupos que buscam controlar as transmissões educacionais. Essa condição leva a que não sejam os mesmos aspectos, os mesmos componentes da herança cultural que se tornam referência, balizando a interpretação ou transmissão dos conteúdos no contexto dos programas escolares (Forquin, 1992, p. 30).

Para Jardim

os livros didáticos constituem instrumentos que esclarecem, não apenas os meios que operacionalizam os métodos para a aquisição do conhecimento para o desenvolvimento das habilidades, mas também articulam as finalidades educacionais em suas relações extra-escolares, que comportam intervenções sociais e políticas, envolvendo aspectos ideológicos, morais, culturais (Jardim, 2012, p. 169).

Em concordância com os autores, pensamos que a legislação educacional e os documentos curriculares são parte de uma engrenagem maior. Se por um lado, não determinam os conteúdos e as formas de abordagem dos conteúdos selecionados, por outro, suas mudanças são capazes de mover essa engrenagem.

Sabemos que a simples presença de conteúdos de Música nos livros didáticos não garante sua inclusão no ensino de Arte, porém, certamente representa um primeiro passo nessa direção.

5.5.1 Sobre os conteúdos de música na coleção

A escola é o local, por excelência, nas sociedades modernas, de gestão e de transmissão de saberes e símbolos. Forquin (1992) define currículo como a forma institucionalizada de estruturação e de programação de conteúdos de ensino e os conteúdos de ensino, como produtos selecionados no interior de uma cultura.

Ao discorrer sobre a seleção cultural escolar, Forquin destaca que a conservação e a transmissão da herança cultural do passado são uma função essencial da educação, em todas as sociedades. A maneira como uma sociedade representa o passado e gere sua relação com ele opera-se numa dinâmica conflituosa: “A seleção que está no fundo de toda tradição comporta sempre uma parte de arbitrário e supõe na verdade um questionamento contínuo da escolha feita por seus ancestrais” (Forquin, 1992, p.30). O autor salienta que a seleção cultural não é exercida apenas em relação a uma herança do passado, incluindo também determinados conhecimentos e valores para serem transmitidos às gerações atuais e futuras.

Nesse sentido, após investigar a presença da linguagem musical, na coleção *Por toda parte*, nos perguntamos sobre a seleção dos conteúdos musicais, na coleção. Com isso buscamos investigar se o trabalho proposto por essa linguagem

seguiu sustentando os cânones ainda vigentes no ensino de música, centrados na tradição musical ocidental europeia.

Na análise geral da proposta de Música das coleções dos anos 1970 (ver capítulo 3), observou-se que se apoiam na alfabetização musical e na história da música ocidental europeia, com algumas propostas centradas na música popular brasileira, bastante eventuais.

O canto aparece, sempre com partituras musicais, ao fim das unidades. Além disso, a tônica do trabalho proposto reside no ensino teórico da música, com a presença de exercícios escritos, textos sobre história da música ocidental e brasileira e formalização dos elementos musicais (como as figuras e notas musicais), sem propostas de prática musical, com raras exceções, conforme vimos no capítulo 3.

A partir dessas observações examinamos os conteúdos gerais de música de *Por toda parte* e ficou clara a grande diferença entre os dois períodos, com relação à proposta de ensino-aprendizagem musical. A comparação entre as coleções separadas por quase cinco décadas é pertinente, considerando que nos demais períodos já analisados nesta pesquisa, observamos a ausência da Música nos conteúdos dos livros didáticos de Arte.

A tônica em *Por toda parte* recai sobre a prática musical, com atividades de apreciação, fazer musical e composição apoiadas, em grande medida, nas possibilidades atuais de interação com a música, advindas dos meios tecnológicos. A educação musical proposta na coleção não visa o ensino de teoria musical, nem a leitura de notação (partitura) convencional, não havendo atividades dessa natureza. Vê-se que as metodologias ativas e criativas de educação musical embasaram a escrita da coleção por parte do autor, apesar dos limites impostos pela natureza do trabalho nas escolas de educação regular, dividindo o currículo da disciplina com as outras três linguagens.

Gostaríamos de focalizar, por fim, a presença de conhecimentos, culturas e práticas musicais não hegemônicas, sejam os de tradição oral de diferentes partes do mundo, a cultura afro-brasileira e indígena, assim como temáticas que fogem aos cânones musicais mencionados neste trabalho. A página X da primeira parte do Manual do Professor versa sobre a temática “história e cultura afro-brasileiras e indígenas na escola”. Os autores firmam o compromisso de atender à legislação sobre esse assunto (Brasil, 2008a), “por acreditar em uma educação democrática e

alicerçada em nossa rica diversidade cultural”. E para que “os direitos previstos nas leis tenham ressonância na escola, cabe uma ação pedagógica apoiada numa renovação teórico-metodológica que é de responsabilidade de todos os atores envolvidos no processo educacional” (Ferrari *et al.*, 2018, p. X). É válido recordar aqui que essa inclusão não é uma ‘escolha’ da editora, pois além de atender à legislação sobre esse assunto, a sua inclusão atende a uma exigência do edital que, caso não seja atendida, terá sua obra reprovada na avaliação prévia.

Examinando os sumários dos quatro volumes, observamos que, no volume do 6º ano, dentre as quatro unidades, há duas dedicadas a essa temática: uma dedicada à “formação artística e cultural do povo brasileiro”, tendo como “tema a cultura indígena” e uma unidade centrada na cultura afro-brasileira (Ferrari *et al.*, 2018, 6º ano).

No volume do 7º ano, há um capítulo dedicado à relação entre música e dança, onde a temática central é a ciranda (cultura de tradição oral) e uma unidade dedicada à criação, intitulada “improvisar e criar”, onde culturas tradicionais de várias regiões brasileiras protagonizam os conteúdos.

Nos volumes restantes e na coleção, como um todo, temáticas centradas na criação, improvisação, arte contemporânea, arte urbana, popular e tradicional brasileira permeiam a coleção, nas unidades e capítulos, independente do tema que está sendo trabalhado.

De um modo geral, a coleção enfrenta as concepções estabelecidas sobre o que é e não é arte, calcadas na tradição ocidental europeia, assim como as exigências da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008a).

Por tudo o que foi aqui pontuado, pode-se dizer que a coleção apresenta um modelo de educação artística e musical distinto do observado nos livros didáticos de Educação Artística dos anos 1970, tanto do ponto de vista didático-pedagógico, quanto dos conteúdos artístico-musicais. Vale assinalar, no entanto, que, ao examinar esses livros, verifica-se um primeiro passo na direção do que concretamente encontramos hoje, nos livros do PNLD Arte.

Lembramos que, naquele período, não havia uma legislação como a atual, regulando os conteúdos dos livros didáticos. Em nossa experiência na autoria de livros didáticos, mesmo após a vigência da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008a), a ausência dessas matrizes de conhecimento nos livros de Arte da editora para a qual escrevamos livros didáticos. E de termos incluído de modo, de certa forma pioneiro,

na coleção editada em 2013. Isso confirma nossa hipótese de que a entrada da disciplina para o PNLD mudou a feição dos livros didáticos de Arte.

Por outro lado, os livros didáticos são um elemento característico da cultura escolar e, como tal, estão submetidos aos processos de seleção cultural. Desse modo, eles permitem evidenciar a prevalência de certos conhecimentos em detrimento de outros. A esse respeito, Forquin (1992) salienta que a seleção cultural não é exercida apenas em relação a uma herança do passado: “determinados conhecimentos, atitudes, valores atuais são também selecionados para serem transmitidos às gerações atuais e futuras” (Forquin, 1992, p. 31).

5.6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Por vezes, nós, educadores musicais da atualidade, temos a percepção de que muito pouco mudou com relação à construção dessa área do conhecimento, no currículo e nas práticas escolares.

Este capítulo nos possibilitou a perspectiva de um estudo diacrônico dos manuais escolares da disciplina de Educação Artística/Arte, desde seu nascimento, até os dias atuais, perfazendo um período de cinquenta anos. Conhecer os livros didáticos desse período nos permitiu averiguar o que neles mudou e o que permaneceu, contextualizando-os em cada fase de história da disciplina.

Pode-se declarar que, entre as primeiras coleções investigadas, no período inicial de existência da disciplina/área do conhecimento, e as coleções atuais, importantes mudanças ocorreram, nas diversas dimensões desse objeto cultural. E que a inclusão da disciplina nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático provocou mudanças substanciais nos manuais escolares de Arte, uma vez que para serem aprovadas no programa, as coleções têm que contemplar toda a legislação educacional vigente, como a inclusão das quatro linguagens artísticas, e o estudo das culturas afro-brasileira e indígena.

Este estudo mostrou que, nos últimos cinquenta anos, os livros didáticos de Arte: tiveram um aumento visível na sua qualidade, tanto no aspecto editorial quanto no pedagógico; voltaram a incluir a Música em seus conteúdos, após um longo período de ausência; tiveram mudanças importantes em sua produção, especialmente quanto à autoralidade, passando a envolver profissionais das quatro

linguagens artísticas; romperam, paulatinamente, o monopólio das Artes Visuais, constituindo-se hoje num objeto de ensino capaz de propiciar aprendizagem e vivência, nas quatro linguagens artísticas; iniciaram uma mudança de paradigma, quanto aos cânones da cultura erudita ocidental, adentrando o movimento de descolonização, no currículo da disciplina, de forma a visibilizar um pouco mais as práticas culturais não hegemônicas; adentraram as salas de aula do ensino público, em todos os estados brasileiros e níveis da educação básica, por meio do PNLD.

Todas as mudanças acima citadas estão amparadas por alterações na legislação educacional e em políticas públicas nacionais, mostrando que, se por um lado estas não são suficientes, por outro têm sido condição básica para a concretização de tais avanços.

Quanto à efetivação do ensino de Música, na disciplina de Arte, temos observado a necessidade de uma atuação constante dos educadores musicais junto às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação para que os conteúdos musicais presentes nos livros didáticos cheguem às salas de aula da educação básica.

Lembramos que a formação inicial (acadêmico-profissional) e continuada do professor, apesar de estar fora do escopo desta pesquisa, é também um ponto essencial, nesse processo de inserção da Música na escola.

A discussão realizada neste capítulo nos possibilita olhar para a história da educação musical através dos livros didáticos. Essa possibilidade nos faz refletir sobre o momento atual, dando outra perspectiva para a complexa teia de relações envolvidas na dinâmica das mudanças curriculares.

A análise da coleção *Por toda parte* mostra um ponto de maior amadurecimento das políticas públicas em relação ao ensino de Música na educação escolar. A coleção traduz a incorporação de muitos anseios da comunidade de educadores musicais e reflete o amadurecimento de importantes discussões travadas na área, em décadas recentes. Os desafios continuam postos, mas um caminho está sendo trilhado. A própria dinâmica de editais do PNLD, das políticas governamentais e da movimentação da comunidade acadêmica da área de Música nos permite vislumbrar futuros aprofundamentos e o endereçamento dos grandes desafios para fazer da Arte e da Música uma importante ferramenta de desenvolvimento educacional na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 6 – EDUCAÇÃO E MEMÓRIA: ACERVOS DE LIVROS ESCOLARES NO BRASIL

O interesse dos historiadores pelos manuais escolares deu-se a partir da segunda metade do século XX. De início, percebeu-se que o acesso a esses impressos era problemático. Desvalorizados pelos bibliotecários, geograficamente dispersos, mal acondicionados, esses impressos precisavam ser resgatados, catalogados e aglutinados.

Neste capítulo iremos abordar a questão dos acervos de livros escolares, fora e dentro do Brasil. Sem acervos documentais e políticas institucionais de preservação constituídas em centros de pesquisa, a pesquisa histórica torna-se limitada e, em última instância, impossível. Investigando a situação atual e a origem histórica de acervos de livros escolares, trataremos de três centros pioneiros, surgidos na Europa, que inspiraram a formação de acervos no Brasil. Em seguida trataremos dos acervos de livros escolares brasileiros, sua história, localização e funcionamento, bem como a situação atual.

6.1 O COMEÇO DE TUDO: TRÊS CENTROS PIONEIROS EUROPEUS

A partir do final dos anos 1970, cientes da importância dos livros escolares e das dificuldades de acesso, estudiosos (historiadores e pesquisadores da Educação) de diversas partes da Europa começaram a formar centros dedicados à investigação dos manuais escolares. Esses centros tiveram como primeiro trabalho o inventário dos manuais, sua coleta, higienização, compilação e catalogação, consolidando bancos de dados sobre essas obras. Eles foram também pioneiros na criação e consolidação desse campo de pesquisa.

Abordamos aqui três centros de pesquisa pioneiros que, de um modo ou de outro, influenciaram o desenvolvimento desse campo de pesquisa e a criação de bancos de dados de manuais didáticos fora do continente europeu.

O primeiro desses centros foi fundado na Alemanha, em 1975, sob a coordenação do historiador Georg Eckert, em parceria com a Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO): o *Georg Eckert Institut for International Textbook Research*¹³².

Em 1980, professor e pesquisador Alain Choppin liderou o projeto seminal de criação do banco de dados Emmanuelle¹³³. Vinculado ao *Service D'histoire de L'éducation do Institut National de Recherche Pédagogique* (INRP), o Emmanuelle teve como objetivo inventariar e catalogar os manuais escolares utilizados na França, desde a Revolução Francesa (1789) até a contemporaneidade, criando uma base de dados informatizada, além de realizar estudos e publicações (Teive, 2015).

O Emmanuelle foi construído como um complexo e pioneiro banco de dados quanto à possibilidade de fornecer informações sobre a trajetória de cada livro didático pesquisado, disponibilizando um conjunto de dados referentes à “duração da vida da obra” (Bittencourt, 2014).

Bittencourt explica que os dados fornecidos pelo Emmanuelle não eram

uma réplica das informações catalográficas nos formatos das bibliotecas em geral, mas possibilitam fornecer aos pesquisadores a dimensão histórica do livro didático. Tais características desse Banco de Dados se relacionam também com uma coleta de informações específicas sobre cada livro, proveniente de um trabalho científico de equipes de especialistas, para se obter uma verdadeira biografia do livro, da primeira à última edição (Bittencourt, 2014, p.54).

Além de um extenso acervo de livros didáticos franceses, o Emmanuelle abrigava informações sobre pesquisas de grupos que trabalham com o tema, na Europa e América. O projeto pioneiro inspirou, em todo o mundo, a organização de pesquisas sobre o livro didático, inclusive no Brasil, na Universidade de São Paulo (USP). Lamentavelmente o Emmanuelle foi encerrado, após a morte de Alain Choppin¹³⁴.

Um segundo projeto, inspirado pelo Emmanuelle, foi o *Proyecto MANES* (manuais escolares). Foi fundado em Madri, na Espanha, no início da década de 1990, por iniciativa do professor Federico Gómez Rodriguez de Castro, do

¹³² Este centro é de uma natureza um pouco diferente, em relação aos outros que serão abordados neste capítulo. O *Georg Eckert Institut* foi criado após a Segunda Guerra Mundial, no reconhecimento de que o ódio pelo outro também passa pela educação, em particular, pelas informações transmitidas em livros didáticos. Deste modo, o GEI está mais focado em questões históricas e sociológicas, não havendo quase nada de livros de ensino de Arte/Música.
<https://uia.org/s/or/en/1100019375> Acesso em 24 jun. 2024.

¹³³ <http://rhe.ish-lyon.cnrs.fr/?q=emmanuelle>. Acesso em 17 jul. 2024.

¹³⁴ Alain Choppin foi um importantíssimo historiador para a manualística. Apesar de seu falecimento datar de quase 20 anos, continua sendo uma referência fundamental para quem adentra esse campo de pesquisa. Para conhecer sua trajetória e legado, ver Bittencourt, 2014.

Departamento de Historia de la Educación y Educación Comparada, da Universidad Nacional de Educación a Distancia - UNED (Teive, 2015). Nessa época, o Projeto Manes realizou o censo dos livros utilizados no ensino primário e secundário espanhol, de 1808 a 1990.

Apesar de ter surgido na UNED, desde o início o MANES contou com a participação de professores de diversas universidades espanholas, dentre os quais, o professor Agustín Escolano-Benito, que cunhou o termo “manualística” para esse campo acadêmico¹³⁵ (Escolano-Benito, 2017). Com o passar dos anos, investigadores de outras universidades espanholas, europeias e latino-americanas, foram se juntando a eles, o que conferiu um caráter interuniversitário e internacional ao projeto. Em função dessa abrangência, no ano de 2003, o *Projecto MANES* transformou-se no *Centro de Investigación MANES*¹³⁶. (Teive, 2015, p. 831).

Essas iniciativas pioneiras desenvolvidas na França e na Espanha também inspiraram iniciativas desenvolvidas para o estudo e pesquisa do livro didático no Brasil, em especial a iniciativa pioneira em nosso país: a Biblioteca do Livro Didático da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

6.2 BIBLIOTECA DO LIVRO DIDÁTICO E COLEÇÕES ESPECIAIS DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (BLDFE- USP)

A Biblioteca do Livro Didático e Coleções Especiais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLDFE-USP)¹³⁷ foi uma iniciativa pioneira - o primeiro acervo especializado em livros escolares do Brasil. Sua história está vinculada a pesquisadores cujos projetos de pesquisa estavam associados ao livro escolar, no fim dos anos 1980. A dificuldade em localizar obras didáticas produzidas para cursos primários e secundários, em bibliotecas, era evidente.

¹³⁵ “Há alguns anos nos ocorreu propor o termo manualística como rubrica acadêmica que poderia acomodar os diversos trabalhos que [...] foram gestando em torno do livro escolar como fonte historiográfica e como gênero textual. Também contempla esta proposta a possibilidade de incorporar a perspectiva pragmática da pesquisa em torno do projeto, modos de produção, usos e incidência do livro escolar na educação formal”. (Escolano-Benito, 2017, p. 8).

¹³⁶ <https://www.centroman.es/org/> Acesso em 24 jun. 2024.

¹³⁷ <https://www4.fe.usp.br/biblioteca/acervos/biblioteca-do-livro-didatico> Acesso em 24 jun. 2024.

As pesquisas na FEUSP vinculadas às especificidades dos livros didáticos demonstravam que esses impressos possuíam características diferenciadas em relação aos demais, quanto à sua produção, formas de circulação e consumo, condição que passou a exigir medidas para preservá-los em espaços especiais. Por ser um tipo de impresso produzido em larga escala, mas de consumo delimitado pelo sistema educacional e por suas mudanças curriculares, os livros escolares tinham uma vida útil relativamente “curta” e tendiam a tornar-se obras sem necessidade de preservação em bibliotecas (Bittencourt; Silva; Boto, 2021, p. 2).

Sendo o livro escolar um documento desvalorizado pelas bibliotecas e descartado pelas escolas e pela população, era premente a organização de um acervo de livros escolares, no Brasil. Além das razões acima apontadas, comuns aos diversos países, há no Brasil a dispersão em um território vasto e caracterizado por políticas públicas educacionais descentralizadas, fator que dificultava o acesso por parte dos interessados em estudar esse tipo de impresso.

A constituição da Biblioteca do Livro Didático (BLDFE-USP) esteve também aliada ao crescente campo das pesquisas que se constituía nos anos 1990, tendo neste objeto educativo seu principal foco de investigação.

No ano de 1994 deu-se, então, a fundação da biblioteca, formada a partir de acervos de pesquisadores que tinham esse tipo de livro como objeto de investigação e/ou o utilizavam para cursos de formação de práticas docentes¹³⁸. A etapa inicial da organização da BLD¹³⁹ integrou parte do projeto *Literatura escolar e memória escolar brasileira*, sob coordenação da professora Circe Bittencourt, desenvolvido junto ao Centro de Memória da Faculdade de Educação da USP e parte do projeto geral “*Impressos, Leituras e Instituições Escolares no Brasil*”, coordenado pela professora Marta Chagas de Carvalho.

A organização da biblioteca obedece, desde o começo, a conceitos e categorias próprias da produção didática, o que tem direcionado a classificação das obras e as formas de disponibilização para pesquisadores. Nesta perspectiva, a BLD abarca também

¹³⁸ Citamos aqui o acervo pessoal de livros didáticos de História da Profa. Dra Circe Bittencourt, utilizados em sua Tese (BITTENCOURT, 1993) e importante contribuição à formação do acervo da Biblioteca do Livro Didático, em sua fundação.

¹³⁹ A partir daqui, utilizaremos a sigla BLD ou o termo Biblioteca do Livro Didático para nos referirmos à Biblioteca do Livro Didático e Acervos Especiais da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (BLDFE- USP) para melhor fluência do texto.

um conjunto de livros usados que possuem um valor diferenciado em relação aos livros recebidos diretamente das editoras e ainda “virgens” de usuários. Assim, há vários exemplares da mesma obra que se diferenciam por fornecerem informações de usos, pelos traços deixados pelos alunos, suas anotações e rabiscos, respostas de questionários, etc (Bittencourt; Silva; Boto, 2021, p. 2).

A organização da BLD tem se caracterizado pelo diálogo com pesquisadores de diferentes universidades. Seu acervo vem se compondo a partir de pesquisas articuladas à história do currículo e das disciplinas escolares, história das práticas de leitura, história das editoras, das políticas públicas de produção e avaliação dos livros didáticos, bem como dos métodos de ensino e história da formação de professores primários e secundários.

Além dos livros escolares propriamente ditos, foi acrescida à BLD uma gama de documentos determinantes de sua produção e relevantes para o estudo da relação entre Estado e mercado do livro (editoras), área de pesquisa que vem se avolumando no Brasil, com a criação e ampliação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Entre esses impressos, estão: legislação, catálogos de editores, guias para os professores, programas curriculares, além de teses, dissertações e monografias sobre as diferentes temáticas relacionadas aos livros escolares dos diferentes níveis de escolarização.

A BLD abriga, ainda, algumas coleções especiais. Destacamos a Biblioteca da antiga Escola Normal de São Paulo, fundada em 1874 e hoje chamada Biblioteca Paulo Borrroul. Seu acervo é composto por aproximadamente 6.500 títulos, em 8.000 volumes, publicados entre o início do século XVII e meados do XX. É um conjunto de obras raras, que perpassam diferentes momentos históricos, áreas do conhecimento e tendências literárias, principalmente de impressos escolares destinados à formação do magistério. Seu rico acervo

traz elementos para compreensão da história do livro, da leitura, dos saberes e das disciplinas escolares, bem como de conteúdos, concepções, tradições, modelos e projetos de formação de professores que marcaram a formação docente em São Paulo (Bittencourt; Silva; Boto, 2021, p. 12).

A BLD constitui-se como um acervo reservado, localizando-se dentro da Biblioteca da Faculdade de Educação da USP. Conforme vimos no capítulo 3, seu acervo não é circulante, não havendo empréstimo de livros. Os pesquisadores e interessados devem agendar suas visitas para consulta do material *in loco*. Seu

acervo corresponde a aproximadamente 23.000 obras e 1.200 documentos, todos disponíveis apenas em formato físico. Um projeto de digitalização está em curso.

Desde sua fundação, houve a preocupação em disponibilizar o acervo da biblioteca para pesquisas em escala nacional e internacional, por intermédio de um banco de dados, o Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros.

6.3 BANCO DE DADOS DE LIVROS ESCOLARES BRASILEIROS (LIVRES)

Desde a sua origem, em 1994, a organização da Biblioteca do Livro Didático esteve articulada a um Banco de Dados com o propósito de referenciar e localizar livros didáticos brasileiros existentes em diferentes bibliotecas do país e internacionais.

O Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES)¹⁴⁰ teve início em 1994, junto ao Centro de Memória da FEUSP, com os objetivos de referenciar, localizar os livros didáticos brasileiros para auxiliar pesquisas sobre o tema, além de preservar e divulgar os acervos localizados em diferentes lugares, tais como: bibliotecas, instituições e em referenciais bibliográficos e documentos diversos - catálogos de editoras, revistas educacionais, programas curriculares.

Para a concretização do projeto de um banco de dados brasileiro, foi firmado um convênio internacional entre a Universidade de São Paulo (USP) e o *Institut National de Recherche Pédagogique* da França (INRP). Isso possibilitou aos pesquisadores brasileiros a integração com a rede Emmanuelle, a parceria com o banco de dados de obras escolares francesas. Com a colaboração do Emmanuelle, a BLD procurou adotar os padrões de catalogação desenvolvidos pelo Instituto francês.

O Emmanuelle foi escolhido como referencial por ser um instrumento de pesquisa elaborado e alimentado por pesquisadores franceses e de outros países, o que viabilizou uma ampla consulta sobre livros didáticos em perspectiva histórica, além de possibilitar trabalhos de cooperação internacional.

Procurou-se também seguir (quando possível) o modelo de organização do Emmanuelle, pois seus campos se caracterizam por ampliar a natureza bibliográfica do documento, incluindo, por exemplo, especificidades do livro didático quanto ao

¹⁴⁰ <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/> Acesso em 17 jul. 2024.

processo de sua produção e circulação. Esses campos foram adaptados para a situação brasileira (Bittencourt; Silva; Boto, 2021).

Sobre esse assunto, é válido acrescentar que os acervos de manuais escolares, assim como os acervos musicais, comumente não se adaptam aos sistemas de catalogação utilizados pela área de Biblioteconomia, vigentes nas bibliotecas. Pode-se dizer que essa questão configura um desafio adicional para a catalogação e disponibilização de acervos de livros escolares ou didáticos. Os manuais de Música possuem ainda características próprias e específicas passíveis de desdobrar em itens de catálogo, o que demandaria uma solução mais detalhada em relação aos acervos de livros escolares.

Posteriormente, com a ampliação de pesquisas sobre a história do livro didático no Brasil, estabeleceram-se contatos com pesquisadores de outras universidades brasileiras, destacando os da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Projeto Temático “Educação e Memória: organização de acervos de livros didáticos”, que vigorou de 2003 a 2007 e teve como coordenadores Circe Bittencourt (FEUSP), Kazumi Munakata (PUC-SP) e Carlota Boto (FEUSP), deu continuidade ao Banco de Dados brasileiro, que recebeu o nome LIVRES¹⁴¹.

O Projeto Temático contou com uma equipe de pesquisadores de várias instituições e de diferentes áreas curriculares: professores, pós-graduandos de mestrado e doutorado, bibliotecários, alunos bolsistas de iniciação científica e técnicos de informática das universidades participantes. O projeto abarcou a Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), dentre outras.

Segundo Bittencourt, Silva e Boto (2021), os intercâmbios realizados foram fundamentais para o desenvolvimento da coleta dos dados em diferentes bibliotecas. A coleta iniciou-se pelas Bibliotecas da USP, estendendo-se em seguida para a Biblioteca Municipal de São Paulo (Mário de Andrade), Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além de bibliotecas escolares, como o acervo do NUDOM do Colégio Pedro II (Rio de Janeiro), da Escola Normal Caetano de Campos de São Paulo e de outras escolas da capital e interior paulista.

¹⁴¹ O Projeto Temático obteve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Em nível internacional, foi refeito o convênio com o Banco de Dados Emmanuelle junto ao INRP. Uma rede de contato com outros países foi intensificada, em particular com pesquisadores do projeto MANES (*Centro de Investigación en Manuales Escolares*) da Espanha, que hoje integra pesquisas das universidades latino-americanas do México, Cuba, Colômbia, Chile e Argentina e do projeto EDISCO¹⁴², Banco de Dados sediado na Universidade de Turim, Itália.

No ano de 2016, o Banco de Dados LIVRES passou a integrar o Projeto *International Textbook Catalogue*, que desenvolve um intercâmbio internacional sistematizado de preservação e atualização técnica das obras por intermédio da digitalização, sob a iniciativa do *Georg Eckert Institut* (GEI), da Alemanha. Foi também estabelecido um acordo de cooperação entre a Faculdade de Educação da USP e o GEI para criação e desenvolvimento do *Global Textbook Resource Center* (GLOTREC)¹⁴³.

O objetivo é constituir uma rede global de acervos de livros escolares: MANES (Espanha), EDISCO (Itália), GEI (Alemanha), LIVRES (Brasil) sob princípios de difusão em escala internacional das próprias obras e de ferramentas para ampliação de pesquisas articuladas sob princípios das *Humanidades Digitais*. As formas concretas de cooperação abrangem a elaboração conjunta de standards unificados, integração das bases de dados entre os livros escolares digitalizados em textos completos, de acordo com procedimentos de biblioteconomia e informática estabelecidos (Bittencourt; Silva; Boto, 2021, p. 7).

Atualmente, a continuidade da organização da BLD e do Banco de Dados LIVRES está inserida no projeto 'Arquivos digitais e bibliotecas: história do livro e da leitura', um dos eixos do Projeto Temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) 'Saberes em fronteira: por uma história transnacional da educação (1810)'. O mesmo constitui-se em um projeto amplo sobre a história do livro didático e das edições escolares, a partir de 1810 (quando teve início, pela Imprensa Régia a circulação das primeiras obras produzidas no Rio de Janeiro) até os dias atuais, quando circulam milhares de títulos e formatos, nas escolas brasileiras.

¹⁴² Segundo Paolo Bianchini o EDISCO é um banco de dados público destinado a reunir livros escolares e educacionais publicados na Itália desde 1800. Foi um projeto governamental que reuniu diversas universidades e pesquisadores. Seu catálogo aponta para acervos de diversas bibliotecas e abriga cerca de 20 mil publicações e 40 mil documentos inéditos.
<https://iris.unito.it/handle/2318/138897> Acesso em 19 jul. 2025.

¹⁴³ <https://www.gei.de/en/knowledge-resources/glotrec> Acesso em 17 jul. 2024

Além da Biblioteca do Livro Didático (BLD) e do Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES), outra iniciativa ganhou importância, focalizando a preservação e memória dos manuais escolares brasileiros produzidos e editados para Programa Nacional do Livro Didático, o Memorial do PNLD.

6.4 MEMORIAL DO PNLD

Como tratamos no capítulo 1, o hoje denominado Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é um dos maiores programas de seleção, compra e distribuição de livros escolares do mundo. No início dos anos 2000, havia, no Ministério da Educação, um local onde se encontravam todos os impressos relativos ao Programa, desde sua fundação, em 1985 até aquele momento. Tendo sido encaminhado como parte do processo de inscrição em editais e avaliação pela equipe do Ministério, todo o material se encontrava depositado de forma desorganizada e mal acondicionada. Ainda seria necessário passar as coleções do estado de uso (tramitações dos editais do PNLD) para o estado de arquivo, necessitando de um tratamento adequado ao seu grau de importância para a memória educacional brasileira.

O nascimento do Memorial do PNLD efetivou-se por iniciativa da professora Margarida Maria Dias de Oliveira, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que, no período de 2004 a 2015, foi assessora do Ministério da Educação, como representante de História, na Comissão Técnica do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD. Seguindo a demanda de organizar todo o acervo físico do programa estabelecida pela Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM), em 2010 deu início ao processo de criação do Memorial (Chaves, 2024).

No ano de 2010, o PNLD já completava 25 anos de funcionamento, e todo o acervo físico do programa encontrava-se na sede do Ministério da Educação, em Brasília, em condições de alocação e organização inadequadas. Na primeira etapa, o MEC enviou o acervo físico de Brasília para o Memorial do PNLD, localizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Natal, onde havia sido criado como um espaço de memória, a partir de 2009. Na UFRN, iniciou-se o processo de constituição do acervo digital, em trabalho coordenado pela profa. Margarida Oliveira e envolvendo uma equipe composta por bibliotecários, pós-

graduandos, alunos de graduação (bolsistas de iniciação científica) do Departamento de História.

A digitalização seguiu as seguintes etapas: catalogação, desmontagem, higienização, digitalização e remontagem de todo o acervo físico do PNLD, desde 1985 até 2010. Após finalização, somente o acervo digital foi devolvido ao MEC, em mídia eletrônica (inicialmente em CDs, posteriormente em HD). O acervo físico permaneceu na UFRN para guarda, onde há também o acervo digital, ambos disponibilizados para pesquisa aos interessados, a partir da conclusão da segunda etapa, no Memorial do PNLD¹⁴⁴.

A segunda etapa iniciou-se em 2015, quando se repetiram os mesmos procedimentos com os Editais, Guias e coleções inscritas o programa a partir do ano de 2011. O Memorial disponibilizou, ao fim da segunda etapa, todas as obras inscritas em todas as edições do PNLD de todas as disciplinas da Educação Básica - Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio à Educação de Jovens e Adultos - desde sua criação, em 1985 até o ano de 2018.

A constituição de um Memorial do PNLD foi de fundamental importância para a preservação da história do programa, viabilizando o acesso para professores, pesquisadores, estudantes e demais interessados. Como todas as obras foram digitalizadas, o pesquisador pode, após consulta, solicitar via e-mail o envio do livro em formato digital. Segundo Chaves, o

Memorial do PNLD oferece um vasto conjunto de documentos, que são as obras didáticas inscritas ao longo dos anos, representando uma fonte rica para pesquisas e análises no campo da educação e Manualística. O acervo digital permite que os interessados explorem e utilizem esses materiais de forma independente, alinhando-se com a função documental do livro (Chaves, 2024).

¹⁴⁴ <https://cchla.ufrn.br/pnld/> Acesso em 20 jun. 2024.

6.5 CENTRO DE MEMÓRIA E PESQUISA HISTÓRICA DA ALFABETIZAÇÃO, LEITURA, ESCRITA E DOS LIVROS ESCOLARES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (HISALES – UFPel)

O Hisales – História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares – é um centro de memória e pesquisa, constituído como órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Foi fundado pela professora Eliane Peres, em 2006 como grupo de pesquisa. A partir de 2017 constituiu-se também como centro de memória e pesquisa. Atualmente é coordenado pelas professoras Vania Grim Thies e Chris de Azevedo Ramil. O Hisales reúne alunos de graduação e de pós-graduação em seu grupo de pesquisa.

A partir de 2017, com a mudança para a atual sede (prédio situado no pátio do Campus 2 UFPel), o Hisales passou a ser um centro de memória e pesquisa, ampliando as possibilidades de atuação e de projetos.

Seu objetivo é “investir na salvaguarda do patrimônio histórico-educativo e na manutenção da história e memória da educação”¹⁴⁵. O Hisales contempla ações de pesquisa, ensino e extensão, junto à Universidade Federal de Pelotas (RS), envolvendo a comunidade acadêmica e o público em geral.

Atualmente três eixos são privilegiados nas investigações do Hisales: o primeiro é o de História da alfabetização e da escolarização, que focaliza as seguintes temáticas: História da alfabetização em cadernos escolares de crianças e cadernos de planejamento de alfabetizadoras; políticas de alfabetização; produção e circulação de cartilhas, de métodos e de propostas de alfabetização; memórias de alfabetização.

O segundo eixo é o de Práticas escolares e não-escolares de leitura e escrita, no qual são temas de investigação: História das práticas de leitura; culturas do escrito; escritas pessoais e familiares; leituras e leitores em meios rurais e urbanos; leitura literária. E há ainda o terceiro eixo - Conteúdo, visualidade e materialidade em livros didáticos, impressos pedagógicos e materiais escolares, que abarca pesquisas sobre: disciplinas escolares, conteúdos e temas específicos em livros didáticos e impressos pedagógicos; visualidade e materialidade em livros didáticos, impressos

¹⁴⁵ Informação citada de <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/> Acesso em 24 mai. 2025.

pedagógicos e materiais escolares; produção, circulação e utilização dos livros escolares produzidos no Rio Grande do Sul¹⁴⁶.

Além da investigação na área da alfabetização, leitura e escrita, o centro de memória e pesquisa Hisales tem como um de seus objetivos fundamentais constituir acervos para manutenção da história e da memória escolares. Seu arquivo é especializado nas temáticas da alfabetização, leitura, escrita e dos livros escolares, sendo constituído por diferentes acervos, que integram a cultura material escolar.

Os acervos foram constituídos, em quase sua totalidade, por meio de doações realizadas pela comunidade, no decorrer dos seus 19 anos de existência. No site¹⁴⁷ do Hisales, há um link de doações. Além de livros, recebem também objetos da cultura escolar, tais como uniformes; pastas, desenhos, boletins; bicos de penas, lápis e canetas de diversas espécies; jogos; régua e compassos; mimeógrafo; lousa, entre muitos outros materiais de diversos períodos. No espaço físico há uma exposição permanente e exposições temporárias dos acervos salvaguardados.

Entre seus principais acervos, destacamos: cadernos de alunos (ciclo de alfabetização e outras séries); cadernos de planejamento (Diários de classe) de professoras; livros para ensino da leitura e da escrita nacionais e estrangeiros; livros didáticos produzidos no Rio Grande do Sul (1900-1980); materiais didático pedagógicos; escritas pessoais e familiares.

Os dados dos acervos que integram o arquivo especializado do Hisales estão disponibilizados para consulta local de pesquisadores e pesquisadoras interessados nesses materiais. A catalogação virtual dos materiais está em fase de desenvolvimento para facilitar o acesso por internet. Será disponibilizada junto aos acervos do *site* dos Acervos Virtuais da Rede de Museus da UFPel¹⁴⁸, da qual o Hisales faz parte, desde 2017.

¹⁴⁶ Especialmente entre os anos de 1940-1980, período da influência do CPOE – Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais – SEC/RS.

¹⁴⁷ <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

¹⁴⁸ O link de acesso: <https://acervosvirtuais.ufpel.edu.br>

6.6 NÚCLEO DE PESQUISA EM PUBLICAÇÕES DIDÁTICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (NPPD – UFPR)¹⁴⁹

O Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas da Universidade Federal do Paraná (NPPD-UFPR) foi fundado no ano 2002 pelas Professoras Dras. Tânia Maria Figueiredo Braga Garcia e Maria Auxiliadora Schmidt, docentes do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (FE-UFPR). Está hoje sediado no segundo andar do prédio da Biblioteca do Setor de Educação da UFPR, na cidade de Curitiba, Paraná¹⁵⁰.

Sua criação concretizou-se a partir de atividades realizadas pelas fundadoras no âmbito de projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados à Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná¹⁵¹, em que parte dos projetos envolvia a produção de publicações didáticas¹⁵². Segundo Chaves, “a gênese do NPPD está ancorada no compromisso de entrelaçar, de maneira indissociável, pesquisa, ensino e extensão, pilares fundamentais da Universidade Pública” (Chaves, 2024, p. 17).

Desde sua fundação, a professora Tania Braga Garcia coordena o Núcleo. O NPPD (Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas) reúne professores pesquisadores que têm interesse no tema dos manuais escolares e mídias educativas, bem como estudantes de graduação e pós-graduação. Em 2012, o Prof. Dr. Guilherme Ballande Romanelli, pesquisador da área de Educação Musical, passou a fazer parte do grupo de pesquisadores do NPPD. Desde 2014 é vice-coordenador do Núcleo. O Núcleo de Pesquisa em Publicações Didáticas organiza-se, hoje, em torno de três linhas de atuação, como descrito a seguir.

A linha Publicações didáticas: pesquisa e produção é onde são desenvolvidas investigações sobre publicações didáticas produzidas em diferentes suportes e mídias, dirigidas às escolas, aos professores e aos alunos. Os objetivos dessa linha envolvem também discutir e propor alternativas para a avaliação e produção de publicações didáticas (em particular os manuais escolares), analisar políticas e

¹⁴⁹ <https://nppd.ufpr.br/> Acesso em 12 mai. 2025.

¹⁵⁰ Além do NPPD, as professoras fundaram também o Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica (LAPEDUH), em funcionamento até os dias atuais.

¹⁵¹ Na Pós-Graduação, em especial com a criação no PPGE/UFPR da disciplina ‘Manuais didáticos e escolarização’ (2010-2017) e ‘Manuais escolares: perspectivas de investigação’ (a partir de 2018), tendo a última sido cursada por esta pesquisadora no ano 2021.

¹⁵² Naquele momento, estavam à frente do Projeto Recriando Histórias (1997-2017), que envolveu as cidades da região metropolitana de Curitiba, em atividades de formação continuada de professores da rede pública de ensino e culminando com a publicação de livros didáticos.

práticas relacionadas às publicações didáticas (em especial aos manuais escolares), bem como contribuir para a organização e disponibilização de acervos físicos e virtuais.

A linha Formação em/para a pesquisa abrange a orientação e supervisão de pesquisas sobre a temática, oferta de disciplinas e seminários específicos sobre o tema dos manuais escolares e materiais didáticos (em nível de iniciação à pesquisa, mestrado e doutorado) e organização e apoio a eventos para divulgar a produção acadêmica e socializar os resultados entre pesquisadores, professores e demais interessados na temática. Dentro dessa linha de atuação, o Núcleo também contribui para o fortalecimento e o intercâmbio com pesquisadores e grupos de pesquisa nacionais e internacionais por meio de projetos e convênios.

A linha Extensão e formação de professores busca contribuir para a valorização da temática dos manuais escolares e mídias educativas nos cursos de formação inicial de professores, desenvolvendo ações de extensão voltadas à pesquisa e à produção de publicações didáticas, construindo projetos de parceria com instâncias de formação continuada da rede pública de ensino da Educação Básica (com intuito de discutir a temática dos manuais escolares a partir das demandas apontadas pela escola), propondo ações que favoreçam o debate das relações entre a formação em/para pesquisa, as condições de trabalho no interior das escolas e a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras.

É válido acrescentar que o fato do educador musical e professor Dr Guilherme Ballande Romanelli atuar juto ao NPPD desde 2012, o mesmo vem despontando como o principal centro produtor de pesquisas em manualística em Educação Musical. Além da produção do próprio autor (Teuber, Schlichta, Ribeiro & Romanelli, 2016; Romanelli, 2019a; 2019b; 2020; Teuber & Romanelli, 2020; Romanelli, 2021, entre outros), vários pesquisadores da área de Educação Musical por ele orientados desenvolveram pesquisas em manualística, nos últimos anos (Barbosa, 2013; Rosa, 2021; Harada, 2022; Karam, 2022; Prodóssimo, 2023; Fey, 2025, entre outros).

Além dos manuais publicados por meio de projetos de extensão, o Núcleo, desde sua fundação, formou um acervo de manuais escolares com a finalidade inicial de utilização como fonte para as pesquisas. Nos últimos anos, esse acervo vem sendo organizado e catalogado por bolsistas e discentes de pós-graduação. Para visita e consulta ao acervo, deve-se contatar algum membro da equipe e marcar um horário.

Os livros catalogados até o momento estão divididos em quatro categorias. A categoria dos Manuais escolares para alunos (Educação Básica) abarca os livros didáticos das diferentes disciplinas destinados aos distintos níveis da Educação Básica. Nessa categoria encontram-se livros didáticos de Arte (e de Música).

A categoria dos Manuais didáticos para professores inclui as obras relacionadas ao “Projeto Manuais que ensinam a ensinar”, desenvolvido no NPPD desde 2002. O acervo abarca as obras relacionadas à Didática geral, bem como as de Didática/ Metodologia do ensino das diversas disciplinas escolares, incluindo as de Didática/Metodologia do Ensino de Arte e de Música.

O Acervo de obras especiais contém livros didáticos produzidos em projetos institucionais, destinados a grupos específicos, como indígenas, quilombolas, alunos do campo. E há uma categoria de Livros sobre livro didático, que abarca obras que versam sobre os livros didáticos, ainda em processo de catalogação.

6.7 DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Passados mais de 50 anos das pesquisas pioneiras focalizadas nos manuais escolares, pode-se afirmar que, após realizar o levantamento de bibliotecas, memoriais e bancos de dados de livros escolares brasileiros, esse objeto de estudo ainda precisa de melhor tratamento, no país. Segundo Santos, Souza e Monteiro (2009), para além dos trabalhos científicos espalhados pela Internet e revistas especializadas, esperando por um trabalho de síntese, o próprio objeto de estudo precisa de melhor tratamento. O livro escolar precisa ser visto como fonte e tratado como tal.

A cada dia, com a ação do tempo e a falta de cuidados, perdem-se pedaços essenciais de nossa memória didática e principalmente de nossa memória coletiva. Perdem-se artefatos que além de serem apenas papel e tinta, são objetos da cultura que muitas vezes atravessaram décadas, sendo manuseados por diferentes gerações (Santos; Souza; Monteiro, 2009, p. 2).

Apesar de o livro didático ser possuidor de uma extensa história e um objeto cheio de significados (para os que os utilizaram, produziram e com eles aprenderam), nota-se que é quase invisível.

A produção didática ainda necessita do esforço em catalogá-la. A criação de bancos de dados estaduais (ou regionais), que possibilitem que os manuais, dispersos em diferentes bibliotecas, sejam catalogados, faz-se necessária. Entre

2009 e 2011, o projeto do Memorial do Livro didático do estado de Sergipe foi efetivado¹⁵³. Segundo seus idealizadores,

O Memorial do livro didático de Sergipe é um site que tem como proposta recuperar e registrar as experiências de vida, itinerários profissionais e relatos de agentes envolvidos com a produção e uso dos livros didáticos em Sergipe, além disso, ele também apresenta a iniciativa de catalogar os manuais didáticos de todas as épocas e disciplinas existentes nas bibliotecas e arquivos públicos e privados sergipanos (Santos; Souza; Monteiro, 2009, p. 1).

A catalogação de livros escolares das diversas regiões brasileiras, com sua história e percursos educativos próprios, bem como sua integração ao LIVRES seriam desejáveis. A desvalorização desses materiais por parte das bibliotecas públicas e escolares - que seguem descartando grandes quantidades de livros didáticos periodicamente - sinaliza também a iminente necessidade de criação de acervos físicos de livros didáticos, nas diversas regiões do país. Choppin chama a atenção para essa questão:

É preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar [...] e, idealmente, sua conservação para as futuras gerações (Choppin, 2004, p. 553).

6.8 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este capítulo mostrou que a Biblioteca do Livro Didático (BLDFE-USP) foi pioneira, no Brasil, na compilação e salvaguarda de livros escolares de diferentes períodos e disciplinas. E que o início dos anos 2000 representa um período-chave, na criação de centros de pesquisa em manualística e de acervos de manuais escolares, a exemplo do NPPD, em Curitiba (PR) e do HISALES, em Pelotas (RS).

As dificuldades apontadas pelos centros de pesquisa e acervos visitados por esta pesquisadora foram, em geral, semelhantes: conquista de um espaço físico próprio adequado, pessoal especializado para organização e catalogação dos materiais, bem como atendimento ao público. Nos contatos pessoais, ficou claro também que esses centros de pesquisa têm mais contato e intercâmbio com os do continente europeu, do que entre si.

¹⁵³ O Memorial do Livro Didático de Sergipe localiza-se, hoje, no Memorial de Sergipe Prof. Jouberto Uchôa, local que abriga diversos acervos, de naturezas distintas (objetos pessoais, peças, obras artísticas, livros, livros didáticos).

Sobre a organização e categorias da sessão de “Artes”, da BLD, percebemos algumas falhas de nomenclatura, na catalogação dos livros didáticos da área, que podem prejudicar o acesso às obras. Os materiais da disciplina de Arte têm inúmeras peculiaridades: mudanças de nomenclatura ao longo da história, pastas com reproduções de obras de Artes Visuais, partituras musicais, gravações em áudio, materiais áudio visuais, etc. Esses materiais requerem pessoas qualificadas para organizá-los. Seria interessante o envolvimento de mais pesquisadores da área na manualística e na formação em centros de memória, dando maior visibilidade à área.

Visto que os livros didáticos e materiais de ensino representam um elo importante para a compreensão dos percursos da Educação Musical e para a construção de seus futuros rumos, entendemos que a criação e manutenção de bancos de livros relacionados ao ensino de Música se torna algo bastante relevante. Este estudo evidenciou a importância desses acervos, não apenas como registros da trajetória da Educação Musical, mas também como recurso indispensável para futuras investigações acadêmicas, assegurando sua acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, vimos que o início das políticas de controle sobre a produção e utilização dos livros didáticos no Brasil esteve ligado à agenda de reformas educacionais, no período de formação do Estado-Nação. Esse processo marcou, como característica geral, a colocação do sistema educacional a serviço de uma política autoritária, em um período caracterizado por embates em torno da modernização da Educação nacional.

Pudemos conhecer, por meio de um panorama das políticas públicas em torno do livro didático, apresentadas cronologicamente a partir do Estado Novo, os momentos de surgimento de novas ideias e sua posterior materialização. Este trabalho mostrou também a vinculação dos livros didáticos às políticas educacionais e sua centralidade na implantação de mudanças educacionais e curriculares. Essa importância estrutural do livro didático nas políticas educacionais se mantém até os dias de hoje, reforçando a importância de sua análise.

Após o fim da era Vargas, as questões acerca do livro didático passaram pela responsabilidade de diversos órgãos no curso dos diferentes governos, sem que deixassem de existir problemas envolvendo o preço do livro didático, sua qualidade, propostas de avaliação, denúncias de corrupção, entre outros.

O exame de documentos referentes à legislação educacional geral e ao ensino de Arte e Música, paralelamente ao exame dos livros didáticos, mostrou-se fundamental para um maior entendimento a respeito das concepções de educação musical e do ensino de Arte nos diferentes contextos históricos.

Observando-se a reforma educacional da Lei nº 5.692/71 (Brasil, 1971) globalmente, compreende-se a coerência da fusão das áreas artísticas na atividade de “Educação Artística” dentro do paradigma adotado pela Lei e as ideias educacionais daquele contexto. Para a área de artes, esse foi o marco de fundação do que viria a ser a disciplina de Arte. Embora a concepção original mantivesse uma estrutura que incluía as várias linguagens artísticas, na prática, teve como consequência a saída dos conteúdos de Música do ensino regular.

A nova LDB, Lei nº 9394/96, atribuiu à Arte status de disciplina, porém manteve seu caráter polivalente. Ao compreendermos os caminhos dados pela legislação, podemos entender a importância do estudo dos livros didáticos. Ao

pesquisar os materiais das décadas de 1970, 80 e 90 podemos fazer observações sobre como o sistema educacional procurou encaminhar, na prática, as determinações da legislação. Mudanças de legislação são imediatas, enquanto a adaptação dos agentes da sociedade, como músicos, professores de escolas especializadas e da educação básica, autores de livros didáticos é mais complexa e demorada.

Na análise dos livros didáticos de Educação Artística e Arte do acervo da BLD-USP quanto à presença da educação musical nas coleções, ficou evidente uma correlação cronológica: a música tem forte presença, nos livros editados nos anos 1970 e desaparece, a partir dos anos 1980 e por cerca de 20 anos, dos manuais escolares da disciplina. As coleções analisadas evidenciam também que, apesar da LDB 9.394/96 determinar a divisão da disciplina de Arte em quatro linguagens, nada mudou com relação à exclusividade das Artes Visuais, na produção de livros didáticos, por cerca de 10 anos, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse sentido, as coleções da biblioteca também revelam o papel da Lei nº 11.769/08 (Brasil, 2008) nas mudanças no mercado editorial de didáticos, mesmo num período anterior à entrada da disciplina para o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Nas coleções analisadas, fica evidente o papel da Lei como impulsionadora do início do retorno da Música aos livros didáticos de Arte, assim como a contemplação das outras linguagens artísticas.

Por meio da análise de livros didáticos, pudemos observar também como alguns fatores internos da área de Música operaram, em seu processo de escolarização, por meio de mudanças e permanências de antigos paradigmas do ensino musical, ao longo do período examinado. Nesse processo, os livros didáticos mostram-se como importante testemunho, na construção dessa área do conhecimento, dentro do currículo escolar.

A entrada da disciplina de Arte para o Programa Nacional do Livro Didático, em 2015, foi bastante representativa para a área, a nosso ver. O currículo e os livros didáticos são campos de disputas e de lutas pelo controle dos componentes da herança que serão transmitidos. Para a área de Música, a entrada da disciplina de Arte para o PNLD reforça a demanda por formação de professores em cursos de Licenciatura em Música. Não apenas para ingresso nas vagas de professor de Arte da educação básica, como também na autoria e avaliação de livros didáticos,

desenvolvimento de cursos e ações de formação continuada para professores de Arte, engajamento em pesquisas sobre a temática, etc.

O estudo diacrônico dos manuais escolares da disciplina de Arte permitiu compreender o que mudou e o que permaneceu em cada fase da história da disciplina. Foi um período de mais 50 anos desde a criação da Educação Artística até os dias atuais, durante os quais os livros didáticos documentam as mudanças ocorridas na área.

Entre as coleções do período inicial de existência da disciplina/área do conhecimento e as coleções atuais, importantes mudanças ocorreram nas diversas facetas e dimensões desse objeto cultural. A inclusão da disciplina nos editais do Programa Nacional do Livro e do Material Didático provocou mudanças substanciais nos manuais escolares de Arte, uma vez que para serem aprovadas no programa, as coleções têm que contemplar toda a legislação educacional vigente, como a inclusão das quatro linguagens artísticas, e o estudo das culturas afro-brasileira e indígena.

Este estudo comparativo mostrou que nos últimos cinquenta anos os livros didáticos de Arte sofreram diversas transformações. Tiveram um aumento visível na sua qualidade, tanto no aspecto editorial quanto no pedagógico. Voltaram a incluir a Música em seus conteúdos, após um longo período de ausência. Constituem-se hoje num objeto de ensino capaz de propiciar aprendizagem e vivência nas quatro linguagens artísticas. E iniciaram uma mudança, ainda que tímida, de paradigma quanto aos cânones da cultura erudita ocidental com a inclusão de uma visão decolonial de educação musical, como foi possível observar nos livros do PNLD 2020 examinados.

A análise da coleção *Por toda parte* traduz a incorporação de anseios da comunidade de educadores musicais e reflete o amadurecimento de importantes discussões travadas na área, em décadas recentes. Os desafios continuam postos, mas um caminho está sendo trilhado. A própria dinâmica de editais do PNLD, das políticas governamentais e da movimentação da comunidade acadêmica da área de Música nos permite vislumbrar futuros aprofundamentos e o endereçamento dos grandes desafios para fazer da Música e das Artes importantes ferramentas de desenvolvimento educacional na sociedade brasileira.

Após mapear e analisar o conjunto documental dos livros de Artes da BLD constatamos ser premente a criação de outros acervos de livros didáticos, dada a

carência desses acervos no Brasil. O livro didático é carregado de história e um objeto cheio de significados para os que o utilizaram, produziram e com ele aprenderam. Apesar dessa importância, nota-se que é quase invisível como campo de pesquisa. A maior parte da produção didática ainda necessita passar pelo esforço de preservação e catalogação. Seria interessante também a criação de bancos de dados, a fim de reunir informações sobre os manuais, dispersos em diferentes centros e bibliotecas. Desse modo, o acesso dos pesquisadores ao material seria potencializado.

Com relação à educação musical, percebemos que ela poderia estar mais presente, no acervo da BLD e, quiçá, em outros acervos de livros didáticos. Seria interessante o envolvimento de mais pesquisadores da área de Música na manualística e na formação em centros de memória, dando maior visibilidade à área. Visto que os livros didáticos e materiais de ensino representam um elo importante para a compreensão dos percursos da Educação Musical e para a construção de seus futuros rumos, entendemos que a criação e manutenção de bancos de livros relacionados ao ensino de Música se torna algo bastante relevante. Este estudo evidenciou a importância desses acervos, não apenas como registros da trajetória da Educação Musical, mas também como recurso indispensável para futuras investigações acadêmicas, assegurando sua acessibilidade.

A amplitude dos assuntos envolvidos nesta pesquisa e o fato dela situar-se entre três áreas do conhecimento impôs recortes, em seu percurso. Como toda pesquisa, é concluída por causa dos prazos, não pelo esgotamento do assunto. Isso nos leva a considerar questões que ficam abertas para futuras investigações.

Gostaríamos de ter podido investigar como foi a produção das coleções da década de 1970, pois elas são literalmente a primeira geração de livros didáticos de Arte (mesmo que sob a denominação Educação Artística). Um dos aspectos que nos interessa é o da autorialidade. A possibilidade de entrevistar o autor da parte de música das coleções de 1977 e 1978 analisadas seria bastante interessante. Realizar o mesmo com o autor da área de Música da coleção *Por toda parte*, também. Chegamos a investir nessa direção, num encontro pessoal com ele, mas tivemos que priorizar outros assuntos, no desenvolvimento da pesquisa. O mesmo é válido para os editores diretamente envolvidos com a produção de livros didáticos de Arte, na atualidade. Chegamos a entrevistar uma editora, no ano de 2021, mas os rumos da pesquisa novamente nos levaram em outra direção.

Essas questões abrem uma interessante possibilidade de trabalho: pesquisas envolvendo autores e editores de livros didáticos para melhor compreender a perspectiva destes acerca do processo e do resultado final dos manuais de Educação Artística/Arte produzidos, em distintos momentos.

A história da educação musical escolar, nas décadas de 1960 e 1970, ainda requer maiores investigações no campo da Manualística. Os livros didáticos desse período ainda permanecem pouco investigados pelos educadores musicais. Uma pesquisa mais aprofundada sobre os livros didáticos dos anos 1960, período da disciplina de Educação Musical, e os dos anos 1970, momento da passagem para a Educação Artística, poderia ser interessante.

Outra possibilidade seria pesquisar em diversas editoras qual o primeiro livro didático de Arte envolvendo as quatro linguagens artísticas. Essa pesquisa poderia situá-los temporalmente e confrontá-los com os livros atuais.

Pesquisas de mapeamento de livros relacionados à Educação Musical nos acervos de livros escolares brasileiros: estado da arte, dificuldades, possíveis soluções, consistem num campo ainda a ser desbravado.

Por fim, seria desejável e produtivo uma maior abertura e engajamento de pesquisadores da Educação Musical escolar, em estudos envolvendo História e Memória. A Educação Musical escolar, no formato que conhecemos hoje, é recente, no Brasil, mas já temos bastante “história pra contar”. Desejamos que esta pesquisa possa lançar um pouco de luz em pontos negligenciados desse percurso e propiciar novos olhares sobre o momento atual, apontando possibilidades para seus rumos futuros.

FONTES

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Presidência da República, 16 de julho de 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 23 jan. 2025.

_____. **Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937** – Cria o Instituto Nacional do Livro. Diário Oficial da União - Seção 1 - 27/12/1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 ago. 2024.

_____. **Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938** - Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/1/1939. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1006-30-dezembro-1938-350741-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 ago. 2024.

_____. **Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942**. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Diário Oficial da União - Seção 1 – 10/04/1942. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 01 fev. 2025.

_____. **Decreto-Lei nº 8.460, de 26 de dezembro de 1945**. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Diário Oficial da União - Seção 1 – 26/12/1945. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 ago. 2024.

_____. **Decreto nº 51.215 de 21 de agosto de 1961**. Estabelece normas para a educação musical nos Jardins de Infância, nas Escolas Pré-Primárias, Primárias, Secundárias e Normais, em todo o País. Diário Oficial da União - Seção 1 – 21/08/1961. Brasília, DF, 1961a. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-51215-21-agosto-1961-390857-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 08 abr. 2025.

_____. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Seção 1, 27/12/1961. Brasília, DF, 1961b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html/> Acesso em 01 ago.24.

_____. **Decreto nº 58.653, de 16 de junho de 1966.** Institui no Ministério da Educação e Cultura o Conselho do Livro Técnico e Didático. Diário Oficial da União - Seção 1 – 20/06/1966. Brasília, DF, 1966a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-58653-16-junho-1966-378849-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 14 ago. 2024.

_____. **Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966.** Institui no Ministério da Educação e Cultura a Comissão do Livro Técnico e do livro Didático (COLTED) e revoga o Decreto nº 58.653. Diário Oficial da União - Seção 1 – 05/10/1966. Brasília, DF, 1966b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-59355-4-outubro-1966-400010-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 14 ago. 2024.

------. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil.** Presidência da República, 24 de janeiro de 1967. Diário Oficial da União, 24/01/1967. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1960-1969/constituicao-1967-24-janeiro-1967-365194-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 06 mar. 2025.

_____. **Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967.** Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional de Material Escolar. Diário Oficial da União - Seção 1 – 03/10/1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5327-2-outubro-1967-359134-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 14 ago. 2024.

_____. **Decreto nº 68.728, de 8 de junho de 1971.** Provê sobre a política do livro técnico e do livro didático e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 – 08/06/1971. Página 4458 (Publicação Original). Brasília, DF, 1971a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68728-9-junho-1971-410492-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Prov%C3%AA%20s%C3%B4bre%20a%20pol%C3%ADtica%20do,did%C3%A1tico%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias>. Acesso em 06 mar. 25.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Ensino de 1º e 2º grau. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 14 ago. 2024.

_____. **Parecer nº 853, de 12 de dezembro de 1971.** Núcleo Comum para os currículos dos ensinos de 1º e 2º graus. A Doutrina do Currículo na Lei 5.692. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, 1971c. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.853-1971_nucleo_comum_para_os_curriculos.pdf Acesso em 29 jul. 2024.

_____. **Resolução nº 8 de 1º de dezembro de 1971.** Anexa ao Parecer nº 853/71. Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. In: Documenta nº 133, Rio de Janeiro, 1971d. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/resolucao_n.8-1971fixa_o_nucleo_comum.pdf Acesso em 29 jul. 2024.

_____. **Parecer nº 871, de 11 de agosto de 1972**, do CFE. Matérias da parte diversificada do ensino de 1º e 2º graus do sistema federal. In: Documenta nº 141, Rio de Janeiro, 1972. Disponível em:

https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.871-1972_materias_da_parte_diversificada_do_curriculo.pdf

Acesso em 21 abr. 2025

_____. **Parecer nº 4.833, de 3 de dezembro de 1975**, do CFE. Núcleo Comum e organização curricular, a nível de 1º grau. In: Documenta nº 181, Rio de Janeiro, 1975. Disponível em:

https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.4.833-1975_nucleo_comum_e_organizacao_curricu.pdf

Acesso em 11 mai. 2025.

_____. **Decreto nº 77.107, de 4 de Fevereiro de 1976**. Dispõe sobre a edição e distribuição de livros textos e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1976. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77107-4-fevereiro-1976-425615-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20edi%C3%A7%C3%A3o%20e,txtos%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>

Acesso em 14 mar. 2025.

_____. **Parecer nº 540, de 10 de fevereiro de 1977**, do CFE. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no Art. 7º da Lei 5.692/71. In: Documenta nº 195, Rio de Janeiro, fev. 1977.

Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/parecer_n.540-1977_sobre_o_tratamento_a_ser_dado_aos_comp_curriculares.pdf

Acesso em 30 abr. 2025.

_____. **Lei nº 7.091, de 18 de abril de 1983**. Altera a denominação da Fundação Nacional de Material Escolar, a que se refere a Lei nº 5.327, de 2 de outubro de 1967, amplia suas finalidades e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/4/1983. Brasília, DF, 1983. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7091-18-abril-1983-356755-publicacaooriginal-1-pl.html>

_____. **Decreto nº 91.542, de 19 de Agosto de 1985** - Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1985. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>

Acesso em 10 ago. 2024.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional no 105/2019. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 397 p. Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf

Acesso em 18 jul. 2025.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23/12/1996. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf
Acesso em 31 jul. 2024.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** (primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental). Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 130p.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 2, de 7 de abril de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1998a. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pceb004_98.pdf
Acesso em 15 jul. 2025.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Volumes I, II, III. Brasília: MEC, 1998b.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** (terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental) / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1998c. 174 p. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>
Acesso em 18 jul. 2025.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 2000.

_____. Câmara de Educação Superior – Conselho Nacional de Educação - MEC. **Resolução nº 2, de 8 de março de 2004**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Música. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0204musica.pdf>
. Acesso em: 19 jul. 2025.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ... para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm
Acesso em: 15 jul. 2025.

_____. **Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica. Brasília, DF, 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/Lei/L11769.htm Acesso em: 15 jun. 2020.

_____. **Resolução nº 51, de 16 de setembro de 2009.** Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA). Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10026-resolucao-51-2009-secadi&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192

Acesso em 20 jun. 2025.

_____. **Decreto nº 7.084, de 27 de Janeiro de 2010** - Dispõe sobre os programas de material didático e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. (Revogado pelo Decreto nº 9.099, de 2017). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7084.htm

Acesso em 08 mai. 2025.

_____. **Guia de livros didáticos.** PNLD 2015: Arte - Ensino Médio. Brasília, DF: MEC/ Secretaria de Educação Básica/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2014.

_____. **Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016.** Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília, DF, 2016.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13278.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.278%2C%20DE%20,Art

Acesso em: 06 jul. 2025.

_____. **Decreto n. 9.099, de 18 de Julho de 2017** - Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>

Acesso em 20 ago. 2021.

_____. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF, Ministério da Educação, 2017. Disponível em:

https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf

Acesso em 20 abr. 2025.

_____. **Edital do PNLD 2020.** Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Diário Oficial. Brasília, DF: MEC/ Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2018. Disponível em:

<https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/consultas-editais/editais/edital-pnld-2020-1>

Acesso em 20 abr. 2025.

_____. **Guia de livros didáticos.** PNLD 2020: Arte - Ensino Fundamental: Anos Finais. Brasília, DF: MEC/ Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2019.

Disponível (em PDF) em:

https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-arte.pdf

Acesso em 02 set. 2021.

Disponível também (em formato interativo) em:

https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/componente-curricular/pnld2020-arte

Acesso em 20 abr. 2025.

_____. **Guia de livros didáticos.** PNLD 2022. Educação Infantil. Brasília, DF: MEC/ Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2020.

Disponível (em PDF) em:

_____. **Guia de livros didáticos.** PNLD 2024: Arte - Ensino Fundamental: Anos Finais. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2023. Disponível em:

https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2024_objeto1_obras_didaticas/inicio

Acesso em 31/05/2024.

_____. **Decreto n. 12.021, de 16 maio de 2024** - Altera o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2024/Decreto/D12021.htm#art1 Acesso em 11 ago. 2024.

LIVROS DIDÁTICOS

CANTELE, Bruna. **Arte, etc e tal**. São Paulo, IBEP: 199-.

COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau**. Vol. 1. São Paulo: Saraiva, 1977.

COTRIM, Gilberto Vieira. **Educação Artística: expressão corporal, musical, plástica: 1º grau**. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 1978.

COTRIM, Gilberto Vieira; TELLES, Neusa. **Encontro com a expressão artística: expressão plástica, expressão musical, expressão corporal: 1º grau**. V. 1, 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

COTRIM, Gilberto Vieira; TELLES, Neusa. **Encontro com a expressão artística: expressão plástica, expressão musical, expressão corporal: 1º grau**. V. 2, 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

DECKERS, Jan; VIEIRA, Ivone Lusía; MOURA, José Adolfo. **Educação Artística (área de Comunicação e expressão)**. Vol. 2, 4 ed. Belo Horizonte: Ed. Lê, 197?

FERRARI, Solange dos Santos Utuari; KATER, Carlos Elias; DIMARCH, Bruno Fischer; FERRARI, Pascoal Fernando. **Por toda parte: Arte. Ensino fundamental - anos finais (4 volumes)**. 2 ed. São Paulo: FTD, 2018.

FLEITAS, Orinaldo. **Arte e comunicação**. 6ª série. São Paulo: FTD, 1993.

FLEITAS, Orinaldo. **Comunicação pela arte**. 6ª série. São Paulo: FTD, 1977.

MARCHESI JR, Isaías. **Atividades de educação Artística**. 5ª a 8ª série. 4 volumes. São Paulo: Ática, 1991-1994.

OLIVEIRA, Malaí Guedes. **Hoje é dia de arte**. 5ª a 8ª série. São Paulo: IBEP, 198-?.

XAVIER, Natália; AGNER, Albano. **Viver com Arte (Educação artística)**. V. 1, 2, 3 e 4. São Paulo: Ática, 1984.

WAACK, Jurema Barros; CHRISTOFOLETTI, M. Célia Bombana. **Educação Artística - estudo dirigido: expressão corporal, expressão musical, expressão plástica**. 4 volumes. São Paulo: IBEP, 197-.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, Orlando José de. Historiografia, história da educação e pesquisas sobre o livro didático no Brasil. **Saberes Interdisciplinares**. São João Del Rey, Vol. 1, n.1, p. 1-18, 2008.
- ALVARENGA, Valéria Metroski; SILVA, Maria Cristina da Rosa Fonseca da. Formação docente em Arte: percurso e expectativas a partir da lei 13.278/16. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 1009-1030, jul./set. 2018.
- BARBOSA, Vivian Agnolo. **Análise de livros didáticos de música para o ensino fundamental I**. 99 f. Dissertação (Mestrado em Música) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 20, ago. 2002a.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000200003>
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, Martha (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado de Letras/ALB; São Paulo: Fapesp, 2002b. p. 529-573.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
<https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-28062019-175122> Acesso em 10 mai. 2024.
- _____. Alain Choppin e seu legado como historiador e educador. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (orgs.). **História do ensino de leitura e escrita: métodos e material didático**. São Paulo: Editora Unesp; Marília: Oficina Universitária, 2014, p. 43-60. DOI:
<https://doi.org/10.36311/2014.978-85-393-0541-4>.
- BITTENCOURT, Circe; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; BOTO, Carlota. A Faculdade de Educação pela clivagem dos livros: Biblioteca do Livro Didático e Biblioteca Paulo Bourroul. **RIDPHE- Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, Campinas, SP, v. 7, p. 1-15, 2021. Disponível em:
<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ridphe/article/view/16060>. Acesso em: 9 maio. 2024.
- BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro na década de 1950 e a questão da qualidade de ensino**. 172f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10277> Acesso em 29 jan. 2025
- CAIMI, Flávia Eloisa. Sob nova direção: o PNLD e seus desafios frente aos contextos político-educativos emergentes. **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 7, n. 14, p. 21-40, 2018. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/465> Acesso em: 15 jun. 2025.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 252f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013. 340p.

_____. Materiais didáticos e ensino na escola básica: impactos no currículo e na produção editorial brasileira. **Remate de Males**, Campinas, SP, v. 34, n. 2, p. 375–396, 2014. DOI: [10.20396/remate.v34i2.8635855](https://doi.org/10.20396/remate.v34i2.8635855)

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635855>

Acesso em 19 jun. 2025.

_____. Mercado editorial e PNLD em disputa. **Anais da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)**, News, 23 mar 2020. Disponível em: <https://www.anais.anped.org.br/news/mercado-editorial-e-pnld-em-disputa-celia-cristina-de-figueiredo-cassiano> Acesso em 10 ago. 2024.

CAVALLINI, Rossana Meirelles. **A educação musical na formação acadêmico-profissional do pedagogo**: uma investigação em quatro instituições de ensino superior de Curitiba-PR. 110 f. Dissertação (Mestrado em Música). Setor de Ciências humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAVES, Edilson Aparecido. **História, organização, preservação e acessibilidade de acervos**: o memorial do programa nacional do livro didático. Ananindeua - PA: Ed. Cabana, 2024. Disponível em <https://www.editoracabana.com/cat%C3%A1logo/hist%C3%B3ria-acervos>

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, v. 6, n.11, p. 5-24, abr. 2002.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

_____. Políticas dos livros escolares no mundo: perspectiva comparativa e histórica. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 24, p. 9-28, jan./abr. 2008.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. **História da Educação**, ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 9-75, jan./abr. 2009.

CUNHA, Amanda Siqueira Torres. **A coleção Educação Artística no contexto da Lei 5692/71**: entre as prescrições legais e as práticas editoriais. 2015. 271f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DELMÁS, Anita de Sá e Benevides Braga. **A Construção do currículo do Curso de Licenciatura em Educação Artística**: desafios e tensões (1971-1983). 251p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

JAMIL CURY, Carlos. Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2013. DOI: 10.21573/vol29n22013.43518. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/43518> Acesso em 18 jul. 2025.

ESCOLANO BENITO, Augustín. Manualística na Espanha: duas décadas de pesquisa (1992-2011). **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.7, n. 20, p. 6-29, maio/ago. 2017.

FEY, Andreia Schach. **O uso de livros didáticos para o ensino de música na escola**: perspectivas docentes no Brasil e na Alemanha. 206 f. Tese (Doutorado em Música). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. 252f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/10290> Acesso em 11 jan. 2025

_____. As políticas para o livro didático durante a Ditadura militar: A COLTED E A FENAME. **Hist. Educ.** (Online), Porto Alegre, v. 19, n. 45, p. 85-102, jan./abr. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-3459/44800>

FONSECA, Sílvia Asam da. **Os professores e a qualidade do ensino**: a escola secundária paulista (1946-1961). 258f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n. 5, p.28-49, 1992.

_____. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 73, p. 47-70, dez. 2000.

GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à canção engajada**: a experiência do CPC da UNE. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. 3. ed., 1 reimpr. São Paulo: EDUSP, 2017.

HARADA, Paula do Amaral. **A avaliação de crianças e jovens sobre os livros didáticos utilizados no ensino da música na disciplina de arte**. 190f. Dissertação (Mestrado em Música) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em :

<file:///C:/Users/ROSSANA%20M.%20CAVALLINI/Downloads/R%20-%20D%20-%20PAULA%20DO%20AMARAL%20HARADA.pdf> Acesso em 07 jun. 2025.

JARDIM, Vera Lúcia Gomes. **Da arte à educação: a música nas escolas públicas – 1838-1971**. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. Institucionalização da profissão docente – o professor de música e a educação pública. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v. 21, p. 15-24, mar. 2009.

_____. A Música no Currículo Oficial: um estudo histórico pela perspectiva do livro didático. **Revista Música Hodie**, Goiânia, v.12, n.1, p. 167-174, 2012.

KARAM, Ana Caroline Barbosa Massambani. **Livros didáticos com atividades musicais para crianças de cinco anos: uma avaliação de professoras da rede pública de ensino**. Dissertação (Mestrado em Música) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

MACIEL, Marco. **Educação para todos: caminho para a mudança**, de 31 de maio de 1985. MEC, Brasília, Documenta, 1985, n° 295, p. 187. Publicado no DOU 05/06/1985. Documento integral em PDF disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/200466> Acesso em 31 ago. 2021.

MATEIRO, Teresa da Assunção Novo. Educação musical nas escolas brasileiras: retrospectiva histórica e tendências pedagógicas atuais. **Revista Nupeart**, v.4, n.4, p. 115-135, set. 2006

MUNAKATA, Kazumi. **A política do livro didático no regime militar: da campanha do livro didático e manuais de ensino (Caldeme) à Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED) e à Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)**. Relatório técnico, CNPq, 2006.

_____. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, p. 51-66, set./dez. 2012a.

_____. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012b.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. O longo modernismo: reflexões sobre a agenda político-cultural do século XX brasileiro. **Revista Vórtex**, v. 10, n. 3, p. 1-23, 2022.

OLIVEIRA, Alda. ABEM: 20 anos de construção coletiva para a consolidação do ensino de música no Brasil. **Revista da ABEM**, Londrina, v.20, n.28, p.15-26, 2012.

OLIVEIRA, Olga Alves de; PENNA, Maura. Impasses da política educacional para a música na escola - Dilemas entre a polivalência e a formação específica. **Revista Vórtex**, Curitiba, v. 7, n. 2, p.1-28, 2019.

DOI: [10.33871/23179937.2019.7.2.2879](https://doi.org/10.33871/23179937.2019.7.2.2879). Disponível em:

<https://periodicos.unespar.edu.br/vortex/article/view/2879>. Acesso em: 7 jul. 2025.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. CUNHA, Amanda Siqueira Torres. O ensino de desenho em livros de educação artística na década de 1970: nova área, velho conteúdo? **Educação**. Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-30, 2020.

<http://dx.doi.org/10.5902/1984644438010>

PENNA, Maura. A dupla dimensão da política educacional e a música na escola: I – analisando a legislação e termos normativos. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, v.12, n.10, p. 19-28, mar. 2004.

_____. Não basta tocar? Discutindo a formação do educador musical. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, V. 16, p. 49-56, mar. 2007.

_____. A Lei 11.769/2008 e a Música na Educação Básica: quadro histórico, perspectivas e desafios. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.19, n.37, p.53-75, jan.- jun. 2013.

_____. **Música(s) e seu ensino**. 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PEREIRA, Luis Felipe Radicetti. **Um movimento na história da educação musical no Brasil**: uma análise da campanha pela lei 11.769/2008. 464f. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2010.

PERES, Eliane; VAHL, Mônica Maciel. Programa do Livro Didático Para o Ensino Fundamental do Instituto Nacional do Livro (PLIDEF/INL, 1971-1976): contribuições à história e às políticas do livro didático no Brasil. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 53-70, 2014.

DOI: [10.14393/REPOD-v3n1a2014-27682](https://doi.org/10.14393/REPOD-v3n1a2014-27682).

PRODÓSSIMO, Andrezza Helaine Soares. **Música corporal em propostas pedagógicas para o ensino médio: análise de livros didáticos do Programa Nacional do Livro e Material Didático - PNLD**. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal do Paraná, 2023.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11.769/2008. **Revista da ABEM**, Londrina, v. 20, n. 29, p. 23-38, jul. 2012.

ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. Didactic materials for Music Education: A Brazilian panorama and some challenges. In: Rosa M. Vicente Álvarez, Carol Gillanders, Jesús Rodríguez Rodríguez, Guilherme Romanelli and Jessica Pitt (Ed.). **International Symposium of Music Education and Didactic Materials**. Santiago de Compostela: Espanha, 2019a.

_____. Entre o digital e o impresso perspectivas nos manuais e mídias para o ensino da música no Brasil. **RELATEC - Revista Latinoamericana de Tecnología Educativa**, v. 18, n. 2, 2019b.

_____. **Os livros didáticos e a educação musical brasileira**. In: Sonia Regina Albano de Lima. (Org.). *Ensino musical brasileiro – Múltiplos olhares*. 1ed. São Paulo: Musa Editora, 2020, p. 155-174.

_____. The New Status of Music in Brazilian Schools Since 2012 and the Role of Music Textbooks. In: BAGOLY-SIMÓ, Péter; SIKOROVÁ, Zuzana (Ed.) **Textbooks and Educational Media: Perspectives from Subject Education: Proceedings of the 13th IARTEM Conference**, 2015, Berlin 13. Springer International Publishing, 2021. p. 294-305.

ROSA, Lucas Pitwak Menezes. **O espaço dos livros didáticos do PNL D Arte no currículo de formação inicial dos professores de música do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Música) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SANTOS, Kléber Rodrigues; SOUZA, Kleber Luiz Galvão Machado de; MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz. O memorial do livro didático: uma iniciativa de resgate da memória da produção didática em Sergipe. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2009, p. 1-10.

_____. As relações entre autores de livros didáticos e editoras: o caso de Sergipe e do manual Sergipe nossa História. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: FONTES HISTÓRICAS, ENSINO E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2., 2010, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 2º, 2010. 2010, p. 311-320. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/34018>
Acesso em 20 jul. 2024

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 22, n. 82, p. 149-169, jan-mar 2014. Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399534053008> Acesso em 29 jul. 2024.

SANTOS, Cassiano Lima da Silveira; MENDES, Adriana do Nascimento Araújo. Contrapontos epistemológicos entre as concepções do conhecimento de arte na BNCC e propostas arte-educativas. **Per Musi**, [S. l.], v. 26, p. 1–26, 2025. DOI: [10.35699/2317-6377.2025.55188](https://doi.org/10.35699/2317-6377.2025.55188). Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/permusi/article/view/55188>. Acesso em: 7 jul. 2025

SANTOS, Lucíola Licínio C. P. História das Disciplinas Escolares: outras perspectivas de análise. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 60-68, jul-nov 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71716>
Acesso em: 21 jun. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 29, n. 2, 2013. DOI: 10.21573/vol29n22013.43520. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/43520>. Acesso em 18 jul. 2025.

SILVA, Jeferson Rodrigo da. Livro didático como documento histórico: possibilidades, questões e limites de abordagem. **Revista de Teoria da História**. Ano 2, n. 5, jun. 2011.

SILVA, Maria Bethânia e. **A inserção da arte no currículo escolar**. Recife: Ed. UFPE, 2016. *E-book*. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/220>. Acesso em 09 jul. 2024.

_____. Reflexos históricos: por que uma aula de Arte? **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, SP, v. 29, n. 61, p. 269–286, 2019. <https://doi.org/10.18675/1981-8106.vol29.n61.p269-286>

SOARES, Flávia; ROCHA, José Lourenço da. As políticas de avaliação do livro didático na Era Vargas: a Comissão Nacional do Livro Didático. **Zetetike**, Campinas, SP, v. 13, n. 2, p. 81-112, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646989>. Acesso em 06 mar. 2025

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set.-dez, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300005>

SOUZA, Jusamara. Sobre as várias histórias da educação musical no Brasil. **Revista da ABEM**, Londrina, v.22, n.33, p.109-120, jul.-dez. 2014

SOUZA, Karla Beatriz Soares de. **Abram os livros, por favor...**representações do ensino de Música nos conteúdos musicais do livro didático de Arte do PNLD (2015-2017). 261p. Dissertação . (Mestrado em Música) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Uberlândia, MG. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/28702/3/AbramLivrosPor%20favor.pdf>. Acesso em 01/07/2025.

SUBTIL, Maria José Dozza. Reflexões sobre ensino de arte: recortes históricos sobre políticas e concepções. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 41, p. 241-254, mar. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639849/7412>. Acesso em 08 ago. 2024.

_____. A lei n. 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. **Revista Brasileira de**

História da Educação, Maringá, v. 12, n. 3, p. 125-151, set./dez. 2012. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38815>

Acesso em 01 jun. 2024.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. Caminhos teórico-metodológicos para a investigação de livros escolares: contribuição do Centro de Investigación MANES. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 63, out.-dez. 2015.

TEUBER, Mauren; SCHLICHTA, Consuelo Alcioni Borba Duarte; RIBEIRO, Paulo; ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. A seleção dos livros didáticos de arte pelo PNLD: análise e uso em sala de aula. In: Conferencia Regional para América Latina - **IARTEM. Anais**. Colômbia: International Association for Research on Textbooks and Educational Media. 2016. 190

TEUBER, Mauren; ROMANELLI, Guilherme Gabriel Ballande. O processo de escolha dos livros didáticos por professores de Arte: Mediações (in)imagináveis. **Revista Digital do LAV**, Santa Maria: UFSM, v. 13, n. 3, p. 114-137, set.-dez. 2020.

VAHL, Mônica Maciel; PERES, Eliane. O Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (1971-1976). **Cadernos de Pesquisa**, v.47, n.164, p.562-585, abr.-jun. 2017.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História de Educação**, Maringá, vol. 8, n. 3, pp. 173-215, set-dez, 2008.

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Almeida, Berenice;Pucci, Magda Dourado;Resek, Joana	A A Floresta canta!	uma expedição sonora por terras indígenas do Brasil	Peirópolis	2014	Música
Almeida, Judith Morisson	Aulas de canto orfeônico	para as quatro séries do curso ginásial	São Paulo Editora;Nacional	1958	Música - Canto Orfeônico
Almeida, Renato	Manual de coleta folclórica		Gráfica Olímpica	1965	Artes;Música
Alves, João	O O Canto gregoriano		Loyola	2009	Música
Alves, Milton Rodrigues;Carvalho, Adolpho	Comunicação e expressão através do Desenho	Educação Artística	Ática	1978?	Artes - Desenho
Araújo, Alceu Maynard	Folclore nacional	festas, bailados, mitos e lendas	Melhoramentos	1964	Português - Literatura;Artes
Araújo, Alceu Maynard	Folclore nacional	danças, recreação e música	Melhoramentos	1964	Artes;Música
Areia, Manoel	Curso de desenho	para a 1ª e 2ª séries dos cursos ginásial, comercial, vocacional, industrial	FTD	1967?	Artes - Desenho;Desenho
Arruda, Yolanda de Quadros	Elementos de canto orfeônico		Nacional;Revista dos Tribunais	1958	Música - Canto Orfeônico
Augusto, Rui;Corrêa, Sergio Ricardo S.	Ouvinte consciente	arte musical: comunicação e expressão: ensino de primeiro grau	Editora do Brasil	1973	Música
Azeredo, Verônica Pacheco de Oliveira;Escola Educação Criativa	Arte pra valer	reflexões sobre a arte e o desenvolvimento do pensamento	Escola Educação Criativa	2001	Artes
Azeredo, Verônica Pacheco de Oliveira;Escola Educação Criativa	Brincando pra valer	reflexões sobre brincadeira e o pensamento infantil	Escola Educação Criativa	2001	Artes
Baêta, Emery Renault	Vamos cantar		s.n.	1970	Música - Canto Orfeônico
Bonito, Ângelo;Trzmielina, Nadine	Portinari		Callis	1997	Artes
Bozzano, Hugo B.;Frenda, Perla;Gusmão, Taitiane Cristina	Arte em interação	volume único: ensino médio	IBEP	2013	Artes
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	5ª série, 6ºano do ensino fundamental	Scipione;Parma e Aquarius	2007	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	6ª série, 7ºano do ensino fundamental	Scipione;Parma e Aquarius	2007	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	7ª série, 8ºano do ensino fundamental	Scipione;Parma e Aquarius	2007	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	8ª série, 9ºano do ensino fundamental	Scipione;Parma e Aquarius	2007	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	9º ano: livro do professor	Scipione	2009	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	8º ano	Scipione	2010	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	6º ano	Scipione	2010	Artes - Educação Artística
Bragança, Alice;Manna, Vanessa;Meira, Beá	Arte	7º ano	Scipione	2010	Artes - Educação Artística
Braunwieser, Martin	25 Brinquedos cantados	populares - infantis	Irmãos Vitale - Editores Brasil	1953	Artes
Bresciane, Laís Helena;Nogueira, Leonardo;Miyasaka, Airton;Miranda, Leila;Vasconcellos, Thelma	Educação artística	reviver nossa arte: expressão plástica e geométrica	Scipione;Impres	1985	Artes - Desenho
Bresciane, Laís Helena;Nogueira, Leonardo;Miyasaka, Airton;Miranda, Leila;Vasconcellos, Thelma	Educação artística	reviver nossa arte: expressão plástica e geométrica: caderno de atividades	Scipione;Impres	1985	Artes - Desenho
Buggiani, Francisco	Pequena história da música			1951	Música
Buoro, Anamelia Bueno;Atihé, Eliana Aloia;Kok, Beth	Agora eu era		Companhia Editora Nacional	2007	Artes
Buoro, Anamelia Bueno;Atihé, Eliana Aloia;Kok, Beth	De De Todos um pouco		Companhia Editora Nacional	2007	Artes
Buoro, Anamelia Bueno;Atihé, Eliana Aloia;Kok, Beth	O O Outro lado da moeda		Companhia Editora Nacional	2007	Artes
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística: livro do professor	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística: livro do professor	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística: livro do professor	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística: livro do professor	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.	Arte, etc. e tal...	ensino básico de educação artística	IBEP	199-?	Artes - Educação Artística
Cantele, Bruna R.;Alves, Milton Rodrigues;Cantele, Angela Anita	Arte e habilidade	1º ano ensino fundamental	IBEP	2009	Artes - Educação Artística
Canton, Katia	Arquitetura aventura		DCL - Difusão Cultural do Livro	2007	Artes
Canton, Katia	Pintura aventura		DCL - Difusão Cultural do Livro	2006	Artes
Carvalho, Benjamin de A.	Didática especial do desenho	para os cursos de grau médio	São Paulo Editora;Nacional	1958	Artes - Desenho;Desenho
Coelho, Alcita;Mello, Ana Maria;Ramos, Maurivan Guntzel;Paris, Francisca Romana Giacometti;Coelho, Márcio	Alfabetização sonora		Secretaria Municipal de Educação	200-?	Música
Coelho, Raquel	Música		Formato	2006	Artes
Cotrim, Gilberto	Educação artística	expressão: corporal, musical, plástica: livro do professor	Abril;Saraiva	1977	Música;Artes - Educação Artística
Cotrim, Gilberto;Telles, Neusa	Encontro com a expressão artística	1º grau: expressão plástica, expressão musical, expressão corporal: livro do professor	Saraiva	1980	Artes - Educação Artística
Cotrim, Gilberto;Telles, Neusa	Encontro com a expressão artística	1º grau: expressão plástica, expressão musical, expressão corporal: livro do professor	Saraiva	1980	Artes - Educação Artística
D'Elia, Flora Marques;Liénaux, Ferdinand	O O Desenho racional na escola		Livraria do Globo;Oficina Gráfica da Livraria Globo	1943	Artes - Desenho
Feist, Hildegard	Pequena viagem pelo mundo da arquitetura		Moderna	2006	Artes
Ferreira, Felipe;Massarani, Mariana	A A Escola do cachorro sambista		Ática	2009	Música

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Fleitas, Ornaldo	Arte e comunicação		FTD	1993	Artes;Artes - Educação Artística
Fleitas, Ornaldo	Comunicação pela arte	educação artística: 6ªsérie	FTD	1978	Artes - Educação Artística
França, Cecília Cavallieri	Turma da música		Editora UFMG;Hait	2009	Música
France, Anatole;Freitas, Alano;Giordano, Cláudio	O O Artista		Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2004	Artes
Franco, Carlos;Marchesi Júnior, Isaías;Flávio, Zé;Guizzo, João;Oliveira, Osni de;Jotasan	Atividades de educação artística	livro do professor	Parâmetro;Ática	1994	Artes - Desenho
Franco, Carlos;Marchesi Júnior, Isaías;Flávio, Zé;Guizzo, João;Oliveira, Osni de;Jotasan	Atividades de educação artística	livro do professor	Parâmetro;Ática	1994	Artes - Desenho
Francoio, Maria Angela Serri	Ciranda de formas	bichos: jogos, brinquedos e brincadeiras: livro do professor	MAC USP;FAPESP	2004	Artes
Garcez, Lucília;Oliveira, Jô	Explicando a arte brasileira		Ediouro	2003	Artes
Girardet, Sylvie;Salas, Nestor;Jahn, Heloisa;Merleau-Ponty, Claire	Giotto	pintor de paredes	Companhia das Letrinhas;Geográfica	2000	Artes - Educação Artística
Gordo, Eneida C. da Silva;Morbin, Dulce Gonçalves;Silva, Alex;Haddad, Denise Akel A A Arte de fazer arte	A A Arte de fazer arte		Saraiva;Ave Maria	2000	Artes - Desenho
Gordo, Eneida C. da Silva;Morbin, Dulce Gonçalves;Silva, Alex;Haddad, Denise Akel A A Arte de fazer arte	Desenho	decorativo, morfológico	Saraiva;Ave Maria	2000	Artes - Desenho
Grande, Humberto;Oliveira, João Carlos de;Guimarães, João Carlos M.;Stamato, José	Desenho		FENAME;MEC;Rio Gráfica e Editora	1969	Artes - Desenho
Grande, Humberto;Oliveira, João Carlos de;Guimarães, João Carlos M.;Stamato, José	Desenho	plano, espaço	FENAME;MEC;Rio Gráfica e Editora	1969	Artes - Desenho
Grande, Humberto;Oliveira, João Carlos de;Guimarães, João Carlos M.;Stamato, José	Guia metodológico para cadernos MEC	desenho: livro do professor	FENAME;MEC;Rio Gráfica e Editora	1970	Artes - Desenho

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Guerra, Maria Terezinha Telles;Colella, Maria Beatriz Bitencourt; CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária;Chieffi, Meyri Venci;Almeida, Ivone do Canto	Ensinar e aprender	arte: ensino fundamental, ciclo II: livro do professor	FDE	2010	Artes
Guia, Rosa Lúcia dos Mares;Braga, Matheus	Educação musical	livro do professor	Projecta Educacional	2011	Música
Hart, Tony;Hellard, Susan;Klimes, Helena G.	Picasso		Callis	1994	Artes
Hénauff, Carole;Pougy, Eliana	Arte	4º e 5ºano	Ática	2015	Artes
Herling, André	Caderno de desenho	educação artística: 6ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André	Caderno de desenho	educação artística: 6ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André	Caderno de desenho	educação artística: 7ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Caderno de desenho	educação artística: 8ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 5ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 6ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 7ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 5ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 6ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 7ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 7ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 8ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 8ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 8ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Herling, André;Yajjima, Eiji	Desenho	educação artística: 8ª série: livro do professor	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Julião, João Baptista	Hinos e cantos escolares	para uso das escolas	J. B. Julião;Edições Alarico	1963	Música - Canto Orfeônico

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Julião, João Baptista;Gomes Junior, João	Ciranda, cirandinha...	collecção de cantigas populares e brinquedos	Melhoramentos	1924	Música
Leippe, Ulla;Teixeira, Maria Madalena Wurtz	Brincar de fazer brinquedos		Edições de Ouro	1968	Artes
Lopes, Thiago;Almeida, Berenice;Pucci, Magda Dourado	Outras terras, outros sons		Callis	2015	Música
Lopes, Thiago;Almeida, Berenice;Pucci, Magda Dourado	Outras terras, outros sons	caderno de partituras	Callis	2015	Música
Marchesi Júnior, Isaiás;Guizzo, João;Jotasan	Atividades de educação artística	livro do professor	Parâmetro;Ática	1994	Artes - Desenho
Marchesi Júnior, Isaiás;Guizzo, João;Jotasan	Atividades de educação artística	livro do professor	Parâmetro;Ática	1994	Artes - Desenho
Marchesi Júnior, Isaiás;Guizzo, João;Jotasan	Atividades de educação artística		Ática;W. Roth	1991	Artes - Desenho
Marmo, Carlos Alexandre Branco;Marmo, Nicolau	Desenho moderno	curso ginásial, técnico-industrial e comercial	IBEP	196-?	Artes - Desenho
Martins, Raquel Valle;Santos, Elizete Moura;Durand, Denise;Calabria, Carla Paula Brondi	Arte, história & produção	arte ocidental	FTD	1997	Artes - Educação Artística
Meira, Beá	Modernismo no Brasil	panorama das artes visuais	Ática	2006	Artes
Meira, Beá	Pasta pedagógica	arte	Scipione	2010	Artes
Menezes, Luis Carlos;Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Berger, Ruy;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Macedo, Lino de;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo;Mello, Guimar Namó de	Arte	material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: ensino médio, 1ª série: caderno do aluno	FDE	2014	Artes
Menezes, Luis Carlos;Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Berger, Ruy;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Macedo, Lino de;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo;Mello, Guimar Namó de	Arte	material de apoio ao currículo do Estado de São Paulo: ensino médio, 1ª série: caderno do aluno	FDE	2014	Artes

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Oberg, Lamartine	Desenho no ginásio	para a terceira e quarta séries	Companhia Editora Nacional;São Paulo Editora	1953	Artes - Desenho;Matemática - Geometria
Oliveira, Cibele Queiroz de;Santa Rosa, Nereide Schilario;Kobayashi, Lie;Albuquerque, Duda	Arte na sala de aula	5º ano do ensino fundamental: arte integrada na escola	Oceano Indústria Gráfica;Escala Educacional	2007	Artes - Educação Artística
Oliveira, Cibele Queiroz de;Santa Rosa, Nereide Schilario;Kobayashi, Lie;Albuquerque, Duda	Arte na sala de aula	4º ano do ensino fundamental: arte integrada na escola	Oceano Indústria Gráfica;Escala Educacional	2007	Artes - Educação Artística
Oliveira, Cibele Queiroz de;Santa Rosa, Nereide Schilario;Kobayashi, Lie;Albuquerque, Duda	Arte na sala de aula	3º ano do ensino fundamental: arte integrada na escola	Oceano Indústria Gráfica;Escala Educacional	2007	Artes - Educação Artística
Oliveira, Malaí Guedes de	Hoje é dia de arte	educação artística: livro do professor	IBEP	198-?	Artes;Artes - Educação Artística
Oliveira, Malaí Guedes de	Hoje é dia de arte	educação artística: livro do professor	IBEP	198-?	Artes;Artes - Educação Artística
Oliveira, Malaí Guedes de	Hoje é dia de arte	educação artística: livro do professor	IBEP	198-?	Artes;Artes - Educação Artística
Oliveira, Malaí Guedes de	Hoje é dia de arte	educação artística: livro do professor	IBEP	198-?	Artes;Artes - Educação Artística
Olo, Lidiane Vivaldini;Lucchesi, Bianca;Sofer, Silvia;Klugin, Silvío;Presto, Rafael;Meira, Beá	Percursos da arte	volume único: ensino médio: arte	Scipione	2017	Artes
Pahlen, Kurt;Nina, A. Della	História universal da música		Melhoramentos	1963?	Música
Penteado, José de Arruda	Comunicação visual e expressão	artes plásticas e desenho	Melhoramentos;Nacion al	1977	Artes - Desenho
Penteado, José de Arruda	Comunicação visual e expressão	artes plásticas e desenho	Melhoramentos;Nacion al	1979	Artes - Desenho
Penteado, José de Arruda	Comunicação visual e expressão	artes plásticas e desenho	Melhoramentos;Nacion al	1980?	Artes - Desenho
Penteado, José de Arruda	Curso de desenho	para os cursos ginásial, comercial e técnico profissional	São Paulo Editora;Nacional	1965	Artes - Desenho
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agner, Albano	Viver com arte	educação artística: livro do professor	Ática	1982	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: caderno de atividades: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: caderno de atividades: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: caderno de atividades: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Pereira, Eduardo Carlos;Xavier, Natália;Agnér, Albano	Viver com arte	educação artística: livro do professor	Ática	1984	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 7ª série 4º bimestre: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2008	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 6ª série: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 6ª série: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 6ª série 4º bimestre: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2008	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 5ª série: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 5ª série 4º bimestre: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2008	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 2ª série 3º bimestre: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2008	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 7ª série/8º ano: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	200-?	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 8ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 7ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio 2ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio 2ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2010?	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio 2ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2010?	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio 2ª série: caderno do aluno	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2010?	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio, 2ª série: caderno do aluno	Secretaria da Educação (SP)	2009	Educação Física
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio, 2ª série: caderno do aluno	Secretaria da Educação (SP)	2009	Educação Física
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 7ª série: caderno do aluno	Secretaria da Educação (SP)	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio, 1ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2008	Educação Física
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino médio, 1ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2008	Educação Física
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 5ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2008	Artes - Educação Artística

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 5ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 8ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2008	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 8ª série: caderno do professor	Secretaria da Educação (SP)	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 8ª série, 9º ano: caderno do aluno	Secretaria da Educação (SP)	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Makino, Jéssica Mami;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês;Silveira, Ghisleine Trigo	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental, 8ª série, 9º ano: caderno do aluno	Secretaria da Educação (SP)	2009	Artes - Educação Artística
Picosque, Gisa;Pereira, Sayonara;Martins, Mirian Celeste;Suzigan, Geraldo de Oliveira;Fini, Maria Inês	Arte	linguagens, códigos e suas tecnologias: ensino fundamental 5ª série 1º bimestre: livro do professor	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2008	Artes - Educação Artística
Poletti, Felipe Ramos;Fargas, Flávio;Leitão, Mércia Maria;Duarte, Neide	Picasso e o macaco Zezé		Intergraf Industrias Gráficas;Editora do Brasil	2010	Artes

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Poletti, Felipe Ramos;Leitão, Mércia Maria;Schubach, Taline;Duarte, Neide	Van Gogh e o passarinho Téó		Intergraf Indústrias Gráficas;Editora do Brasil	2010	Artes
Pougy, Eliana Gomes Pereira	Criança e arte	2º ano do ensino fundamental/1ª série	Ática	2006	Artes - Educação Artística
Pougy, Eliana Gomes Pereira	Criança e arte	3º ano do ensino fundamental/2ª série	Ática	2006	Artes - Educação Artística
Pougy, Eliana Gomes Pereira	Criança e arte	4º ano do ensino fundamental/3ª série	Ática	2006	Artes - Educação Artística
Pougy, Eliana Gomes Pereira	Criança e arte	5º ano do ensino fundamental/4ª série	Ática	2006	Artes - Educação Artística
Pougy, Eliana;Guizzo, João	Criança e arte	descobrimdo as artes visuais	Ática;W. Roth	2001	Artes - Desenho
Pougy, Eliana;Guizzo, João	Criança e arte	descobrimdo as artes visuais	Ática;W. Roth	2001	Artes - Desenho
Pougy, Eliana;Guizzo, João	Criança e arte	descobrimdo as artes visuais	Ática;W. Roth	2001	Artes - Desenho
Pougy, Eliana;Guizzo, João	Criança e arte	descobrimdo as artes visuais	Bandeirantes Indústria Gráfica;Ática	2001	Artes - Desenho
Prates, Valquíria;Sant'Anna, Renata	Lygia Clark	linhas vivas	Paulinas	2006	Artes
Prates, Valquíria;Sant'Anna, Renata	Lygia Clark	linhas vivas: caderno-ateliê	Paulinas	199-?	Artes
Rachlin, Ann;Hellard, Susan;Klimes, Helena G.	Chopin		Callis	1993	Artes;Música
Raffa, Ivete;Santos, Lucio Meira dos	Fazendo arte com os mestres		Escolar	2006	Artes
Rebouças, Valetim;Venezia, Mike	Pablo Picasso		Moderna	1996	Artes
Rebouças, Valetim;Venezia, Mike	Vincent Van Gogh		Moderna	1997	Artes
Rego, Lígia;Bansi, Lisabeth;Braga, Angela	Antônio Francisco Lisboa o Aleijadinho		Moderna	1999	Artes
Rego, Lígia;Santos, Lígia;Passos, Tati	Pintura		Moderna	2007	Artes
Rengel, Lenira;Langendonck, Rosana Van	Pequena viagem pelo mundo da dança		Moderna	2006	Artes
Ribeiro, Darcy;Ministério da Educação e Cultura	Música na escola primária		Ministério da Educação e Cultura	1962	Música;Didática
Ribeiro, N. Assis	Elementos de teoria da música		Casa Wagner;Gráfica São José	197-?	Música

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Rocha, Maurilio Andrade; Lima Muniz, Mariana; Vivas, Rodrigo; Azoubel, Juliana Amelia Paes	Arte de perto	livro do professor: volume único	Leya	2016	Artes
Santa Rosa, Nereide Schilaro	Arte nos palácios	acervo dos palácios do Governo do Estado de São Paulo	Imprensa Oficial do Estado de São Paulo	2004	Artes
Santa Rosa, Nereide Schilaro	Arte popular na América Hispânica		Callis	2010	Artes
Santa Rosa, Nereide Schilaro	O O Museu das sete torres	um passeio pelos movimentos artísticos da arte ocidental	Moderna	2010	Artes
Santa Rosa, Nereide Schilaro; Bansi, Lisabeth	José Ferraz de Almeida Júnior		Moderna	1999	Artes
Santa Rosa, Nereide Schilaro; Lacerda, Leninha	Flauta doce	método de ensino para crianças	Scipione	1997	Música
Santos, José Antonio dos; Aïdar, Márcia Marinho	Projeto avançar	artes: fase 1	Ática	2013	Artes
Santos, José Antonio dos; Aïdar, Márcia Marinho	Projeto avançar	artes: fase 2	Ática	2013	Artes
Santos, Lígia da Costa; Rego, Lígia Maria da Silva	Marcha criança	arte: 1º ano ensino fundamental	Scipione	2009	Artes - Educação Artística
Santos, Lígia da Costa; Rego, Lígia Maria da Silva	Marcha criança	arte: 2º ano ensino fundamental	Scipione	2009	Artes - Educação Artística
Santos, Lígia da Costa; Rego, Lígia Maria da Silva	Marcha criança	arte: 4º ano ensino fundamental	Scipione	2009	Artes - Educação Artística
Santos, Lígia da Costa; Rego, Lígia Maria da Silva	Marcha criança	arte: 5º ano ensino fundamental	Scipione	2009	Artes - Educação Artística
Santos, Lígia da Costa; Rego, Lígia Maria da Silva	Marcha criança	arte: 1º ano ensino fundamental	Scipione	2012	Artes - Educação Artística
Sardo, Daniela Leonardi Libâneo; Ferrari, Pascoal Fernando; Ferrari, Solange dos Santos Utuari; Sardo, Fábio	Arte por toda parte	livro do professor: volume único	FTD	2016	Artes

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Sardo, Daniela Leonardi Libâneo;Ferrari, Pascoal Fernando;Ferrari, Solange dos Santos Utuari;Sardo, Fábio	Arte por toda parte	volume único	FTD	2013	Artes
Sequetin, Osvaldo S.;Cotrim, Gilberto Vieira	TDEM	trabalho dirigido de educação musical: 1º grau	Saraiva;Poligráfica Ltda	1978	Música
Sequetin, Osvaldo S.;Cotrim, Gilberto Vieira	TDEM	trabalho dirigido de educação musical: 1º grau	Saraiva	1975	Música
Sequetin, Osvaldo S.;Cotrim, Gilberto Vieira	TDEM	trabalho dirigido de educação musical: 1º grau: livro do professor	Saraiva	1976	Música
Sequetin, Osvaldo S.;Vilhaça, Oscar;Kussonoki, Joji;Cotrim, Gilberto;Zalla, Rodolfo Anibal	Educação artística	expressão : corporal, musical, plástica	Abril;Saraiva	1978	Música;Artes - Educação Artística
Silva, Ariovaldo	Desenho pedagógico	para uso das escolas normais, ginásios e colégios	Companhia Editora Nacional;São Paulo Editora	1951	Artes - Desenho
Sodré, Lillian Abreu	Música africana na sala de aula	cantando, tocando e dançando nossas raízes negras	Duna Dueto	2010	Música
Sperândio, Amadeu;Mattei, R. Teixeira, Zeflávio;Zatz, Lia	Curso completo de desenho Tarsila	para o ensino secundário: 1ª, 2ª e 3ª séries do curso ginasial	Saraiva Paulinas	1959 1995	Artes - Artes
Tiana;Matto, Juca	Vozes das crianças brasileiras		I.M.L.	194?	Música
Tirapeli, Percival	Arte brasileira	Arte Colonial, Barroco e Rococó	Companhia Editora Nacional	2006	Artes
Tonissi, João;Melo, Mozart de	Desenho ginasial		Editôra Didática Brasileira	1946	Artes - Desenho;Desenho
Tuma, Therezinha;Mariani, Vittorio	Lira escolar	melodias fáceis de associação, globalização, etc. para motivação dos assuntos relacionados nos programas do ensino normal	Casa Manon;Cunha/Facchini	1961	Música

Autoria	Título	Subtítulo	Editora	Ano	Assunto
Vieira, Ivone Luzia;Deckers, Jan;Moura, José Adolfo	Educação artística	área de comunicação e expressão	São Paulo Editora;Lê	197-?	Artes - Desenho
Waack, Jurema Barros;Christofoletti, M. Célia Bombana	Educação artística	estudo dirigido: expressão musical, expressão corporal, expressão plástica: 6ªsérie: livro do professor	FTD	197-?	Artes - Educação Artística
Waack, Jurema Barros;Christofoletti, M. Célia Bombana	Educação artística	estudo dirigido: expressão musical, expressão corporal, expressão plástica: 5ªsérie: livro do professor	FTD	197-?	Artes - Educação Artística
Waack, Jurema Barros;Christofoletti, M. Célia Bombana	Educação artística	estudo dirigido: expressão musical, expressão corporal, expressão plástica: 7ªsérie: livro do professor	FTD	197-?	Artes - Educação Artística
Waack, Jurema Barros;Christofoletti, M. Célia Bombana	Educação artística	estudo dirigido: expressão musical, expressão corporal, expressão plástica: 8ªsérie: livro do professor	FTD	197-?	Artes - Educação Artística
Worms, Luciana Salles;Costa, Wellington Borges	Brasil século XX	ao pé da letra da canção popular	Nova Didática	2002	Música
Yajima, Eiji	Plástica	educação artística: 8ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Yajima, Eiji	Plástica	educação artística: 6ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho
Yajima, Eiji	Plástica	educação artística: 5ª série	IBEP	198-?	Artes - Desenho